



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

DOMINGOS ANTONIO FEITOSA RIBEIRO

DE QUE AMAZÔNIA VOCÊS ESTÃO FALANDO? A categoria Amazônia para o Banco
Mundial e o BNDES

BELÉM – PARÁ
2019

DOMINGOS ANTONIO FEITOSA RIBEIRO

DE QUE AMAZÔNIA VOCÊS ESTÃO FALANDO? A categoria Amazônia para o Banco Mundial e o BNDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Sociedade, urbanização e estudos populacionais.

Área de concentração: Trabalho, Empresas e Mercados Globalizados.

Orientadora: Professora Dr^a. Edna Maria Ramos de Castro

BELÉM – PARÁ
2019

Dado: Internacional de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Biblioteca da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F311q Feitosa Ribeiro, Domingos Antonio.
De que Amazônia vocês estão falando? : A categoria Amazônia
para o Banco Mundial e o BNDES / Domingos Antonio Feitosa
Ribeiro. — 2019.
175 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019.

1. Amazônia. 2. Banco Mundial. 3. BNDES. 4.
Dependência. 5. Imperialismo. I. Título.

CDD 306.309811

DOMINGOS ANTONIO FEITOSA RIBEIRO

DE QUE AMAZÔNIA VOCÊS ESTÃO FALANDO? A categoria Amazônia para o Banco Mundial e o BNDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Área de concentração: Sociedade, urbanização e estudos populacionais.

Aprovada em: Belém-PA, 22 de novembro de 2019.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro
Orientadora – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves
Examinadora Interna – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Maria Elena Rodriguez Ortiz
Examinadora Externa – PUC-Rio

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, Maria de Jesus e Raimundo Mourão, as quais sempre me apoiaram de todas as formas em qualquer jornada. Um agradecimento também especial à minha irmã Denise, outra força incondicional que torna as caminhadas, por mais árduas que sejam, leves e mais fáceis de transpor.

À professora Edna Maria Ramos de Castro, por ter me aceitado e não ter desistido de mim por diversas vezes que eu titubeie. E não foram poucas. A conjuntura me fez pensar diversas vezes em desistir, e na prática eu desisti. Mas voltei devido à profa. Edna que trazia uma palavra amiga, de conforto, de esperança, de otimismo mesmo nesses momentos turbulentos que a sociedade nacional e internacional passa. Professora Edna é uma pessoa incrível intelectual e humanamente.

Um agradecimento e um pedido de desculpas à Professora Maria Elena Rodriguez. O agradecimento é pelas contribuições fundamentais para que esse trabalho seguisse tal como se apresenta agora, pelas orientações que tive tanto num seminário do NAEA quanto na qualificação que foram importantes para que eu construísse a dissertação. Os erros são meus. As desculpas se devem ao fato de que eu sumi. Professora Maria Elena deixou as portas abertas para o diálogo durante a construção da dissertação, mas eu as fechei quando não fiz mais em contato. Não queria mais e não via mais sentido em produzir uma dissertação num cenário de destruição da ciência, da universidade, da classe trabalhadora, da vida de um modo geral. A melancolia benjaminiana me atingiu. Pelo sumiço, as desculpas. A professora Marcela Vecchione Gonçalves por aceitar em participar da banca de avaliação e ter dado contribuições extremamente valiosas ao debate.

Aos meus colegas de classe do mestrado e do doutorado pela convivência, pelo companheirismo, pelos debates e contribuições que pudemos trocar durante o Curso.

Aos professores do PDTU, à coordenação, à Josi, ao José, aos bolsistas, aos funcionários do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), à biblioteca do NAEA que é um espaço muito acolhedor e propício para o desenvolvimento intelectual e de escrita. À Carla, à Simone, a toda comunidade do NAEA.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa, mesmo sendo pela metade do curso, foi de grande valia para a construção desse texto.

À Mônica pelo companheirismo.

Aos amigos; a todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores do mundo, em especial aos que vivem na Amazônia; as organizações que lutam diariamente ao lado dos trabalhadores.

Totem, meu velho
Deves estar com fome, frio e saudade
Do teu cantinho em minha casa
Mas meu pão não acabará a tua fome, a fome coletiva que há nas ruas
Mas o teu teto não agasalhará os teus irmãos que roubam, esfaimados
/ e sarnentos, as cozinhas burguesas e pobres
E é por isto que o meu remédio não curará a tua chaga sempre aberta
/ que sangra pela boca de todas as misérias do mundo!
(Dalcídio Jurandir – Totem, meu gato burguês)

RESUMO

A categoria Amazônia é tratada de diversas maneiras por diversas pessoas, logo, se faz necessário, compreender como o Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entendem a Amazônia. O que é a Amazônia para o Banco Mundial e o BNDES? Como eles pensam a Amazônia? Os conceitos de Amazônia para os dois bancos se alteram no tempo? Quantos conceitos os dois bancos usam para Amazônia? Como eles veem a Amazônia? O objetivo é compreender como o Banco Mundial e o BNDES entendem a Amazônia. Este objetivo geral, desdobra-se em outros que seriam entender a história da Amazônia; analisar os documentos do Banco Mundial que tratam sobre Amazônia; estudar os documentos do BNDES que abordam a categoria Amazônia. Para atingir tais objetivos utiliza-se os documentos que tratem a Amazônia e estão disponibilizados para o debate público nos portais dos dois bancos. São quatro hipóteses levantadas: tanto o Banco Mundial quanto o BNDES entendem a Amazônia como uma fonte de recursos naturais disponíveis ao mercado mundial; a definição da categoria Amazônia tanto para o Banco Mundial quanto para o BNDES perpassa pela dependência da Amazônia ao mercado mundial; há um projeto comum entre o Banco Mundial e o BNDES sobre e para Amazônia e, que, por fim, o Banco Mundial continua a ditar, financiar e projetar o futuro da Amazônia. A categoria Amazônia varia com o tempo de produção e reprodução do capital mundial, pois num dado momento era uma região “vazia” pronta para ser explorada e ocupada, enquanto em outro momento é uma região de recursos naturais que precisam ser preservados, mas sem descolar da “vocação” exportadora de bens primários ou semielaborados abastecendo os grandes centros do mercado mundial e nacional, enquanto as promessas realizadas pelos dois bancos de desenvolvimento não chegam. Durante esta espera, surge, tanto no Banco Mundial quanto no BNDES, a ideia, também destinada   Amazônia, de “desenvolvimento sustentável”. Para aquele o “desenvolvimento sustentável”   a redenção dos pecados cometidos durante os anos 1970 e 1980, pois o Banco Mundial não fez a *mea culpa* dos financiamentos que deu e dos projetos que fez na Amazônia neste período. Já para o BNDES que nasce com um p  na preocupação da “questão ambiental” o caminho não   tão difícil, em que pese fazer o inverso do que o Banco Mundial fez, e s  fizeram porque era o que tinha que se fazer. O conceito de Amazônia   variável para o Banco Mundial e o BNDES, depende do que o capital, em sua totalidade, deseja para o momento.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Banco Mundial; BNDES; dependência.

ABSTRACT

The Amazon category is treated in different ways by different people, therefore, it is necessary to understand how the World Bank and the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) understand the Amazon. What is the Amazon for the World Bank and BNDES? How do they think about Amazon? Do the Amazon concepts for the two banks change over time? How many concepts do the two banks use for Amazon? How do they see the Amazon? The objective is to understand how the World Bank and BNDES think about the Amazon. This general objective unfolds in others that would be to understand the history of the Amazon; analyze the documents of the World Bank that deal with the Amazon; study the BNDES documents that address the Amazon category. To achieve these goals, documents dealing with the Amazon are used and are available for public debate in the portals of the two banks. There are four hypotheses raised: both the World Bank and BNDES understand the Amazon as a source of natural resources available to the world market; the definition of the Amazon category for both the World Bank and the BNDES involves the dependence of the Amazon on the world market; there is a common project between the World Bank and BNDES about and for the Amazon and, finally, the World Bank continues to dictate, finance and project the future of the Amazon. The Amazon category varies with the time of production and reproduction of world capital, as at one time it was an "empty" region ready to be explored and occupied, while at another moment it is a region of natural resources that need to be preserved, but without detachment of the "vocation" of exporting primary or semi-finished goods supplying the great centers of the world and national market, while the promises made by the two development banks do not arrive. During this wait, both at the World Bank and at the BNDES, the idea, also aimed at the Amazon, of "sustainable development" arises. For the World Bank, "sustainable development" is the redemption of the sins committed during the 1970s and 1980s, as the World Bank did not blame the financing it gave and the projects it carried out in the Amazon during this period. For the BNDES, which was born with one foot in the concern of the "environmental issue", the path is not so difficult, despite doing the opposite of what the World Bank did, and they only did it because it was what had to be done. The concept of Amazon is variable for the World Bank and BNDES, it depends on what the capital, as a whole, wants for the moment.

KEYWORDS: Amazon, World Bank, BNDES, depend.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Dissertações sobre Banco Mundial e Amazônia	20
Quadro 02 – Teses sobre Banco Mundial e Amazônia	23
Quadro 03 – Dissertações sobre BNDES AND Amazônia	24
Quadro 04 – Dissertações sobre BNDES <i>AND</i> Banco Mundial	26
Quadro 05 - Padrão de reprodução do Capital para Jaime Osório	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Inflação Anual, taxa de crescimento e dívida externa bruta (% a.a)	91
Tabela 02 - Primeira doação do PP-G7 à Amazônia	98
Tabela 03 - Percentual de pessoas com renda per capita familiar menor que a metade do salário mínimo em 1991 por Região	101
Tabela 04 -Áreas de Desmatamento das Unidades de Conservação da Amazônia Legal de 2008 a 2018	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - As três zonas de chuvas na Amazônia	110
Figura 02 – História das prioridades de investimentos do BNDES	151
Imagem 01 – Campanha publicitária do Fundo Amazônia em 2008	162

LISTA DE SIGLAS

AID – Associação Internacional para o Desenvolvimento
ARPA – Programas de Áreas Protegidas da Amazônia
BASA – Banco da Amazônia S. A
BANESE – Banco do Estado do Sergipe
BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BCB – Banco Central do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF – Caixa Econômica Federal
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DIT – Divisão Internacional do Trabalho
EUA – Estados Unidos da América
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FLONAS – Florestas Nacionais
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF - Fundo Mundial para o Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICSID – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas de Investimento

IEA – Instituto de Estudos Amazônicos
IEF-MG – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IFC – Cooperação Internacional de Finanças
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITV – Instituto Tecnológico da Vale
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
KfW – *Kreditanstalt für Wiederaufbau*
MIGA – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MRN – Mineração Rio do Norte
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIN – Plano de Intervenção Nacional
PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola
PGC – Projeto Grande Carajás
PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil
POLOAMAZÔNIA – Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia brasileira
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PROARCO – Florestais no Arco do Desflorestamento
PP-G7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil
PT – Partido dos Trabalhadores
RADAM – Radar na Amazônia
RESEXs – Reservas Extrativistas
SEMA-GP - Secretaria de Meio Ambiente ligada ao Gabinete Presidencial

SEMTA – Serviço de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
SUDAM- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
TMD – Teoria Marxista da Dependência
UCs – Unidades de Conservação
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UNAMA – Universidade da Amazônia
UNB – Universidade Federal de Brasília
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WWF – Fundo Mundial para Natureza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE AMAZÔNIA: UMA BREVE HISTÓRIA.....	32
2.1	A “gestação”: o período exploratório em busca do ouro	37
2.2	O “nascimento”: do genocídio e da exploração dos recursos naturais.....	45
2.3	O “desenvolvimento”: a vinculação da Amazônia as grandes potências hegemônicas	51
3	O SUBDESENVOLVIMENTO E A NECESSIDADE CAPITALISTA DE “CRESCIMENTO”	58
3.1	A ideias de Amazônia no século XX.....	58
3.2	A Teoria Marxista da Dependência na Amazônia.....	66
4	A IDEIA DE AMAZÔNIA PARA OS BANCOS: primeiro, o MUNDIAL	75
4.1	O Banco Mundial e a expansão para América Latina	80
4.2	O que foi a Amazônia à época do “milagre econômico”	85
4.3	A década de 1990: para o Brasil.....	90
4.4	Os Boletins do PP-G7 na década de 1990.....	95
4.5	Os documentos do Banco Mundial sobre a Amazônia dos anos 2000 a 2010	102
4.6	O “desenvolvimento sustentável” e a quase <i>mea culpa</i> do Banco Mundial.....	118
4.6.1	PLANAFLORO e PRODEAGRO	133
5	A IDEIA DE AMAZÔNIA PARA O BNDES	143
5.1	A história do BNDE(S).....	143
5.2	O Fundo Amazônia.....	156
5.3	O conceito de Amazônia para o BNDES	163
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
	REFERÊNCIAS	170

1 INTRODUÇÃO

A categoria Amazônia é tratada de diversas maneiras por diversas pessoas, e entre essas pessoas, quer físicas quer jurídicas, estão os bancos de desenvolvimento internacionais ou nacionais, os quais possuem seu entendimento do que seja a Amazônia. E entre esses bancos, fez-se o recorte sobre o Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para querer saber o que eles entendem sobre Amazônia. O que é a Amazônia para o Banco Mundial e o BNDES? Como eles pensam a Amazônia? Essa categorização da Amazônia para os dois bancos se altera no tempo? Quantas categorizações os dois bancos usam para Amazônia? Como eles veem a Amazônia? Estas são as perguntas norteadoras desta dissertação de mestrado. O objetivo é compreender como o Banco Mundial e o BNDES entendem a Amazônia, de que maneira eles categorizam a Amazônia. Este objetivo geral, desdobra-se em outros que seriam entender as consequências dessa categorização de Amazônia dos dois bancos ora pesquisados; analisar os investimentos e as doações que são realizadas por esses dois bancos levando em conta a compreensão dada por eles sobre a Amazônia e tratar das congruências e divergências entre essas categorizações e entre os dois bancos de desenvolvimento. Para atingir tais objetivos utiliza-se dos documentos disponibilizados para o debate público nos portais dos dois bancos, documentos de todas as espécies desde que tratem de Amazônia, conforme descrito na metodologia. As hipóteses levantadas apesar de serem quatro, são todas interligadas, e são: tanto o Banco Mundial quanto o BNDES entendem a Amazônia como uma fonte de recursos naturais disponíveis ao mercado mundial; a definição da categoria Amazônia tanto para o Banco Mundial quanto para o BNDES perpassa pela dependência da Amazônia ao mercado mundial; há um projeto comum entre o Banco Mundial e o BNDES sobre e para Amazônia e, que, por fim, o Banco Mundial continua a ditar, financiar e projetar o futuro da Amazônia. Espera-se chegar ao resultado de que a Amazônia é uma região de recursos naturais que, necessariamente, produz e exporta bens primários ou semielaborados (recursos naturais) abastecendo os grandes centros do mercado mundial e nacional, enquanto as promessas realizadas pelos dois bancos de desenvolvimento não chegam.

As promessas que nunca chegam estão estampadas no nome dos próprios bancos, ou nos seus objetivos, compromissos, valores, entre outras propagandas mal disfarçadas. A começar pelo banco nacional, que traz no seu nome as palavras “desenvolvimento econômico e social”, que, portanto, deveria trazer junto do dinheiro aplicado, investido e doado, um

desenvolvimento social, ou seja, como expõe o próprio site¹ do BNDES, deveria trazer “geração de emprego, renda e inclusão social para o país”, logo não se poderia excluir a Amazônia desse “desenvolvimento social” propagado pelo BNDES. Com o Banco Mundial não é diferente, apesar de não carregar o “social” na nomenclatura, traz como gene de nascimento, como missão institucional, segundo seu próprio portal², erradicar a extrema pobreza³ e promover a prosperidade compartilhada pelo aumento de renda dos mais pobres. Logo, o Banco Mundial não esconde suas pretensões econômicas, já que a pobreza, ou a extrema pobreza é tratada também pelo viés econômico, de renda. Portanto, o centro de gravitação das ações do Banco Mundial é aumentar a renda, gerar renda, porém no sistema que vivemos hoje, que é o capitalismo, essa renda é necessariamente concentrada e monopolizada, assim sendo, será que os investimentos do Banco Mundial geraram renda para exterminar a pobreza na Amazônia? As ações do Banco Mundial na Amazônia foram prósperas para quem?

Traçar-se-á a trajetória do BNDES com sua categorização e entendimento do que seja a Amazônia, como também desenha uma estratégia sobre e para a Amazônia, que pode ou não ser igual ao do Banco Mundial, que pode apresentar dualidade, contradição, já que assim como o Banco Mundial tem as suas agências de doação para a manutenção da floresta, tais como: Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), Projeto Nacional de Biodiversidade (PROBIO) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO); o BNDES também possui o seu “lado ambientalmente correto” que é o Fundo Amazônia. Logo, o que é Amazônia para eles? Ressalta-se que tanto no BNDES quanto no Banco Mundial são instituições que possuem ideias e ações divergentes internamente, ou melhor, insta identificar que o Fundo Amazônia não é a única forma de investimento que o BNDES tem na Amazônia, pelo contrário a carteira do Banco nacional é muito diversa para além do Fundo Amazônia, como também os objetivos das aplicações e projetos do Banco se diversificam em relação ao Fundo Amazônia. Não muito diferente é o Banco Mundial, que também possui diversos setores e estes nem sempre andam em conjunto, porém o objetivo deste trabalho não é fazer uma

¹ O site do BNDES (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>) fora acessado no dia 16 de outubro de 2018, na aba do menu tem a opção “quem somos”, lá há uma autodescrição do que é o banco, podendo acessar também os valores, compromissos, missões, princípios, produtos, programas, fundos, todo o portfólio do banco, a legislação e o organograma. Não difere, assim, em nada do que há nos sites das grandes empresas capitalistas apesar de se autodenominar um banco “não comercial”.

² O portal eletrônico do Banco Mundial foi acessado em 18 de agosto de 2018, e logo nas opções de entrada do site encontra-se a aba “Who we are”, que traduzindo daria em “quem somos”, e o site pode ser acessado em inglês, língua oficial do banco, espanhol, francês, russo, árabe e chinês.

³ Esse conceito de extrema pobreza para o Banco Mundial significa viver com menos de US\$ 1,90, ou seja, em moeda nacional com o câmbio do dia 14 de dezembro de 2018, daria em R\$ 7,43 por dia, ou R\$ 222,90 por mês.

análise das referidas instituições e suas questões internas, as quais envolvem uma quantidade enorme de sujeitos, como por exemplo: governos, Estados, burguesia, sociedade civil organizada, entre outros.

Portanto, a dissertação tem como objeto compreender a categoria Amazônia para o Banco Mundial e para o BNDES, sendo que estes serão analisados em determinados documentos e contextos, logo tem um espaço-tempo determinado que será mostrado no decorrer do texto. Tem como problema de pesquisa: O que é Amazônia para o Banco Mundial e o BNDES? Pergunta esta que se desdobra para se compreender em que medida os investimentos são feitos para essa categoria de Amazônia? Considerando que tais investimentos possuem efeitos sobre a questão socioambiental, ou melhor, sobre os povos da floresta, bem como sobre o território. O que os dois bancos apresentam é faceta dupla, já que há uma área que faz investimentos pesados (empréstimos, fornecimento de crédito, programas e projetos) em grandes obras de destruição, enquanto ao mesmo tempo os dois bancos mantêm áreas filantrópicas com os povos do meio ambiente, logo se pergunta por que tanto o Banco Mundial quanto o BNDES fazem investimento destrutivos e mantêm ao mesmo tempo organismos de proteção ao meio ambiente?

Portanto, o objetivo geral desta dissertação é compreender a categoria Amazônia para o Banco Mundial e o BNDES. Sendo que para cada delimitação dessa categoria em cada banco haverá, conseqüentemente, desdobramentos e efeitos dessa concepção de categoria, as quais se tentará desvelar. Desta feita, é importante ressaltar o quanto de investimentos que esses bancos fizeram na Amazônia, e se estes investimentos estão de acordo com o que pensam sobre a Amazônia, se há coerência ou se há divergência entre o que se pensa e publica (documentos oficiais) para aquilo que se faz (emprestar), por fim se estudou a contradição entre os investimentos em grandes projetos e a dita preservação do meio ambiente na Amazônia pelo Banco Mundial e BNDES através do desenvolvimento sustentável propagandeado pelos dois bancos.

A metodologia utilizada foi análise de documentos os quais serão relatórios e documentos do Banco Mundial que versam sobre a Amazônia; como também relatórios e documentos do BNDES que versam sobre a Amazônia, os quais estão devidamente catalogados no bojo desta dissertação. Complementarmente, utilizou-se uma análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) no que tange à Amazônia.

O referencial teórico desta dissertação consiste em tratar o problema pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) com o aporte dos autores como Gunder Frank (1967), Ruy Mauro Marini (2011 e 2017), Vânia Bambirra (2015), como também a síntese e a atualidade desta teoria proferida no trabalho do historiador Mathias Seibel Luce (2018). Outros autores que tratam da temática do subdesenvolvimento também fazem parte da sustentação teórica deste trabalho como o filósofo Álvaro Vieira Pinto (2008) e do sociólogo Florestan Fernandes (2008). Na teoria econômica estrita, adotar-se-á como referencial o trabalho de Bianca Imbiriba Bonente (2014 e 2016), Rosa Luxemburgo (1976) e Pierre Salama (2016). As categorias colônia e império serão abordadas por Enrique Dussel (1977, 1993, 2005 e 2011), Aníbal Quijano (2005), Atílio Boron (2007) e Franz Fanon (2005). Para tratar da categoria Amazônia apoia-se nos trabalhos de Edna Castro (1989, 1999, 2004, 2012a e 2012b), de Violeta Loureiro (2002 e 2009) e de Aluizio Lins Leal (2016).

O estado da arte sobre os estudos da instituição internacional Banco Mundial na Amazônia. Uma pesquisa sobre as produções científicas no Brasil e no mundo que possuem como tema o Banco Mundial. Consultando as bases de pesquisa do catálogo de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a palavra exata “banco mundial”, encontraram-se 766 (setecentos e sessenta e seis) dissertações entre os anos de 1987 e 2018; e para o mesmo período foram encontradas 253 (duzentos e cinquenta e três) teses. Refinando a busca na mesma plataforma colocando a palavra exata “Amazônia”, portanto a busca se deu nos termos “banco mundial” AND “Amazônia”. O resultado foi: 15 (quinze) dissertações, 03 (três) teses e uma monografia de curso profissionalizante⁴.

Quadro 01 – Dissertações sobre Banco Mundial e Amazônia

Título	Autor	Ano	Área	Instituição
Interiorização do Ensino Superior no Pará e no Banco Mundial: Olhar sobre as Aproximações destas Propostas	Maria do Socorro da Costa Coelho	1998	Educação	Universidade Metodista de Piracicaba/SP
ONG' s e Desenvolvimento Regional em Rondônia	Adilson Siqueira de Andrade	2001	Antropologia	UFPE
Participação popular: Reflexões sobre o programa de saneamento para população de baixa renda –	Vera de Souza Paracampo	2003	Serviço Social	UFPA

⁴ Essa monografia de curso profissionalizante foi escrita antes do advento da plataforma sucupira, portanto se tem poucos dados sobre ela, mas se trata de uma pesquisa feita na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Economia, produzida por Natalino Araújo Paiva, em 2011, cujo título é “Análise custo-benefício do manejo florestal sustentável em Roraima”.

PROSANEAR – Área da Nova República – Belém-PA				
Política Ambiental para a Amazônia: O papel do BIRD no PPG7	Ricardo Rabello de Castro	2004	Relações Internacionais	UNB
O que dizem as cartas dos ouvintes do programa escola Brasil	José Ribamar Rodrigues	2008	Educação	UNB
Desenvolvimento das Cidades: verso e reverso da concepção de sustentabilidade sócio-ambiental na Bacia Hidrográfica do Tucunduba em Belém - Pa	Liza Glaucilene Castelo Branco Barros	2008	Serviço Social	UFPA
O Programa Universidade para Todos - PROUNI no Contexto da Reforma Universitária (1990-2010)	Ingrid Camara Areque	2014	Serviço Social	UFAM
Governança para o desenvolvimento territorial: da concepção à ação – o caso do Pará Rural	Milvio da Silva Ribeiro	2015	Geografia	UFPA
Dinâmica dos atores na cooperação internacional para o desenvolvimento: o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)	Brenda Thainá Cardoso de Castro	2015	Ciência Política	UFPA
Governança em projetos de redução da pobreza rural no Pará	Brenda Cordovil Correa dos Santos	2016	Administração	UNAMA
Capital Social e desenvolvimento local: Uma análise comparativa dos municípios de Presidente Médici e Ouro Preto do Oeste - RO	Fernando Alves da Silva	2016	Administração	UNIR
As ações dos conselheiros de saúde em municípios paraenses na perspectiva do capital social	Diogo Willavian Maciel Dantas	2017	Administração	UNAMA
O trabalho do assistente social no Instituto Nacional do Seguro Social/INSS-PA: da concretização dos direitos previdenciários a operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Leidiany Marques de Souza	2017	Serviço Social	UFPA
Agricultores Familiares e políticas públicas em Roraima: o caso do CEPRRA no PDA/PPG7	Valter Diaules Wolschick Freitag	2017	Sociedade e Fronteiras	UFRR
Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola): uma análise da descentralização de	Izabel Cristina da Silva Padinha	2017	Educação e Cultura	UFPA/Cametá

recursos financeiros para as escolas urbanas que integram a rede municipal de ensino de Cametá-PA				
---	--	--	--	--

Fonte: Elaboração Própria a partir da base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Das 15 (quinze) dissertações 11 (onze) foram produzidas em instituições de ensino superior localizadas na Amazônia, sendo que a área de conhecimento que mais produziu dissertações é o Serviço Social com 04 (quatro), seguidos da Administração e da Educação com 03 (três) dissertações cada. Contudo, o tema que mais predomina é o desenvolvimento com 06 (seis) dissertações tratando deste conceito tanto na área do ambiental, educacional e territorial. Logo, pesquisas relacionadas ao Banco Mundial na Amazônia estão diretamente ligadas à problemática do desenvolvimento. Todavia, não há dissertações tratando de temas como infraestrutura, portos, rodovias, mineração, hidrelétricas, agronegócio, pecuária, são os temas que o Banco Mundial tenta esconder.

As três teses filtradas pelo mecanismo de busca, como se pode observar no Quadro 02, resultaram em: uma que trata da questão do desenvolvimento sobre a perspectiva de um plano específico do Banco Mundial para Rondônia, o PLANAFLOOR, o qual foi elaborado e executado no início da década de 1990 e tinha como objetivo “implementar um enfoque aperfeiçoado de manejo, conservação e desenvolvimento dos recursos naturais. [...]” (Banco Mundial, 2003, p. 16). Ainda em Rondônia se tem a tese sobre imperialismo e educação do campo, que irá versar sobre como o Banco Mundial se torna uma agente do imperialismo na Amazônia, já que determina ao governo brasileiro diretrizes políticas através de seus projetos e programas sobre educação do campo, sendo que a autora faz um contraponto dos ideários produtivistas e pós-moderno do Banco Mundial com as pedagogias propostas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento Por uma Educação do Campo. Por fim, a tese de Sônia Magalhães é um estudo antropológico de como os projetos de barragens dos rios amazônicos afetam a vida da população que vive do rio, mais especificamente o sofrimento social decorrente do deslocamento compulsório, que é justificado pela expertise do Banco Mundial em transformar aquilo que é naquilo que não é. E é assim que o Banco Mundial age na Amazônia, com uma lãbia típica de que traz a solução para a pobreza através do crescimento econômico para se chegar ao desenvolvimento sustentável.

Quadro 02 – Teses sobre Banco Mundial e Amazônia

Título	Autor	Ano	Área	Instituição
Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos: o PLANAFORO em Rondônia	Ari Miguel Teixeira Ott	2002	Ciências Humanas	UFSC
Lamento e dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens	Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos	2007	Ciências Sociais	UFPA
Imperialismo e educação do campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990	Marilsa Miranda de Souza	2010	Educação Escolar	UNESP/ Araraquara

Fonte: Elaboração Própria a partir da base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Fez-se a mesma busca no portal de periódicos da CAPES⁵, utilizando a aba de “busca avançada”, sendo que o mecanismo de busca era de buscar “qualquer” e “é (exato)” as palavras “banco mundial” *and* “amazônia”, procurando por qualquer ano de publicação, todos os itens de material, em qualquer idioma, sem data final nem inicial de busca. O resultado foi de 376 (trezentos e setenta e seis) materiais (artigos, livros, imagens e audiovisual), entretanto, muitos dos materiais tratam só de Amazônia em alguns contextos específicos, e outros materiais tratam só o Banco Mundial, ou as vezes só utilizam algumas fontes do Banco Mundial. Sendo assim, fez-se um filtro, qual seja: a leitura dos resumos para apenas os trabalhos que tratam de Amazônia e Banco Mundial conjuntamente fossem tabulados.

Foram encontrados 29 (vinte e nove) materiais, dos quais 28 (vinte e oito) são artigos de periódicos revisados por pares e 01 (um) artigo de jornal. Do todo, 18 (dezoito) artigos foram produzidos em periódicos brasileiros, 04 (quatro) foram publicados nos Estados Unidos da América, e os demais foram um único artigo produzido no Equador, Peru, Argentina, Costa Rica, Holanda e Reino Unido. A diversidade de temas é grande nos periódicos, mas o que mais se destaca é a questão ambiental do Banco Mundial, os programas de proteção do meio ambiente. Todavia, temas críticos são muito mais presentes do que na produção de teses e dissertações, principalmente no que tange à resistência as ações do Banco Mundial na Amazônia.

⁵ A busca foi realizada no dia 13 de dezembro de 2018.

Já as pesquisas sobre o BNDES no mesmo portal com o termo de busca “bndes” resultam em 442 (quatrocentos e quarenta e dois) trabalhos acadêmicos, sendo: 256 (duzentos e cinquenta e seis) dissertações, 87 (oitenta e sete) teses, 59 (cinquenta e nove) trabalhos de mestrado profissional e 40 (quarenta) trabalhos de cursos profissionalizantes. Refinando a pesquisa para “bndes” AND “amazonia” encontrar-se-á 05 (cinco) trabalhos, dos quais: 03 (três) são dissertações de mestrado, 01 (um) tese de doutorado e 01 (um) trabalho de mestrado profissional.

Quadro 03- Dissertações sobre BNDES AND Amazônia

Título	Autor(a)	Ano	Área	Instituição
Dinâmica formática do risco socioambiental sob a ótica do direito ambiental nas instituições financeiras	Kátia Silene de Oliveira Maira	2007	Planejamento e Gestão Ambiental	Universidade Católica de Brasília
Exploração de bauxita no Oeste do Pará: a efetividade dos estudos ambientais	Laura de Nazaré Rocha Andrade	2011	Direito	Universidade Católica de Santos
A parceria BASA/BNDES: uma análise da importância dos recursos da FINAME para o desenvolvimento da região amazônica 2001 - 2011	Marlon George da Costa Palheta	2012	Economia	UFPA

Fonte: Elaboração Própria a partir da base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

A primeira dissertação aborda se os bancos públicos brasileiros em seus sistemas de monitoramento de risco aderiram à questão ambiental, sendo que o BNDES foi objeto juntamente com a Caixa, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia. Já a segunda dissertação aborda um estudo comparativo entre a Mineração Rio do Norte – MRN em Oriximiná, e a ALCOA Aluminium S/A em Juruti, sendo que a hipótese trabalhada nesta dissertação é de que à época da implantação do primeiro empreendimento as normas ambientais não existiam, enquanto no segundo empreendimento no Oeste do Pará a legislação ambiental já estava consolidada. A terceira dissertação aborda sobre a contribuição do crédito de financiamento na Amazônia, especialmente nos municípios dos estados do Maranhão e do Mato Grosso, da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME do BNDES em parceria com o Banco da Amazônia com visa no desenvolvimento da região amazônica no período de 2002 a 2009.

A tese de doutorado é de autoria de Ana Cláudia Henriques de Araújo e tem como título “A gestão da informação nos acervos de artes visuais em instituições públicas que

integram o Sistema Financeiro Nacional”, defendida em março de 2017, no Programa de Pós-Graduação das Ciências da Informação, na Universidade de Brasília, que versa sobre os acervos de artes visuais mantidos pelas instituições públicas do Sistema Financeiro Nacional, quais sejam: Banco Central do Brasil (BCB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil, Banco do Estado de Sergipe (BANESE), Banco da Amazônia (BASA), Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o BNDES.

Já o trabalho de conclusão de curso de mestrado profissional foi escrito por Fernando Oliveira Mateus possui como título “Dinamizando a economia local com o acesso à energia elétrica: os Centros Comunitários de Produção como alternativa para potencializar os Resultados do Programa Luz para Todos”, defendido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, em outubro de 2016, versa sobre a energia elétrica como vetor de desenvolvimento numa análise sobre o Programa Luz Para Todos, iniciado no governo Lula, especificamente os empreendimentos comunitários denominados de Centro Comunitários de Produção, apontando as falhas do projeto e alternativas para ampliar a oferta destes Centros, principalmente no que o autor entende de regiões isoladas, regiões remotas habitadas por ribeirinhos, apontando para o uso do Fundo Amazônia gerido pelo BNDES para fomentar a produção de energia em áreas da Amazônia.

Fez-se busca semelhante no portal de periódicos da CAPES⁶ utilizando a aba de “busca avançada”, sendo que o mecanismo de busca era de buscar “qualquer” e “é (exato)” as palavras “bndes” *and* “amazônia”, procurando por qualquer ano de publicação, todos os itens de material, em qualquer idioma, sem data final nem inicial de busca. Foram encontrados 254 materiais (artigos, livros, imagens e audiovisual), todavia fez-se outra triagem em que materiais que só tratavam do BNDES como notícia não ligando à questões na Amazônia, bem como alguns que incluíam o Banco da Amazônia (BASA) e o BNDES sem correlação com as ações do BNDES na Amazônia, ou aqueles artigos que foram financiados ou apenas utilizaram algum material do BNDES como referência foram descartados.

O tema predominante dos artigos listados foi a construção de barragens e hidrelétricas, principalmente Belo Monte, onde o autor que mais produziu sobre foi o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), o biólogo norte-americano Philip Martin Fearnside, que pesquisa problemas ambientais na Amazônia desde 1974. Outro fato que chama atenção nos dados é que das publicações no Brasil, 05 (cinco) são artigos jornalísticos,

⁶ A busca foi realizada no dia 14 de dezembro de 2018.

de uma única revista, a Exame, que é uma publicação da Editora Abril⁷, que tratará desde a ausência do Estado na Amazônia, passando pela construção do estádio para a Copa do Mundo, a Arena da Amazônia, defesa do agronegócio e até um elogio ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) por ter financiado com o BNDES a hidrelétrica de Belo Monte.

Quanto à totalidade dos dados obtidos, foram encontrados 30 (trinta) materiais, dos quais 05 (cinco) são artigos de jornais e os outros 25 (vinte e cinco) são artigos publicados em periódicos revisados por pares. O que chama atenção é o fato de que apenas 12 (doze) dos 30 (trinta) materiais foram publicados em periódicos brasileiros, logo se publica muito mais sobre o BNDES e a Amazônia fora do Brasil, já que 18 (dezoito) publicações estão divididas em: 11(onze) publicações na Europa, 04 (quatro) nos Estados Unidos, 02 (dois) no Peru e 01 (um) em Singapura. Das 11 (onze) publicações na Europa têm-se: 05 (cinco) na Holanda, 05 (cinco) no Reino Unido e 01 (um) na Alemanha. Portanto, o interesse acadêmico sobre BNDES e Amazônia é muito maior do que sobre Banco Mundial e Amazônia. Ademais, o pico de materiais publicados sobre Banco Mundial e Amazônia se dá em 2008 com 03 (três) materiais publicados, enquanto relativo ao tema BNDES e Amazônia o pico é em 2016 com 05 (cinco) materiais publicados.

Realizando a mesma busca, no entanto, com as palavras “bndes” AND “banco mundial”, chega-se a três dissertações

Quadro 04 – Dissertações sobre BNDES AND Banco Mundial

Título	Autor(a)	Ano	Área	Instituição
O Financiamento das parcerias público-privadas no Brasil	Isamara Seabra	2012	Direito	Centro Universitário de Brasília
As parcerias público-privadas na educação superior brasileira: FIES, PROUNI e BNDES	Viviane de Queiroz	2014	Serviço Social	Universidade Federal Fluminense
Accountability social: casos do Banco Mundial e do BNDES em perspectiva comparada	Felipe Rodrigues Siston	2015	Relações Internacionais	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Fonte: Elaboração Própria a partir da base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

⁷ Trata-se de um braço do Grupo Abril que se considera “um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação e distribuição da América Latina”, que além de publicar a revista Exame, ainda publica a revista Veja, Superinteressante, QuatroRodas, Claudia, entre outros títulos. O editorial dessas publicações é conservador tal como os sócio-fundadores do Grupo Abril, a família Civita, que conforme matéria no jornal O Estado de São Paulo (<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,familia-civita-deixa-o-comando-do-grupo-abril,70002408113>) deixaram o comando do Grupo devido a dívidas, mas continuam no controle da empresa.

A dissertação em primeiro no quadro acima trata da importância dos financiamentos para as parcerias público-privadas e os instrumentos criados por lei para dar segurança aos financiadores, dando ênfase as fontes de crédito, principalmente à atuação do BNDES. A autora aborda que em razão da crise econômica mundial no final da primeira década do século XXI, os principais financiadores dos projetos brasileiros tais como: Grupo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem concentrado recursos e esforços no apoio técnico e institucional para estruturar projetos público-privados, sem, portanto, financiá-los. Diante deste cenário, a autora entende que os bancos públicos brasileiros, em especial o BNDES, tem substituído o Banco Mundial e o BID.

Já a segunda dissertação do quadro acima diz respeito a analisar a educação no setor privado por meio das parcerias público-privadas no que tange a repassar verba pública pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) as instituições privadas, as isenções fiscais por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e pelos programas do BNDES a expansão do ensino superior privado, nos anos de 2003-2010 e de 2011 em diante, durante os governos federais do Partido dos Trabalhadores, sendo que as ações compartilham com as proposições do Banco Mundial para educação superior na América Latina. Portanto, no que se refere a educação superior tanto Banco Mundial quanto o BNDES compartilham das mesmas diretrizes.

Por fim, o último trabalho trata da *accountability* social, que é a possibilidade de interferir nos planos, projetos e programas, sendo que o objeto deste estudo são os bancos de desenvolvimento, especificamente no Banco Mundial e no BNDES, objetivando elucidar a transparência e participação não só do Estado, mas do povo nestes dois bancos.

Portanto, os trabalhos até aqui relatados ora tratam os bancos de desenvolvimento separados ora tratam os bancos de desenvolvimento em conjunto, entretanto quando abordam em conjunto se faz no intuito de um estudo comparativo ou hierarquizado em escala internacional e nacional, os estudos não avançam para tentar pesquisar elos entre os bancos, demonstrando possível parceria na atuação entre eles, todavia as pesquisas indicam ou um banco sendo substituto de outro, como no caso da pesquisa de legislação que assegura as parcerias público-privadas, ou um banco sendo concorrente do outro. Sendo assim, pretende-se, neste trabalho, partir da hipótese de que há uma ligação umbilical, que não se sabe se é de mãe para filha ou de irmãos, de companheirismo, entre o BNDES e o Banco Mundial.

A começar pela história dos dois bancos citados. O hoje denominado Grupo Banco Mundial é fruto de acordos entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha para delinear a nova ordem econômica mundial, na verdade esses dois impérios estavam se juntando para defender

o lado capitalista vencedor da II Guerra Mundial, pois eram as únicas duas economias capitalistas que ainda possuíam recursos e superávits para combater, em todas as frentes, o socialismo soviético, que derrotou com uma frente única o nazifascismo naquele período. Logo, era preciso pensar e executar planos de “reconstrução” e “desenvolvimento” para os países europeus destruídos pela Guerra e, para isso, dentro da ordem global do capitalismo, somente com dinheiro era possível “reconstruir” as forças produtivas que a Guerra havia destruído. Dessas discussões nasce o Banco Mundial na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, na cidade de Bretton Woods nos Estados Unidos, em 1944. A criação dessa instituição financeira com alcance internacional, na qual os aportes iniciais se devem ao Tesouro estadunidense, fortalecem, sobremaneira, o poder que o Estados Unidos vai desempenhar no mundo após o fim da II Guerra Mundial, principalmente em concorrência com o poderio que a União Soviética. O Banco Mundial se tornou um instrumento nas mãos dos estadunidenses para operar a economia, a educação, a política e as questões militares pelos países-membros do acordo de Bretton Woods.

O BNDES é contemporâneo do Banco Mundial, pois os dois nasceram no contexto do pós-guerra, na reordenação da economia capitalista global, no entanto, um viria, inicialmente, para recuperar os países destruídos pela Guerra, logo o Brasil não se incluía nesse rol de “recuperação” pós-guerra. Como consequência, estes países que ficariam preteridos, num primeiro momento, tiveram que buscar soluções internas para se desenvolver e, no Brasil, em 1952 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Nesta época, o debate do desenvolvimento era circunscrito a necessidade industrialização, face a escassez de produtos industrializados no mercado mundial, logo o BNDE serviria para impulsionar a indústria brasileira. Onde se localiza essa indústria incipiente? No Sudeste. O que restava a Amazônia? A Amazônia restara ser relegada a produção de produtos extraídos da natureza e, até então, o único caso de sucesso econômico foi a exploração de borracha. Assim, as políticas governamentais deste período iriam focar no extrativismo, essencialmente na borracha, desconsiderando o atraso e a integração da Amazônia ao país, menos como resultado da expansão capitalista internacional no Brasil do que da falta de investimento estatal em infraestrutura e vias de acesso (SOUZA, 2009, p. 298). Ora, a ideia de Amazônia, no período em questão, não era outra ideia senão a de Amazônia como um lugar a ser conservado do jeito que está, com pouca importância para o cenário nacional.

Contudo, a Amazônia da década de 1950 era cenário para receber imigrantes, os quais, principalmente os japoneses, implantaram nesse tempo a cultura da juta e da pimenta-do-reino, o que tornou a Amazônia o maior produtor de pimenta-do-reino até a1970, quando uma

praga devastou as plantações (SOUZA, 2009, p. 298). Em 1958, começa abertura da estrada Belém-Brasília, o que desperta o interesse de grupos econômicos internacionais no processo de apropriação das terras no entorno da estrada e o avanço das ideias desenvolvimentistas, já pensadas anteriormente pelo poder local, sobre o território amazônico. Abria-se uma oportunidade de ouro para o capital internacional sobre as terras na Amazônia, pois com a urbanização nacional e a escassez de produtos primários no mercado internacional, fizeram com que os capitais se apressassem para adquirir terras na vasta Amazônia e começassem a produzir mercadorias “deixadas de lado” pelo Sul e Sudeste, já que havia a possibilidade circulação dessa mercadoria pela recente estrada aberta. Dessa corrida pela terra, o principal Banco multilateral do mundo, não podia ficar de fora, como veremos mais a frente, o Banco Mundial entra com tudo, principalmente a partir dos anos da ditadura civil-empresarial-militar, em que a conjuntura política era favorável ao investimento estrangeiro. A presença do Banco Mundial na Amazônia se tornaria pelos próximos anos uma constância, porém, não para o fim da sua criação, a reconstrução, mas para desconstrução das relações que os povos tradicionais, o homem tinha com a natureza, que não era nada capitalista. Mercantilizar, primeiro, e, depois, financeirizar a natureza, aliando invasão de terra, tomada de recursos hídricos, bem como implantar e reproduzir as relações sociais do modo de produção capitalista era o mote principal do Banco Mundial, enquanto o BNDES sequer se arvorava a “pisar” na Amazônia, pois olhava de longe os conflitos gerados pela presença do Banco Mundial e as formas como eram geridos.

Essa expertise, de gerência de conflito e adequação das políticas em congruência com o desenvolvimento sustentável, do Banco Mundial precisava ser passada ao BNDES. Então, numa complexa trama, o Banco Mundial, ainda em 2002, começa a criar e estreitar laços de parceria, principalmente, em torno do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), o qual é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility – GEF*), que é administrado pelo Banco Mundial, como também é financiado pelo Fundo Amazônia, o qual é administrado pelo BNDES. Os dois fundos administrados pelos Bancos têm como finalidade captar recursos juntos a governos, empresas, ONG’s, pessoas físicas e jurídicas e transformá-los em doação no intuito de preservação do meio ambiente. Nesse emaranhado de siglas, quem executa e aplica o dinheiro em ações de preservação do meio ambiente é o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. No entanto, o Fundo Amazônia surge em 2008, e já se mostra como resultado da cooperação que o Banco Mundial prestou no início do século XXI ao BNDES, pois

[...] o Banco está atualmente prestando assistência ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério do Planejamento e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no que tange à avaliação do impacto ambiental das propostas de investimentos em infra-estrutura de grande porte (rodovias, energia, hidrovias, etc.) incluídas no plano plurianual do governo federal, o “Avança Brasil.” (Banco Mundial, 2003, p. 31)

Portanto, é na esteira das concepções e estratégias de ação do Banco Mundial que a Amazônia é de fato integrada ao mercado mundial. Não significa que a história da Amazônia no mercado mundial nasça somente nos anos 1960 em diante, pelo contrário, desde que os colonizadores pisaram nessa terra a integração da Amazônia ao mercado mundial se realizou como saque e pilhagem dos recursos naturais que por aqui se encontravam, como diz Leal (2010) foi um ensaio para o que viria nos séculos seguintes, que atinge um ápice com a economia da borracha e depois se integra de fato como produtora de bens primários em grande escala. O Banco Mundial realiza essa inserção da Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho, para depois o BNDES continuar o trabalho. Por mais que venha capital chinês, ou qualquer outra onda de investimento estrangeiro, é certo que esse capital não vai prescindir de um órgão que possui a capacidade de captar doações com bons intentos, como também de realizar empréstimos com a garantia do Estado, já que o BNDES é um banco público que pertence ao governo federal.

Sendo assim, no primeiro capítulo constrói-se a história da Amazônia sob a perspectiva das ideias dominantes em cada fase histórica. Que conceito de Amazônia fora utilizado em cada período histórico? Logo, construiu-se desde a época da colonização da Amazônia por espanhóis e portugueses, que Leal (2010) denomina de fase exploratória, até o século XX. Nesta viagem, perpassam as ideias de: a Amazônia como mito do El Dorado, a Amazônia como colônia de exploração para extração da borracha e que, portanto, deve se interligar obrigatoriamente com o circuito do capital e a Divisão Internacional do Trabalho. A seguir, no caminho histórico, tem-se a ideia de que a Amazônia é um “espaço vazio”, que deve ser ocupado e integrado ao “progresso” e à “modernidade”. Todas essas ideias sobre a Amazônia serão elaboradas e discutidas sob o viés do interesse do capital na Amazônia, já que as formas de produção e reprodução do capital se dão sob a sua expansão e a Amazônia é esse *locus* privilegiado de expansão do capital.

Mas para o capital se dilatar se faz necessário que instituições comprometidas com tal apareçam para ditar os padrões de reprodução, logo, no segundo capítulo a abordagem é o entendimento, ao longo da história, do Banco Mundial sobre a Amazônia. Essa história possui a referência sobre o Banco Mundial, por esta razão que o capítulo inicia demarcando esta

instituição internacional: o contexto e o objetivo da sua criação. Seguinte, faz-se a trajetória do Banco Mundial na Amazônia através de seus próprios documentos. Os relatórios foram a fonte de consulta para construir as ações que o Banco Mundial empreendeu na Amazônia. Buscou-se, a todo o momento, desvelar o que se esconde por trás dos relatórios fazendo a discussão teórica deles, apontando as contradições e discutindo as aparências relatadas. Óbvio, que não se esgotou todos os documentos do Banco Mundial sobre a Amazônia por limitação de tempo. Mas o cerne do debate que é feito dos anos 1970 a 2010 na trajetória deste Banco na Amazônia está disposta neste capítulo.

O Banco Mundial e nem um capital age sozinho, afinal o capital é um só, em que pese as disputas concorrenciais que há entre eles. Sendo assim, há um banco de desenvolvimento no Brasil que atua conjuntamente com o Banco Mundial nos interesses em comum do capital. Este é o BNDES. Objeto de análise do terceiro, e derradeiro, capítulo. A ideia que o BNDES tem da Amazônia também está presente nos seus documentos (relatórios, sites etc.), e esta pode ser comparada historicamente, tanto de maneira interna, ou seja, a própria noção que o BNDES constrói sobre a Amazônia ao longo da sua existência; como também, externamente, ao ser confrontado com as ideias de Amazônia do Banco Mundial. Sendo assim, é, imprescindível, uma análise do Fundo Amazônia, o principal instrumento do “desenvolvimento sustentável” elaborado pelo BNDES, para mais a frente fazer a síntese da ideia de Amazônia na trajetória deste banco.

2 A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE AMAZÔNIA: UMA BREVE HISTÓRIA

A pergunta “o que é a Amazônia?” é difícil de responder. Primeiro, porque a palavra sequer existe nos dicionários de língua portuguesa ou estrangeira, talvez por ser um nome próprio, já que este dicionário não traz significados de nomes próprios⁸. Entretanto, encontram-se algumas palavras mais próximas a de Amazônia, quais sejam: amazon, amazona⁹, amazonense¹⁰, amazônico¹¹, amazônide, amazônido, amazoniense, amazônio e amazonismo¹². Fazendo o mesmo procedimento no site de buscas *Google* com a palavra “Amazônia” chega-se a mais de 18 (dezoito) milhões de resultados¹³, dos quais são notícias, imagens, mapas, artigos e estudos de todas as espécies, tudo o que está disponível virtualmente que leva “Amazônia” em algum caractere, e nestes resultados alguns se arvoram a definir Amazônia como sendo: importante bioma com território, floresta úmida e tropical que cobre maior parte da Bacia Amazônica, região formada pela bacia do Rio Amazonas, um verde vasto mundo de água e florestas, maior floresta tropical do mundo, fundamental para o bem-estar humano, regula chuvas, estabiliza o clima, área mais extensa, quente e úmida do Planeta, maior reserva mundial de água, biodiversidade e floresta tropical, superlativa em recursos naturais, etc.. Em síntese, boa parte desses resultados mostra o lugar, do Rio Amazonas (maior rio de água doce do mundo), da Floresta Amazônica (maior reserva florestal do mundo), do bioma amazônico (maior biodiversidade do mundo), da fauna, da flora, dos rios, da culinária, do turismo, dos hotéis, do desmatamento, é a exaltação do “onde”, da posição, da localização, um resultado que apresenta o que se entende por Amazônia no senso comum, que deliberadamente quase não mostra as pessoas que habitam esse “lugar”, esse “onde” exuberante cheio de verde, de água e de floresta. O resultado

⁸ Os nomes próprios são substantivos que identificam e distinguem especificamente determinada pessoa ou lugar, sendo que para a primeira o significado é antropônimo, enquanto para a segunda é topônimo. Por isso não se acha nos dicionários os nomes próprios como Pará, Amazonas, João, Maria, Madalena, Antonio e Amazônia.

⁹ O significado desta palavra é “mulher corajosa, de ânimo varonil, aguerrida; mulher que anda a cavalo [...]”.

¹⁰ Amazonense é relativo ao estado do Amazonas, de quem é natural ou habitante do lugar. “ETIM top. *Amazona(s)* + *ense*; o nome, que se transmitiu do rio à região e, depois, ao estado, deve-se ao explorador esp. Francisco Orellana; em 1541, quando desceu o rio em toda a sua extensão, ele combateu uma tribo de índios, que alegou ser de guerreiras; comparou-as, então, às amazonas, mulheres lendárias, habitantes das margens do mar Negro, que amputavam o seio direito para melhor manejarem o arco; uma hipótese, pouco prov., da *Amazonas* como oriundo de uma forma indígena *amassunu* ‘ruído de águas, água que retumba’” (HOUAISS, VILLAR, 2009).

¹¹ “Relativo ou pertencente à amazona; relativo ou pertencente à Amazônia” (HOUAISS, VILLAR, 2009). É sinônimo das outras palavras amazônide, amazônido, amazoniense, amazônio.

¹² Amazonismo é “Conjunto de ideias e teorias sobre as amazonas que, para uns, constituiriam uma lenda e, para outro, teriam tido existência real; sacrifício de macho após o acasalamento; adoção de hábitos masculinos por parte das mulheres” (HOUAISS, VILLAR, 2009).

¹³ Pesquisa feita no dia 16 de abril de 2019.

encontrado no site de busca contrasta com o que diz o dicionário ao tratar do prefixo “amazon”¹⁴, que quer dizer para o dicionário (HOUAISS, VILLAR, 2009)

antepositivo, do mitônimo gr. *Amazôn, ónos* ‘amazona’, designativo de um povo supostamente só de mulheres, prov. de orig. iraniana, cuja localização foi atribuída, sucessivamente ao Ponto Euxino, à Cítia e à Líbia; por etim. popular gr., a pal. foi relacionada com o gr. *mazós* ‘seio’, dando ao *a* inicial o valor de privativo, donde a noção de ‘sem seio(s)’, isto é, ‘guerreiras que amputavam o(s) seio(s) a fim de melhor guerrearem’; o vocabulário das línguas modernas de cultura tem essa rad. sob duas derivas associadas: 1) a clássica, na linguagem da história e da mitologia e 2) a oriunda da designação do rio (das) Amazonas, no Brasil, no valor de potamônimo, inicialmente, e depois de geônimo, nos seus deriv.: amazona, amazonense, amazônia, amazônico, amazônida/amazônide, amazoniense, amazônio, amazonismo, amazonista, amazonístico, amazonita/amazonite, amazonítico;

Esta é a etimologia da palavra “amazon” ou “amazona”, a origem remete, portanto, a algumas civilizações da antiguidade que seriam, supostamente, sociedades formadas somente por mulheres guerreiras, que não possuíam um dos seios para melhor manusear o arco e a flecha. Esta suposição repousa no fato de que se trata de uma história mitológica de origem grega, oriunda do imaginário que os gregos se apropriaram das civilizações que existiam no Oriente Médio. Um mito porque o fundamento destas histórias está apenas nos relatos, narrativas e epopeias de escritores e viajantes, não há uma materialidade da existência dessa sociedade de mulheres guerreiras. Esse imaginário criado na cultura grega, que é consequentemente difundido na cultura hegemônica do Ocidente, se espalha pela Europa dos séculos XIII e XIV e é usado nos relatos dos que compuseram as navegações ibéricas que naquele período, saíram dos seus intramuros para formar e criar rotas comerciais, como também para buscar novos mercados e fontes de ouro, era o tempo da corrida pelo saque colonial para o enriquecimento de determinadas nações. Sendo assim, na esteira da expansão do mercantilismo europeu, através dos exploradores/colonizadores, a lenda das Amazonas ganha uma materialidade ao chegar por aqui e denominar o rio (das) Amazonas, o Estado do Amazonas e a própria Amazônia. Foi neste período da busca de novos mercados para acumulação primitiva da civilização ocidental que, para Willi Bolle (2010), marca também o início da colonização e exploração da região amazônica.

Por conseguinte, aquilo que se entende por Amazônia é indissociável da sua própria história como também da ideia que a palavra Amazônia carrega, sendo que estas ideias vão se transformando ao longo do tempo. Sem, porém, esquecer que a história da Amazônia para

¹⁴ As palavras correlatas a “amazon” é: em espanhol segundo o dicionário Señas (2013) a palavra é “amazona”, que significa “mujer que monta a caballo”; em inglês é “amazon” que significa “(rio) Amazonas; amazona”; em francês é “amazone”; em alemão “amazonien”; em italiano “amazzone”.

Loureiro (2002) é uma trajetória de perdas e danos, já para Márcio Souza (2009, p. 13) essa história é relativa, pois para os europeus é o ano do descobrimento do “novo mundo”, enquanto para os povos americanos é o início do holocausto; já para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990) a história da Amazônia é de rapina, violência, conflitos e lutas. História esta que se confunde e está intimamente ligada com a da América Latina¹⁵, que poderíamos dizer que se trata de outra trajetória de perdas, danos, rapina, violência, conflitos e lutas. A história da Amazônia se confunde com a história do Brasil e da América Latina. Primeiro, porque, logicamente a Amazônia está/é Brasil, e, segundo, porque também pertence, faz parte, é a América Latina. Ademais, devido à colonização e ao período histórico que Marx (2013, p. 785) denomina como a assim chamada acumulação primitiva, tanto a Amazônia quanto o Brasil e a América Latina sofreram o mesmo *modus operandi* dos colonizadores na expropriação da terra. Portanto, segundo Souza (2009, p. 17), “a História da Amazônia faz parte da diversidade da América do Sul [...]”, a Amazônia não deixa de ser latina americana. Logo, para que se aproxime do que venha a ser a Amazônia, se faz necessário andar pelos conhecimentos históricos, mesmo que brevemente, na tentativa de alcançar a compreensão de toda a engrenagem que à época movia o mundo e foi imposta à Amazônia, que é o padrão societal hegemônico ocidental. Este padrão difundido pela Europa para o “Novo Mundo”, que também é a explicação que torna a Europa o “centro” do Mundo nos séculos XV ao XX, só tem início, segundo Dussel (1993) a partir da conquista da América Latina, posto que antes de 1492 o centro do mundo era a China, a Índia e os países do Oriente Médio¹⁶, inclusive no conhecimento, tanto que Dussel (1977, p. 18) para esta dominação a Europa, como faz até hoje, leva os grandes teóricos e pensadores das colônias para as suas universidades, com dois

¹⁵ Amazônia e América Latina possuem mais coisas em comum do que se imagina. A começar pelo fato de que as duas palavras remetem a lugares determinados, um *locus*, uma região, que, no entanto, não está no mapa, já que para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é dividido em cinco regiões, quais sejam: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, e a Amazônia está situada em grande parte no Norte, e outras partes no Nordeste e no Centro-Oeste, portanto não é formalmente falando uma região. Já o mapa *mundi* divide o mundo em continentes, quais sejam: Ásia, África, Europa, Oceania e as Américas (Central, Sul e Norte), portanto a América Latina é constituída por países da América do Sul e Central e pelo México da América do Norte, logo a América Latina não é um continente. Tanto Amazônia como América Latina é duas coisas, aparentemente, sem lugar, que, no entanto possuem características de formação e nascimento que se igualam.

¹⁶ Enrique Dussel (1977, p. 18) explica como decaem os Impérios através do conhecimento e da filosofia ao dizer que “as elites coloniais são agora sistematicamente levadas ao centro. Oxford, Cambridge, Paris se transformarão nos centros de ‘re-educação’, de ‘lavagem cerebral’ até já bem dentro do século XX. As oligarquias nativas coloniais foram mestiças, negras ou amarelas, copiaram a filosofia metropolitana. Verdadeiros títeres, repetiam depois na periferia o que seus egrégios professores das grandes universidades metropolitanas lhes haviam ensinado. Em Cairo, Dakar, Saigon ou Pequim, da mesma forma que em Buenos Aires ou Lima, ensinavam a seus discípulos o *ego cogito*, a partir do qual eles mesmos eram constituídos como que um *ideatum*, *cogitatum*, entes à disposição da ‘vontade de poder’ como vontade impotentes, dominadas. Mestres castrados que castram os seus discípulos”.

intuitos, o primeiro de expropriar o conhecimento que estes mestres e doutores possuem e em seguida propagar alguns pensadores europeus¹⁷ como a referência de forma que

Estes filósofos colonizados tinham esquecido o seu passado. O Mundo árabe não se reportava à sua esplêndida filosofia já florescentes no século IX; a Índia e a China, que desde há mais de três milênios davam frutos gigantescos de grande pensamento, se envergonharam de seus sábios. O passado não resistiu ao embate do pensamento imperial metropolitano moderno, ao menos em seus grupos mais progressistas, modernizadores, desenvolvimentistas.

Contudo, na América Latina, conseqüentemente na Amazônia, os primeiros conquistadores e colonizadores que chegaram não foram os intelectuais e sim foram os mercadores em busca do ouro e da prata, porque a Europa e o capital necessitava desse metal em seu nascedouro para transformar e dominar o globo terrestre em mercado mundial, o qual antes da Europa como centro, era formado, principalmente, com o que Dussel (1977) chama de Mundo Árabe, quais sejam: os países do Oriente Médio, a Índia e a China. Portanto, antes de 1492¹⁸, segundo Dussel (1993), a Europa não era o centro do mundo no que tange a economia, a cultura e o poderio militar, isso só ocorre quando da conquista da América Latina e a submissão dos povos da África, do Oriente Médio e da Ásia, com a conseqüente elaboração e aplicação do eurocentrismo, da ideia de Europa como centro do mundo. Neste mesmo diapasão, além do eurocentrismo a dominação europeia acompanha o modernismo¹⁹, os quais chegam à América Latina através da violência, da espoliação, da dominação, da submissão da Natureza e do Trabalho em prol da assim chamada acumulação primitiva para tornar a Europa a grande potência hegemônica que foi durante cinco séculos.

¹⁷ Somente os pensadores europeus que favoreçam a manutenção do sistema hegemônico, pois aqueles que trabalham e pensaram contra essa dominação são e foram demonizados tanto nos países colonizadores quanto nos colonizados de forma a macular o pensamento crítico para não desvendar o sistema completo de dominação.

¹⁸ O ano de 1492 se torna o marco do nascimento da modernidade porque para Dussel (1993, p. 28) a Europa destrói os antigos impérios para se tornar o único império, a começar pelos árabes, os quais são aniquilados pelas cruzadas cristãs europeias, portanto “[...] Quando no dia 17 de abril de 1492 assina as Capitulaciones da Santa Fé, diante da Granada, que cai nas mãos da última cruzada europeia, Colombo se lança à empresa de cruzar o Mar Oceano no dia 3 de agosto, partindo de Andaluzia, com um só propósito: chegar à Índia, à Ásia pelo Ocidente – que desde Aristóteles ou Ptolomeu, até Toscanelli e o mapa de Heinrich Hammer (Henricus Martellus) de 1489 era uma tese aceita –, para adquirir assim conhecimentos náuticos, para se encher de ouro, de dignidade e além disso, honestamente, expandir a fé cristã (ideais que podiam ser tentados simultaneamente sem contradição na Weltanschauung da época). Seus olhos eram os do último mercador do Mediterrâneo Ocidental, e esses olhos eram, ao mesmo tempo, os do primeiro ‘moderno’. [...]”.

¹⁹ Dussel (1977, 1993 e 2011) entende que a modernidade chega à América Latina com o que ela produziu de pior, mas que ao mesmo tempo essa modernidade produziu a razão, portanto, não se pode jogar a “água com o bebê” junto, logo não se trata de superar a modernidade, mas tão somente aquilo que a própria razão condena. O próprio Dussel (1977, 1993 e 2011) entra em contradição ao tentar conciliar a hermenêutica (pós-moderna) com a economia e a política (moderna) para compor a sua teoria da Libertação. Logo o modernismo é a ideologia que fundamentou os atos dos europeus pelas colônias.

A Amazônia se insere neste contexto latino-americano, como também um lugar mítico, de exuberância natural, e com um povo nativo em condições e vias de ser explorado, dominado e dizimado. Essas eram as condições que a Metrópole impusera em todas as áreas de colonização em razão da acumulação primitiva mercantilista que os ibéricos necessitavam seja para manter as condições comerciais com outras nações da Europa, Ásia e África, seja, até mesmo, para manter as benesses luxuosas de suas nobrezas. Essa relação histórica material entre os colonizadores e colonizados é de fundamental importância, haja vista que conhecer a materialidade do passado é determinante para entender o presente, ou nos dizeres de Souza (2009, p. 15) “[...] se uma geração inteira perde o contato com a História, perde qualquer atitude crítica em relação ao presente [...]”. As condições materiais em que se forjaram as bases sociais e econômicas da Amazônia precisam ser desveladas quando se pretende estudar a atuação de instituições quer sejam estrangeiras quer sejam nacionais. Logo, o contexto histórico e material em que a Amazônia está inserida é o Brasil e a América Latina.

Portanto, o resgate da história da América Latina desde a conquista pelos europeus, nos leva a fazer também um resgate da história da Amazônia, que segundo Leal (2010, p. 89) pode ser dividida em quatro períodos: o exploratório, a busca pelo ouro, pelo El Dorado; o verdadeiro período colonial português, que se inicia com a fundação de Belém em 1616 até o início do Império em 1822; o período de vinculação às economias capitalistas hegemônicas que começa no século XIX e a fase atual que se parte do pós-Segunda Guerra Mundial e a nova Divisão Internacional do Trabalho e no Brasil se concretiza com a ditadura oriunda do golpe militar de 1964. Poder-se-ia, ainda, criar um quinto período, começando com o fim do regime ditatorial brasileiro e a transição para um regime democrático no final dos anos 1980, que veio acompanhado com a adoção do receituário neoliberal, que para Europa surge nos anos 1970 após a exaustão do modelo de Estado do Bem-Estar Social (*welfarestate*), sendo que, no Brasil, o neoliberalismo²⁰ ainda está em pleno vigor, ajustando-se ao momento político nacional e internacional nessas décadas. Partir-se-á desta classificação, porém se aprofundará o período exploratório no que tange ao mito do El Dorado, posto que, somente assim, vislumbra-se uma ampla visão do por que este mito “batizou” a Amazônia, como também para explicar que esta origem atravessa a história e permanece como a política de colonização e conquista da Amazônia, pois assinala Leal (2010, p. 89-90) que “[...] todos esses períodos refletem a atitude que a colonização sempre guardou em relação à Amazônia,

²⁰ Para Teixeira (1996) o neoliberalismo é a reação teórica e política, de alcance universal, à intervenção do Estado no mercado, ou melhor, trata-se de uma doutrina sociopolítica e econômica que até hoje ainda reina e que prega que o “deus” mercado haja livremente, já que somente ele possui a capacidade de curar os males da sociedade.

entendendo-a, desde o primeiro momento, como mero espaço de saque”. Mas não somente como espaço de saque, mas também como espaço de violência.

2.1 A “gestação”: o período exploratório em busca do ouro

A História da Amazônia não começa com a chegada dos europeus, é fato notório que antes da colonização cá existiam os povos amazônicos que construíram sua própria história contada em parte por arqueólogos que buscam os vestígios das grandes civilizações que ocuparam a Amazônia antes de 1492. Souza (2009, p. 27) diz que a presença do homem na Amazônia tem

[...] a teoria mais aceita é a de que o homem chegou através da Ásia e, como a geologia mostra que o continente americano já se encontrava em sua forma atual quando o homo sapiens apareceu, pode-se aceitar a hipótese de que grupos nômades atravessaram o estreito de Behring, há 24.000 anos, ocupando e colonizando as Américas.

Algumas dessas levas de migrantes asiáticos, ou seus descendentes, acabaram chegando ao vale do Rio Amazonas. É provável que essas primeiras levas de migrantes cruzaram a grande floresta por volta de 15.000 anos atrás, dando início à colonização humana da Amazônia.

A Amazônia era composta de uma diversidade de sociedades humanas antes da chegada dos europeus, que segundo Souza (2009) não foram os primeiros a “descobrir” estas terras, e, sim, os chineses que não queriam ouro, especiarias ou escravizar os povos, mas apenas aumentar os conhecimentos, as artes e as ciências, Souza (2009) prova essa assertiva, através de exames de DNA em indígenas amazônicos nos quais foram encontradas certas doenças presentes apenas na China e em alguns países do sudoeste asiático. Portanto, se a história é conflito, é luta de classes, não foi com os chineses que colonizados e colonizadores se enfrentaram na Amazônia e América Latina.

Foi com os europeus que essa história, a do conflito, de fato começou, para Souza (2009, p. 38) “[...] o que havia sido construído em pouco menos de dez mil anos foi aniquilado em menos de cem anos, soterrado em pouco mais de 250 anos e negado em quase meio milênio de terror e morte [...]”. Sendo assim, a Amazônia é compreendida, desde os tempos da colonização até hoje, como um lugar de saque, mas, sobretudo, a Amazônia é compreendida também, desde os tempos da colonização até hoje, como um lugar de violência. Tanto um quanto o outro são resultados do processo da assim chamada acumulação primitiva, que se dá geralmente, segundo Marx (2013, p. 786), “[...] na história real, como se sabe, o

papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência. [...]”. O saque é o ato de saquear, de pilhar, de roubar, é um ato violento por si só, mas que em regra tem o objetivo tão somente de subtrair a mercadoria, o objeto de valor seja de uso seja de troca. Mas a colonização não visava, só e somente só, a mercadoria, já que ainda não existia um sistema consolidado do processo de acumulação capitalista tal como conhecemos hoje, este era incipiente estava em fase de amadurecimento para ser o capitalismo como o conhecemos. A colonização objetivava a mercadoria e a subtração de qualquer outra forma de vida que não fosse o padrão hegemônico ocidental. Portanto, era um roubo, como também era um latrocínio, ou seja, matar o possuidor do bem para obtê-lo levando ao mesmo tempo a vida e a mercadoria. A violência não era só relacionada aos crimes envolvendo as mercadorias, os bens, mas eram também crimes contra a vida, contra a honra, eram os métodos mais brutais e violentos que se poderia cometer naquele tempo histórico. O objetivo era a conquista de tudo e todos, para tal não economizaram em atos sanguinários e destruidores, de grande magnitude de violência, que podem muito bem ser definidos como genocídios cometidos em nome da riqueza, da acumulação e de uma moral cristã que era a base constitutiva daquela sociedade europeu-ocidental.

No século XV o padrão de acumulação primitiva e a reprodução da sociedade ocidental da época estavam baseados, necessariamente, sobre um metal muito precioso, o ouro²¹. A América Latina era a possibilidade real que os europeus, principalmente Portugal e Espanha, tinham de entesourar sem precisar desenvolver uma complexa rede mercantil de saque e circulação com as Índias, já que as especiarias que vinham do Oriente, especificamente, da Índia, eram à época a mercadoria que rendia boas moedas de ouro. Ademais, a Itália possuía o domínio da rota marítima, cuja posição geográfica das cidades de Gênova e Veneza está numa posição privilegiada na conexão com África subsaariana e o Oriente Médio e a Ásia, como também os italianos possuíam o conhecimento da melhor navegação e poder militar para intervir e cobrar impostos de quem atravessasse a sua rota

²¹ Sirlei Silveira (2009) diz que o ouro é um metal cobiçado por representar a fortuna celestial, já que o ouro é o metal preferido para as oferendas, a ornamentação ritualística e mística; mas também é a fortuna terrena, é o meio de acumulação de riquezas, de propriedades privadas, de terra, foi por muito tempo o único padrão, a única moeda padrão da economia mundial, mas ainda hoje se conta riqueza pela quantidade de ouro acumulada. Foram esses desejos que moveram homens por lugares desconhecidos. Diz Silveira (2009, p. 51) “Essas e outras histórias místicas, contadas e recontadas em vários tempos, cumprem um duplo papel. De um lado, enlaçam-se na própria história da conquista e utilização do outro pelas civilizações antigas; do outro, alimentam novas e contínuas procuras. A ganância e o medo, assim como a ânsia por beleza, prestígio e poder, permeiam as narrativas do passado e do presente. Deslumbrados, em um só tempo, pelos atributos mágicos e religiosos e pelas características materiais do metal, os homens desafiam monstros e dragões, a fim de arrancá-lo das mãos de seus detentores ou das entranhas da própria terra. Nadar, assentar-se em ouro, carregá-lo sobre a cabeça era o desejo de todos, inobstante as maldições que pudessem advir disso. Não importava como e onde, o ouro deveria fluir para a satisfação espiritual e material das civilizações. [...]”.

marítima. A necessidade de uma rota própria fez com que Portugal e Espanha saíssem dos seus muros medievais e navegasse para “novos” rumos e para a conquista de um “Novo Mundo”. O que moviam essas civilizações advém para Silveira (2009, p. 17)

[...] dos sonhos e das agruras que projetaram os homens do Mediterrâneo cristão para fora dos seus muros, no período compreendido entre os séculos XV e XVI desta era. Parte da seguinte premissa: as maravilhas que povoavam a mentalidade do homem medieval constituíram-se em importante atrativo para a exploração de outras terras e gentes, especialmente no continente só mais tarde nomeado América e identificado como um mundo novo. A expansão ibérica nessas terras – sobremaneira a espanhola – este embebida do maravilhoso. A esperança de um retorno à Idade do Ouro, sem excluir a cobiça e ambição, determinou a invenção da América, para onde migrou um sem-número de *mirabilia*, que combinava monstros, amazonas e muitas outras criaturas fantásticas, vivendo em locais de riquezas incomensuráveis. Nessa profusão de seres e lugares extraordinários, que dominaram as incursões pelo Novo Mundo, destaca-se o mito do El Dorado, uma síntese da busca desenfreada de ouro e especiarias pelos europeus, desde a Antiguidade. Atrás de um mundo de “*las casas sin puertas*” estava a gananciosa meta de um tesouro que justificasse os riscos e as impiedades da conquista. A corrida em direção ao país do ouro, no passado e no início da Renascença, figura como elemento primordial nas viagens de descoberta. O ouro prodígio e o ouro butim permeiam os descobrimentos, impulsionam à ação dos conquistadores e estimulam as correntes migratórias em várias direções. Na América não foi diferente, o ouro ocupou o lugar de destaque em sua conquista e ocupação. [...]

O maravilhoso, a *mirabilia*, que permeou os sonhos e desejos do homem do século XV só existia se ligado à riqueza material incontável, algo jamais visto dentro do pequeno mundo europeu. O paraíso criado neste período pelo homem não possuía qualquer semelhança com o que o catolicismo entendia por paraíso, o celestial seria nutrido pelo que o terreno pudesse dar. Então, é no desejo e na ganância de acumulação de riqueza, que à época era medida pela quantidade de ouro e prata acumulada, que a América Latina e a Amazônia são inventadas, conquistadas, saqueadas e violentadas. As histórias mitológicas e lendárias da maravilha, do encantamento e do sobrenatural por trás revelava as dificuldades ou uma forma de distanciamento de que outros pudessem procurar o que tanto se almejava: achar o El Dorado. Um lugar parecido com os monstros que habitavam a região: irreal. O mito do El Dorado era o lugar onde se teria uma quantidade infindável de ouro, tudo era de ouro. Mas, encontrá-lo demandaria coragem para enfrentar o desconhecido que alimentavam as *mirabilias*, porém não só isto, a aventura e o medo eram também financeiros, já que todo o investimento feito na viagem poderia não ter retorno, porque um monstro engoliu a nau, porque os homens foram encantados pela sereia, ou porque não encontraram a “terra prometida”. Portanto, mitos, lendas, fábulas, o fantástico deu o tom da forma que a América Latina e a Amazônia foram invadidas e saqueadas.

O que movia o desejo de invasão e saque era o ouro e qualquer obstáculo que aparecesse deveria ser transposto, humanos, natureza ou até mesmo criações da mente fértil dos navegadores europeus. Tudo com o intuito de ter e possuir os mecanismos de troca que foram inventados ainda nos tempos medievais do século XI e foram resgatados no século XIII para o XIV, sendo que o ouro volta a circular como moeda capaz de comprar mercadorias produzidas principalmente no Mediterrâneo cristão. Silveira (2009, p. 60) denomina esse período europeu “[...] como o *despertar econômico* do século XIII, inaugura uma nova etapa na vida do Ocidente”. O Ocidente passa a ter como padrão de câmbio internacional as moedas de ouro e prata, pois são metais não perecíveis e transitórios, capazes de circular por todo o continente e de ser parâmetro universal da medida de riqueza. Porém, as moedas não são produzidas na natureza, diferente dos metais, já que para Marx (2008) o que torna o ouro e a prata como fontes de tesouro é a circulação destes metais como moedas de troca o que gera, portanto, um duplo movimento, o entesouramento, a acumulação desses metais como forma de ostentar a riqueza através de objetos, ou como diz o próprio Marx (2008, p. 172) “[...] doura-se a si próprio e à sua casa [...]”, o que não ocorria nas sociedades indígenas da América Latina, muito menos na China e na Índia, nas quais o ouro e a prata tinham apenas função estética. Mas o entesouramento possui uma função não só de demonstração de riqueza, pois na economia burguesa, a quantidade de ouro entesourada está relativamente equiparada com a quantidade de ouro em circulação, é a garantia de pagamento e de realização do mercado de tal forma que a mercadoria não varia tanto de preço. O comércio cresceu nos séculos XII a XIV²², o que, portanto, pela lei da oferta e procura gera uma demanda maior por ouro para a fabricação de moedas e acumulação de riquezas, sendo que o ouro não servia somente para ser utilizado como moeda. Era usado, também, nas igrejas para adornar o altar, as construções; era usado também na arte em esculturas e artigos de luxo, joias; assim como o ouro era utilizado nos objetos do reino e da nobreza, como em tecidos feitos a fios de ouro, entre outros padrões de riqueza, portanto para Silveira (2009, p. 62)

[...] Apesar do retorno do ouro à Europa, graças aos mecanismos aplicados pelas cidades italianas na Revolução Comercial, a demanda interna suplanta a capacidade de produção e acumulação do metal em território europeu. Essa carência estrutural, já demonstrada pelos estudiosos da economia do período, manifesta-se com força logo nas primeiras décadas do século XIV.

²² Esse período de apogeu da economia europeia foi também um período, segundo Sirlei Silveira (2009, p. 62), violento, atormentado, perturbado, sofrido e decante, “[...] um verdadeiro caos social [...]”, pois inúmeras catástrofes se abateram sobre a Europa, como pobreza, fome, doenças, guerras, portanto um período para Sirlei Silveira (2009) de contradições, pois a prosperidade econômica não condizia com a decadência social. Na verdade essa a história do capitalismo.

E é neste século que os a ibéricos, e não só eles²³, partem para o mar no intuito de descobrir novas fontes de ouro, sendo que a costa oeste do continente africano ficou sob domínio dos portugueses e aos espanhóis restava fazer contrabando neste território do Atlântico. Todavia, o contrabando era muito pouco para satisfazer a ânsia de riqueza da coroa espanhola. Foi na vontade de saciar este desejo, que é o desejo, de encontrar a terra do ouro que empreenderam viagem mais à oeste do Atlântico, até chegarem em 1492, ao que seria denominado mais tarde como América. E foi nestas terras que os espanhóis saquearam, dizimaram e destruíram Tenochtitlán, dos Aztecas, onde hoje é o México e fizeram o mesmo com os incas²⁴ em Cuzco, onde hoje é o Peru. O motivo, a racionalidade ocidental, europeia, branca e, principalmente, mercantilista da época, para a invasão e o saque é segundo Silveira (2009, p. 120-121)

Dessa procura interminável pelas minas de ouro nasce uma nova personagem mítica na história da conquista e exploração das terras americanas. Trata-se do enigmático El Dorado, ou O País Dorado, onde tudo era de ouro, desde rei coberto de ouro em pó até os edifícios em ouro maciço, cravejados de pedras preciosas [...].

A procura pelo El Dorado é o que vai mover também as invasões e os saques por todo continente tanto que Silveira (2009, p. 121) entende que “atrás desse território mítico, com suas lagoas e tesouros infindáveis, os conquistadores deslocavam-se pelas terras da atual Colômbia, da Venezuela, da Guiana e da Amazônia. [...]”. O mito do El Dorado é o mito fundador da América Latina e da Amazônia, é a razão pela qual a colonização e a exploração do homem e da natureza se estenderão por todo o território latino americano, é o fundamento de destruição das civilizações que aqui já habitavam, das suas sociedades, como também da cultura. Para estes o ouro era ligado a questões religiosas, de oferenda, de representação

²³ Os ingleses, franceses, holandeses, todas essas nações europeias criam uma corrida colonial. A disputa por colônias é intensa, fomentando até a atividade de saqueio dos próprios navios comerciais que transportavam o ouro para metrópole. A necessidade de aumentar as reservas de ouro e acumular levou essas nações ao saque ou até mesmo como os ingleses fizeram nos Estados Unidos, a cobrança de elevados impostos e a venda de suas mercadorias a preços elevadíssimos.

²⁴ Os espanhóis dizimaram os incas, sequestraram, inclusive Atahualpa, destruíram, roubaram, pilharam e saquearam o que foi possível, para Sirlei Silveira (2009, p. 105) a fama do Império Inca com as próprias civilizações que existiam na América, contribuiu para a cobiça estrangeira, afirma Silveira que “quanto mais avançava em suas conquistas, maior o poder e o brilho de Império Incaico sobre os conquistadores. Os próprios índios, em suas constantes migrações, levavam aos vários confins da América as notícias sobre o esplendor do mundo quéchua. Em razão disso, a notícia da existência de Cuzco, do Titicaca e do Império do Sol – com seus Incas, seus templos e casas de mulheres escolhidas – chegou até a América Central, penetrou nas selvas do Amazonas e do Orinoco, cruzou o Chaco, desceu pelo Rio da Prata e expandiu-se ao largo da costa do Brasil. Muito antes das investidas espanholas, vários povos ameríndios estabeleceram algum tipo de contato com as *Quatro Partes do Mundo*. [...]”.

religiosa, entre outras formas de se usar o ouro que é totalmente diferente do que significa o ouro para o europeu, os quais enxergam nele a possibilidade de acumulação bem como o elemento que dava a condição de pertencimento a determinados estamentos da sociedade daquela época, por isso o mito do El Dorado é determinante, nos dizeres de Silveira (2009, p. 130) ele é

Dotado do poder da ubiquidade o deslumbrante El Dorado converteu-se no protagonista mais célebre da conquista sul-americana, na quimera mais desejada, no arcano mais feiticeiro da geografia fantástica do Novo Mundo.
A partir dos anos 40 do século XVI, todos almejavam conseguir alguma licença para seguir em direção ao El Dorado: queriam riqueza e prestígio. [...]

Nos relatos e documentos dos conquistadores da América a fonte de comparação que os atravessa é a mitologia grega. Motivo pelo qual aparecem nos relatos amazonas entre outras figuras mitológicas criadas pelos gregos para explicar e entender o mundo dentro e fora da Grécia. Neste sentido, Silveira (2009, p. 131) denomina os invasores Gonçalo Pizarro, Francisco Orellana, Pedro Ursua, Aguirre e Walter Raleigh de argonautas do Novo Mundo²⁵, ou melhor, aqueles que se locomoveram “[...] pela ânsia de ouro e outras maravilhas dominadoras de suas cabeças e de seus corpos, seja pelos seus próprios atos nas viagens e explorações e conquistas por eles empreendidas. [...]”. Esses argonautas do Novo Mundo buscavam as fontes de riqueza de um sistema econômico incipiente que renascia, de maneira definitiva, na Europa no século XV, contudo não era apenas um sistema econômico, era, sobretudo, o nascimento de um sistema social eficaz, baseado no iluminismo, na razão, forjado sobre as bases de uma razão ocidental, que Dussel (1993) entenderá ser o nascimento da modernidade. O sistema criado era tão bom que em pouco tempo já estava saturado e precisava se expandir, conforme se dissertou acima.

Foi nessa expansão e em busca do paraíso do ouro que se dá a colonização da Amazônia. O mesmo mito que fomentou a colonização da América Latina também fará o mesmo papel na Amazônia, o mito do *El Dorado*²⁶ (Castro, 2010) criado por colonizadores

²⁵ Euclides da Cunha (2014, p. 17) diz que o maravilhoso está diretamente ligado ao fato que o rio Amazonas, o grande rio, empolga por igual o cronista ingênuo, o aventureiro romântico e o sábio precavido e conclui dizendo que “[...] as ‘amazonas’ de Orellana, os titânicos ‘curriquerés’ de Guillaume de l’Isle, e a ‘Manoa del Dorado’, de Walter Raleigh, formando no passado um tão deslumbrante ciclo quase mitológico, acolchetam-se em nossos dias às mais imaginosas hipóteses da ciência. [...]”.

²⁶ Para Silveira (2009, p. 121) “em sua matriz, o El Dorado surge como uma fábula andina relacionada à cultura dos povos Chibcha, mais propriamente, à maneira como os Muisca empregavam o ouro e as pedras preciosas em seus ritos sagrados. Conforme relatos, os Muisca – antigos habitantes dos atuais departamentos de Bogotá e Cudinamarca, na Colômbia – tinham o Sol (Sua) e a Lua (Chía) como suas divindades supremas, criadoras de todas as coisas. A elas devotavam toda espécie de sacrifícios e honrarias, nos quais o ouro e as esmeraldas

ibéricos é o ato motivador e racional da invasão ocidental sobre a Amazônia. Na Amazônia, esse mito do El Dorado nasce, segundo Bolle (2010, p. 19), com a

[...] primeira travessia da Amazônia realizada por europeus, na época em que a Espanha começou a realizar o seu projeto de expansão global. Nesse contexto aconteceu, em 1541-542, a viagem de descobrimento empreendida por Francisco Orellana, comandando uma tropa de 57 homens. Essa expedição foi qualificada pelo historiador Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdes como “um dos maiores feitos jamais realizados pelos homens”. A partir desse feito, o rio “[das] Amazonas” e a região receberam o seu nome definitivo, começaram os projetos de colonização e se engendraram as principais outras viagens de exploração.

Entretanto, Leal (2010) entende que o primeiro contato dos europeus com a Amazônia se dá em 1499, quando Pinzón toca a foz do Amazonas. Leal (2010, p. 90) ainda diz que Pinzón

[...] permaneceu por pouco tempo ali, logo abandonando o local – ao que tudo indica chocado pelo efeito de uma pororoca; porém logo cuidou de apresar consigo trinta e seis índios, que levou para vender como escravos na Europa, o que inaugura, no primeiro contato com a Região, o primeiro saque sobre ela. Daí por diante e durante mais de meio século, a Amazônia ou seria alvo de expedições que foram derrotadas pelo rio ou pela floresta, ou, simplesmente, foi deixada em segundo plano pelos objetivos portugueses e espanhóis de consolidar domínio sobre os extensos territórios dos continentes em que assentavam o império. Mesmo assim, diversas foram as operações que tentaram penetrá-la: Diego de Lepe em 1500, Diego de Ordaz em 1531, dez diferentes expedições entre 1535 e 1542 e – então – a expedição de Orellana, que acabou por ser o primeiro a constatar a sua extraordinária riqueza, e não menos o primeiro a executar, como colonizador, contra os nativos que encontravam no caminho da expedição, o assalto e o saque, no melhor estilo ibérico. Menos de vinte anos depois, o terrível trajeto de Ursua e Aguirre, violento e sanguinário, marcaria a última grande tentativa de reconhecimento da Amazônia com vistas à sua ocupação imediata.

No mesmo sentido Loureiro (2002) descreve que o primeiro europeu a pisar em terras amazônicas foi de fato Vicente Pinzón, na foz do Rio Amazonas, mais precisamente, na Ilha de Marajó, e não tão diferente do que narra Leal (2010), Pinzón realmente ficou espantado com a pororoca e com o maior e mais volumoso rio de água doce do mundo. Contudo, como a história é a história da luta de classes, e ainda segundo Benjamin (2012, p. 245) “[...] nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie [...]”, ou seja, esse primeiro contato narrado pelos viajantes espanhóis na Amazônia se deu sob o jugo e a violência aos povos originários que aqui encontraram, pois Loureiro (2002, p. 108) dirá que em relação aos índios Pinzón e seus comandados foram bem tratados por eles “[...] Mas, apesar de fantástica, sua viagem marca *o primeiro choque cultural e o primeiro ato*

cumpriam um papel fundamental. Para os Muisca, esses bens terrenos exerciam uma força mediadora entre os deuses e os homens. O ouro estava intimamente relacionado ao Sol: fonte de toda criação e vida. [...]”.

de violência contra os povos da Amazônia: Pinzon aprisiona índios e os leva consigo para vender como escravos na Europa”. Mas dentre todos os colonizadores que realizaram viagem à Amazônia, um se destaca, segundo Loureiro (2002, p. 108), que é

A viagem de Orellana (em 1549) instaura *o momento fundador dos primeiros mitos*, como o das Amazonas – índias guerreiras, bravas habitantes de uma aldeia sem homens. Outros viajantes, aventureiros e exploradores que procuravam riquezas espalharam mundo afora mitos e fantasias. De todos, o mito mais persistente parece ter sido sempre o da superabundância e da resistência da natureza da região: florestas com árvores altíssimas que penetravam nas nuvens, frutos e flores de cores e sabores indescritíveis, rios largos a se perderem no horizonte (povoados de monstros engolidores de navios nas noites escuras), animais estranhos e abundantes por todo o chão; pássaros cobrindo o céu e colorindo-o em nuvens de penas e plumas de todas as cores.

A viagem de Orellana para Loureiro (2002, p. 109) inaugura “[...] o ciclo dos mitos *sobre* a Amazônia. [...]”, sendo que um mito puxa o outro, já que, inicialmente os colonizadores e conquistadores eram, em sua maioria, mercadores em busca de ouro e precisavam de evidência que os atraíssem atrás do metal precioso e fonte da riqueza, do poder e do prestígio na Europa do século XV, XVI e XVII. Portanto, o mito das Amazonas cumpre esse papel de que a Amazônia podia tornar-se uma terra a ser conquistada e colonizada definitivamente, já que neste mito está também embutido o mito do El Dorado, como também está incluso o mesmo *modus operandi* do que ocorrera em outros territórios da América Latina, na Amazônia o mito do El Dorado, segundo Bolle (2010, p. 48) era alimentado pelo fato de que as narrativas dos colonizadores entendiam que as Amazonas possuíam como característica, segundo o conto mitológico, uma grande quantidade de ouro, uma riqueza imensa, e este imaginário retoma o que foi o atrativo do império Inca já tratado por Sirlei (2009), dos Astecas entre tantos outros povos condenados da Terra pelos colonizadores durante o século XVI. Essa história das Amazonas é a origem do nome Amazônia, mas estas só existiam porque com elas estavam a mercadoria mais cobiçada e que movia a colonização: o ouro. Todavia, a colonização da Amazônia não fora tão fácil, pois para Bolle (2010, p. 51)

Com a fracassada segunda viagem de Orellana e a desastrosa travessia da Amazônia por Pedro de Ursúa e Lope de Aguirre, em 1560-1561, a colonização da região retardou-se por várias décadas. Mas em fins do século XVI e início do século XVII surgiram novas iniciativas, por parte de franceses, holandeses, ingleses e portugueses. O marco decisivo foi a fundação de Belém pelos portugueses em 1616, na posição estratégica de porta de entrada da Amazônia, ação precedida pela expulsão dos franceses do Maranhão e seguida pela tomada de posse da maior parte da bacia amazônica. A partir de Belém, Pedro Teixeira, capitão-mor da capitania do Grão-Pará, percorreu o trajeto da foz do Amazonas até Quito, ida e volta, de 1637 a 1639. [...]

Os espanhóis são os primeiros europeus a ter contato com a Amazônia e a perseguir o encontro com o mito do El Dorado, posto que, legalmente, a Amazônia pertencia *a priori* à coroa espanhola, segundo o Tratado de Tordesilhas de 1494. Entretanto, os espanhóis não tomaram “posse” do território amazônico face à ausência de encontrar grandes fontes de ouro que justificassem a formação de uma colônia e a consequente ocupação do território, sendo assim o trabalho ainda é preocupação do colonizador, que apenas saqueava o que encontrava que para ele possuía valor de troca. As expedições ocorriam somente pelas margens dos grandes rios, principalmente o rio Amazonas, o que ocasionou segundo Bezerra Neto (2001, p. 11), “não é à toa, portanto, que ao longo da rede hidrográfica do vale amazônico ocorrera a penetração e fixação do conquistador europeu, e conseqüentemente, a dizimação das populações indígenas. [...]”. Logo, a margem do rio para os indígenas na Amazônia durante o período exploratório, expedicionário tornou-se o campo de luta e conflito contra o colonizador.

O marco da colonização da Amazônia é realizado no século XVII, portanto dois séculos depois do início da colonização da América Latina, mas nos mesmos moldes e sobre as mesmas bases. Apesar de que as expedições exploratórias anteriores foram fundamentais para se alimentar os mitos e a cobiça por aquela mercadoria mais procurada pelos colonizadores na América Latina e, conseqüentemente, na Amazônia que possuía um valor de uso e de troca que ditava o padrão de acumulação primitiva da época: o ouro. A ideia que se tinha da Amazônia naquela época era a ideia dos mitos das Amazonas e do mito do El Dorado, ou seja, uma terra em que havia guerreiras, as quais protegiam uma quantidade infindável de ouro, e que, portanto, não faltavam motivos para os europeus invadirem a Amazônia com os seus exércitos de mercenários e mercadores atrás deste “paraíso perdido”.

2.2 O “nascimento”: do genocídio e da exploração dos recursos naturais

A corrida pelo ouro gerou diversas lutas e conseqüências em torno das questões sociais, políticas e culturais na América Latina como também na Amazônia, tanto que, para Porto-Gonçalves (2008, p. 80), “a ocupação da Amazônia nasceu sob o signo da disputa territorial de uma geopolítica de caráter colonial. Franceses, ingleses, holandeses, portugueses e espanhóis deixaram suas marcas no território. [...]”. No mesmo sentido entende Leal (2010) que as atividades coloniais de ingleses, franceses e holandeses pela Amazônia fizeram com que os portugueses se apressassem para colonizar estas terras, agilizando, assim, a fundação

de Belém em 1616, e as razões era que tantos os ingleses quanto os holandeses possuíam avançadas concepções mercantis, enquanto os portugueses e os espanhóis ainda se arrastavam em costumes anteriores ao modelo de acumulação primitiva, pois para Leal (2010, p. 90)

[...] o extraordinário peso morto representado pelo parasitismo da nobreza e do clero, cujo consumo suntuário exigia um saque violento sobre os territórios coloniais para a obtenção dos meios de consumo, fazia da Amazônia uma verdadeira vaca de tetas de ouro, cuja perda seria inaceitável. Assim, os portugueses correram a fundar Belém como estratégia de assentamento de uma base de operações para expulsão dos concorrentes. [...]

A ideia inicial dos portugueses na Amazônia era preservar a condição de exploração futura, já que outras colônias portuguesas que eram exploradas davam maior rentabilidade comercial. Contudo, para se compreender a Amazônia como exploração futura, era necessário estabelecer o povoamento e fortificações militares a fim de exercer a ocupação do território para que os outros impérios europeus que já atuavam na Amazônia não mais a ocupassem. E a principal maneira de conquista e manutenção desses territórios pela coroa portuguesa era, segundo Porto-Gonçalves (2008, p. 80), por meio dos Fortes, a primeira marca da civilização ocidental na Amazônia, que no século XVII ergueram-se: o Forte do Presépio²⁷, em Belém, em 1616; o Forte de São José da Barra do Rio Negro, em Manaus, em 1669. Porém, somente em 1750, pelo Tratado de Madri, segundo Bezerra Neto (2001) que a Espanha reconhece legalmente a posse portuguesa sobre a Amazônia. Para Leal (2010) essa reocupação do território através de meios militares veio acompanhada de um brutal etnocídio, o extermínio dos povos nativos da Amazônia, tal como os espanhóis fizeram em toda a América Latina. Esse método de colonização que os portugueses empregaram na Amazônia é totalmente diferente do que os concorrentes imperialistas estavam fazendo, pois na concepção de Leal (2010, p. 91)

O português procedeu a substituição do estilo colonial do batavo – que implicava uma concepção mais avançada de exploração da Natureza e do Trabalho – pelo seu, atrasado e muito mais predador. A plantagem colonial, que os holandeses já haviam inaugurado, foi substituída pelo extrativismo. Como na Amazônia não foi encontrado ouro ou prata – ou mesmo qualquer evidência disso – a expectativa medieval dos portugueses em relação a essa concepção de riqueza fê-los recair na exploração dos recursos da natureza amazônica de modo bem mais rudimentar,

²⁷ Porto-Gonçalves (2008, p. 81) ressalta o papel fundamental da Igreja na dominação territorial pois “as Ordens Religiosas foram autorizadas pelo Estado Colonial a conquistar as almas indígenas, e, assim, garantir para os portugueses os territórios. A mais importante cidade da região, Belém, nasce em 1616, sob esse signo da cruz e da espada, com o significativo nome de Forte do Presépio”. Entretanto, Leal (2010) entende que essa captura da alma era uma forma de aniquilamento cultural dos indígenas, enquanto que aqueles que não vendessem a sua alma deveriam ser capturados para fins de escravização e caso ainda resistissem deveriam ser mortos. E a Igreja participou ativamente nas três formas de dominação indígena na Amazônia.

iniciando, desde aí, a sina extrativista da Região. O caráter atrasado do desenvolvimento das forças de produção entre os ibéricos, para aquele momento de avanço científico e tecnológico da Europa, devido sobre tudo a presença e a ação da igreja na sua formação histórica e na mentalidade social, acabou por se refletir na imposição, na Amazônia, de uma estratégia produtiva extrativista, com a coleta das drogas do sertão. [...]"

O extrativismo das “drogas do sertão”, das especiarias da Amazônia, era destinado exclusivamente ao mercado europeu, mesmo que de maneira rudimentar essa atividade econômica de exploração de recursos da floresta conseguiu colonizar o território a favor dos portugueses, com a imprescindível ajuda da igreja²⁸. Segundo Porto-Gonçalves (2008) nessa época surgem as cidades de Santarém, no rio Tapajós, Óbidos, no rio Trombetas e Tefé, na foz do Japurá. Quanto ao trabalho, segundo Alves Filho (2001, p. 27) “[...] foi uma das mais difíceis tarefas do processo de colonização [...]”, pois não havia uma organização social, muito menos uma cultura, ou como diz Weber (2004) um espírito do capitalismo na Amazônia antes da chegada dos colonizadores, já que a concepção de trabalho para a sociedade nativa amazônica não é a mesma do capitalismo. Logo, o trabalho para obter as “drogas do sertão” será, eminentemente, realizado pelos índios de forma compulsória, que a princípio, segundo Leal (2010), foi legalmente instituída a escravidão indígena, sendo que os métodos para obter a mão de obra escrava eram: o descimento, o resgate e as guerras justas. Destes três, o descimento consistia em retirar o índio do seu território e da sua sociedade e os levar para os aldeamentos missionários para que se tornassem escravos disfarçados de trabalhadores. Já os outros dois métodos: o resgate e as guerras justas eram os mais violentos, sendo que o primeiro seria a troca de quinquilharias com prisioneiros de guerra mantidos pelos indígenas, e as guerras eram ações militares portuguesas para combater a resistência indígena e capturá-los. Ademais, os índios amazônicos eram de fundamental importância para o devassamento da Natureza (Leal, 2010 e Porto-Gonçalves, 2008), pois com o conhecimento indígena sobre o território os colonizadores podiam, então, mapear tudo que a floresta podia dar como também reconhecer o território dominado. Leal (2010, p. 92) diz que o modelo de colonização português associou o extrativismo ao genocídio dos povos indígenas, e conclui “[...] a história da Amazônia, nesse período representa o próprio marco histórico inicial do genocídio sistemático do nativo.” (p. 92). Portanto, a exploração comercial das “drogas do

²⁸ Para Souza (2009, p. 109) “Os portugueses, mais do que os espanhóis, souberam manipular o Cristianismo como uma ideologia do mercantilismo, estreitando o corredor de observação dos relatores, eliminando sempre os pruridos iluministas que tentassem se infiltrar na visão da terra conquistada. O conquistador espanhol, fazendo constantes apelos à ideia de serviço (de Deus ao rei), ampliou consideravelmente o seu significado”. No mesmo sentido, Alves Filho (2001, p. 30) a catequese foi um instrumento fundamental para produzir a força de trabalho para o sistema colonial português, pois a Igreja Católica promovia o desenraizamento cultural do indígena

sertão” na Amazônia é a razão primeira, econômica e social, da violência sobre a Natureza e o Trabalho.

O índio para o colono no sistema de escravidão era força de trabalho e mercadoria, através dos métodos de obtenção da mão de obra escrava indígena o colono podia vendê-los no próprio mercado da colônia ou, até mesmo, enviá-los para o mercado europeu. Entretanto, a mão de obra escrava indígena não era bem-vista pelo colonizador português, pois de acordo com Porto-Gonçalves (2008, p. 82) os índios tinham dificuldade de entender a lógica do colonizador de viver para trabalhar, do sistema escravocrata que os faziam refém, retiravam a liberdade e, se não bastasse, ainda os submetiam a exploração²⁹ para acumulação primitiva, que era brutal e cruel. Os índios conheciam o território, o que lhes dava a possibilidade de fuga, de retomar a liberdade que lhe fora tirada. Toda essa barbárie era executada sob os olhares dos missionários, dos padres e da igreja. O genocídio indígena na Amazônia para Leal (2010, p. 95) “[...] mostra quão brutalmente, na Amazônia colonial portuguesa, o dono da terra foi condenado ao extermínio. Um crime histórico monstruoso, para o qual se uniram, em decisão e poder, Portugal e a Igreja”. São as instituições funcionando para o massacre para a instalação do sistema-padrão de acumulação e reprodução do século XVII e XVIII na Amazônia, o qual era composto basicamente por produtos extraídos diretamente da natureza, da floresta amazônica e de produtos agrícolas que os colonizadores impuseram o trabalho escravo ao indígena, no entanto Leal (2010) assinala que o modo de exploração, atrasado e devastador, fez com que alguns produtos fossem a mingueta ou quase a extinção. Toda a produção era destinada à exportação no intuito da produção da acumulação primitiva da coroa portuguesa.

Em meados do século XVIII assume o poder em Portugal o Marquês de Pombal que segundo Leal (2010) pretendia promover a modernização da metrópole e conseqüentemente das colônias portuguesas, entre elas a Amazônia, mudando radicalmente a estrutura produtiva, tanto que, segundo Leal (2010, p. 96), Marquês de Pombal promoveu a divisão política da Amazônia em capitanias hereditárias como parte desse processo de modernização e criou, assim, a capitania hereditária de São José do Rio Negro e a do Grão Pará-Maranhão, atacando os privilégios e as propriedades dos jesuítas, isto foi segundo Leal (2010, p. 96) reprodução de “[...] medidas que as sociedades avançadas, como ingleses e holandeses, haviam tomado duzentos anos antes [...]”. Ademais, Marquês de Pombal reformulou toda a legislação colonial

²⁹ Leal (2010, p. 94) “[...] negros e índios, para esse parasita que era o colonizador, eram apenas objetos, cuja forma de exploração dependia apenas da conveniência do resultado que se pudesse obter dela – o que exibia, da parte dos que propunham isso, uma rara competência em argumentar, usando, ao mesmo tempo, hipocrisia e cinismo”.

instituindo o português como língua oficial, excluindo o *Nheengatu*, estimulou o casamento entre os brancos e as índias, ainda nos dizeres de Leal (2010, p. 96) “[...] na verdade introduziam mudanças que os redefiniam como exército de produção de excedente sob condições avançadas de imposição de sobretrabalho [...]”. Além do avanço sobre as formas de trabalho, a administração do Marquês de Pombal também interveio sobre a natureza amazônica para suprir o mercado externo e interno, os quais eram abastecidos pelos estoques naturais que leva a descapitalização ecológica da Amazônia (Leal, 2010) praticada desde a gestação da exploração da Amazônia na época do mito do El Dorado. A Natureza na Amazônia anda junto com ao trabalho, pois a exploração do capital ecológico é feita pela mão de obra arregimentada pelos setores dominantes das sociedades de cada época. A classe dominante da sociedade, na Amazônia dos séculos XVII a XVIII, foi constituída pela nobreza e o clero português (burguesia colonial), que sob o sistema econômico mercantilista, portanto, de acumulação primitiva, saquearam a floresta e dizimaram os povos nativos no afã de manter o luxo e o supérfluo do *status* de classe, nos dizeres de Leal (2010, p. 97)

Assim, dois séculos se passaram com a progressiva e incessante extinção dos indígenas na Amazônia; primeiro, com o morticínio direto decorrente de sua expropriação e escravização pelo português mercantilista; depois, com o ‘acabamento’ deste processo, pelas medidas que terminaram por reduzir à descaracterização total a sua cultura, e ‘caboquizá-los’ progressivamente, até que deles apenas restasse uma lembrança vaga e remota como objeto de curiosidade cultural. E à custa de que se fez isso? À produção de que riqueza contribui esse morticínio como preço? Ao sustento do fausto suntuário e fútil da nobreza e do clero portugueses, ao enriquecimento de um apêndice subsidiário dessa camada parasita – a burguesia colonial portuguesa (os ibéricos, por uma questão de formação histórica, jamais puderam produzir uma burguesia revolucionária) – e à produção, através dessa ação histórica, de uma expressiva massa de acumulação primitiva, que os portugueses, na sua incompetência burguesa, passaram às mãos dos ingleses através do comércio. Associaram-se, pois, a este estilo de pilhagem colonial característico dos portugueses, dois sub-produtos muito próprios: a destruição ambiental e o extermínio genocida.

Ora, desde o primeiro colonizador a tocar na Amazônia que o padrão de acumulação primitiva não se difere, pois passados três séculos, a saber: do final do século XV ao século XVIII; ainda é recorrente a destruição ambiental e o extermínio genocida. A caçada pelo ouro, primeiro ciclo de pilhagem colonial, o resultado foi o mesmo do que a economia das “drogas do sertão”, ou o período de “modernização” aplicado pelo Marquês de Pombal, os quais se configuram como o segundo ciclo de pilhagem colonial. A Natureza a serviço da pilhagem foi sinônimo de exploração e devastação dos estoques de recursos naturais, enquanto o Trabalho era o mesmo que escravizar os povos indígenas, e aos que não aceitassem a submissão a morte, o genocídio. Essa é a fórmula de acumulação primitiva que a Amazônia sofre até o

século XVIII. E não cabe a tese, por mais que Leal (2010) repita, de que se a colonização na Amazônia se desse sob os auspícios dos ingleses, franceses ou holandeses, os quais aplicaram uma colonização de ocupação, a Amazônia hoje teria um destino semelhante ao dos Estados Unidos dentro do capitalismo atual. Bambirra (2015, p. 44) entende que não é a classificação da colônia que a torna menos ou mais dependente, pois

Estes autores não compreendem que o “atraso” dos países dependentes foi uma *consequência* do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a *condição* desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável atraso de outros.

Não se pode afirmar que a história da Amazônia na mão de outro país colonizador seria diferente, pois tanto a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana, foram colonizados por, respectivamente França, Holanda e Inglaterra, e nem por isso são grandes potências do capitalismo mundial hoje, nem por isso tiveram histórias diferentes da que foi a colonização portuguesa na Amazônia brasileira. A violência e o saque são inerentes ao modelo capitalista, pois a colonização de um território dotado de outro modo de produção, de outras relações sociais, só se dará sob a brutalidade do domínio bélico militar, por esta razão a ocupação do território se deu primeiramente com destacamentos militares encastelados em Fortes, para depois o surgimento de vilas ao redor dos Fortes e a criação de um microsistema baseado na troca e na economia burguesa, que não Amazônia acrescenta-se o acompanhamento de alguma fonte de bem primário com alto valor no mercado retirado da Natureza, que no século XVI eram as “drogas do sertão”, mas que para Souza (2009, p. 114-115)

o espírito simulador do discurso colonial legou o velho e gasto conceito de “Amazônia, reserva natural da humanidade”. Contraditoriamente, sua permanência é hoje a comemoração do assalto indiscriminado à floresta, da transformação da selva em deserto e da tentação de vergar a espinha para as diversas ações retóricas de solidariedade que deseja congelar o primitivo. Discurso colonial e discurso preservacionista são aparições do mesmo estoque de arrogância. Não mão direita, o processo de extermínio dos índios e a violação da natureza por uma lógica econômica ensandecida. Na mão esquerda, o bálsamo de um discurso que não é mais do que a velha tradição do banquete de palavras, das metáforas discrepantes que pintam tudo em levitações da gramática e do significado, numa anacrônica dimensão equatorial do barroco, para que o homem das selvas nunca se liberte do primitivismo.

O sistema econômico mercantilista-capitalista necessita de mão de obra quer seja escravizada, num primeiro momento, e num, segundo momento, quer seja assalariada, necessariamente. Assim, para a exploração da Natureza amazônica nos primeiros três séculos de colonização, a mão de obra que melhor conhecia e sabia devassar a floresta era a indígena.

Contudo, essa mão de obra jamais se adaptou à imposição do modelo de produção capitalista e a tudo que ele materializa nas relações sociais, de trabalho, culturais, entre outras. Tanto que a fuga para “dentro” da floresta como a luta pelos territórios indígenas é tão comum, até hoje. Pois, a liberdade do indígena enquanto ser humano ante a todas essas imposições da colonização era “conquistada” pela fuga e pela luta. Sendo assim, o primitivismo, o primitivo que Souza (2009) trata na citação acima, só tem sentido se pensado como sendo a exportação de ideias vindas de “fora” da Amazônia sobre ela mesma, principalmente, dos centros hegemônicos do capitalismo, os países imperialistas, que comandam este sistema.

Mas a história da colonização não termina com a colonização propriamente dita. A Amazônia sofre por três séculos (final do XV até meados do XVII) a espoliação da Natureza e do Trabalho (indígena) num ritmo lento, o qual é acelerado nos próximos quatro séculos (fim do XVIII, XIX, XX e XXI). Uma aceleração exponencial, que se dá conforme o ritmo de expansão e reprodução do capital, bem como a conjuntura e a correlação de forças na sociedade de classes na Amazônia. A primeira alteração na velocidade (aceleração) de vinculação da Amazônia aos moldes do capitalismo tal como conhecemos hoje se dá com o atrelamento da Amazônia aos países europeus que largaram na frente no desenvolvimento do sistema capitalista, tais como a França, a Holanda e, principalmente, a Inglaterra.

2.3 O “desenvolvimento”: a vinculação da Amazônia as grandes potências hegemônicas.

A Inglaterra, que também fez grandes colônias pelo mundo afora, inclusive no “Novo Mundo” quando se apropriou do que hoje são os Estados Unidos da América, Jamaica, Guiana, utilizou dos mesmos mecanismos de acumulação primitiva que os demais países colonialistas europeus, com algumas diferenças, as quais não fazem da colonização inglesa algo bom, enquanto que a colonização ibérica seria o modelo do mal, pois as colônias inglesas sofreram uma colonização de povoamento, enquanto que as ibéricas foram de exploração. Esse maniqueísmo moral escamoteia o fato de que as duas colonizações foram fontes primárias de acumulação baseada no saque das riquezas produzidas nestes territórios, assim como sustentava a riqueza material do entesouramento. O que diferencia a colonização inglesa das demais é que as colônias tinham perspectiva de futuro, no sentido de que estavam sendo preparadas para se tornarem um grande mercado consumidor das mercadorias produzidas pelos ingleses, assim como o entesouramento serviu para desenvolver as forças

produtivas inglesas que inauguram um novo patamar na ordem mundial, tanto que para Leal (2010, p. 97)

O século XVIII situa o irreversível declínio da Espanha e de Portugal, de par com a consolidação da Inglaterra como potência industrial e a sede da liderança capitalista a nível mundial. A consolidação do Capitalismo como modo de produção e das sociedades capitalistas avançadas como expressões do poderio burguês a nível planetário, desarticulou o poder das sociedades assentadas sobre concepções arcaicas da organização produtiva, casos em que se incluíam os ibéricos. Assim, o mundo colonial ibérico vai começar a ser gradualmente colocado na esfera de influência da ordem mundial capitalista da era industrial, agora comandada pela Inglaterra [...]"

No mesmo sentido do declínio da colonização portuguesa na Amazônia devido à nova fase do capitalismo, Souza (1994, p. 72-73) entende que

o modelo colonial português, nas águas da economia mercantil internacional em transformação sofreu até o fim do século XVIII uma mudança estrutural impelida pelo capitalismo nascente. Esta mudança, no entanto, não assegurou a sobrevivência da sociedade colonial portuguesa na América. Sendo, porém, a colonização um processo de transculturação necessariamente mais lento e progressivo, e tendo sido mais tarde substituído por um modelo extrativista exportador, as raízes coloniais resistiram na Amazônia em seus alicerces superestruturais, deformando-se por cima e reaparecendo num persistente fenômeno observado por quase todos os cientistas e viajantes que visitaram o vale no século XIX: uma sociedade voltada para o extrativismo para suprir as exigências do mercado externo e subordinada a importações para atender as suas necessidades internas. Daí, a imitação das formas políticas das nações coloniais europeias mesclada ao liberalismo democrático norte-americano. [...]

O que explorar na Amazônia nessa nova ordem do capitalismo mundial inaugurada na Inglaterra? Como a colonização portuguesa não entendia absolutamente nada da Amazônia e todo conhecimento sobre a Natureza pertencia aos povos nativos, sendo que estes só mostraram o que lhe convinha. Precisou inaugurar um período de “novas descobertas” por parte do capitalismo avançado europeu. Desta feita, as potências europeias hegemônicas do fim do século XVIII e início do século XIX sentiram a necessidade de conhecer profundamente a Amazônia, um reconhecimento que seria dado pela ciência³⁰ positiva já

³⁰ O território amazônico pertencia a Portugal e depois da corrida pela ocupação colonial as potências passaram a respeitar, tacitamente, os territórios colonizados. Assim, para conhecer um território colonizado e tentar explorar o máximo da terra a Inglaterra precisava da autorização do estado português que o negava constantemente. A forma que os ingleses encontraram foi segundo Leal (2010, p. 99-100) através de “o processo de reconhecimento científico da Amazônia se associou, naturalmente, aos movimentos no sentido de poder manipulá-la ao possível para os objetivos da Acumulação. As nações cujo desenvolvimento capitalista as impelia a essa atitude começaram a demonstrar esse interesse via pressões econômicas ou políticas. Quem mais abertamente agiu nesse sentido foram: a Inglaterra, por força da sua condição histórica de sede de produção industrial capitalista, somada à condição particular de efetiva credora das dívidas de proteção a que se obrigou Portugal pela fuga da corte para o Brasil; e os Estados Unidos, que, ainda na primeira metade do século XIX, iniciaram uma expansão pré-imperialista que levaria à consideração da América do Sul como extensão territorial subordinada”.

altamente desenvolvida naquele continente. O objetivo não era reformular o modelo de exploração, muito menos desenvolver o capitalismo aos moldes europeu ou norte-americano, mas sim procurar produtos na floresta de grande valia para a produção de mercadorias que pudessem ser exploradas para além das “drogas do sertão”. A ciência era posta, na Amazônia, a serviço do processo de acumulação capitalista. O capital sabia da potencialidade de exploração da Amazônia, só precisava conhecer o que e como explorar esse potencial³¹. Tanto que o interesse pela Amazônia, segundo Leal (2010, p. 102) dá-se em

Essa primeira metade do século XIX, pois, testemunha uma avalanche de investigações sobre as características naturais da Amazônia associadas à intenção de controlá-la, por parte das potências capitalistas da época, devido ao potencial de contribuição à Acumulação que a Região apresentava. Essas manobras no sentido de obter o controle dela chegaram até a proposta de uma atitude separatista, feita ao presidente Eduardo Angelim, durante o período vitorioso do movimento cabano, assegurando-lhe o apoio e a proteção externa, se decidisse por ela. Embora até hoje a nação autora da proposta – devido às condições em que foi feita – permaneça incógnita (tem-se como seus prováveis autores ou a Inglaterra, ou a França, ou os Estados Unidos), o certo é que esse incidente bem espelha a importância da região amazônica para os interesses do poder capitalista a nível mundial, já naquele período que antecede a emergência histórica do Imperialismo.

Esse domínio científico sobre a Amazônia era para encontrar a mercadoria que deveria ser explorada a fim de acumular primitivamente como ocorria no Nordeste, na zona costeira desta região, com a cana de açúcar a partir do século XVI. Contudo, na Amazônia, segundo Alves Filho (2001, p. 28) as características do território eram incompatíveis com o modo de produção de *plantation*, que basicamente usava trabalho escravo e vindo da África, monocultura (cana-de-açúcar) e grandes extensões de terra. Já na Amazônia o trabalho escravo passa a ser legalmente permitido e incentivado na era do Marques de Pombal, a partir de meados do século XVIII, segundo Porto-Gonçalves (2008) e Alves Filho (2001). A nova ordem mundial do capitalismo inaugurada pelos britânicos impusera ao sistema colonial na Amazônia ser repensado pelas potências hegemônicas do capital na época, já que a Natureza e o Trabalho não se condicionavam mais aos tempos do mito do El Dorado e a busca por ouro através da dizimação dos povos indígenas, nem aos tempos da exploração das “drogas do sertão” feitas pela escravização indígena. Nos dizeres de Souza (2009, p. 171)

³¹ Após os relatos dos viajantes e dos padres que estiveram no processo de colonização inicial da Amazônia têm-se as pesquisas científicas do século XVIII e XIX de cientistas europeus que para Souza (1994 e 2009) o primeiro cientista importante a atravessar a Amazônia é Charles Marie de La Condamine, um francês que refaz o percurso de Orellana só que em 1743, e publica estudos sobre a flora a fauna e os povos indígenas “com profusão de novidades”, segundo Souza (1994 e 2009). Souza (1994 e 2009) ainda elenca alguns cientistas que atravessaram a Amazônia, entre eles: o alemão Alexandre Von Humboldt, o inglês Charles Waterton, o austríaco Johann Natterer, o alemão Carl Friedrich Philip Von Martius, outro alemão Johann Baptist von Spix e os ingleses Henry Lister Maw e William John Burchell. Estas expedições se deram entre 1790 e 1900 e ainda tiveram participação de cientistas de outros países, principalmente, dos Estados Unidos.

Foi assim que, pela contribuição de tantos viajantes, mas sem romper com a velha tradição da consciência da desigualdade, o discurso colonial passa a mudar na Amazônia, a partir de 1750. Nessa época, que pode ser entendida como o instante em que os europeus se dão conta de que inventaram um mundo novo, o pensamento destaca-se da esfera do relato e experimenta mover-se fora da antiga similitude teológica da Contrarreforma. A expressão torna-se leiga e profana, e as narrativas perplexas já não são formas de conhecer, mas, antes, uma reflexão mais decidida sobre a colisão entre culturas e naturezas, que se escondiam e subitamente se revelaram em choque. Do mal iluminado local onde se estabeleceu essa colisão, a confusão começa a se dissipar. O tempo da fixação e da conquista está preste a encerrar a sua ação. Atrás de si restam apenas fábulas lúdicas – fabulário cujos poderes de encanto crescem com essa racionalidade nova de semelhança e ilusão. Por toda a parte desenham-se as fábulas da região, mas, agora, sabe-se que são fábulas; é o tempo da necessidade de louvar a própria força e tentar a compreensão da ciência.

Portanto, é neste período que a luta entre os povos colonizados e os colonizadores, que num primeiro momento se deu pelo ouro e num segundo momento foi por território e escravização encerrar-se-ia nos moldes em que o modelo colonial impôs. Inaugura-se, então, um “novo” período a partir do século XIX, quando oficialmente as colônias passam a ser independentes. Todavia, na Amazônia as coisas não se dão com imediatismo, a transição do sistema colonial para o sistema independente foi algo violento, pois segundo Souza (2009, p. 200) as classes dominantes do Pará não queriam aderir à independência e isto se dava pela fragilidade política da Região amazônica frente à política nacional. Essa violência segundo Souza (2009, p. 200-2001) trucidou “[...] 30% da população da região. O povo da Amazônia pagou um preço tão alto para pertencer ao Brasil, que até hoje ainda não se recuperou do sacrifício”. No século XIX a Amazônia foi colônia portuguesa (1823-1850), território do Império (1824/51 – 1889) e região da República (1889-1899). Foram nestas transições que ocorreram o banho de sangue na Amazônia, marca indelével da Região desde o tempo da colonização o assassinio do povo amazônico, das classes oprimidas, dos indígenas, dos negros, dos seringueiros, dos extrativistas, dos camponeses, enfim dos trabalhadores em geral. A cabanagem³² é um exemplo da luta entre os explorados e os exploradores. No entanto, é no final deste século XIX, que segundo Leal (2010, p. 104)

³² A cabanagem segundo Souza (2009) foi um fato histórico único nas Américas e não pode ser reduzida a um simples hiato de anarquia social das massas. Foi um movimento que nasce no desmonte do aparato colonial na Amazônia apontando para uma nova civilização original, que para Leal (2010, p. 102) espelha “[...] o resultado histórico da expropriação do nativo e da sua conversão em força de trabalho explorada pelos que se converteram em proprietários à custa da sua expropriação e exploração. [...]”. Marca um novo ciclo na história da Amazônia, uma nova etapa, que infelizmente não significou a libertação da exploração do povo amazônico, mas sim a mudança no sistema de exploração da força de trabalho. Segundo Leal (2010), faltou a Cabanagem um projeto político.

[...] a partir da década de 1870 começa a ser produzida, agora, na escala em que a exigia a Acumulação. E aí que se inicia o primeiro grande período expressivo de contribuição da Amazônia à acumulação mundial. Esse período provoca uma das maiores transformações históricas sobre a Região, redefinindo todo um corpo de relações sociais, tanto no seu interior como entre ela e outras sociedades.

Leal (2010) vai entender que a borracha para a Amazônia vai transformá-la para mera fornecedora de matérias primas dentro do circuito mundial da Acumulação; avança-se sobre as áreas ainda não ocupadas durante o período colonial; como também se cria uma burguesia regional graças ao comércio da borracha; além do que cria um sistema de produção diferenciado para a exploração de trabalho na Região, como é o aviamento³³. A mão de obra para exploração da borracha se aproveitaria das condições de trabalho imposta ainda durante a colonização, quais sejam: a escravização dos povos indígenas e dos povos africanos. Tanto que para Euclides da Cunha (2014, p. 26) “[...] o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se.”. Trata-se, então, ainda segundo Euclides da Cunha (2014) da maior organização criminosa do trabalho. Contudo, num sistema capitalista o capital faz o que é necessário para se instalar e se manter como sistema dominante, logo para trabalhar dentro da floresta extraindo borracha não se podia contar a escravidão propriamente dita para a acumulação primitiva, portanto a criação do aviamento foi uma forma de prender o Trabalho e conseguir contingentes de trabalhadores miseráveis “livres” para esta atividade. Nem os obstáculos da Amazônia sobre a navegabilidade dos rios foi capaz de frear o capital que avança sobre a região. A construção da ferrovia Madeira-Mamoré, é um exemplo clássico deste padrão de acumulação e reprodução do capital no século XIX sobre a Amazônia.

É o auge da economia da borracha, o século XIX, tamanha fartura faz com que o próprio capital se aventure na Amazônia, mas não sem as garantias dadas pelo Estado, foi

³³ Euclides da Cunha (2014, p. 26) descreve esse sistema como sendo aquele em que o trabalhador “No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa ao Pará, e o dinheiro que recebeu a preparar-se. Depois vem a importância do transporte, num *gaiola* qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um *rifle* (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no *barracão* senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o corte da *madeira* e já deve: 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 *paneiros* de farinha-d’água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o *brabo* canhestro, de quem chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000”. O pagamento a esta dívida contraída se dá com a extração de borracha e a entrega da produção toda ao senhoril como forma de pagamento da dívida. Porém, são raros os casos em que os seringueiros conseguem adimplir a totalidade da dívida contraída, posto que Euclides da Cunha (2014, p. 27) “[...] raro é o seringueiro capaz de emancipar-se pela fortuna”.

assim com a estrada de ferro Madeira-Mamoré³⁴, cuja obra, segundo Hardman (1988, p. 123-125) fora feita pelo capital³⁵ com subsídios dados pelo governo boliviano e brasileiro ao empréstimo e aos juros. Outra obra na Amazônia, nos mesmos moldes da Madeira-Mamoré, e na mesma época desta ferrovia é a estrada de ferro Belém-Bragança³⁶, que se inicia, em 1883, a construção e termina somente em 1908, segundo Leandro e Silva (2012). Estas obras do capital na Amazônia serviram para os Estados se endividarem externamente, para aprofundar ainda mais a dependência, de forma que não era somente o comércio exterior que vinculava o exportador de produtos primários ao país imperialista (aquele que comprava a produção desses bens primários como também importava os produtos manufaturados produzidos por sua indústria)³⁷, mas também o elo pelo capital portador de juros, pela apropriação do excedente produzido nos países dependentes. Outra característica comum a essas duas obras é que elas estão intimamente ligadas à economia da borracha, por isto que os Estados se tornam fiadores das aventuras do capital na Amazônia naquele período. A Amazônia, portanto, adentrava e se firmava de vez na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), naquela época. Mas essa “carteirinha” do clube da circulação do Capital dada pela economia da borracha não garantia à Amazônia a libertação do seu povo das condições em que fora posta desde os tempos do mito do El Dorado, segundo Leal (2010, p. 105)

Dessa maneira, valendo-se da miséria social preexistente, que a colonização houvera criado, o Capital, através das exigências que a Acumulação fazia surgir, reproduzia essa miséria como uma exigência da contribuição da Amazônia à acumulação capitalista. Essa sobre-exploração desumana era uma necessidade da própria valorização, pois dada a natureza do meio como obstáculo fundamental a agilidade

³⁴ Hardman (1988, p. 15) diz que “[...] A Madeira-Mamoré era o espetáculo privilegiado da civilização capitalista na selva. [...]”, pois naquele tempo “Com a ferrovia e a navegação a vapor, o mercado mundial ganhava ao mesmo tempo concretude, o que vale dizer, nesse caso, que a forma-fetichismo das mercadorias estava definitivamente liberada para encantar toda a humanidade. [...]”.

³⁵ Estas duas obras na Amazônia possuem uma característica em comum que marca como se davam os investimentos na Amazônia no século XIX (aos dias atuais), que é a garantia dada pelos Estados às obras simbólicas de desenvolvimento, progresso e modernidade, já que as empresas eram constituídas para execução da obra determinada e administração do funcionamento da mesma, tais como: Madeira-Mamoré Railway Co. Ltd. e Companhia Estrada de Ferro de Bragança. Essas empresas nasciam sem capital inicial, sem capital social, somente com a promessa de que fariam algo lucrativo, era um capitalismo aventureiro, contudo essa aventura possui um limite, que era o da captação de recursos, pois estes só eram emprestados se viessem acompanhados de uma boa garantia de pagamento do empréstimo e de bons juros pelos Estados “beneficiários” da referida obra.

³⁶ Esta ferrovia data de 1870 quando se deram os primeiros passos para a construí-la pela iniciativa privada, todavia os contratos não são cumpridos até que em 1883 inicia-se a construção que terminará em 1908, sendo que neste interregno, a iniciativa privada, que construiu a base de dinheiro público que servia para pagamento do empréstimo e dos juros contraído pela empresa, três anos depois do funcionamento da ferrovia desfez o contrato por prejuízo das operações, obrigando, portanto, o Estado a assumir a construção e operação da ferrovia, segundo Leandro e Silva (2012).

³⁷ . Pode-se, ainda, caracterizar que neste período na Europa vivia-se sob a égide do liberalismo e do capitalismo industrial, que possui as suas formas de relações sociais. Sendo assim, para abastecer o mercado europeu com matérias-primas que garantissem o avanço de sua industrialização necessitou-se de criar um mercado produtor destes bens como também consumidor daquilo que era produzido na Europa, o padrão do mundo.

produtiva, bem como à introdução, bem como a introdução de tecnologia que superasse isso, somente a imposição de uma subremuneração brutal compensaria a baixa produtividade do trabalho decorrente dessas condições de produção. Nas áreas onde a inexistência de hordas migrantes tornava impossível o recurso à exploração dos pauperizados – como no Rio Putumayo – e como não se podia impor, àquela época, em uma região de tamanha abundância territorial, o cativo da terra necessário a fazer do nativo um expropriado – o que o obriga a ter que trabalhar para o colonizador – reproduziram-se, para esse fim, os mesmos métodos de extermínio e escravização sobre os índios que os portugueses haviam inaugurado, pelo mesmo motivo. Assim, esse esquema de subsunção viabilizou a produção de enormes quantidades de borracha, que, num período de pouco mais de quarenta anos, subsidiou uma expressiva parcela de acumulação industrial.

A apropriação do Trabalho e da Natureza encontrou na economia da borracha o auge da acumulação capitalista, encontrou a sua forma quase que terminada na transição da Amazônia da colonização para o capitalismo propriamente dito, já que encontrou um sistema de “remuneração”, o aviamento; uma mercadoria de interesse do capital internacional de grande valor disponível na floresta e descoberta pelos cientistas que vieram fazer a “varredura” da Amazônia, a borracha; como implementou as relações sociais e toda a estrutura que o capital desenvolvera na Europa e se expandiu para o resto do mundo. Conclui Leal (2010, p. 106) dizendo que esse período é

O assim chamado *ciclo da borracha*, pois, delimita essa mudança, assim como consolida a imposição, pela ordem produtiva internacional capitalista, de uma “vocação” extrativa à Amazônia. Isso se associa ao primado de um novo parasitismo de dois níveis em rela o a ela: o parasitismo do Capitalismo a nível internacional, sugando dela uma gigantesca quantidade de valor para a Acumula o no período industrial sob a forma de riquezas naturais – e que tem o seu marco histórico inicial com a explora o gom fera – e, a nível regional, o parasitismo dessa classe dominante subsidiária, dessa subburguesia, que se nutre da miséria social redefinida pela inser o da Amazônia a esse circuito de Acumula o. Portanto, essa situa o configura o parasitismo associado de segmentos da burguesia ao âmbito regional e internacional, sobre as camadas exploradas da sociedade amazônica, num quadro característico do Desenvolvimento Combinado.

A inclusão da Amazônia na DIT com a “voca o” do extrativismo fornecedor de matérias primas e bens primários e semielaborados fora construída desde os tempos da coloniza o pelos países dominantes e hegemônicos, quando expropriou o território, no caso da Amazônia a Natureza, e o trabalho, sendo que esse ciclo colonial de fato se encerra com a economia da borracha, para se aperfeiçoar nos próximos séculos sob a égide de outros organismos da classe dominante.

3 O SUBDESENVOLVIMENTO E A NECESSIDADE CAPITALISTA DE “CRESCIMENTO”

3.1 A ideias de Amazônia no século XX

Os mitos na Amazônia são lembrados, ou melhor, lembrados e constantemente reavivados. Tanto que para Bolle (2010, p. 53)

Esse distanciamento do maravilhoso, das fábulas e da mitologia em prol dos fatos científicos acentuou-se no decorrer do século XIX, no relato de Spix e Martius sobre a sua viagem pela Amazônia (1819 e 1820). O mito do Eldorado foi considerado superado e, quanto às Amazonas, Martius – depois de não ter encontrado “fato nenhum que de longe se referisse a essa tradição fabulosa” – é categórico: “Não acredito na existência delas, quer no passado, quer no presente” (Spix e Martius, 1981 [1823-1831], III, p. III). Em fins do século XX, na expedição através da Amazônia realizada por Jacques Cousteau e sua equipe, a despedida dos relatos dos primeiros descobridores é definitiva, na medida em que nem Carvajal nem Acuña constam da bibliografia.

Na historiografia recente sobre a região, no entanto, as visões mitológicas, tanto do Eldorado como das Amazonas, são lembradas. Não por um capricho dos estudiosos, mas porque a colonização que tem marcado a Amazônia nestas últimas décadas ainda pode ser melhor compreendida por meio dessas chaves. Na ideologia que acompanha as políticas do Estado e os empreendimentos econômicos particulares nos dias atuais, os antigos elementos mitológicos são reutilizados e continuam presentes. Ou eles são reprocessados, como nas diversas modalidades do “*ecobusiness*” e do “*eco-turismo*”, ou ainda se desdobram em ficções sobre a ficção. [...] (p. 53)

No mesmo sentido entende Silveira (2009), como também Edna Castro (2010, p. 105) ao dizer que

O ideário de civilização que mobilizou o Ocidente alguns séculos atrás e impulsionou a colonização europeia nas Américas é atualizado, a nosso ver, continuamente, pois a matrizes conceituais e ideológicas do evolucionismo e do colonialismo perduram no inconsciente ocidental. Efetivamente, a ideia de conquista de novos mundos povoou o universo europeu e projetou sociedades e culturas para além de territórios conhecidos. [...] (p. 105)

Não se restringe a ideia de Amazônia ao lugar e à origem, ela pode ser dada, ainda, por diversos outros referenciais, como por exemplo: pelo referencial jurídico, que seria a denominação adotada pelo Estado brasileiro disposta na Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953³⁸, que dá origem a organismos estatais responsáveis pela Amazônia, tais como:

³⁸ O artigo 2º desta Lei diz que “A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do Plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S.A. (BASA). Foi em 1953 que nasceu para o Estado brasileiro a palavra Amazônia, como uma região que necessita de planejamento, de estratégia, com delimitação e ordenamento territorial, com um signo de regional, de um lugar determinado que possa aplicar as políticas, que o Estado tem a disposição, uma colônia, ou melhor, segundo Castro (2010, p. 108-109)

[...] a colonização sempre foi uma questão de Estado enquanto estratégia oficial de povoamento de novas terras, de ordenamento territorial. E por isso representa uma relação de poder geopolítica enquanto um conjunto de ações coordenadas visando o povoamento pela atração de migrantes, de pioneiros e desbravadores. O mito, nessa perspectiva, pode ser entendido como um recurso de poder e de legitimidade da conquista, não importa a que preço, pois bem sabemos que o capitalismo em seu curso explora e expropria o trabalho, as riquezas, os valores e os saberes.

Estas colonizações visavam, sobretudo, impor à Amazônia o padrão de vida moderno-ocidental-capitalista, inseri-la no circuito do mercado internacional, fato este que, mesmo depois de passados cinco séculos, ainda consiste em ser a estratégia do capital sobre a Amazônia. Portanto, a ideia de Amazônia não pertence exclusivamente aos dicionários de língua de portuguesa, aos sites de buscas, nem mesmo ao Estado brasileiro, a história da ideia de Amazônia tem muito mais a ver com o que se pensa “lá fora” sobre Amazônia do que aquilo que se pensa “aqui dentro” sobre a Amazônia. É uma ideia de imposição do colonizador sobre o colonizado. Assim, surgem ideias como que a Amazônia é a salvação ecológica do mundo capitalista (pulmão do mundo), ou ainda como um almoxarifado, como uma reserva de recursos naturais, de água, de chuva, de mata, de verde, de floresta, para Castro (2010, p. 107) surge como o celeiro do mundo (Loureiro, 2002, p. 109), estas, em síntese, representam as ideias construídas pela hegemonia dominante “de fora” da Amazônia, posto que segundo Porto-Gonçalves (2017, p. 15) dirá que

Por ser a Amazônia uma região situada numa posição periférica no interior de países periféricos no sistema mundo capitalista moderno-colonial, lhes escapa até mesmo o poder de falar sobre si mesma. Sendo assim, prevalecem visões *sobre* a Amazônia, e não visões *da* Amazônia. E, mesmo quando se fala de visões da Amazônia, não são visões dos amazônidas – principalmente de seus povos/etnias/nacionalidades e grupos/classes sociais em situação de subalternização/opressão/exploração – que nos são oferecidas.

A Amazônia, portanto, é, também, uma ideia (visão), ou melhor, são várias ideias, no sentido de ser uma abstração quer seja filosófica, jurídica, geográfica, política e acadêmica. É

de 16°, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13° e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44°”. A esta definição adotou-se o termo “Amazônia Legal”.

neste plano maior das ideias que dá para organizar o que se pensa sobre a Amazônia, tanto que Porto-Gonçalves (2017) dividirá as ideias em quatro, consideradas centrais, quais sejam: Amazônia como natureza prístina; Amazônia como vazio demográfico; Amazônia como “reserva” e fonte inesgotável de recursos, e, por fim, Amazônia como região do futuro. Ora, outro autor que também organiza as ideias sobre a Amazônia é Luis Eduardo Aragón (2013), entretanto, o faz dividindo em três eixos: a física, área de intervenção e a marca. Em resumo, a ideia física, que também é biológica e química, tem a Amazônia como natureza e como reserva de recursos naturais; a ideia de intervenção carrega a de “vazio demográfico”, como se fosse algo a ser ocupado, como se fosse uma coisa sem nada que precisa ser preenchida por alguma outra coisa para que exista; já a ideia de marca é a ideia de sociedade do futuro, que muito bem, pode puxar o entendimento que se faz sobre “desenvolvimento sustentável”, “capitalismo (caminho) verde”, “ecocapitalismo”, “sustentabilidade”, entre tantos outros termos que o capitalismo cria através de seus intelectuais para dizer que ainda haverá vida neste sistema com esses índices de produção, reprodução e acumulação de capital.

Sendo assim, a Amazônia existe como aparência através da produção e reprodução de imagens e representações sobre ela que encadeiam certos termos, tais como: celeiro do mundo, pulmão do mundo (Loureiro, 2002, p. 109), maior rio do mundo, maior floresta tropical do mundo, fonte inesgotável de recursos naturais, maior reserva de água do mundo, etc., ou como diria o professor Romero Ximenes, hiperbólica, onde tudo é superdimensionado, são adjetivos superlativos que o senso comum, as instituições e a academia repetem em grande escala para descrever e diferenciar a Amazônia, sendo assim se pode organizar essas ideias, essa chuva de ideias que podem ser usadas separadamente ou em concomitância, podendo até se confundir, propositalmente, com o que o senso comum reproduz sobre a Amazônia, já que a ciência parte também do senso comum, assim como o senso comum se apropria das ideias produzidas e abstraídas na ciência, a prova disso é a ideia, de “serviço ambiental” propagada num grande meio de comunicação pela reportagem “O valor da Amazônia: que o governo honre compromissos de preservação”, publicada no jornal Folha de São Paulo de 04 de janeiro de 2019, na sessão “opinião” pelo articulista Joaquim Francisco de Carvalho, que propaga, com base num economista especializado em “sustentabilidade”, que a floresta amazônica vale mais em pé do que se for derrubada pelo e para o agronegócio, pois o valor da floresta em pé por ano é maior do que o do agronegócio³⁹,

³⁹ Diz a reportagem que para cada “[...] hectare desmatado para a pecuária, na Amazônia, renderia no máximo R\$ 100 por ano. Para o plantio de soja, a renda seria de R\$ 500 a R\$ 1.000 reais por ano. Em comparação, um

por conta do “serviço ambiental”, que seria a regulação do clima, oferta natural de água, manutenção da fertilidade dos solos, a polinização das culturas, as chuvas, entre outras coisas. O “serviço ambiental”, portanto, traz embutida a ideia de intervenção ou “vazio demográfico”, já que o Estado só teria a função de preservar a natureza, de forma que pudesse imprimir maiores investimentos nos órgãos de preservação, de manutenção da floresta, posto que, hoje, a floresta vale, tem mais valor em pé do que deitada. Todavia, pensa-se como se na Amazônia só existisse a floresta, como se o povo habitante da floresta fosse encoberto pelas altas copas das árvores; bem como traz a ideia física-biológica-química, da conservação do bioma, do ecossistema, da natureza “primitiva”, do imexível, intocável, da ideia de recursos naturais, pois “serviço ambiental”, dá a ideia de que se têm algo inovador, antenado com a economia mundial do século XXI, que cresce na área de “serviços”, e ainda, mantém a sustentabilidade, pois esse serviço não é uma serviço de casa compartilhada (*airbnb*), nem um serviço de transporte urbano (*uber*), mas um serviço que deixa a floresta em pé, pelo valor que ela representa estando assim. Portanto, parte-se para o que seriam essas categorizações das ideias de Amazônia: a físico-químico-biológicas, natureza intocável, de fonte de recursos naturais; a de intervenção ou de “vazio demográfico”; e a de marca ou de sociedade do futuro.

A primeira chuva de ideias são as que tratam a Amazônia no âmbito físico-químico-biológica da Amazônia que passa pela definição da região enquanto espaço geográfico, natureza “primitiva”, e, segundo Aragón (2013) a adoção mais comum de três critérios para definir a Amazônia fisicamente são: o hidrográfico, o ecológico e o político-administrativo. O hidrográfico, segundo Aragón (2013, p. 31) “[...] abarca a área constituída pela bacia do rio Amazonas e todos os demais rios que compõe o sistema fluvial da região. [...]”. Sendo que, nos termos de Aragón (2013, p. 32) “o rio Amazonas é reconhecido como o mais longo, caudaloso, largo e profundo do mundo. [...]”. Portanto teríamos uma Amazônia de proporção física incalculável, onde tudo é grande, é o maior, ligado de alguma forma ao mundo. Já o critério ecológico é para Aragón (2013, p. 33) “a área coberta pela *floresta tropical úmida*, ou critério *ecológico* ou *biogeográfico* [...]”. Por fim, Aragón (2013, p. 35) trata da definição político-administrativa, que “uma terceira forma comumente utilizada para definir a Amazônia é por critérios *político-administrativos ou legais*, ou para alguns, *geopolíticos* [...]”. Nesta esteira da geopolítica, ou da geografia política, das relações de poder, Porto-Gonçalves (2017, p. 15) diz que “a imagem mais conhecida da Amazônia é a de uma imensa bacia hidrográfica, a maior do mundo, coberta de uma extensa floresta tropical úmida, área de

hectare de floresta em pé presta serviços ambientais avaliados em R\$ 3.500 por ano. [...]”. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/01/o-valor-da-amazonia.shtml>, acesso em 05 de jan. de 2019.

aproximadamente 8 milhões de km², cobrindo extenso ‘vazio demográfico’”, portanto a Amazônia é um lugar onde só tem mata, onde só tem natureza sem ocupação humana, que só há na Amazônia natureza intocada, natureza “primitiva”, uma ideia que para Porto-Gonçalves (2017) parte do colonizador, da justificativa colonial de exploração e povoamento do lugar sem ninguém, sendo que esse lugar já estava habitado há mais de 11.200 anos, conforme as pinturas rupestres encontradas no sítio arqueológico no município de Monte Alegre-PA.

A segunda chuva de ideias é a consequência para essa falaciosa ausência de pessoas na Amazônia, comumente denominado de “vazio demográfico”, pois no sistema capitalista não há lugar vazio, principalmente, vazio de capitalismo, logo se faz necessário que haja uma intervenção na forma de expansão do modelo capitalista, onde ocorrerá a dominação dessa natureza “primitiva”, deste “vazio”, já que no capitalismo até o “vazio” deve servir ao sistema, logo, é preciso integrar esse “vazio” ao sistema de produção e circulação de mercadorias, de forma que ele rapidamente se “preencherá” de alguma coisa útil ao sistema. E pouco importa se neste lugar tomado de natureza “primitiva” tenha ou não habitantes, já que quem vive no lugar “primitivo”, “primitivo” é, ou seja, é alguém fora do sistema capitalista de produção, aquele que vive distante do fetiche da mercadoria, longe dos valores de troca das mercadorias, portanto alguém fora do tempo, deixado para trás na história, mas que através do ideário desenhado e propagado do desenvolvimento, do crescimento, rapidamente se adaptará e adorará viver sobre a batuta do capitalismo. E pensando em expandir o capital para as áreas de “vazio” e dos “primitivos”, o Estado brasileiro adotou a abstração político-administrativa para a Amazônia quando, segundo Aragón (2013, p. 38), a denominou legalmente, que viria a ser, então, a delimitação espacial conhecida como Amazônia Legal. Este é o fato mais claro para se compreender como a Amazônia se torna uma área que sofrerá intervenções, tanto da iniciativa privada, quanto do Estado, já que pelo princípio da legalidade o Estado só pode fazer ou deixar de fazer algo administrativamente se existir previsão legal. A Amazônia, assim, era inexistente para o Estado brasileiro até 1953, quando surge a referida Lei determinando o que seria Amazônia para o Brasil. Castro (2010) entenderá que essa ideia de intervenção do Estado brasileiro na Amazônia, nasce com o Programa Marcha para o Oeste, no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), entretanto somente com o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) que esse programa é retomado e colocado efetivamente em prática. A intervenção requer no Brasil uma integração (CASTRO, 2010), pois, só e somente só, com as grandes obras de infraestrutura e a imposição de uma política econômica na região, a qual variará de acordo com os programas e projetos pensados por cada governo, que a Amazônia se ligaria ao Brasil e vice-versa.

Contudo, não só o Estado brasileiro tem o interesse e a cobiça sobre a Amazônia, mas também, principalmente, a iniciativa privada. São vários interesses sobre a Amazônia, do privado ao público, do nacional ao internacional, do pessoal ao coletivo, dos povos tradicionais ao grande capital internacional, sendo que a responsabilidade sobre o território, em tese, deveria ser o do Estado, que também, em tese, deveria servir ao povo, todavia o Estado num sistema capitalista nada mais é, para Marx e Engels (2010), do que o comitê gestor dos negócios da burguesia, logo essa responsabilidade do Estado sobre o território para atender ao interesse da maioria do povo se transforma, no capitalismo, em instrumento de força para sobrepor o interesse do grande capital – estrangeiro e nacional – sobre os interesses da população tradicional. Não é por acaso que há uma enorme quantidade de estados e empresas estrangeiras atuando na Amazônia, mesmo que de uma forma direta⁴⁰ ou indireta. Bem como há, também, um sem-número de ONGs (Organizações Não Governamentais) – internacionais e nacionais ou em parceria – que, também, mantém presença constante na “maior floresta tropical do mundo”.

A última ideia de Amazônia recai sobre uma imposição do capital ao devir amazônico, a função de ser a sociedade do futuro, que para Porto-Gonçalves (2017) esse futuro é chave da longevidade de uma sociedade de classes, em que alguns terão acesso aos recursos naturais, tidos como inesgotáveis na Amazônia, enquanto que outros sofrerão as desgraças da falta destes, pois a região está “reservada”, “preservada”, para num futuro, não muito distante, as classes dominantes locupletarem-se com os recursos naturais, fato este que já é feito desde a chegada dos colonizadores na Amazônia e segue a todo vapor, já que a própria marca Amazônia é vendida para agregar valor as mercadorias, ou seja, aquela que para Aragón (2013, p. 51) “[...] representa: biodiversidade, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, ecologia, índios, populações tradicionais, floresta, oxigênio, preservação, enfim [...]. A marca *Amazônia* é, portanto, outra forma de invenção da Amazônia. [...]”. Esta é mais uma forma de vender a Amazônia, de aumentar o valor de troca sobre os produtos que são retirados da

⁴⁰ As participações de outros estados soberanos na Amazônia de forma direta era mais difícil de ser vista, normalmente esses estados faziam a intervenção na Amazônia por meio de “parcerias” com o Estado brasileiro, como foi o caso do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que podem ser melhores compreendidos no texto “Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização” de autoria de Edna Castro (2004) que segundo o site da Câmara dos Deputados (<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/57804.html>) trata-se de um convênio entre o Brasil e a empresa norte-americana Raytheon, que é patrocinada e recomendada pelo governo dos Estados Unidos da América, alinhado durante o governo Itamar Franco e continuado e aprofundado no governo Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, hodiernamente, os Estados se fazem presente na Amazônia de forma direta, tal como foi o envio de tropas do exército americano para treinamento na Amazônia em novembro de 2017, durante o governo de Michel Temer, chamada de “Operação América Unida” (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39802863>).

floresta, de forma que se vende uma ideia embutido à mercadoria, a qual, segundo a tese⁴¹ de Otacílio Amaral Filho (2008, p. 22) em

[...] a Amazônia se constitui em produtos madeiráveis, produtos não-madeiráveis, *commodities* de carbono, minerais, acionados como instrumentos de produção social. A *marca* se realiza, portanto, como um signo que nasce dessa relação plena do trabalho social pelo processo de acumulação e concentração da produção do sistema capitalista.

A marca Amazônia não agrega valor somente sobre os produtos físicos vendidos no mercado internacional, mas também aos serviços (serviços ambientais) e as instituições⁴², os quais também funcionam e são estritamente necessários no processo de acumulação e reprodução do capital. Historicamente os serviços e as instituições se utilizaram da Amazônia para vender a natureza, os recursos naturais, as terras e a força de trabalho, foram fundamentais na intervenção e integração da Amazônia ao mercado mundial, foram cruciais para transformar a Amazônia não somente em uma marca⁴³, mas em uma mercadoria⁴⁴.

A explicação das ideias de Amazônia como marca e imaginário, necessariamente, perpassam pelo sistema de produção capitalista, logo não excluem que a Amazônia é uma mercadoria, sendo assim, a Amazônia entra no circuito de produção, circulação, reprodução e expansão do capital. Portanto, se a Amazônia é uma mercadoria, tem-se que sobre ela recai outro mito, ou melhor, um fetiche, aquele que Marx (2013) denominou de fetiche da mercadoria⁴⁵. Logo, a Amazônia pode ser tratada como imaginário, como marca, como ideia,

⁴¹ A tese denominada de “Marca Amazônia: uma promessa publicitária para fidelização de consumidores nos mercados globais” partiu das categorias como produção de imagem, poder simbólico como processo ideológico de produção, assim como o objeto analisado foi a Amazônia simbólica na produção publicitária específica que é a marca, portanto, a marca é objeto da publicidade, que, no entanto, está, segundo Deleuze e Guatarri (2010) tomando o lugar no século XXI dos filósofos, já que é a publicidade que está dando os conceitos da vida contemporânea.

⁴² O estado norueguês ao mesmo tempo em que é acionista de uma das maiores empresas mineradoras que atuam na Amazônia, a Norsk Hydro, a qual é também responsável por vazamentos da bacia de rejeitos de minério no município de Barcarena, causando danos socioambientais irreparáveis; também é um dos maiores doadores do Fundo Amazônia, que é um caixa criado e gerido pelo BNDES que tem a função, em síntese, de financiar projetos de conservação e preservação da Amazônia e assim promover o desenvolvimento sustentável.

⁴³ A própria marca não deixa de ser uma mercadoria, é, também, uma mercadoria. Tanto que a marca por si só, portanto separada do produto, tem valor de troca no mercado. Fato que se expressa quando se cria a ideia de “marca registrada”, representada pelo símbolo ®, que, conseqüentemente, gera um mercado paralelo, o das falsificações, pois a publicidade com seus instrumentos cria desejos e diferenciações nos produtos, pois não basta ser apenas uma mercadoria, tanto que estimativas creem que 80% do valor da mercadoria hoje é publicidade.

⁴⁴ O conceito de mercadoria utilizado aqui é o que Marx (2013, p. 113) elaborou em *O Capital*: crítica da economia política, que diz que “A mercadoria, é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção”.

⁴⁵ Esse conceito também é tratado por Marx (2013) em *O Capital*, que, em síntese, quer dizer que as mercadorias são relações sociais entre os humanos, já que a produção de uma mercadoria com valor de troca requer,

porém para Castro (2010) estas formulações de Amazônia precisam ser decifradas, então, no método que se propõe nesta dissertação, estas abordagens não podem ser feitas separadamente do elemento concreto, material que define a Amazônia no sistema capitalista, a mercadoria, já que para Castro (2010, p. 106)

[...] o mito do El Dorado e as representações sobre a ética civilizatória atravessaram os séculos e ainda são a chave do entendimento das sociedades atuais e dos sonhos que mobilizam seus atores. Assim é construída, no nível do imaginário, a relação do homem com a natureza, e, necessariamente, com os modelos utilizados para sua transformação em mercadorias. Dessa forma se confunde com o avanço sobre os limites e fronteiras do humano, enquanto estrutura ideológica e instrumento de poder que visa consolidar interesses econômicos, políticos e sociais dominantes.

Ora, se os mitos também podem ser colocados como expressões do imaginário, modelos sobre os quais a Amazônia também é construída, bem como sobre os quais a sociedade compreende e tem uma ideia do que seja a Amazônia⁴⁶, que são lendas, alegorias, representações falsas e simplistas que recaem no imaginário popular para fornecer uma explicação do real, portanto a realidade é falseada para justificar a dominação ou até mesmo encobrir interesses dominantes. A história dos mitos na Amazônia é explicada por Bolle, Castro e Vejmelka (2010, p. 8) pelo

[...] o que tem valorizado a região no mercado mundial forma sucessivamente os mitos do Eldorado e do “país da canela”, as “drogas do sertão”, a borracha, os minérios, as enormes superfícies para pastagens e o agronegócio, a biodiversidade e a madeira. Com o desmatamento da floresta, a região aparece em todas as discussões sobre as alterações climáticas no nosso planeta. Nos últimos quarenta anos foi destruída uma superfície equivalente a duas vezes o tamanho da Alemanha, e, segundo alguns prognósticos, daqui a uns sessenta ou setenta anos a floresta amazônica terá desaparecido. Devem ser lembradas também os movimentos atuais das populações tradicionais da Amazônia para preservar esse bioma único na face da Terra e suas expressões culturais, como os mitos e as lendas indígenas. Com tudo isso, inclusive o emblemático Teatro Amazonas em Manaus, a região se tornou parte integrante do imaginário universal, para o que contribuiu desde o início o nome mítico que se impôs a partir da travessia pioneira, em 1541-1542, por Francisco Orellana: rio e país “das Amazonas”, ou seja: Amazônia.

necessariamente, do trabalho humano, porém o processo de produção capitalista retira de quem produz, o trabalhador, a propriedade sobre seu trabalho, bem como o faz ainda no próximo passo do ciclo que é o consumo. A música de Lúcio Barbosa “cidadão”, cantada por Zé Geraldo e também por Zé Ramalho mostra essa relação entre a mercadoria e o trabalhador humano quando tem nos versos “Tá vendo aquele edifício, moço? Ajudei a levantar / foi um tempo de aflição / eram quatro condução / duas para ir, duas para voltar / Hoje depois dele pronto / olho para cima e fico tonto / mas me chega um cidadão / em me diz desconfiado, tu tá aí admirado / ou tá querendo roubar? [...] eu nem posso olhar para o prédio / que eu ajudei a fazer [...]”.

⁴⁶ Alguns filmes e documentários retratam esse imaginário que movem homens para e na Amazônia. Entre eles pode-se citar: o documentário *Nas Terras do Bem-Virá*, que aborda os efeitos das grandes obras na Amazônia e o processo migratório, como foi o da construção da ferrovia que liga a mina da Vale em Carajás ao porto de Itaqui, no Maranhão, como também faz um relato sobre a morte de Dorothy Stang, além de outros assuntos correlacionados como a agropecuária, a soja, etc. Outra película que aborda sobre a migração na Amazônia é o filme *Serra Pelada*, que narra a corrida pelo ouro na maior mina a céu aberto do mundo na cidade de Curionópolis.

3.2 A Teoria Marxista da Dependência na Amazônia

Portanto, o valor da região amazônica está intimamente atrelado ao que ela produz para o mercado mundial, e isto é determinado historicamente, já que os mitos são combinados à produção de algum bem que o capital internacional possa acumular. Foi assim com o ouro, com as “drogas do sertão” e com a borracha; agora é assim com os minérios, com o agronegócio, com as hidrelétricas, com os créditos de carbono, com os “serviços ambientais”, entre tantas outras criações que o capitalismo inventa para se expandir, expropriar e dominar a natureza e a classe trabalhadora amazônica, a qual pertence sem distinção os povos tradicionais, os ribeirinhos, os camponeses, todos aqueles que sobrevivem do trabalho na e com a floresta e nos rios, um trabalho que antes da chegada do capitalismo não era assalariado, uma classe trabalhadora amazônica que tinha e têm seu próprio tempo, que não é o tempo do capital, mas sim o do rio, o da chuva, das frutas, o tempo da floresta. Mas o capitalismo chega e com isso chegou o seu padrão de reprodução, transformando o povo da floresta amazônica em trabalhadores assalariados, dizendo que o tempo se transformou e o capital diz a hora. É dessa forma que o padrão de reprodução se abate sobre a classe trabalhadora da Amazônia e sobre também a natureza, pois em tudo que o capital toca, tem que virar, obrigatoriamente, mercadoria.

Marx (2013) inicia o *Capital* refutando a categoria população muito usada pela economia política vulgar, como ele denomina, para explicar um determinado país, pois se parte da lógica explicativa de partir do sujeito que é a base e o ato social da produção, como também de analisar os dados, o que há de concreto e real nos dados, como por exemplo: as classes, importação e exportação, produção, as médias de consumo, entre outros. No entanto, Marx vai dizer que o método da economia política não pode ser compreendido partindo-se de um todo caótico como a população, já que esta sem as classes se torna uma abstração, logo a forma mais elementar da riqueza das nações é a mercadoria (MARX, 2013, p. 113), que tem dupla característica: de qualidade e de quantidade. Na primeira, a mercadoria terá valor de uso, será útil de alguma forma ao sujeito, que se realiza no consumo; enquanto na característica da quantidade, o valor de uso de uma determinada mercadoria pode ser, proporcionalmente, trocada por outras mercadorias com outros valores de uso. Além dos valores intrínsecos das mercadorias, há outra propriedade determinante das mercadorias, que é o fato delas serem produtos do trabalho, da força de trabalho humana. Para medir o valor (troca) de uma mercadoria, Marx (2013) entende que a quantidade de trabalho (abstrato) materializado na mercadoria, ou melhor, “[...] é apenas a quantidade trabalho socialmente

necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor. [...]” (MARX, 2013, p. 117).

A transformação das coisas em mercadoria é longo processo que Osório (2012) denomina de padrão de reprodução do capital e pode ser representado pelo seguinte esquema (Quadro 05):

Quadro 05– Padrão de reprodução do Capital para Jaime Osório

Força de Trabalho		
Dinheiro – Mercadoria	Produção	Mais-Mercadoria – Mais-Dinheiro - Dinheiro
Meios de Produção	Mais-valor	(...)

Fonte: Elaboração própria a partir da obra de Jaime Osório (2012).

Em síntese, o quadro acima, pode-se dividir em três ciclos, sendo o primeiro composto pelo dinheiro, meios de produção, força de trabalho e mercadoria; enquanto o segundo se tem a produção propriamente dita, momento em que se gera mais-valor; e por último, após o ciclo da produção chega-se ao ciclo do “mais”, aquela que transforma mercadorias em outras mercadorias com um valor maior que gerará necessariamente mais dinheiro. Contudo, há determinadas mercadorias que não precisam do meio de produção, como por exemplo, os coletores extrativistas, que só necessitam ir ao local onde está o muruci ou o taperebá e recolhê-lo e colocá-lo para venda seja nas feiras livres ou para indústria de polpa. Ora, nesse processo extrativista (coleta), já há trabalho acumulado (coletar os recursos naturais) em uma mercadoria que possui valor de uso (comer, fazer suco etc.) e que também pode ser trocada por uma outra mercadoria, que na sociedade burguesa é o equivalente geral (dinheiro), que pode variar de acordo com as condições de produtividade, de transporte, de estação, da força de trabalho, da oferta e da procura pela mercadoria.

O primeiro ciclo do capital é composto por um dinheiro advindo da assim chamada acumulação primitiva, que compra as matérias-primas ou bens primários na forma de mercadoria, bem como este mesmo dinheiro compra-se os meios necessários para produzir outras mercadorias e a força de trabalho. Adquirido isto põe o sistema a funcionar, a produzir, onde é estabelecida uma jornada de trabalho a força trabalhadora que vai gerar neste processo a produção de mais-valor, ou seja, a força de trabalho vai produzir para além do que é contratada. Ao fim da produção o capital possui uma mercadoria produzida diferente da que foram compradas que podem ser postas em circulação e assim gerar mais dinheiro, um

dinheiro maior do que foi investido inicialmente, devido ao mais-valor. É desse mais valor que o capitalista pagará os impostos, reinvestirá na produção e, ainda, retirará o seu lucro.

Apresentou-se as leis gerais, tendenciais, do modo de produção de capitalista, a lógica do capital, que sempre está acompanhada, segundo Luce (2018, p. 25), da “[...] autoproclamada missão civilizatória, [que] impôs por toda parte elementos de barbárie, com suas tendências alienantes, destrutivas e disruptivas [...]”. O grau de violência que o capital se espalha pelo mundo não é o mesmo, conforme fora demonstrado no capítulo anterior, pois, ainda segundo Luce (2018, p. 25), “[...] ao se universalizar, a relação-capital o faz particularizando-se, processo no qual algumas de suas tendências e contradições são agudizadas em determinadas realidades, engendrando novas tendências e processos que assumem a marca de ser, mais ainda, *negativamente determinados*, com particularidades que é preciso conhecer”. Sendo assim, diz Marini (2017, p. 47) “a história do desenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial [...]”, pois não é possível compreender o sistema capitalista mundial, sem compreender a América Latina, tal como para analisar a América Latina se faz necessária a compreensão da economia capitalista mundial. Com a Amazônia, não é muito diferente, para compreender a Amazônia é de fundamental importância entender a colonização, o surgimento do capitalismo, como também para entender o capitalismo se faz necessário compreender a Amazônia nesse processo histórico, tal como fora feito nos capítulos anteriores.

A borracha inseriu, definitivamente, a Amazônia no mercado mundial como produtora de matéria-prima, como mostra Leal (2010) e Souza (1994 e 2009), no final do século XIX e início do século XX, período no qual o capitalismo industrial estava sedimentado na Inglaterra. A Amazônia também se tornou uma consumidora dos produtos industrializados europeus, como também dos serviços, do interesse e da cobiça dos europeus nas possibilidades de negócio na Amazônia, conforme se verá no tópico 3.6, que a Amazônia demandou neste período a construção de um sistema de transporte através da construção de ferrovias. Esse movimento, segundo Marini (2017, p. 49), se dá face a acumulação capitalista e a aceleração na busca de aplicar esse capital para subtrair o mais-valor produzido fora das fronteiras dos países hegemônicos, principalmente a Inglaterra, aumentando a concentração de capital e auxiliando no processo imperialista. Ainda em Marini (2017), o auge gerado pelo período da borracha na Amazônia, um período efêmero, porém próspero, aprofunda a sua dependência em relação aos países industriais. As histórias da tomada do território do Acre da Bolívia, como também a construção da ferrovia Madeira-Mamoré tem influência direta dos estadunidenses, já que se associaram na Bolívia com os europeus e fundaram o Bolivian

Syndicate, com navios de guerra navegando pelo rio Amazonas, gerando conflitos armados e incidentes diplomáticos. A abertura que possibilita o comércio da borracha na Amazônia data de 1867, num decreto imperial que permitiu que nações estrangeiras praticassem o comércio no Rio Amazonas e isso era experimentado pelas elites locais de forma que, segundo Souza (2009), as altas do preço da borracha na Bolsa de Londres eram comemoradas efusivamente pelas elites locais.

Na Amazônia a dependência está na relação exportação-importação, pois o mais-valor é gerado na esfera do mercado externo, na forma de exportação (MARINI, 2017, p. 50), sendo que as classes dominantes locais têm uma certa autonomia na aplicação do excedente gerado pelo comércio exterior, contudo a necessidade de mercadorias não produzidas pelo mercado interno, direcionam uma grande quantia do excedente gerado para o consumo dos produtos importados. Na Amazônia a exploração da borracha demandava uma grande quantidade de mão de obra para se produzir, além do que a produtividade dependia de diversos fatores naturais, entre eles a de se encontrar as seringueiras na floresta, condições estas que reduziam sobremaneira a capacidade da Amazônia de fornecer o quantitativo demandado pelo mercado à época. Todavia, esta mesma floresta, fez com que não vingasse todos os projetos do capital estrangeiro no final do século XIX e início do século XX. Desta forma, a burguesia local possuía certa autonomia de aplicar o excedente internamente, e foi assim que surgiram os teatros da Paz e Amazonas e todas as demais benesses advindas da época que denomina *Belle Époque*.

O processo descrito acima é compreendido por Marini (2011, p. 134-135) como a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho, a qual é uma estrutura definida e determina o desenvolvimento posterior da região, além de configurar a dependência, que, conseqüentemente, gera mais dependência. O surgimento da grande indústria, no século XIX, sedimenta firmemente a divisão internacional do trabalho, onde os países dependentes se tornam fornecedores de matéria prima e de força de trabalho barata, enquanto a transformação dos bens de consumo duráveis e produtores de manufaturas. Luce (2018, p. 27-28), seguindo Marini, entende que através da categoria transferência de valor com intercâmbio desigual pode-se explicar o porquê nos países de menor produtividade os preços apresentam uma tendência maior a queda, já que

[...] o mercado torna-se mundial ao se expandir a produção e circulação de mercadorias, ou seja, a lógica da valorização do capital para todos os rincões do planeta. Mas esse mesmo processo de expansão – que é um processo de integração – se dá através da *divisão* deste mercado, que se forma ampliadamente, sob esferas distintas de produção que se inter-relacionam (a divisão internacional do trabalho).

Portanto, a Amazônia é integrada à divisão internacional do trabalho através da borracha e colocada num papel de produtora de matérias-primas, que após o declínio da borracha só vai voltar a fornecer já no período da ditadura civil-empresarial-militar, com a força financeira do Banco Mundial, já com a agropecuária e fornecendo minérios. A troca no comércio internacional de produtos primários ou semielaborados transfere valor de forma desigual através da deterioração os termos de trocas (intercâmbio) e com as remessas de lucros, royalties e dividendos.

O ciclo de acumulação e riqueza sempre crescente dos países dominantes faz com que, segundo Marini (2017, p. 110), esse excedente seja destinado à aplicação na indústria bélica e em propaganda, que Marini (2017) denomina de aplicação improdutivo. O que sobra e não pode ser destinado a aplicação produtiva é drenado à exportação de capitais, que é um dos traços marcantes do imperialismo contemporâneo. Marini, partindo do método dialético, ainda vai criar o conceito de subimperialismo, que para Traspadini e Stedile (2011, p. 43) serve “[...] para nos ajudar a entender como as empresas, instaladas em nosso território latino-americano, exercem um papel complementar na lógica de dominação do imperialismo sobre as nossas economias, sobre as nossas riquezas e sobre nossos mercados”, ou melhor as empresas transnacionais, pertencentes a grupos e Estados hegemônicos, se utilizam da entrada no mercado nacional e o transformam em base para a expansão em outros mercados passíveis de controle, nos dizeres de Traspadini e Stedile (2011) é a intensificação e ampliação da dominação e reprodução do capital. Portanto,

A revalorização das teorias do imperialismo e da dependência, como paradigmas complementares, permite captar as mudanças fundamentais ocorridas nas últimas décadas do século XX e no transcurso da primeira década do século XXI no conjunto do sistema. Destaca o papel subordinado e dependente da América Latina como região produtora de recursos naturais e produtos básicos, a partir da constituição de um novo padrão de acumulação e reprodução do capital neoliberal dependente e especializado na produção para a exportação. [...] (VALENCIA, 2019, p.104)

Em relação a Amazônia, o próprio texto de Traspadini e Stedile (2011, p. 45) traz o exemplo de subimperialismo o projeto SIVAM (Serviço de Vigilância da Amazônia), que coleta informações relevantes para a natureza e vida das pessoas, controla o território, faz observações e pesquisas (coletando dados) através da tecnologia aeroespacial. As informações servem de base para as principais empresas interessadas, e isso tudo com a anuência do Estado brasileiro. Conclui Traspadini e Stedile (2011, p. 45) dizendo que o subimperialismo é

caracterizado pela “[...] capacidade dos grupos e Estados hegemônicos, dentro da ótica imperialista, de controlar militar e economicamente nossos territórios, nossas riquezas, nossas vidas, contando com a total colaboração de nossos supostos Estados nacionais”. Outro exemplo de subimperialismo na Amazônia é o fato de que

O Estado brasileiro tem sustentado um planejamento conservador, um modelo de desenvolvimento colonial, ineficaz social e ambientalmente que é a construção de grandes obras de infraestrutura usando argumentos que supervalorizam os benefícios do desenvolvimentismo. Obras localizadas no território nacional, mas também articulando e financiando outras nos países amazônicos vizinhos, por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Produtos como minério madeira, gado e pescado, na Amazônia, continuam a sair para o mercado por cadeiras curtas e com reduzido padrão tecnológico (RAVENA, 2012). Bens primários e recursos naturais exportados com nível tecnológico aquém da possibilidade de gerar mais valor à produção regional e agregar qualificação e especialização na oferta de empregos. Consequentemente, não aparecem nem sequer mudanças relevantes na massa salarial que circula no mercado regional. (CASTRO, 2016, p.251)

O Estado é fundamental para assegurar a manutenção e reprodução do capital, como também manter as bases de um determinado tipo de desenvolvimento que atendam aos interesses imperialistas e mantenha a posição na divisão internacional do trabalho, ou seja de subdesenvolvimento, pois tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento são faces contraditórias de um único processo. Logo, só a superação dessa relação de produção envolvida no processo que é possível enterrar a dependência, já que o Estado é

Considerado uma estrutura acima das classes sociais e das suas lutas, o Estado foi elencado pelos setores reformistas como o ator central das transformações necessárias para a superação do subdesenvolvimento, capaz de soldar interesses antagônicos dos trabalhadores e dos burgueses industriais, conciliando o inconciliável. Segundo as análises dualistas, o atraso (colonial, feudal e/ou semifeudal) seria uma barreira ao moderno (capitalismo) e precisava ser removido. Defendiam reformas típicas das revoluções democrático-burguesas, como a agrária, a tributária, a consolidação de leis trabalhistas (especialmente dos trabalhadores rurais), o direito ao sufrágio universal, a livre organização classista e um conjunto de políticas econômicas para a geração de emprego e aumento da massa salarial. Ou seja, as reformas da revolução democrático-burguesa tocariam em elementos estruturais do subdesenvolvimento, tendo como base social organizações da classe trabalhadora coligadas com setores progressistas da intelectualidade e com uma burguesia nacional, sob a bênção de um pacto social orquestrado e sancionado pelo Estado. Esta aposta desenvolvimentista para a ruptura com o atraso foi abortada pelo golpe de 1964. As ilusões sobre um passado feudal/semifeudal e da existência de uma mítica burguesia nacional — denunciadas por Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos — pagaram seu devido preço naquela conjuntura, que terminou com um trágico desfecho (CASTELO, 2012, p. 622).

O Estado é fundamental para implementar qualquer projeto de desenvolvimento, seja concedendo territórios, informações, ou até mesmo conciliando classes, portanto o Estado dentro da contradição dependência (interna e externa) tem a capacidade de promover e colaborar com a manutenção da dependência e o alinhamento ao imperialismo ou pode muito bem trabalhar com políticas reformistas que visem melhorar o bem-estar social do povo, ou pode também como diz Marx (2012) assumir a causa da associação livre e individual da classe operária, no sentido de facilitar, assegurar os grandes progressos da civilização humana, porém como diz Löwy (2012) a organização da classe trabalhadora para Marx só tem valor se for criação dos trabalhadores e independentes de proteção de qualquer governo. A sociedade civil organizada intervém de forma direta nas instituições, quer sejam públicas, quer sejam privadas, sendo que essa intervenção pode mitigar problemas advindos da operação dessas instituições, principalmente as privadas que

Na atual conjuntura econômica global, com suas frequentes crises (CATTANI, 2000), impulsionadas pela concorrência, as empresas operam nos seus limites de crescimento, exigindo uma redefinição das suas estratégias no mercado. Procurando a redução de custos, elas têm buscado maior produtividade do trabalho e do capital, com ou sem inovação tecnológica. A pressão sobre o padrão de governabilidade do Estado referido às esferas local, nacional ou global, tornou-se uma tendência mundial. Para além de ser um processo de forte inversão de empresas transnacionais e dos organismos multilaterais como ONU, OEA, OMC e Banco Mundial [...] (CASTRO, 2016, p. 242).

Essa trama complexa entre, de um lado, o Estado (sociedade política), de outro lado as burguesias e as classes trabalhadoras (sociedade civil), são bem visualizadas quando se realiza a análise concreta das ações dos agentes do capital, tidos como promotores do desenvolvimento, tais como: o Banco Mundial e o BNDES, em que pese a sociedade civil organizada, os trabalhadores conseguem ganhos nos avanços desordenados do capital sobre a vida e a natureza, porém com o apoio do Estado, dos governos não há como segurar esse ímpeto da expansão capitalista. Exemplo clássico é o modelo de desenvolvimento feito pelo governo progressista no Brasil, pois

Trata-se do mesmo desenvolvimento dos anos 1970, porém no contexto de um novo momento no qual as estratégias do capital são realinhadas. Afirma o modelo econômico dependente propugnado pelas alianças entre capital internacional e burguesia local, conservadora, marcada pela tradição da dominação patrimonialista, escravista e neocolonial. No atual modelo, a dominação simbólica se afirma também pelas imagens veiculadas em profusão pelos meios de comunicação sobre um mercado altamente estruturado e ambicioso em recursos públicos destinados a valorizar a ideia de que o país vai muito bem, a economia cresce e a desigualdade social diminui, apesar das crises do mercado financeiro global. Enfim, um discurso que acentua as melhores perspectivas possíveis para o Brasil ascender ainda mais no

concerto dos países ao *ranking* mundial. Essa ideia é contradita pela vida nas cidades com suas favelas e alagados, em comunidades e aldeias, com graves problemas sociais (CASTRO, 2016, p.251).

Marini (2017, p. 52) conclui que a dependência na América Latina, conseqüentemente na Amazônia, é de uma economia exportadora especializada em produzir alguma mercadoria específica e parte do mais-valor gerado é escoado para as economias centrais, ainda diz Marini (2017, p. 52)

As classes dominantes locais tratam de se ressarcir desta perda aumentando o valor absoluto da mais-valia criada pelos trabalhadores agrícolas e mineiros, submetendo-os a um processo de superexploração. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.

Na Amazônia esse ciclo não é diferente. Colocar-se-á a Vale, num plano micro, que anteriormente era Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), neste esquema de produção e reprodução do capital chegando à Amazônia nos anos 1960 para 1970 para extrair recursos naturais na Serra dos Carajás. A empresa era estatal, foi criada em 1942, no ápice das políticas keynesianas, foi aberta com recursos do Tesouro Nacional (dinheiro), portanto com controle majoritário pertencente ao Estado até 1997⁴⁷. A chegada da CVRD na Amazônia se constituía como uma expansão das atividades mineiras já existentes no Estado de Minas Gerais. Entretanto, para que isso ocorresse sem que se onerassem os cofres públicos a CVRD recorreu à época a empréstimos, o que seria o capital inicial do ciclo, sendo que o Estado foi o fiador desses recursos (garantia do dinheiro). Portanto, com esse dinheiro a CVRD pode montar a infraestrutura necessária para a exploração do minério (ferrovias, portos, extração, mina, maquinário, etc.) adquiriu as mercadorias e os meios de produção necessários para começar a produzir, como também contratou a força de trabalho⁴⁸. Desta feita a Vale, através da força de trabalho contratada, passa a cavar (mais-valor) o buraco na Amazônia de onde já extraíram (produção) toneladas de minério de ferro (mais-mercadoria), com alto teor de hematita, que

⁴⁷ O governo de Fernando Henrique Cardoso em 6 de maio de 1997 vendeu em leilão a empresa CVRD por R\$ 3,3 bilhões, um valor abaixo do valor de mercado da empresa que só em reservas minerais possuía mais de R\$ 100 bilhões, já que pela Constituição Federal de 1988 todo o subsolo brasileiro pertence ao Estado, podendo este dar em concessão o uso. Se o Estado possuía uma empresa com capacidade operativa sobre o subsolo e o dono das jazidas de minérios no subsolo era o Estado, a Vale do Rio Doce se constituía, então, em uma grande empresa estratégica para o Brasil.

⁴⁸ A força de trabalho contratada, em todo projeto na Amazônia, não supre as demandas por emprego da população da região, muito menos dos imigrantes que se deslocam em busca, também, de emprego e, que, comumente, vem do Nordeste.

são vendidos no mercado internacional e geram então mais-dinheiro, que servem para pagar os empréstimos e antes serviam também para gerar recursos para o Estado e hoje em dia servem para aumentar a acumulação (taxa crescente dos lucros) dos capitalistas que são os acionistas da Vale, nos dizeres de Porto-Gonçalves (2017, p. 19) “[...] cabe à Amazônia a condição de estar a serviço dos desígnios de acumulação do capital e do desenvolvimento de suas forças produtivas com a função de supridora de ‘recursos naturais’ [...]”. Reforça, assim, que o padrão de reprodução do capital na Amazônia é fornecer uma mercadoria específica, os recursos naturais, para o mercado nacional e internacional, o que gerará como se verá mais adiante um desenvolvimento desigual e combinado na Amazônia.

Todavia esta dissertação tem por objeto compreender o que é a Amazônia para os agentes envolvidos no início do ciclo do capital, àqueles que estão inseridos na primeira etapa, são os que fornecem o capital inicial para as atividades de produção e circulação na Amazônia, os quais são especificamente: Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Quais são as ideias de Amazônia que o Banco Mundial tem? Historicamente essas ideias se modificam? Assumem que caráter? Da mesma forma tentar-se-á responder as mesmas perguntas em relação ao BNDES.

4 A IDEIA DE AMAZÔNIA PARA OS BANCOS: PRIMEIRO, O MUNDIAL

Antes de se chegar ao Banco Mundial se faz necessário um resgate histórico da primeira grande crise capitalista do século XX, que foi a grande depressão de 1929, cuja fonte foi à superprodução de mercadorias nos Estados Unidos da América (EUA) e a quebra da bolsa de Nova York, levando diversos bancos à crise financeira e como o sistema capitalista já estava altamente conectado essas crises afetaram, também, socioeconomicamente todos os países do mundo. Mas os norte-americanos só se interessam pelo mundo quando precisam manter sua hegemonia sobre ele, por tal razão, após 1929 iniciou-se uma série de medidas para se recuperar da crise que ficaram conhecidas como *New Deal* (tradução literal seria novo acordo), cujo mote principal eram dois: num primeiro momento regular o mercado através do auxílio do Estado para que se pudesse proteger o lucro dos capitalistas; num segundo momento fazer a regulação social. Claramente, medidas keynesianas de intervenção do Estado na economia para controlar preços e produção e assim preservar a taxa crescente de lucros e num segundo momento, devido às altas taxas de desemprego faz-se o controle da classe trabalhadora para que ela não se rebelde frente ao sistema, preservando assim o sistema e consequentemente a taxas de lucros. Este modelo, keynesiano, prosperou frente ao liberalismo do *laissez-faire*, então, a projeção internacional deste modelo para uma reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial era iminente e se concretiza em 1947 com o Plano Marshall.

E neste contexto, que em 27 de dezembro de 1944, cria-se o Banco Mundial, um período que remonta ao pós-Segunda Guerra Mundial, pois os Estados Unidos da América antes que a guerra acabasse pensou numa nova arquitetura financeira e monetária internacional, segundo Pereira (2012, p. 392) os estadunidenses tinham

[...] o objetivo fundamental era plasmar as condições que garantissem, ao mesmo tempo, o livre comércio para os produtos norte-americanos, a abertura dos mercados estrangeiros ao capital estadunidense e o acesso irrestrito a matérias-primas necessárias àquela que se tornara a maior potência econômica e militar do planeta.

Assim, em 1944 é realizada pelas Nações Unidas a Conferência Monetária e Financeira na cidade de *Bretton Woods*, que selaria a passagem do antigo império britânico para o império norte-americano. Tanto que, para Pereira (2012, p. 392-393), o texto final desta conferência prevaleceu às considerações feitas pela Inglaterra e pelos EUA, pois

Ambos consideravam indispensável a construção de um sistema de cooperação econômica baseado em regras e instituições multilaterais que evitasse o cenário do entreguerras, marcado por políticas comerciais protecionistas e desvalorizações cambiais competitivas. Na visão dos planejadores, era preciso erigir um sistema que promovesse a estabilidade econômica, o pleno emprego, o livre comércio e o investimento internacional, vistos como condições para a conquista e a manutenção da paz e da prosperidade entre as nações. Ambos também defendiam que os Estados protegessem suas economias de pressões financeiras internacionais. Essa abordagem conformava o *embedded liberalism*, uma reação ao capitalismo liberal (*laissez-faire*) que marcara os anos pré-guerra. Com forte apoio entre industriais, sindicatos de trabalhadores e políticos de orientação keynesiana, esse ideário enfrentava a oposição de grandes banqueiros privados e administradores dos bancos centrais que haviam dominado as políticas financeiras antes de 1931.

O liberalismo que levava o mundo à guerra se aposentaria para dar lugar a um novo modelo capitalista de gerir a economia, a política e cultura mundial, mas este novo modelo agregaria os bancos privados descontentes não os excluiria como se pensava à época. Contudo, o controle da economia não seria mais tutelado em sua plenitude ao mercado e aos banqueiros, o Estado, portanto, assumiria o protagonismo na economia através da intervenção direta nos setores da economia que pudessem causar crises. Ademais, o Estado também teria a função de promover e espalhar as benesses, mesmo que mínimas, do sistema capitalista aos que sequer haviam sonhado com elas nas décadas passadas. Uma forma de maquiagem um sistema perverso, para que os trabalhadores não se rebelassem e fizessem a revolução, derrubando o capitalismo e instaurando o socialismo real implantado nos países aliados da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Contudo, a limitação soberana dos Estados só permitia que se fizesse o controle interno, era necessário levar as “benesses” do capitalismo aos outros países, principalmente, àqueles que se recuperavam do pós-guerra, foi neste contexto que, segundo Pereira (2012, p. 394),

Ainda em 1943, em lugar de um fundo acordou-se também a criação de um banco para a reconstrução e o desenvolvimento. É interessante destacar que o primeiro rascunho de uma proposta para um banco internacional, escrito por White em abril de 1942, não mencionava o desenvolvimento, mas sim um Banco de Reconstrução das Nações Unidas e Associadas. Depois de circular entre outros governos em novembro de 1943, o rascunho recebeu a expressão “e Desenvolvimento” acrescentada ao nome da instituição. Contudo, àquela altura, a proposta não angariava maior interesse. O centro das atenções era mesmo o futuro fundo de estabilização.

Os planejadores e executores do *New Deal* estavam à frente do futuro fundo de estabilização, por tal razão era o centro das atenções, e este fundo mais tarde seria denominado de Fundo Monetário Internacional (FMI), que seria um braço financeiro importantíssimo no controle e domínio da hegemonia capitalista pós-guerra. Mas, o que era importante era reerguer a Europa destruída, era proporcionar aquele capital inicial (dinheiro)

para que a economia capitalista europeia voltasse aos ciclos de produção, reprodução e expansão do capitalismo, que a Europa retornasse, então, a se desenvolver. Depois da destruição viria a reconstrução e o desenvolvimento, o andar para frente, produzir mais. Desta feita, segundo Pereira (2012, p. 394)

Convencido de que os investidores privados poderiam não prover o fluxo líquido de dólares necessário à reconstrução, a proposta de White concebeu um banco que garantisse títulos estrangeiros e, quando necessário, emprestasse diretamente para Estados. Objetivo: encorajar o capital privado ao investimento produtivo, mais do que efetuar empréstimos.

As condições de rentabilidade do capital investido na “reconstrução” e no “desenvolvimento” estavam dadas. Nada mais agradável para o capital privado que os Estados fossem o tomador de empréstimos, ao mesmo tempo, em que poderiam também realizar o resgate do título emitido pelo Banco multilateral. Esse Banco trata-se para Pereira (2012, p. 395-396) que

O resultado final de Bretton Woods materializou a hegemonia norte-americana na reorganização política e econômica do capitalismo internacional no pós-guerra. Produto de uma mudança drástica na estrutura de poder internacional, ela institucionalizou uma nova ordem monetária baseada no dólar, razão pela qual a política econômica dos EUA centralizaria a criação de liquidez e forjaria as condições da expansão e da internacionalização do capital estadunidense. Criaram-se organizações financeiras de tipo multilateral que expressavam a desigualdade de poder configurada no sistema internacional. Por outro lado, as provisões do acordo em favor do controle de capitais refletiram a vitória dos *embedded liberals* contra os banqueiros de Wall Street

O Banco Mundial é criado como um braço para a expansão e reprodução do capital norte-americano, é um poder financeiro que, no primeiro momento, prenderia os países europeus, já que surge, primeiramente, como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com a missão de reerguer e reconstruir, através de empréstimos e projetos, os países signatários da Conferência afetados pela guerra. A atuação do BIRD seria restrita, apesar da derrota dos banqueiros que ditavam a economia mundial antes de 1931, o capitalismo não pode relegar uma instituição centenária e fundamental para o funcionamento do mesmo, os bancos privados, assim o BIRD para Pereira (2012, p. 396)

De acordo com o seu estatuto, não cabia a ele competir com os bancos comerciais privados e muito menos fortalecer o setor público e quaisquer formas mistas de economia, mas sim, fundamentalmente, financiar projetos para fins produtivos relacionados a obras públicas de fácil definição, supervisão e aferição de resultados que não fossem de interesse direto da banca privada. Ademais, cabia ao banco promover o investimento de capitais estrangeiros, por meio de garantias ou participação em empréstimos e outros investimentos realizados por particulares, desde que relacionados a planos específicos de reconstrução ou desenvolvimento.

Não havia derrota para os bancos privados nesta reestruturação do sistema capitalista. Pelo contrário, o poder dos bancos privados teria uma segurança ainda maior para poder gerenciar o fluxo internacional de capital, apoiados nos acordos internacionais e nas agências multilaterais, era uma forma de abrir ainda mais mercados consumidores, parques produtores, oferta de crédito, e principalmente de extrair o mais-valor produzido nos países que se tornariam dependentes. Diante desta possibilidade não havia meios para se negar a criação de um poderoso instrumento de dominação monetária, cambial e financeira sob os auspícios do desenvolvimento, pois Pereira (2012, p. 398) diz que

O banco iniciou suas operações em junho de 1946 e logo passou a ser pressionado por governos europeus e alguns membros do Executivo norte-americano para que atuasse no socorro imediato às necessidades da Europa em matéria de divisas, matérias-primas e alimentos. Pressões por empréstimos rápidos também vieram de representantes de países da periferia. O representante do Chile no banco, por exemplo, sustentou que empréstimos em larga escala à Europa ameaçavam a capacidade futura da entidade de fazer empréstimos para fins de desenvolvimento.

Mesmo pressionado o Banco Mundial (BIRD) não recuou sobre a sua proposta inicial de ser o Banco de desenvolvimento, pois segundo Pereira (2012, p. 398) o Banco não conseguiu cumprir com o que se propunha que era reconstruir a Europa por falta de recursos suficientes para tal empreitada. Assim, a Europa começou a se reconstruir de maneira precária e por conta própria, já que os meios de financiamentos prometidos não tinham como se cumprir. Assim, o sonho de tornar a Europa dependente dos Estados Unidos, principalmente, da indústria norte-americana, foi se distanciando com o tempo e um espectro voltou a rondar a Europa, o espectro do comunismo, através da URSS. Diante da ameaça comunista, na verdade se trata de um socialismo real, os Estados Unidos lançaram, portanto, a Doutrina Truman, que Pereira (2012, p. 400) entende como sendo a oferta de assistência política, econômica e militar para os países livres sob ameaça comunista interna ou externa, o que acabou por adiar o projeto de livre comércio, liberdade crescente para os fluxos de capital, onde o agente facilitador seriam o FMI e agente internacional de crédito seria o Banco Mundial. Estes dois agentes internacionais tinham o respaldo de serem instituições pertencentes ao quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), todavia mantinham independência desta, já que a configuração da ONU abrangeria os países do bloco socialista, os quais não eram membros do Banco Mundial e do FMI, portanto para não interferirem na política do Banco Mundial e do FMI estes tornaram-se autônomos em relação a ONU. O primeiro empréstimo do Banco Mundial (BIRD) é contado por Pereira (2012, p. 403-404) como

[...] um exemplo de como a subordinação à política externa norte-americana não minou a construção da credibilidade do BIRD junto à banca. O Departamento de Estado norte-americano orientou McCloy a direcionar o primeiro empréstimo do banco para a França. Tratava-se de uma operação financeira arriscada, pois comprometia mais de um terço dos recursos do banco e não definia com precisão o destino dos fundos. Em termos reais, aquele foi o empréstimo mais volumoso concedido ao longo dos primeiros cinquenta anos de existência da instituição. O banco desembolsaria apenas a metade dos US\$ 500 milhões solicitados, em troca dos quais o governo francês deveria equilibrar o orçamento e aumentar impostos. Além disso, o Departamento de Estado exigiu que a França expelisse os comunistas do governo de coalizão, para evitar que sua influência aumentasse na eleição seguinte. No início de maio de 1947, o PCF foi ejetado da coalizão e McCloy anunciou a liberação do empréstimo. Dois meses se passaram e o BIRD lançou, então, a sua primeira oferta de títulos na bolsa de valores de Nova Iorque, no total de US\$ 250 milhões. O fato de os títulos terem sido vendidos rápida e integralmente, inclusive com um prêmio sobre o preço inicial, foi interpretado na época como uma demonstração importante de confiança da banca na instituição.

O Banco Mundial atuou pelo mundo como um escudo contra o espectro do comunismo que rondava a Europa. Foi um grande instrumento ideológico *a priori* a favor da manutenção do sistema capitalista nos países europeus. Logo, a atuação do Banco Mundial não se restringia a empréstimos e financiamento de projetos, mas também a implementação do receituário econômico dominante, tal como faz o FMI, além é claro de afastar qualquer possibilidade de rompimento com o sistema capitalista. Essa segurança de manutenção da ordem é fundamental para a prosperidade dos negócios da classe dominante, por tal razão que Pereira (2012, p. 407-408) afirma que

O Banco sempre estimulou certas políticas econômicas em detrimento de outras, a fim de assegurar a rentabilidade dos investimentos privados e a solvência dos seus clientes. Na lista das políticas indesejáveis estava, invariavelmente, qualquer atitude hostil ou discriminadora contra o capital estrangeiro. Na visão do Banco, a sua assistência técnica e a exigência de determinadas medidas de política econômica, em troca de empréstimos, ajudariam a melhorar a qualidade do ambiente doméstico para o desenvolvimento capitalista, em particular para o capital estrangeiro.

Portanto, o Banco Mundial concretizava na prática e com sucesso, o objetivo da sua criação, tanto que para Pereira (2012, p. 408) “até o ano de 1962, exceto os empréstimos para enfrentar crises em balanços de pagamento, todos os empréstimos do BIRD foram para projetos considerados bancáveis. O rol de projetos financiáveis era bastante restrito [...]”. Além de prover o fluxo de capital estrangeiro pelo mundo era um Banco de alto rendimento, que gerava dividendos para os seus investidores privados que nenhum outro lugar do mundo geraria. Ademais, o Banco estava a disposição de criar economias dependentes, por isso não fazia investimentos até esta época em áreas de educação, saúde, cultura e ciência, muito menos em meio-ambiente, bem como para Pereira (2012, p. 411)

[...] o BIRD jamais financiou ou apoiou qualquer iniciativa governamental voltada para a redistribuição de riqueza e, especificamente, a democratização da estrutura agrária. Quanto aos empréstimos do BIRD para educação, saúde, saneamento básico e abastecimento de água, que corresponderiam à implementação dos aspectos sociais do Ponto IV, somente nos anos 1960 e 1970 é que começariam a aparecer aos poucos, e mesmo assim com muita resistência interna e de forma minoritária, na carteira do BIRD [...]

As décadas de 1960 e 1970 são cruciais para o futuro do Banco Mundial. Se antes o Banco tratava apenas com negócios que podiam ser rentáveis, altamente rentáveis dentro do um seleto grupo de países, a partir deste período o Banco expande suas operações, pois é inerente a atividade do capital a expansão, a continuação do ciclo de reprodução em outros territórios que podem gerar mais-dinheiro. Pereira (2012, p. 414) explica essa mudança vira de vez 1959, pois alguns impérios coloniais caem após o fim da Segunda Guerra na Ásia e na África; os governos de países dependentes ganham terreno diplomático e a Revolução Cubana de 1959. Assim o espectro do comunismo que rondava a Europa, passou a rondar a América Latina e também a África através da Argélia, lugar onde Franz Fanon batalhou contra o domínio Francês. Precisava, então, o Banco sair da Europa, e faz isso através da criação de outro braço a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), que começara a formar o Grupo Banco Mundial.

4.1 O Banco Mundial e a expansão para América Latina

O Grupo Banco Mundial se define como: “Com 189 países membros, com equipes em mais de 170 países, e escritórios em mais de 130 localidades, o Grupo Banco Mundial é uma parceria global única: cinco instituições trabalhando para buscar soluções sustentáveis que reduzam a pobreza e construam a prosperidade compartilhada em países em desenvolvimento”⁴⁹. Há que se destacar que se trata de um grupo, tal como as grandes empresas se definem hoje, tanto as multinacionais quanto as empresas que possuem atuação em mercados internos, locais, nacionais, e até mesmo regionais. Essa ideia de grupo advém do próprio significado da palavra grupo, que segundo o Dicionário Houaiss possui doze significados, sendo que os quatro primeiros dizem que se trata de um “conjunto de pessoas ou coisas dispostas proximamente e formando um todo; determinado número de pessoas

⁴⁹ Tradução do autor para o texto que está no sítio do próprio Banco (<http://www.worldbank.org>), que diz: “*With 189 member countries, staff from more than 170 countries, and offices in over 130 locations, the World Bank Group is a unique global partnership: five institutions working for sustainable solutions that reduce poverty and build shared prosperity in developing countries*”.

<encontrou-se com um g. de amigos>; conjunto de indivíduos com características, objetivos, interesses comuns <g. familiar> <g. empresas>; conjunto de seres ou coisas cujas características comuns são utilizadas para sua classificação <um g. de línguas> <um g. de animais vertebrados> [...]”. As instituições que formam o todo do Banco Mundial são: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)⁵⁰, Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID)⁵¹, Corporação Internacional de Finanças (IFC)⁵², Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA)⁵³ e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas de Investimento (ICSID)⁵⁴. Esses cinco são os cinco “amigos” que se reuniram para fundar o todo que é o Grupo Banco Mundial, ou só Banco Mundial.

Cabe lembrar que uma das “receitas” dada pelo próprio capitalismo no pós-guerra se desenha sobre um Estado intervencionista, ou o chamado *welfare state*, isto na Europa e nos Estados Unidos da América, uma prevalência da doutrina keynesiana, para salvar o mundo dos horrores da guerra promovida, bancada e aguardada pelo capital, nada melhor que uma entidade “neutra” capaz de salvar os homens e o mercado do voraz liberalismo, capaz de controlar os ímpetus agudos da ganância de alguns, o Estado. E para conter o Estado surgem às condições impostas pelo Banco Mundial, respaldadas pela ONU, cuja missão é assegurar a “paz mundial”, a tranquilidade necessária para o reerguimento do desenvolvimento do capitalismo.

Todavia, como diz Marx e Engels (2010) no *Manifesto Comunista*, o espectro do comunismo ainda rondava a América Latina no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, tanto que a Revolução Cubana de 1959 poderia inspirar outros países latino-americanos a se rebelarem contra o sistema. E, historicamente, a América Latina tem um “gene revolucionário”, vide a história vitoriosa do Haiti contra o sistema escravista francês. Esse “gene” precisava ser controlado no pós-guerra, assim as potências hegemônicas trataram de se

⁵⁰ O BIRD possui 189 membros e é tida pelo Banco Mundial como uma cooperativa própria de desenvolvimento global, é, também, o braço mais atuante do Grupo.

⁵¹ A AID é supervisionada por 173 países considerados “acionistas”, assim como o BIRD visa reduzir a pobreza concedendo empréstimos e subsídios para programas de crescimento econômico. A AID complementa o BIRD, sendo que a diferença está que o BIRD é autossustentável, ou seja, a própria atividade do BIRD o mantém, logo o BIRD só empresta para países pobres de renda média, ou melhor, os países em desenvolvimento; enquanto a AID é o investimento de risco do Grupo, pois empresta para os mais pobres, é um dinheiro que pode voltar, mas o risco é maior. Atua principalmente na África.

⁵² A IFC é a organização do Banco Mundial focada no setor privado dos países em desenvolvimento. Enquanto a AID e o BIRD atuam somente com os Estados, a IFC é só para iniciativa privada.

⁵³ A MIGA é uma espécie de carta de crédito que o Banco Mundial dá para investidores privados que querem colocar dinheiro nos países em desenvolvimento, e o fundo de garantia contra riscos não-comerciais, ou seja, o Banco Mundial chancela caso a mudança de política econômica ou de governo num determinado país venham a prejudicar os investidores. Dá condições e seguranças para investimentos.

⁵⁴ O ICSID é o tribunal de arbitragem do Banco Mundial. O capital se protege dos poderes judiciários pelo mundo criando sua própria instância de resolução de conflito. O Banco Mundial criou a sua o ICSID.

apropriar de um ente que nunca falha com a burguesia, o Estado⁵⁵. Por esta razão Marx e Engels (2010, p. 41-42) dirão que

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

O Estado tem papel fundamental para o capitalismo, este não vive sem aquele e vice-versa. Sem o Estado o capitalismo já teria caído. Tanto que o Banco Mundial através de seus “técnicos” faz com que os projetos e os investimentos vinham acompanhados de receituários políticos, sociais e econômicos, conforme, já se demonstrou acima. Era uma venda casada sob a justificativa de que o nível de competência da administração pública era insatisfatório. Essa incompetência que o Banco Mundial forjou é transplantada na América Latina das décadas de 1960 e seguintes como apoio externo, as burguesias dominantes internas, para praticar golpes de estado a fim de que o espectro do comunismo não se instalasse na América Latina. A Operação Condor é o maior exemplo disso, aliados aos militares e a violência impôs o controle ao “gene” revolucionário. Porém, a economia da América Latina desse período também precisava de uma ajuda externa. Aí a classe burguesa tendo o modelo implementado na Europa pelo Banco Mundial de reconstrução tido como um sucesso, resolve também “reconstruir” a América Latina, mas com coturno, estrelinhas e fuzil. Assim, o Banco Mundial começa as suas atividades pela América Latina, colocando um chafariz francês de arquitetura neoclássica bem vistosa, mas que não jorra água e sim investimentos de capital estrangeiro, atraindo todos os países latino-americanos, com exceção de Cuba, para beira dessa “fonte” inesgotável de dinheiro. Meteram a mão na “fonte”, saciaram a “sede” por dinheiro adentrando na onda do “desenvolvimento”, que à época da ditadura militar brasileira foi o “milagre econômico”. Só que ao se embriagar nesta “fonte” condicionantes foram colocadas para a sociedade civil e para a sociedade política (Gramsci, 2011).

Neste período, o interesse internacional pela Amazônia já aparecia de forma explícita, só que entre as nações hegemônicas patrocinarem outra guerra para tomar território é mais fácil e, sobretudo, mais barato levar um banco oferecendo dinheiro com condicionantes.

⁵⁵ Melo e Ribeiro (2018) possuem um trabalho ainda não publicado, mas já apresentado na 1ª Conferência Gramsci, Marx e Marxismo, em que abordam de maneira bem detalhada essa parceria do Estado com o capital nas obras de Marx e Gramsci.

Logo, na década de 1970 o Banco Mundial se joga de cabeça no Projeto Grande Carajás (PGC)⁵⁶, que seria uma parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce, empresa de capital misto à época, e a empresa norte-americana. Só que o investimento que deveria ser feito, para que a produção fosse destinada para exportação era de alta monta, o que não foi problema para o Banco Mundial, que injetou dinheiro e ajudou a estruturar a exploração da mina, a construção da ferrovia e o porto de onde seria escoado o minério para o mundo.

Pronto! A Amazônia já estaria incluída na Divisão Internacional do Trabalho do pós-guerra, já que a borracha não interessava mais, haveria de ter outra grande riqueza nessa floresta que pudesse servir ao “desenvolvimento”, e tinha, o ferro à época. Mas não foi só esse projeto que o Banco Mundial participou. Ainda financiaria a construção de rodovias, de hidrelétricas e assentamento rurais. Segundo consta no documento *Banco Mundial – Amazônia Brasileira: A experiência do Banco Mundial: O difícil caminho para o desenvolvimento sustentável* (Banco Mundial, 2003, p. 3), o Banco sempre “[...] conferiu especial atenção aos temas ambientais e à (então chamada de) “questão indígena” da região. [...]”. Portanto, o próprio Banco ressalta que jamais teve qualquer participação nos danos ambientais causados pelas grandes obras na Amazônia. Entretanto, no mesmo Documento (Banco Mundial, 2003, p. 13) o Banco diz que nos anos 1990 a sua visão sobre a Amazônia sofre uma guinada, ou seja, o Banco passa a priorizar financiamentos de projetos de desenvolvimento sustentável, ou seja, o que foi feito antes de 1990 não tinha nada a ver com desenvolvimento sustentável, portanto, pode-se inferir que não havia atenção especial às questões ambientais e que o Banco financiou grandes obras na Amazônia, o que torna portanto o discurso do Banco contraditório, já que o próprio termo desenvolvimento sustentável por si só é contraditório.

Mas, diante da repercussão negativa para a imagem do Banco Mundial das denúncias e dos movimentos de resistência que ocorreram no bojo dos investimentos anteriores à década 1990, o Banco Mundial resolve frear o ímpeto e começa a captar doações para Amazônia em forma de doação para o que seria a grande vedete do Banco Mundial: o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Entretanto, isso não gera em curto prazo e sob a lógica do capitalismo um grande movimento de capital. Ademais, um Banco não sobrevive de doações e sim de empréstimos, um Banco é um agente do capital que fabrica dinheiro, logo a mercadoria que gera mais valor para um banco é o próprio dinheiro através de juros. Sendo assim, o Banco Mundial não deixou de emprestar para projetos e programas na Amazônia,

⁵⁶ A empresa norte americana *United States Steel* sobrevoando atrás de manganês na Amazônia descobre a maior jazida de ferro do mundo e o minério com mais alto teor de ferro do mundo.

porém todos esses projetos pós-1990 vieram com subterfúgios retóricos tais como: desenvolvimento sustentável, manejo sustentável, gerenciamento, desenvolvimento rural, práticas sustentáveis, conservação, entre outros termos.

O Banco Mundial não é diferente, apesar de não carregar o “social” na nomenclatura, mas traz o “desenvolvimento” como gene de nascimento, como missão institucional, segundo seu próprio portal⁵⁷, pretende com este “desenvolvimento” erradicar a extrema pobreza⁵⁸ e promover a prosperidade compartilhada pelo aumento de renda dos mais pobres. Logo, o Banco Mundial não esconde suas pretensões econômicas, já que a pobreza, ou a extrema pobreza é tratada também pelo viés econômico, de renda. Portanto, o centro de gravitação das ações do Banco Mundial é aumentar a renda, gerar renda, porém no sistema que vivemos hoje, que é o capitalismo, essa renda é necessariamente concentrada e monopolizada, assim sendo será que os investimentos do Banco Mundial geraram renda para exterminar a pobreza na Amazônia? As ações do Banco Mundial na Amazônia foram prósperas para quem?

Portanto, é durante a ditadura que o Estado brasileiro vai se alinhar definitivamente com os interesses e a lógica do capital internacional, pois é em 1970 que o Grupo Banco Mundial começa a realizar empréstimos e financiamentos de grande monta para projetos na Amazônia, como diz o próprio documento do Banco Mundial “Amazônia Brasileira: A experiência do Banco Mundial: O difícil caminho para o desenvolvimento sustentável”:

O primeiro empréstimo do Banco na região (US\$ 6,7 milhões para o Projeto de Assentamento Fundiário do Alto do Turi, aprovado em julho de 1972) teve como objetivo prestar apoio a um projeto dirigido de “colonização” rural no noroeste do Maranhão, o qual obteve resultados variados. Outras operações de maior porte ajudaram a financiar projetos de mineração, ferrovias e instalações portuárias – envolvendo um total de investimentos da ordem de US\$ 2,8 bilhões através do Projeto Carajás de Mineração (empréstimo do Banco Mundial de US\$ 304,5 milhões, aprovado em agosto de 1982) -, e a implementar o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Esse programa, com um custo total estimado de US\$1,5 bilhão, e parcialmente financiado por seis empréstimos vinculados (ao todo US\$ 434,4 milhões) aprovados entre dezembro de 1981 e dezembro de 1983, contemplava a recuperação da malha viária (especialmente a pavimentação da rodovia BR-364), o desenvolvimento rural integrado, atenção à saúde (sobretudo o controle de malária), e a proteção do meio ambiente e das populações indígenas do Mato Grosso e Rondônia. (Banco Mundial, 2003, p. 4)

No próprio título do documento do Banco Mundial já se tem a demonstração de que o Banco realiza na Amazônia ao dizer que há um “difícil caminho”, ou seja, que o Banco

⁵⁷ O portal eletrônico do Banco Mundial foi acessado em 18 de agosto de 2018, e logo nas opções de entrada do site encontra-se a aba “*Who we are*”, que traduzindo daria em “quem somos”, e o site pode ser acessado em inglês, língua oficial do banco, espanhol, francês, russo, árabe e chinês.

⁵⁸ Esse conceito de extrema pobreza para o Banco Mundial significa viver com menos de US\$ 1,90, ou seja, em moeda nacional com o câmbio do dia 14 de dezembro de 2018, daria em R\$ 7,43 por dia, ou R\$ 222,90 por mês.

percorre um trajeto, o qual é muito custoso, complicado, trabalhoso, árduo, intrincado, arriscado, para se chegar a algum lugar, que seria o “desenvolvimento sustentável”, o qual segundo Castro (2012a, p. 15) trata-se de um

[...] desejo, ou a meta, de se encontrar uma outra via de desenvolvimento que não seja simplesmente o crescimento econômico. Um outro desenvolvimento que desse conta da questão social e da pobreza que cresce no mundo, como uma dimensão da justiça social. [...]

Logo, quando o documento traz o título de “difícil caminho para o desenvolvimento sustentável”, significa que esse desejo de outro tipo de desenvolvimento não se concretizou e está longe de se concretizar, trata-se, mais de um jogo de palavras e de conceitos no intento de enganar, de esconder que é impossível conciliar o modo de produção capitalista com a preservação da natureza dos recursos minerais e da vida humana na Amazônia, já que para Castro (2012a, p. 16-17) na ditadura a pobreza aumentou como também aumentou a dependência, ademais “[...] para haver crescimento com taxas ainda maiores, é necessário maior pressão sobre os recursos naturais [...] por aí reside a contradição do modelo de produção [...]”, esta é lógica do capital, que segundo Marx (2011, p. 438) “[...] o capital só realiza os empreendimentos *vantajosos*, vantajosos sob sua ótica. [...]”, logo esses mais de US\$ 1,6 bilhão de dólares investidos pelo Banco Mundial na Amazônia em na década de 1970 e 1980, para projetos de “colonização” no Maranhão, mineração em Carajás, e asfaltar rodovias noroeste do Brasil, teriam que dar retorno para o capital, teriam que trazer vantagem, principalmente sobre a lógica de estado, que segundo Castro (2012b, p. 45) estão sob uma lógica liberalizante do capital, já que os Estados nacionais continuam importantes nas esferas do social, político e econômico. Portanto, esses investimentos já geram a complacência dos Estados com o desejo dos bancos para a Amazônia, desejos esses que são de desenvolvimento sustentável para o capital.

4.2 O que foi a Amazônia à época do “milagre econômico”

A história dos bancos de desenvolvimento na Amazônia começa pelo Banco Mundial, que foi pioneiro em garantir recursos que não sejam do Estado brasileiro para os grandes projetos na Amazônia nas décadas de 1970 e 1980, período que o Brasil vivia sob uma ditadura, um regime militar que não admitia em hipótese nenhuma oposição e resistência, foi nesse momento que o Banco Mundial entra, primeiramente, com dois projetos. O primeiro é o

Projeto Grande Carajás (PGC)⁵⁹, ou como eles dizem o Projeto Carajás Mineração, que foi um projeto de concepção estratégica, tanto territorial, como econômica, já que deste projeto outras grandes obras na Amazônia foram realizadas como a Hidrelétrica de Tucuruí, a ferrovia Carajás até o Porto de Itaqui no Maranhão, como também cria dinâmicas socioeconômicas na Região atraindo grandes, médias e pequenas indústrias, como as produtoras de ferro gusa; comércios e comerciantes de toda ordem; assim como atrai o agronegócio, que gera também áreas protegidas, parques florestais.

Sobre o PGC, ou nos dizeres do Banco Projeto Carajás de Mineração ou só Carajás, o documento do Banco Mundial *Amazônia Brasileira: A experiência do Banco Mundial: O difícil caminho para o desenvolvimento sustentável*, diz que

Os primeiros contatos com o Banco, referentes ao Projeto Carajás, acontecem em fins de 1972, mas o envolvimento da instituição concretizou-se apenas quando a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) recebeu autorização para captar recursos externos, em outubro de 1980. O Programa Grande Carajás, muito mais abrangente, foi criado um mês depois com o poder de conceder incentivos fiscais e demais tipos de subsídios a investidores privados e empresas estatais que desejassem estabelecer atividades produtivas no corredor de Carajás. (Banco Mundial, 2003, p. 4)

O Banco insistentemente tenta diferenciar o que foi o Projeto Grande Carajás e o que ele denomina de Projeto Carajás de Mineração, como se fosse possível separar as partes do todo, como se fosse possível apenas financiar a ferrovia e a abertura e exploração da mina, sem conceber as consequências que um projeto deste porte traria à Amazônia. Como em 2003, data da publicação do documento, a Companhia Vale do Rio Doce não pertencia mais ao Estado⁶⁰, e praticamente já estava extinta a sigla CVRD, coube ao documento jogar a culpa de todos os males do PGC à CVRD, dizendo que o Banco Mundial chegou somente em 1981 com uma missão preparatória quando a CVRD já estava em franca atuação, logo

[...] a maior parte das decisões referentes ao modelo operacional já havia sido tomada. Devido ao fato de o Banco ter se juntado ao Projeto apenas em um segundo momento, os componentes relativos ao meio ambiente e as populações indígenas só foram incorporados quando os preparativos gerais já se encontravam em fase bastante adiantada. **Com exceção dos componentes indígena e urbano, a implementação do projeto ocorreu relativamente bem.** A exportação do minério de ferro e as atividades ligadas à exportação do produto começaram em maio de

⁵⁹ O filme “Fronteira Carajás” (1992), disponível no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=771Bs1D5Bnc>), é um filme que retrata a realidade social, ambiental, política e econômica do Projeto Grande Carajás, sendo um filme de Edna Castro, que aborda a questão da pressão pelos recursos naturais, e as suas consequências em toda extensão territorial do PGC.

⁶⁰ A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) era uma empresa pública criada em 1942, que foi vendida em 6 de maio de 1997 para o banco Bradesco e outros investidores estrangeiros que formaram o consórcio Valepar, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por R\$ 3,3 bilhões, quando se calculava à época que as reservas minerais eram equivalentes a R\$ 100 bilhões de reais. Hoje a CVRD mudou de nome, agora é somente Vale.

1985, e a ferrovia foi concluída dez meses antes do prazo estabelecido, proporcionando uma poupança significativa de recursos. [grifos meu] (Banco Mundial, 2003, p. 5)

Estes dizeres do Banco Mundial coadunam com a propaganda que mostra o filme “Fronteira Carajás” (1992) na praça de Açailândia – MA, o qual está escrito “O encontro do futuro”, e mostra um mapa do Maranhão, com linhas traçadas bem fortes que demonstra o percurso da ferrovia Parauapebas à Itaqui, sendo que o mapa do Maranhão está sobre vários círculos parecidos com um alvo e estrategicamente o município de Açailândia está posicionado bem no centro do alvo, do qual erradia dois feixes em forma de cone gerando amplitude de foco em projetos para o Município, sendo que um deles que é bem focado no filme mostra os polos (madeireiro, siderúrgico, agroindustrial, agropecuário, petrolífero e carvoeiro). Esta imagem é o retrato fiel do que o PGC representou: a modernidade e o progresso no futuro. E os próprios dizeres do Banco ratificam isto, posto que diz que o investimento neste projeto trouxe “[...] importante benefícios econômicos e sociais para a região de Carajás, entre eles a geração de empregos [...]” (Banco Mundial, 2003, p. 5). Mas não foi o que aconteceu. Pois, no mesmo filme há também uma entrevista com um trabalhador de Açailândia⁶¹ que diz que não há emprego na região, que essa promessa de modernidade e progresso não chegou para ele, pelo contrário, o que se viu foi a criação de um exército industrial de reserva. O que demonstra que na Amazônia o ciclo de produção e reprodução do capital não encontra a força de trabalho no próprio território, pelo contrário, essa força de trabalho advém de outro lugar onde se tenha a qualidade necessária para operar no sistema altamente técnico onde a produtividade é planejada para atingir altos índices.

O segundo projeto é o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), cujo mote era receber e assentar os imigrantes e asfaltar a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho. Esta região, até ontem era considerada como uma grande área da pecuária, mas que hoje essa atividade foi superada, sendo, agora, considerada uma das maiores, senão a maior, região produtora de soja do Brasil. Contudo, essa “vocaçãõ” para o agronegócio⁶² nasce com a agropecuária nos anos de implantação do POLONOROESTE, para

⁶¹ O trabalhador fala no filme Fronteira Carajás, o seguinte: “a ilusão do povo, é que aqui há muito emprego é muito grande, mas o desemprego é muito maior. Existe muitas pessoas que vem para cá de um outro lugar com tendência de arrumar emprego. Quando chega aqui não arruma e fica pro aí perambulando. De uma forma geral, quando a gente chega no trabalho em todas as empresas da região, vão nos discriminar de uma forma brutal, somos obrigados a cumprir uma tabela de trabalho fora do normal, é ... por problema de não ter emprego na região, eles obrigam o trabalhador a cumprir aquela tabela de qualquer forma”.

⁶² Na Amazônia o *modus operandi* de invasão do território pelo capital parece sempre o mesmo, entra primeiro os grileiros “legalizando” as terras e expulsando de qualquer forma os posseiros e colonos, depois os madeireiros

em 1998 a soja começar a dominar o território. A história do POLONOROESTE para o Banco Mundial, segundo o relatório, começa com um estudo patrocinado pelo próprio banco em 1979 que trouxe a conclusão de que a população de Rondônia havia aumentado exponencialmente, o desmatamento idem e que os povos indígenas da região estavam seriamente ameaçados, e que depois desta publicação “[...] A resposta do governo brasileiro e do Banco Mundial veio na forma do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)” (Banco Mundial, 2003, p. 7).

Os erros do POLONOROESTE, como foram os do PGC, não foram do banco, neste caso o governo brasileiro é o grande responsável por todo o fracasso do POLONOROESTE, já que segundo documento do banco o governo brasileiro não estava preparado para o risco, era incapaz administrativamente de controlar e monitorar os efeitos negativos, principalmente da ocupação territorial (Banco Mundial, 2003, p. 7). A culpa também recai na região que era remota e atrasada e não sabia lidar com o rápido progresso, pois “[...] o governo deveria estar preparado para aceitar a ocorrência de alguns efeitos negativos, geralmente associados a um desenvolvimento acelerado em áreas mais remotas ou de menor progresso. [...]” (Banco Mundial, 2003, p. 7). O progresso acelerado na região seria a chegada do gado e da soja pela rodovia BR-364. Seria a aceitação da “vocação” da região do POLONOROESTE dada pelo governo brasileiro coligado fraternalmente com o Banco Mundial como um POLO produtor e exportador do agronegócio nacional, capaz de equilibrar a balança comercial e inclusive sustentar políticas econômicas de distribui o de renda.

Em rela o   Carajás não há ocorrência de mudança de sua “voca o”, que foi dada pelo governo brasileiro e pelo Banco Mundial ainda nos anos 1970/1980, que   produzir minério de ferro bruto para exporta o, agora conta com mais uma mina a céu aberto batizada de “S11D” em Canaã dos Carajás. A acelera o vertiginosa da explora o para atender a demanda do capital, que   o aumento de mais-valia, já que se o preço do recurso natural baixa deve-se, necessariamente, aumentar a produ o para compensar o baixo preço, vende-se mais para lucrar o mesmo, lei da oferta e da procura, que quando o cenário   favorável, ou seja, preços dos recursos naturais nas alturas vende-se pouco para não gerar superoferta e conseqüentemente baixar o preço no mercado. Em suma, a “voca o” dada pelo Banco Mundial   Amazônia   a de produtora de bens primários e semielaborados para exporta o. Uma economia dependente do que a natureza d  e o homem superexplora.

Mas o que   a Amazônia para o Banco Mundial? Nos dizeres do Banco Mundial

devastando tudo, em seguida os pecuaristas, depois os arroteiros, sojeiros ou de qualquer outra atividade latifundiária e de monocultura para exporta o.   o negócio da renda da terra na Amazônia.

A visão do Banco sobre a Amazônia sofreu uma guinada considerável durante os anos 90, em grande medida devido às lições aprendidas com os projetos e estudos levados a cabo no decorrer das décadas anteriores, somadas à realização de outros trabalhos analíticos complementares. Embora o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável continuasse acidentado, o Banco logrou avanços consideráveis durante a década de 90, sobretudo no que se refere à incorporação mais ampla dos temas de desenvolvimento social e ambiental (inclusive global) em sua agenda setorial, bem como em seu diálogo político e em suas operações de financiamento. [...] (Banco Mundial, 2003, p. 13)

Essa “guinada considerável” que sofreu a visão do Banco é o fato que de antes de 1990 os projetos de “desenvolvimento” do Banco estavam somente atrelados a questões econômicas e depois deste marco temporal ficou atrelado a outras condicionantes, principalmente, as condicionantes do “desenvolvimento sustentável”. Depois dos anos 1990 o Banco passou a buscar na Amazônia o “desenvolvimento sustentável”, principalmente devido à pressão dos encontros internacionais como a Eco 92 no Rio de Janeiro, mas não consegue encontrar a forma de fazer isso, já que o caminho está “acidentado”, mas quem “acidentou” o caminho foi o capitalismo, quando se tem é um caminho para sempre acidentado que nem mais o melhor meio de transporte elaborado possa transpor essa barreira, somente transformando o caminho se possa retirar esses “acidentes” da passagem. O desenvolvimento de criar os polos (POLONOROESTE e POLOAMAZÔNIA) com base na visão de planejamento regional, de área de intervenção. Mas essa área de intervenção sofre com o passar do tempo mudanças que se adéquam a necessidade do momento. O Banco Mundial é *hors concuer* nesse quesito pós-moderno de mudar de rota para se adaptar a moda. Tanto que está fomentando um debate sobre as grandes obras na Amazônia, de forma que estas sejam executadas, mas sem a mancha de sangue e lama que essas obras deixam como passivo socioambiental na Amazônia. Trata-se de mais um subterfúgio, uma isca, já que o próprio Banco diz que mudou a sua forma política de agir, diz que se abriu ao diálogo para as suas operações de financiamento. Entretanto, se abrir ao diálogo não significa que vai executar tudo aquilo que ouve. Será que não se trata de mais uma cópia das audiências públicas, onde se ouve tudo aquilo que se tem para dizer, mas não se executa nada do que fora dito?. Portanto, a dúvida maior ainda persiste em saber se a “guinada considerável” de fato aconteceu, pois para Fearnside (2018) aparentemente Belo Monte foi financiada por contribuinte da Europa e dos Estados Unidos através das políticas de desenvolvimento (DPLs) repassadas pelo Banco Mundial. Será que daqui a 20 anos, em 2037, o Banco Mundial lançará o documento “Amazônia Brasileira e a experiência do Banco Mundial 2 – o retorno” dizendo que também não teve participação na construção de Belo Monte?

4.3 A década de 1990: para o Brasil

Após o período da ditadura militar (1964-1985) o Brasil passou pelo regime político de transição para a democracia, no qual através do voto indireto⁶³ foi eleita a chapa composta por Tancredo Neves e José Sarney. Após veio a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, para que em 1989 ocorresse a primeira eleição direta para o cargo de Presidente da República. Nesse ano Fernando Collor de Mello fora eleito presidente e comandaria o país de 1990 até 1992, quando o vice Itamar Franco assumiria até o fim do mandato em 1993. Contudo, a transição não é só político-institucional, mas também econômica, já que os países dominantes do capitalismo mundial, após a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011) de 1970, já estavam sob o domínio do neoliberalismo. Esta “nova” forma econômica precisava se expandir para os países dominados, os quais, após 1989 com o fim da URSS, não possuíam outra opção de gerência do capitalismo que não fosse a mesma dos países dominantes. O Brasil é estratégico dentro da geopolítica mundial porque possui a maior economia da América Latina, um grande território, um significativo mercado consumidor e a Amazônia, além, é claro, da posição subimperialista (MARINI, 2017) com os demais países da América Latina. Logo, fazer a transição para o neoliberalismo no Brasil era fundamental dentro das estratégias do capital a nível mundial. Essa tarefa de transição econômica para o neoliberalismo tornou-se mais fácil com a ajuda imprescindível do Estado brasileiro através do governo de Collor/Itamar (1990-1993).

Todavia, essa passagem de modelo de gestão econômica e de relação entre o Estado e o capital não seria tão fácil de realizar, já que a economia brasileira apresentava graves problemas que foram sendo construídos durante o período do governo militar, dos quais se destacam três: a inflação, a taxa de crescimento e o endividamento externo. A dívida externa nacional crescia ano após ano tanto que de 1980 a 1990 a dívida quase que dobrou passando de US\$ 64 bilhões para aproximadamente US\$ 124 bilhões, conforme a Tabela 01 abaixo, o que demonstra uma elevada dependência dos investimentos estrangeiros, direto e indireto, na economia nacional naquele período. O endividamento externo se torna ainda mais

⁶³ A escolha do primeiro presidente após o regime ditatorial foi realizada por um Colégio Eleitoral, que era composto de congressistas e delegados das assembleias legislativas estaduais. A de 1985 foi a última eleição indireta por Colégio Eleitoral, instrumento este que também foi usado para “escolher” dois presidentes durante o período ditatorial militar no Brasil, os quais foram: Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Os outros ditadores foram “escolhidos” pelo Congresso Nacional, quais sejam: Humberto Castello Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e Emília Garrastazu Médice (1969-1974).

problemático quando está ancorado numa baixa taxa de crescimento da economia nacional, pois significa que o dinheiro estrangeiro aplicado não fora revertido em prol da população e da criação das condições internas para que a dependência fosse paulatinamente eliminada, e nesse período de 15 anos (1980-1994) a taxa média de crescimento da economia brasileira foi de 2,52 % ao ano, portanto um baixo crescimento aliado a um alto endividamento externo reflete sobremaneira nas condições da classe trabalhadora. O índice que demonstra o estado material dos trabalhadores é a inflação, que corrói o salário diminuindo o acesso aos bens materiais básicos de reprodução da vida, como o alimento, e nos 15 anos dispostos na tabela 01 abaixo a inflação atingiu a média de 723,87%.

Tabela 01 – Inflação Anual, taxa de crescimento e dívida externa bruta (% a.a)

Data	Inflação - INPC - (% a.a.)	Taxa de crescimento (% a.a)	Dívida Externa bruta (milhões US\$)
1980	99,70	9,1	64.259,50
1981	93,51	-4,4	73.962,80
1982	100,31	0,6	85.487,50
1983	177,97	-3,4	93.745,20
1984	209,12	5,3	102.127,00
1985	239,05	7,9	105.170,60
1986	59,20	8,0	111.202,70
1987	394,60	3,6	121.188,20
1988	993,28	-0,1	113.511,00
1989	1.863,56	3,3	115.505,90
1990	1.585,18	-3,1	123.438,50
1991	475,10	1,5	123.910,40
1992	1.149,06	-0,5	135.948,80
1993	2.489,11	4,7	145.725,90
1994	929,32	5,3	148.295,20

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE/SNIPC, Banco Mundial e Banco Central do Brasil.

Nessas condições econômicas o Brasil entra nos anos 1990, portanto a tarefa de Collor era destravar a economia nacional para o ingresso definitivo do neoliberalismo no país.

Assim, o governo Collor marca-se por uma propaganda de que o Estado era muito grande⁶⁴ e causava um gasto público enorme que impossibilitava investimentos em outras áreas de maior importância, como a de infraestrutura. Portanto, o governo Collor já apontava para as privatizações exigidas pelo sistema hegemônico neoliberal, que pretendia reduzir ao máximo a participação do Estado em setores estratégicos da economia mundial, sem, contudo, prescindir da participação e do apoio do Estado na economia, já que essa redução visava, também, fazer caixa para o pagamento das dívidas externas de curto prazo, restabelecer a confiança internacional dos investidores no Brasil. Desta feita, em 1990 o governo Collor lança o Plano Collor, cujo mote é, segundo Bresser-Pereira (1991), uma política de ajuste fiscal que visava aumentar a arrecadação do Estado; uma política de comércio exterior, que tornava o mercado brasileiro ainda mais liberal para interesse estrangeiro; uma política de rendas que congelou preços e salários; taxa de câmbio flutuante; e a reforma monetária que reteve os ativos financeiros. Para Andrada (2018, p. 797), “[...] o Plano contou com o apoio de importantes empresários, jornalistas, economistas e intelectuais brasileiros de ponta a ponta do espectro político [...]”, logo o Plano também possuía o apoio popular, no entanto, ainda segundo Andrada (2018, p. 782), esse apoio foi efêmero durou pouco mais de três meses quando se percebia o fracasso do referido Plano.

Collor ainda tentaria mais uma vez o resgate da economia nacional com o Plano Collor II⁶⁵, entretanto, o apoio da burguesia nacional e estrangeira já não existia mais, com a consequente campanha contrária ao governo nos grandes meios de comunicação e o definimento do apoio popular somado a falta de base política no Congresso Nacional, Collor é impedido em 1992. Conquanto, no que tange à Amazônia no primeiro governo eleito após a ditadura militar e a promulgação da Constituição de 1988⁶⁶, que salvaguarda a Amazônia como um patrimônio nacional dentro do artigo que garante a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado e é bem de uso comum do povo, Collor pronunciava-se em estrita correlação com o pensamento de aliar crescimento da economia sem a destruição do meio ambiente, era adepto do desenvolvimento sustentável. Afirma Kohlhepp (1992, p. 87) que

⁶⁴ As propagandas comparavam o Estado brasileiro com um elefante. Era a forma que o governo tentava convencer a população de que era necessário diminuir o Estado para que ele pudesse crescer e se desenvolver. A campanha publicitária normalmente colocava o elefante disputando corridas com os cavalos ou dentro de uma sala, para dar o tom de que por ser muito pesado e grande não ia para frente com velocidade nem conseguia se mexer.

⁶⁵ O Plano Collor II segundo Lavínia de Castro (2011, p. 150) objetivava conter as altas taxas de inflação por intermédio da racionalização dos gastos públicos, corte de despesas e modernização do parque industrial, além de dar fim em qualquer tipo de indexação da economia.

⁶⁶ Trata-se do artigo 225, § 4º, disposto no capítulo VI sobre meio ambiente, que é reflexo das discussões internacionais, entre eles a Conferência sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas (ONU), realizada em Estocolmo em 1972.

Collor “[...] soube incluir de maneira astuta em suas estratégias parte significativa das exigências de cientistas e integrantes de grupos ambientalistas, assim como temas em voga na discussão pública”. Sendo assim, Collor anunciava as medidas, que segundo Kohlhepp (1992, p. 87) eram:

- desenvolvimento econômico não deve mais ser tratado independentemente da proteção ambiental;
- proteção ambiental, a que se atribui grande importância, deve atuar como fator de coesão entre ministérios, secretarias, setor privado e grupos ambientalistas em busca de uma solução;
- estrutura administrativa de órgãos federais encarregados da questão ambiental deve ser reorganizada para um trabalho mais eficiente.

Algumas dessas ações eram de ordem organizativa da gestão, portanto questões de cunho administrativo, que bastava editar legislações reordenando o sistema burocrático para que estas ações pudessem ser cumpridas, tal como aconteceu com a criação da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA-GP), órgão ligado diretamente ao Gabinete Presidencial, que mais tarde em 1992 daria origem ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Todavia, a realidade dessa proteção ambiental no governo Collor necessitava que os Planos econômicos já citados alavancassem a economia gerando arrecadação e turbinando o orçamento o que daria para alocar verbas no combate as questões ambientais, tanto que Kohlhepp (1992, p. 88) compreendeu que as medidas de prioridade ambiental não foram colocadas em prática devido aos problemas financeiros. Kohlhepp (1992, p. 89) conclui dizendo que

[...] o programa de austeridade monetária autoproclamado do Governo Collor não permite a realização das medidas ambientais planejadas. Em vista da situação econômica extremamente precária, fica claro que o programa de saneamento financeiro dará tratamento secundários – se é que dará – às prioridades estatais para a proteção ambiental incluídas em suas declarações iniciais. Tal situação aumenta a necessidade de apoio internacional dirigido à proteção das florestas tropicais, hoje encontrando grande disposição ao diálogo por parte do Brasil.

O que ocorre na Amazônia está diretamente relacionado ao que acontece na economia nacional e mundial. Os interesses do capital ditam o ritmo de destruição da Amazônia ao mesmo tempo em que aparentam (KOSIK, 2002) a preservação da mesma Amazônia. Pois, durante o governo Collor se inicia o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) em 1991, de acordo com Moura (2016, p. 18) foi “[...] o primeiro grande investimento (com empréstimo do Banco Mundial⁶⁷) realizado pelo governo federal para investir na área ambiental [...]”, investimento que, segundo Kohlhepp (1992, p. 92), também teve participação

⁶⁷ Esse investimento foi feito pelo BIRD.

do governo da Alemanha através do *Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW* –, o banco estatal de desenvolvimento do governo alemão. O PNMA também contava com uma contrapartida do governo federal e os recursos nos dizeres de Kohlhepp (1992, p. 92) “para a primeira fase do PNMA foram colocados à disposição 200 milhões de dólares (Banco Mundial, 58%; Brasil, 23%; Alemanha, 19%)”. Esses recursos foram fundamentais diante da grave crise econômica que enfrentava o governo brasileiro que não possuía estrutura financeira para equipar o aparelho público de gestão ambiental com tecnologia e recursos humanos capacitados, gerir as Unidades de Conservação (UCs), proteger os grandes ecossistemas nacionais entre outras funções que foram amplamente debatidas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, e ficou conhecida como a Rio-92.

O funcionamento do aparato estatal relativo ao meio ambiente funcionou no início dos anos 1990 devido aos empréstimos do Banco Mundial, do KfW, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da ONU através do Programa para o Desenvolvimento (PNUD). Destas organizações, o Banco Mundial participava do PNMA e do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PP-G7), estava em todas as ações ditas de preservação para contrastar ou ainda escamotear o que praticara na Amazônia nas décadas passadas. O PP-G7 surge em 1990, na Convenção de Houston, e tem esse G7 na sigla por conta do Grupo dos sete (07) países hegemônicos do capitalismo no mundo⁶⁸, enquanto que o “PP” significa “Programa Piloto”, e em síntese o problema do Brasil para preservar as florestas tropicais, inclusive a Amazônia, deriva da falta de recursos financeiros e de projetos que saibam usar sustentavelmente os recursos naturais para o desenvolvimento/crescimento econômico. Desta feita, os países mais ricos em reunião decidiram contribuir financeiramente para a preservação da Amazônia através da gerência e administração do Banco Mundial. Um país em crise econômica, social e política⁶⁹ não teria como negar essa “ajuda” das grandes potências capitalistas e de um órgão multilateral que objetiva erradicar a pobreza no mundo.

⁶⁸ Os sete países que comandam o capitalismo no mundo são: Alemanha, Estados Unidos, Japão, Canadá, Reino Unido, França e Itália.

⁶⁹ A crise econômica está amplamente demonstrada na Tabela 1 neste capítulo, entretanto a crise política se desenhou devido as acusações de corrupção que assolaram o governo Collor, tais como: os anões do orçamento, a história do Fiat Elba, as demissões de ministros por descrédito nas soluções aos problemas apresentados, a relação desgastada com o Congresso Nacional, etc. A crise social se desenhava com a população ocupando as ruas, que foi denominado de movimento dos “caras pintadas”, já que pintavam o rosto com dois traços verde e amarelo. O que de fato derrubou o governo Collor foi a burguesia, o capital, que se desfez dele da mesma forma que o abraçou na campanha contra a “ameaça” que se desenhava na pessoa do candidato Luís Inácio Lula da Silva.

4.4 Os Boletins do PP-G7 na década de 1990

A década de 1990 os documentos do Banco Mundial que tratam da Amazônia foram os boletins trimestrais do Programa Piloto do G7, que segundo o boletim de outubro de 1993 (BANCO MUNDIAL, 1993, p. 1) o PP-G7 é

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras apóia um conjunto integrado de projetos que contribuirão para a redução da taxa de desmatamento das florestas tropicais do Brasil de maneira consistente com o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais e humanos da área. O Programa Piloto foi criado a pedido dos países do Grupo dos Sete (G-7), e recebe apoio financeiro de todos eles, bem como da Comissão das Comunidades Europeias e da Holanda. O montante total de compromissos de assistência financeira e técnica ao Programa Piloto até a presente data equivale a aproximadamente US\$ 290 milhões. O Programa Piloto é coordenado pelo Banco Mundial, em conformidade com os acordos celebrados entre os Participantes do Programa Piloto (os doadores e o Brasil).

O Programa Piloto tem como objetivo tratar das causas fundamentais do desmatamento nas florestas tropicais do Brasil através de uma tripla abordagem. Os projetos ajudarão a fortalecer a capacidade do setor público para criar e executar uma política ambiental sólida; melhorar o gerenciamento de áreas protegidas especiais, incluindo parques, reservas extrativistas, florestas nacionais, e reservas indígenas; e aumentar a base de conhecimento sobre a conservação da floresta tropical e utilização sustentável de seus recursos.

A Amazônia é altamente relevante para o PP-G7 tanto que na primeira reunião do Grupo Consultivo Internacional já se formaram três equipes deste grupo para visitar locais e organizações de interesse do Programa na Amazônia, sendo que as equipes deveriam visitar os locais a fim de observar o gerenciamento de áreas protegidas, as políticas de recursos naturais e a ciência e tecnologia produzida na Amazônia, especialmente o Museu Goeldi e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). A atenção sobre a Amazônia era tanta que a escolha de Gerd Kohlhepp⁷⁰ como presidente deste Grupo foi destacada toda a sua formação acadêmica e especialmente a condução de “[...] inúmeros projetos de pesquisa sobre desenvolvimento regional e análise sócio-econômica do desenvolvimento urbano e rural na América Latina, **especialmente na Amazônia brasileira**” (BANCO MUNDIAL, 1993, p. 1, grifo meu). Até para ocupar a vice-presidência do Grupo era necessário conhecer a Amazônia, pois Mary Allegretti foi eleita por presidir o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA)⁷¹ e “[...]”

⁷⁰ Gerd Kohlhepp é um geógrafo alemão, foi titular da cadeira de Economia e Geografia Social da Universidade de Tubingen na Alemanha.

⁷¹ O IEA é uma organização não governamental que fica localizada em Curitiba-PR e foi criada em 1986 e tem “[...] o objetivo de apoiar o CNS, Conselho Nacional dos Seringueiros, hoje Conselho Nacional das Populações Extrativistas, a desenvolver a proposta de criação e implementação de Reservas Extrativistas (Resex)”, segundo o seu próprio site (<https://institutoestudosamazonicos.org.br/institucional/#diretoria>), além de que “o pensamento

há muitos anos vem trabalhando com **questões amazônicas**” (BANCO MUNDIAL, 1993, p. 1, grifo meu). As questões do PP-G7 na Amazônia eram decididas em reuniões que comportavam a presença do Grupo Consultivo, uma espécie oráculo composto de intelectuais tradicionais (GRAMSCI, 1989 e 2011) altamente renomados no meio acadêmico; de membros do Banco Mundial; do governo brasileiro, através do MMA e de outros ministérios envolvidos em algum projeto e de organizações não governamentais (ONGs). Sobre as ONGs diz o boletim do Banco Mundial (1993, p. 2)

Um dos resultados das discussões sobre o envolvimento das ONGs foi a decisão de se apoiar, como atividade de pré-investimento, um seminário sobre diagnóstico organizacional e planejamento estratégico para o GTA. [...] Uma análise dos pontos fortes e fracos do GTA bem como um plano de trabalho de seis meses a partir do seminário, permitirão um melhor esclarecimento do componente dos Projetos Demonstrativos, cuja finalidade é reforçar a cooperação das ONGs nas questões ambientais na Amazônia.

O Banco Mundial incentivou o surgimento e a proliferação, tal como as bactérias, de ONGs na Amazônia como uma forma de terceirizar o trabalho de convencimento dos povos tradicionais sobre os interesses do Banco, bem como é uma forma de deixar sobre a iniciativa privada a execução dos projetos, retirando a possibilidade da discussão pública das ações para a Amazônia, pois mesmo que o governo fosse alinhado aos interesses do Banco Mundial qualquer ação governamental deveria ser colocada ao debate na sociedade civil (GRAMSCI, 1989 e 2011) dentro de um regime minimamente democrático, o que por ventura poderia gerar críticas e tomar um rumo diferente daquilo que fora planejado pelo Banco, sem contar que por não se tratar de uma política de Estado havia ainda o risco de em uma próxima eleição a escolha de um governo não alinhado ideologicamente aos interesses do Banco Mundial, o qual usaria o financiamento para fins ainda mais distantes daquilo imaginado pelos financiadores.

O Estado é fundamental na estrutura da manutenção e reprodução do capital, tanto que Marx e Engels (2010, p. 42), na famosa passagem do *Manifesto Comunista*, sintetizaram⁷² a função do Estado como um comitê gestor dos negócios comuns da burguesia. Logo, o Banco Mundial por ser uma instituição internacional altamente representativa para os negócios da burguesia na Amazônia, todo e qualquer movimento no Estado que pudesse por em risco os empreendimentos era noticiado, tal como quando Rubens Ricúpero foi nomeado ministro do

atrás do nome era simples: A Amazônia precisava ser conhecida pelos brasileiros”. O IEA suspendeu as suas atividades em 1996 e as retomou em 2016.

⁷² Para melhor compreensão do que é o Estado na teoria de Marx e Engels consultar o trabalho de Ribeiro e Melo (2018), que também demonstra o avanço e as explicações de Gramsci no que cerne a teoria do Estado em Marx e Engels.

Meio Ambiente. O Banco Mundial (1993, p. 3) trouxe o histórico e a ficha técnica do mesmo dizendo que

[...] o Embaixador Ricúpero serviu como embaixador nos Estados Unidos de agosto de 1991 a setembro de 1993. Seu envolvimento em assuntos relacionados com a Amazônia teve início em 1978, quando encabeçou a equipe que negociou o Tratado de Cooperação Amazônica⁷³.

A preocupação do Banco Mundial àquela época era de que a política ambiental fosse voltada para a preservação da Amazônia tanto que o Banco investiria na institucionalidade para que fossem criadas e mantidas as Reservas Extrativistas (RESEXs)⁷⁴ e as Florestas Nacionais. O interesse da conservação da Amazônia para o Banco Mundial (1997, p. 1) existe por que

[...] na Amazônia brasileira e ao longo de grande parte de seu litoral atlântico encontra-se um terço das florestas tropicais restantes do mundo, contendo uma variedade extraordinária de vida vegetal e animal. Os censos recentes indicam que a diversidade do Brasil em plantas, anfíbios, pássaros e primatas é insuperável, colocando-o entre um grupo seletivo de países que se destacam por sua *megadiversidade*.

No entanto, os esforços para proteger sua rica herança biológica têm sido fortuitos, na melhor das hipóteses. [...] (grifo do autor)

A proposta elaborada pelo Banco Mundial (1997) foi de se criar corredores de floresta tropical, dos quais na Amazônia seriam feitos cinco corredores, que abrangeriam as áreas protegidas e as terras indígenas, totalizando 34% do total da floresta da região, a conclusão do Banco Mundial (1997, p. 1) é que “O vínculo entre as áreas protegidas existentes e as terras indígenas no âmbito de corredores tropicais maiores poderiam oferecer uma alternativa promissora para a proteção da biodiversidade do Brasil”. Os planos de conservação e proteção das florestas tropicais dados pelo Banco Mundial não levam em consideração a população já residente, os povos nativos da Amazônia, tanto que em discussão num seminário com participação do Fundo Mundial para Natureza (WWF) chegou a conclusão que “[...] de modo geral reconheceu-se a necessidade de manter algumas áreas protegidas sem a presença

⁷³ O Tratado de Cooperação Amazônica ou Pacto Amazônico foi assinado em 1978 pelos governos: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Visava criar instrumentos de desenvolvimento comum sem abrir mão da soberania territorial. O Pacto Amazônico mencionava preocupação com o meio ambiente e a sua preservação. O Pacto Amazônico foi uma forma de repelir as intenções de internacionalização do território amazônico.

⁷⁴ As RESEXs segundo Banco Mundial (1996a, p.4) é uma forma inovadora de desenvolvimento baseada na conservação, sendo que esse modelo advém das reivindicações dos líderes dos seringueiros na Amazônia nos anos 1980, entre eles estaria Chico Mendes. Por tal razão o Banco resolveu investir US\$9,7 milhões no Projeto de Reservas Extrativistas.

humana” (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 4), uma volta ao pensamento de vazio demográfico da Amazônia (PORTO-GONÇALVES, 2017).

Contudo, a preservação não passa apenas pelas estruturas burocráticas e administrativas, mas também atravessa a ciência, e por tal razão o primeiro acordo de doação do PP-G7 foi para o INPA e o Museu Goeldi para apoiar o fortalecimento institucional das duas principais instituições públicas de pesquisa na Amazônia, as quais teriam recursos para financiar projetos científicos sobre conservação e desenvolvimento sustentável na Amazônia. O aporte financeiro foi de US\$ 15,1 milhões (BANCO MUNDIAL, 1994a, p. 1) e entre os doadores estão (Tabela 2)

Tabela 02 – Primeira doação do PP-G7 à Amazônia

Doadores	Valor (milhões US\$)
União Europeia	5,4
Fundo de Reserva para Florestas Tropicais	8,5
Reino Unido	0,7
Governo brasileiro	0,5
Total	15,1

Fonte: elaboração própria, Banco Mundial.

Com a anuência das duas maiores e consolidadas instituições de pesquisa ao PP-G7 a possibilidade de uma crítica qualificada dos intelectuais tradicionais estava descartada. Mais o apoio das ONGs, as quais deveriam manter a população nativa e tradicional da Amazônia longe da organização e da união para que pudessem levantar voz contra os projetos que estavam sendo impostos pelo Banco Mundial. A pesquisa foi fundamental para o domínio do Banco Mundial sobre a Amazônia no que cerne ao social, ao político, ao cultural e ao econômico, pois conforme o Banco Mundial (1996b, p. 4)

Um dos principais objetivos do Programa Piloto é aumentar os conhecimentos científicos e tecnológicos sobre o manejo sustentável e uso de florestas tropicais. A Pesquisa apoiada pelo Programa Piloto focaliza questões chave relacionadas com a conservação e gestão de recursos onde houver falta de informação ou necessidade de síntese.

O sucesso era tamanho que o Banco Mundial (1994a, p. 4) não se conteve em demonstrar “[...] a satisfação com o progresso feito pelo Brasil assumindo a posse dos

projetos do Programa Piloto e acelerando sua preparação [...]”, como também “[...] mostrou-se satisfeito com o ‘progresso estável’ do projeto de Reservas Extrativistas e ‘registrou com grande satisfação’ a integração dos quatro projetos de Política de Recursos Naturais em um só projeto [...]”. O Banco Mundial vendia para o mundo a sua imagem de preservador e não destruidor da floresta amazônica, apagando a história contada no primeiro capítulo desta dissertação, já que agora o Banco Mundial (1994b, p. 2) fortalecia as estruturas dos órgãos estaduais de Meio Ambiente⁷⁵, programava políticas sobre os recursos naturais, criava instrumentos como o zoneamento ecológico e econômico, e se preocupava com as reservas indígenas.

Há outras conotações usadas pelo Banco Mundial (1995a, p. 1) para tratar do PP-G7, pois eles estavam “[...] ainda mais entusiasmados com as perspectivas para o futuro [...]”, já que se constitui “[...] fortes equipes estabelecidas no Brasil pelos principais parceiros neste Programa Piloto (Governo do Brasil, doadores e o Banco Mundial). Entretanto, é de igual importância o entusiasmo que une esta parceria”. Sucesso, satisfação, progresso, entusiasmo, otimismo, futuro, toda essa verbosidade, que poderia ser usada numa palestra de autoajuda, foi empregada pelo Banco Mundial durante o governo do Fernando Henrique Cardoso – FHC. Além disso, o Banco Mundial ainda acreditava que “[...] a verdadeira medida do nosso sucesso será a medida em que poderemos empregar os nossos sucessos e fracassos para apontar o caminho futuro. [...]”. O futuro que o Banco Mundial desenhava para a Amazônia na década de 1990 era o do desenvolvimento sustentável, que segundo o próprio Banco (1995a, p. 1)

Uma lição aprendida logo no início é que o conceito de desenvolvimento sustentável é mais complicado do que se imaginava. Não basta que um programa seja sustentável em termos biológicos, nem mesmo que seja sustentável biológica e economicamente; urge que tenha também uma sustentabilidade política. Os projetos que se propõem a alterar as formas em que as pessoas usam as suas terras devem alcançar o apoio destas pessoas: os fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e populações urbanas que habitam os estados Amazônicos e os políticos que os representam. Isso por sua vez implica que o programa deve encarar a tarefa de oferecer aos povos da Amazônia um padrão de vida pelo menos igual ao que atualmente desfrutam.

Esta perspectiva realça o fato de que no desenvolvimento sustentável todos devem sair ganhando. Para terem uma sustentabilidade política, os novos projetos e programas precisam descobrir alternativas que não só melhorem a qualidade do meio ambiente mas também elevem o padrão de vida da população local.

⁷⁵ Para o Banco Mundial (1994b, p. 4) “Por estarem mais próximos dos desafios e mais familiarizados com as questões locais, os órgãos ambientais dos nove estados da Amazônia têm um papel chave na proteção do meio ambiente amazônico. Não obstante, eles têm pela frente tremendos desafios”.

O desenvolvimento sustentável, segundo Edna Castro (2012), é usado pela primeira vez dentro do processo político em 1979 na Conferência da ONU em Estocolmo e passou a ser difundido a partir de 1987 no Relatório de Brundtland elaborado pela Assembleia Geral da ONU, cujo título é “Nosso Futuro Comum” e este passaria ser a utopia, o ideal a ser alcançada, a ideologia hegemônica no campo da ciência e da política daquele período a segunda década do século XXI ainda persiste a hegemonia. O Banco Mundial é parte constitutiva da ONU, em que pese a aparente autonomia devido à atuação no campo econômico, sendo assim o Banco está umbilicalmente vinculado as normativas da ONU, por tal razão a política aparece como elemento da sustentabilidade além do biológico e do econômico. Essa sustentabilidade política é para Edna Castro (2012, p.15)

A situação social no mundo, com o agravamento da pobreza, e o aumento das diferenças nas condições de vida entre países ricos e países pobres, levou a afirmar a necessidade de incorporar também, como assinalara a teoria da dependência, a dimensão social ao desenvolvimento. Uma ideia que circulava era da necessidade de diminuição da pobreza e da desigualdade entre países do norte e do sul devido à dramática diferença nos níveis de vida, ou seja, riqueza no norte e pobreza no sul. [...]

Em 1995 os efeitos da crise enfrentada pela economia brasileira nos anos 1980 (Tabela 3) ainda eram refletidos nos anos 1990, contudo numa região como a Amazônia a situação da classe trabalhadora em momentos de crise econômica é ainda mais dramática que nos grandes centros econômicos do Sul e Sudeste do Brasil⁷⁶, conforme se depreende dos dados da Tabela 4, os quais demonstram que as regiões Norte (abrange maior parte dos Estados que compõe a Amazônia Legal) e Nordeste apresentam um aumento da quantidade de pessoas que vivem com menos da metade do que é considerado como o mínimo na passagem de 1980 a 1991 e este número é quase o dobro das pessoas que vivem nas regiões Sul e Sudeste. Diante desse agravamento da pobreza na Amazônia a preocupação do Banco Mundial se volta para ao menos manter o padrão que em 1995 as pessoas enfrentavam, ou seja, ao menos não ampliar o processo de aumento da pobreza, além do que o Banco Mundial apenas alerta aos donos das principais atividades econômicas da Amazônia (fazendeiros, madeireiros e mineradores) que alterem a forma de uso da terra, sem questionar em momento algum o alto risco que essas atividades oferecem ao meio ambiente amazônico e a sociedade, ou seja não é para mudar a

⁷⁶ Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 141) ao tratar da obra literária de Graciliano Ramos dirá que ela é universal e concreta porque se alimenta de uma temporalidade social e histórica e no contexto de 1930 dirá que “a crise da sociedade brasileira apresentava-se no Nordeste com cores mais vivas e intensas do que no resto do Brasil. [...]”. Por esta razão Graciliano Ramos é universal. De maneira análoga, podemos inferir que na Amazônia a crise se apresenta da mesma forma que no Nordeste, viva e intensa, obviamente que há pequenas nuances entre estas regiões.

base econômica mas apenas para lhe oferecer uma máscara racional sobre o uso dos recursos naturais.

Tabela 03 – Percentual de pessoas com renda per capita familiar menor que a metade do salário mínimo em 1991 por Região.

	1970	1980	1991
Norte	80,10	51,29	58,63
Nordeste	87,85	66,53	71,68
Centro-Oeste	73,71	37,48	39,31
Sudeste	50,60	22,65	29,66
Sul	69,89	31,92	36,88

Fonte: IPEA

Ademais, além de manter o padrão de vida das pessoas apenas alterando a forma de uso das terras na Amazônia, o desenvolvimento sustentável do Banco Mundial, ainda pregava o crescimento econômico na velha forma de que “todos devem sair ganhando”, inclusive o meio ambiente, pois com o desenvolvimento sustentável amparado pela política na manutenção da vida sobre o capital, restava agora aos projetos e programas de desenvolvimento sustentável elevar o padrão de vida das pessoas na Amazônia. A política, aqui leia-se o Estado, garantiria o mínimo, feito isto o desenvolvimento sustentável se encarregaria de alavancar para todos as condições de vida material. Porém, Edna Castro (2012, p. 17) alerta que

Mas o crescimento econômico não estaria sendo questionado como tal nos diferentes países, de forma oficial ou explícita. O certo é que, para haver crescimento com taxas ainda maiores, é necessário maior pressão sobre os recursos naturais, o que implicava maior transformação de matéria e energia em bens e serviços. E por isso aí reside a grande contradição do modelo de produção. E por isso surgem outras ideias na busca de um modelo compatível entre a produção econômica e a natureza.

A pressão sobre os recursos florestais foi sentida em 1998 pelo Banco Mundial (1998, p. 1) ao alarmar que

Em fevereiro e março de 1998, queimadas florestais acidentais assolaram descontroladamente partes do norte do estado amazônico de Roraima, consequência de uma pronunciada seca causada por El Niño em combinação com a queimada normal usada pela população local para limpar campos agrícolas e pastagens. As chamas foram finalmente extintas pelas chuvas do início de abril de 1998 após queimarem cerca de 3,3 milhões de hectares, inclusive 1 milhão de hectares de floresta. [...]

Atribui-se a causa das queimadas ao povo nativo da Amazônia e a um fenômeno climático sem ao menos citar que as atividades do capital na Amazônia são as mais predatórias e destruidoras, contudo há o indicativo de que a atividade madeireira, pois o Banco Mundial (1998, p. 1) reconhece que “[...] o corte de árvores é uma atividade generalizada nessa área, deixando grandes volumes de fragmentos na superfície da floresta que oferece combustível para queimadas florestais”. Essa situação das queimadas na Amazônia fez com que o Governo brasileiro solicitasse apoio ao Banco Mundial e a outros doadores para preparar o Programa de Prevenção e Controle às Queimadas e aos Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento (PROARCO), que possuía o financiamento de US\$ 25 milhões.

4.5 Os documentos do Banco Mundial sobre a Amazônia dos anos 2000 a 2010

No prefácio, escrito por José Carlos Carvalho⁷⁷, do Relatório “Amazônia Sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural” elaborado pelo Banco Mundial em parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon⁷⁸ – em 2000, inicia da seguinte forma:

Atualmente, há um rico debate na sociedade brasileira sobre o futuro da Amazônia. Nessas discussões, pesquisadores, tomadores de decisão, agentes econômicos, lideranças sociais e organizações ambientais têm reconhecido a vocação florestal dessa importante porção do nosso território. Todos consideram que é possível assegurar o desenvolvimento da região e ao mesmo tempo garantir a conservação de

⁷⁷ José Carlos Carvalho é engenheiro florestal que fez carreira política no Estado de Minas Gerais, já que foi por duas vezes diretor do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG). Trabalhou no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e em janeiro de 1999 foi nomeado Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, ainda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, e ficou até o final do segundo mandato de FHC em 2002, sendo que ainda foi nomeado Ministro do Meio Ambiente com a saída de José Sarney Filho (Zequinha Sarney).

⁷⁸ O artigo “Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns” (2009) de autoria de Benjamin Buclet trata da história do Imazon, que foi criado em 1990, pelo biólogo americano Christopher Uhl e pelo geógrafo americano David Gibbs McGrath, sendo que o primeiro possui vínculo institucional com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), enquanto que o segundo estava, à época da criação do Imazon, vinculado ao NAEA/UFPA. David McGrath pensava, segundo Buclet (2009, p. 94), diferente de Christopher Uhl sobre os rumos do Imazon, pois o Imazon tornara-se uma *Think Tank*, uma fábrica de ideias e produção de dados sobre a Amazônia, enquanto que McGrath entendia que uma ONG deveria ser mais política e mais próxima dos movimentos sociais. Sendo assim, juntamente com Daniel Nepstad, outro biólogo americano e também vinculado ao NAEA, fundaram em 1995 o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), uma ONG voltada para o social e que contava com o advogado José Benatti, advogado à época da criação do IPAM dos movimentos sociais no Pará e entre eles do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), que estava em evidência internacional por conta da morte e atuação do socialista Chico Mendes.

seu imenso patrimônio natural. Esse caminho sustentável ganha ainda maior respaldo técnico e econômico no relatório elaborado pelo Banco Mundial e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e intitulado “Amazônia Sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural”. (Carvalho, 2000, p. viii).

Se há um rico debate na sociedade brasileira sobre o futuro da Amazônia significa que há discordâncias, portanto há diversas teses e ideias para a Amazônia que estão em disputa. Contudo, o mesmo parágrafo demonstra que não há debate nenhum, o que há é um consenso já que “todos”, referindo-se aos pesquisadores, tomadores de decisão, agentes econômicos, lideranças sociais e organizações ambientais, estão de acordo que é possível se desenvolver sem agredir o meio ambiente amazônico, ou seja, a ideia convergente à época era o manejo florestal na Amazônia. Porém, o como fazer, José Carlos Carvalho (2000, p. viii-ix) diz que há três direções: a primeira, a agropecuária só caberia na Amazônia seca, onde há pouca precipitação de chuva, ao Sul da Amazônia Legal (17% das terras), enquanto que no resto da Amazônia a vocação econômica seria o manejo florestal sustentável; a segunda, controlar as forças do mercado para não usar o solo com exploração predatória de madeira e a pecuária extensiva, que é o ciclo insustentável; e por fim ampliação e consolidação do sistema de Florestas Nacionais (FLONAS) pelo governo federal que seria a “[...] a maneira mais promissora para estabilizar o setor madeireiro e promover o manejo florestal [...]” (Carvalho, 2000, p. ix), além de que essas áreas podem compor o mosaico de áreas protegidas. Estavam eleitos, os pequenos males que deveriam ser corrigidos, pois tanto para a pecuária quanto para o setor madeireiro haveria solução, a aquela que deveria se concentrar na zona de pouca chuva, enquanto esta deveria se adequar ao manejo florestal.

Nos anos 2000, o manejo florestal era o chamariz ideológico na Amazônia tanto que na síntese de José Carlos Carvalho (2000, p. ix) “[...] os autores constatam que as alternativas de uso do solo economicamente viáveis (manejo e agricultura intensiva) correspondem tanto aos interesses da população local como aos interesses nacionais e globais [...]”, o manejo florestal, então, tornava-se a realização material de que era possível desenvolver economicamente a Região e, ao mesmo tempo, preservar a floresta, já que a economia sustentável na Amazônia destruiria menos a floresta, e caso destruísse faria a reposição da mesma. Atendia-se, então, as exigências de preservação do meio ambiente sem perder de vista, o principal, alicerce da economia capitalista, o aumento da taxa de lucro, o economicamente viável, ou melhor, a atividade lucrativa, produção de mais-valor. O resumo do documento “Amazônia Sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural”, esclarece que

O objetivo deste relatório é fornecer uma base de informações para que os tomadores de decisão, agentes econômicos e a sociedade civil possam garantir que o solo na Amazônia seja mantido em seu mais alto valor de uso econômico e biológico. Para isso, analisamos o atual padrão de uso do solo (exploração madeireira e pecuária) e as condições naturais do ecossistema amazônico, em especial o regime pluviométrico, a duração do período seco e a drenagem. A seguir, os principais resultados do relatório (Schneider; et al., 2000, p. 1).

O relatório por si só não fornece informação nenhuma, é quem o escreve que está cumprindo com essa função, portanto não se pode desvincular o produto do produtor. Sendo assim, tem-se neste relatório os autores Robert R. Schneider⁷⁹, Eugênio Yatsuda Arima⁸⁰, José Adalberto Oliveira Veríssimo⁸¹, Paulo Gonçalves Barreto⁸² e Carlos Moreira de Souza Júnior⁸³, como os intelectuais que elaboraram e sistematizaram essas informações para consumo dos “tomadores de decisão” que eles mesmos delimitam como sendo os agentes econômicos e a sociedade civil, no intuito de otimizar a exploração econômica do uso do solo amazônico, mas sem destruí-lo por completo.

O primeiro sujeito que aparece são os intelectuais a serviço do Banco Mundial, aqueles que escrevem os relatórios e os documentos. Estes intelectuais podiam ser qualquer um, já que para Gramsci (1989, p. 7; 2011, p. 206), “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer, então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”, portanto, para o Banco Mundial é importante ter na escrita dos relatórios e documentos àqueles que exercem a função de intelectual na sociedade. Isso é para Gramsci (1989, 2011) a conquista dos intelectuais tradicionais, ou seja, àqueles intelectuais que não pertencem à classe dominante, não foram criados por elas e no seio delas, mas foram formados por instituições oficiais para exercerem exatamente esta função, ou melhor, para Gramsci (2011, p. 206) “[...] formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para

⁷⁹ Foi um executivo do Banco Mundial entre 1988 e 2005, antes prestou serviço ao FMI entre 1981 e 1988, foi professor assistente no Willians College em Massachusetts (EUA) de 1977 a 1981. É doutor em Economia Agrícola pela Universidade de Wisconsin-Madison (EUA).

⁸⁰ É professor associado na Universidade do Texas – Austin (EUA) lotado no departamento de Geografia e Meio Ambiente. Graduou-se em Engenharia Agrônoma na Universidade de Brasília (UnB), fez mestrado em Economia Agrícola na Universidade do Estado da Pensilvânia (EUA) e doutorado em Geografia na Universidade do Estado de Michigan (EUA). Trabalhou no Imazon como pesquisador, coordenador e vice-diretor entre 1992 e 2001.

⁸¹ É graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), fez mestrado em Ecologia na Universidade do Estado da Pensilvânia (EUA), desde 1990 é pesquisador do Imazon.

⁸² Engenheiro Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), mestre em Ciências Florestais pela Universidade de Yale (EUA), trabalha no Imazon desde 1990, sendo que ainda atuou na USAID como consultor no Equador onde fez análise política de liberação de exportação sobre a exploração de madeira.

⁸³ Formado em Geologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Ciências do Solo pela Universidade do Estado da Pensilvânia (EUA) e doutor em Geografia pela Universidade da Califórnia de Santa Bárbara. Trabalha no Imazon desde 1992 como pesquisador.

o exercício da função de intelectual [...]”, são os especialistas em Amazônia, em desenvolvimento da Amazônia, em desenvolvimento sustentável. Estes, também, são aqueles que têm a Amazônia como objeto de estudo, aqueles que sabem de Amazônia, mas, na maioria das vezes, não a compreendem, muito menos a “sentem”. A relação destes intelectuais e das agências que o recrutam com a Amazônia e o povo amazônico é meramente formal e burocrática. Assim, Gramsci (2011, p. 204) contextualiza o intelectual tradicional ao dizer que

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. [...]

Portanto, o Banco Mundial ou qualquer outra instituição representante da classe dominante encontra, na Amazônia, intelectuais já formados que possam encaixar na estrutura e na ideologia destas instituições e que servirão para o *continuum* da história (Benjamin, 2012) de dominação imperialista, as quais historicamente derivam do mito do *El Dorado* e seguem pelas “drogas do sertão”, pela borracha, pelo mito da Amazônia intocada, o falseamento do vazio demográfico, entre tantas outras ideologias hegemônicas que não variam de acordo com o momento econômico, político e cultural. Mas esses intelectuais da Amazônia não podem ser formados somente na Amazônia, se faz sempre a necessidade da pitada imperialista na trajetória do intelectual tradicional ou orgânico. Posto que os que escreveram e narraram sobre a Amazônia no *continuum* da história de alguma forma estiveram atrelados aos países dominantes e colonialistas em suas épocas: seja no advento da modernidade no século XV com espanhóis e portugueses; seja no nascedouro do capitalismo com os ingleses, holandeses, franceses, alemães, belgas; seja no século XX com o domínio dos EUA. Sendo assim, intelectuais tradicionais formados pelas potências imperialistas também forjam os intelectuais tradicionais das regiões colonizadas⁸⁴.

Pois, ainda em Gramsci (1989, 2011), a tomada dos intelectuais tradicionais é expressão da luta pelo domínio e pela conquista ideológica desta categoria. Esse movimento do Banco Mundial, para cooptar a intelectualidade a aderir a suas ideologias, projetos e

⁸⁴ Ressalta-se que nem todos os intelectuais tradicionais formados nas instituições tradicionais dos países imperialistas são serviais do imperialismo. Contudo, esse movimento é exceção a lei geral, até porque um intelectual tradicional que se forma e não cumpre com as suas tarefas designadas pelas instituições técnicas e de respaldo há muito já deixou de ser um intelectual tradicional para se tornar um intelectual orgânico, os quais também são objetos de disputas pelas potências hegemônicas por isso nasceu o IPAM na Amazônia.

convicções deu-se, conforme demonstrado no tópico anterior: num primeiro momento pela captura das instituições de pesquisa estatais na Amazônia como o INPA e o Museu Goeldi; num segundo momento, pela atração dos intelectuais tradicionais, já que demoraria muito tempo para a própria a classe dominante, ou suas instituições representativas como o Banco Mundial, formasse seus intelectuais na Amazônia⁸⁵, sendo que estes são compreendidos por Gramsci (2011, p. 203) como os intelectuais orgânicos, que

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. etc. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual) [...]

O intelectual orgânico pode ou não atuar na ciência ou na academia, não é necessário exercer essa atividade específica como seria com o intelectual tradicional. Em síntese, o intelectual orgânico é o que dirige sua classe na luta e manutenção da hegemonia, é aquele que dá direção e homogeneidade ao grupo social que representa tanto no campo econômico, quanto no campo social e político. Portanto, o surgimento de ONGs na Amazônia com respaldo e legitimidade das instituições estatais de pesquisa e acadêmicas, que procuram atuar em conjunto com movimentos sociais e comunidades amazônicas não organizadas, buscam cooptar não só os intelectuais tradicionais como os orgânicos já forjados no seio dessas organizações e instituições. A função das ONGs nesse processo é de suma importância, pois são organismos que estão inseridos ou na ilharga, nas proximidades, da realidade amazônica, que facilita sobremaneira a ponte entre o que é produzido e pensando pelas instituições multilaterais internacionais e o que é pensado e praticado na própria Amazônia. Assim, escamoteia a origem e as raízes dessas ideias, além de esconder os interesses embutidos no que se diz sobre a Amazônia.

É nesse contexto que se apresenta o relatório “Amazônia Sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural”, que compreende a agricultura (pasto e monocultura latifundiária) na Amazônia como uma saída econômica de sucesso desde que seja localizada numa zona com pouca precipitação chuvosa, pois as chuvas na Amazônia

⁸⁵ Hodiernamente, a Vale já cria seus próprios intelectuais orgânicos através do Instituto Tecnológico da Vale (ITV), que fica em Belém-PA e atua, conforme o próprio site (<http://www.itv.org/o-instituto/>) diz, na “[...] integração de três vertentes: pesquisa, ensino e empreendedorismo. Estes três pilares levam em consideração o próprio ciclo de produção científica, sua aplicação prática e a geração de benefícios concretos para a sociedade”. Na Amazônia ainda atuam institutos de financiamento de pesquisa como a Fundação Ford (EUA), DAAD (Alemanha), JICA (Japão), LBA/Nasa (EUA), entre outras instituições privadas e públicas.

podem elevar os custos da produção agrícola. O viés econômico é determinante para a posição da Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho. Ademais, o referido relatório entende que a atividade predatória da extração de madeira e a pecuária extensiva é um ciclo econômico do tipo “boom-colapso” (Banco Mundial, 2000, p. 1), em que nos primeiros anos da atividade econômica empregada ocorre um crescimento que em seguida é acompanhado de uma drástica diminuição do emprego e da renda. Por fim, sugere-se como alternativa nas zonas de maior intensidade de chuva na Amazônia a exploração madeireira manejada, desde que ocorra a ampliação e a consolidação dos sistemas de preservação ambiental como as Flonas, Parques e Reservas, os quais comporiam um mosaico de proteção ambiental separando as áreas de agricultura das florestas, bem como de “[...] prevenir a colonização rural em áreas sem potencial agrícola. [...]” (Banco Mundial, 2000, p. 2). É a ideia de corredor ecológico e zona tampão.

Finalmente, as forças econômicas locais e regionais dificultam a ação política capaz de ordenar o desenvolvimento da fronteira. Pois, seus interesses estão voltados para um desenvolvimento rápido (em geral, insustentável). No entanto, os interesses nos benefícios de um crescimento sustentável, porém mais lento, são freqüentemente nacionais e globais.

Dessa forma, é necessário que o governo assuma a responsabilidade de garantir o desenvolvimento sustentável na Amazônia. O governo deve estabilizar a economia local através de instrumentos econômicos (*sic*), estratégicos e de comando e controle. Esses instrumentos incluem aumento da rentabilidade do manejo, aplicação de um imposto sobre a madeira de origem predatória, criação de Flonas e aperfeiçoamento do sistema de monitoração e controle. (Banco Mundial, 2000, p. 2)

Os problemas advindos da implementação das “soluções” de “desenvolvimento sustentável” para a Amazônia nos anos 2000, segundo o Banco Mundial, eram imputados as forças econômicas locais e regionais, as quais queriam rapidez na obtenção de maiores taxas de lucro. Aos intelectuais tradicionais do Banco Mundial e dos organismos aliados a velocidade do crescimento determinava se a atividade econômica era ou não sustentável. A exploração lenta e gradual do uso do solo na Amazônia traria benefícios que somente eram requeridos pelas forças econômicas nacionais e globais. Mais uma falácia. A burguesia nacional e internacional entrega os anéis para não perder os dedos, portanto, entrega a burguesia agrária local como a vilã do desenvolvimento sustentável, como aquela que não pretende usufruir das benesses que seria a exploração racional e moderna, mas capitalista. Ora, toda exploração é exploração quer lenta e gradual ou em velocidade, e toda exploração capitalista gera necessariamente produção de mais-valor, e quanto maior a exigência de mais-valor, maior será a pressão sobre os recursos naturais, principalmente numa economia

dependente como a brasileira. Na Amazônia esse cenário piora, porque há uma dependência da dependência, já que há subordinação à economia mundial e nacional.

Sendo assim, a burguesia local não age sozinha, ela não acelera o processo porque necessita de uma maior taxa de lucro. A economia, já nos anos 2000, era integrada, portanto, se a burguesia local acelerava a exploração sobre os recursos naturais isso significa que era uma resposta a economia mundial que exigia mais a fim de produzir mais-valor dentro da produção e da circulação. Essa ideia de que as “forças econômicas locais” eram responsáveis pela não implementação do “desenvolvimento sustentável na Amazônia” e de que o Estado deveria enquadrar a burguesia local, utilizando-se do monopólio da força, da coerção, do poder de polícia⁸⁶, que a burguesia nacional e internacional não possui.

O relatório sobre o desenvolvimento rural é enfático ao afirmar que

[...] As oportunidades derivam do acúmulo de experiências e informações (socioeconômicas e biológicas) que revelam uma Amazônia com diferentes vocações, incluindo agropecuária (em áreas mais restritas), produção florestal, serviços ambientais e proteção da biodiversidade.

Não há como o governo ficar passivo. Ou ele procura redirecionar as forças econômicas que estão degradando a Amazônia ou esse patrimônio nacional será apropriado para fins privados, perpetuando a visão imediatista e predatória que tem caracterizado o desenvolvimento da região até o presente.

Os relatórios do Banco Mundial dos anos 2000 são enfáticos e repetitivos em afirmar que os problemas da Amazônia é culpa exclusiva dos Estados e dos governantes. Apagam da memória que as atividades predatórias na Amazônia nos anos 1970, 1980 e até início dos anos 1990 foram financiadas pelo próprio Banco Mundial a serviço das potências imperialistas da época como os EUA e o Japão. Descolam a essência da aparência. Um movimento que até hoje tem se revelado eficaz quando se pretende esconder as raízes da destruição da Amazônia. O Estado só faz aquilo que a burguesia, ou como diz o Banco Mundial “as forças econômicas”, determina. O Estado num sistema capitalista não tem alternativa diante da luta de classes que não seja atuar como um gestor dos negócios da burguesia (Marx e Engels, 2010) e um ente protetor desses negócios.

O capital necessita do Estado, assim como o Estado num sistema capitalista não pode prescindir do capital. Na Amazônia essa relação é bem íntima. A ponto de ter como objetivo geral do Relatório “Amazônia Sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural” do Banco Mundial (2000, p. 3) “[...] auxiliar os tomadores de decisão, agentes

⁸⁶ O monopólio da força do Estado erige dentro da estrutura do Estado de Direito, em que o único ente capaz de punir os seus cidadãos é o Estado, que pode aplicar multas, fazer apreensões, restringir a liberdade, entre outras punições que são previstas em lei, que devem ter previsão legal para serem aplicadas. Neste aspecto, o relatório propõe algumas medidas econômicas, tais como: aumento de imposto, concessão econômica e controle.

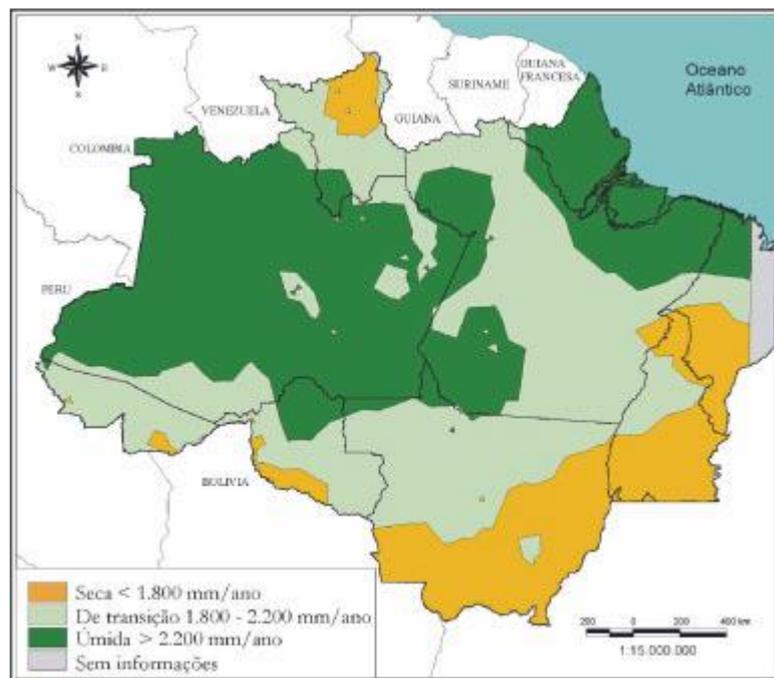
econômicos e a sociedade civil a garantir que os recursos naturais da Amazônia sejam mantidos em seu mais alto valor de uso econômico e biológico”. O Banco Mundial deixa claro o objetivo ao divulgar as informações produzidas, que é de influenciar as políticas e a economia local. Por óbvio, essas “sugestões” apresentadas tem a seu favor o fato de que além de propor estudos e dados para a Amazônia o Banco Mundial também empresta dinheiro para os governos federais, estaduais e municipais e dentro desses contratos há condicionantes que devem ser cumpridas assim como a boa relação institucional do Banco com os entes estatais depende do cumprimento do contrato e das “sugestões” propostas em relatórios como esse.

O relatório é dividido em quatro partes: sem do que na primeira se destina a analisar os efeitos da chuva na Amazônia. É enfático em destacar que a Amazônia possui baixo potencial agrícola, baixa produtividade, solo ácidos, quimicamente pobres, um clima que favorece a proliferação de pragas e doenças, portanto a agricultura na Amazônia está fadada ao fracasso, principalmente se a cultura for de milho, arroz, soja, tubérculos, hortaliças, pecuária bovina e suína, a exceção segundo o relatório são os cultivos de banana, coco e dendê⁸⁷. Portanto, qual seria a vocação natural da Amazônia? Diz o relatório do Imazon e do Banco Mundial (2000, p. 8) “E, finalmente, as florestas que recobrem a maior parte da Amazônia representam a vocação natural da região, o que implica uma maior necessidade de definir os espaços econômicos a serem ocupados pelas populações presentes e futuras”. A ideia de vazio demográfico, de natureza intocada é reiterada nos anos 2000, quando retornavam os investimentos na Amazônia preparando-a para o novo ciclo de exploração de recursos naturais voltados para a exportação. Entretanto, nem todas as áreas da Amazônia servem para a agricultura em face da quantidade de chuva que cai na região e com base em dados do Projeto Radam Brasil⁸⁸, a Amazônia foi dividida em três áreas: a seca, a de transição e a úmida, conforme a imagem a seguir:

⁸⁷ O dendê nas primeiras décadas do século XXI tem se expandido na Amazônia e se tornado um grande atrativo já que comporta a produção de óleo de palma para a indústria alimentícia, além de compor a produção de biocombustível em que combina combustível fóssil e vegetal. Mas o dendê assim como qualquer monocultura latifundiária na Amazônia arrasta consigo uma diversidade de problemas fundiários e ambientais, pois segundo informações nenhuma árvore de dendê sobrevive na Amazônia sem uma quantidade expressiva de agrotóxicos.

⁸⁸ Segundo o site (<http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Sensoriamento-Remoto-e-Geofisica/RADAM-D-628.html>) do Serviço Geológico do Brasil da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) “O **Projeto RADAM** foi um esforço pioneiro do governo brasileiro na década de 70 para a pesquisa de recursos naturais, sendo organizado pelo Ministério de Minas e Energia através do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM, com recursos do Plano de Integração Nacional - PIN. Na época, o uso do radar de visada lateral (SLAR - *side-looking airborne* radar) representou um avanço tecnológico, pois, sendo um sensor ativo, a imagem podia ser obtida tanto durante o dia quanto à noite e em condições de nebulosidade, devido às microondas penetrarem na maioria das nuvens. Em outubro de 1970, criou-se o Projeto RADAM - Radar na Amazônia, priorizando a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste. Em junho de 1971 iniciou-se o aerolevantamento. Devido aos bons resultados do

Figura 01 – As três zonas de chuvas na Amazônia



Fonte: Banco Mundial e Imazon (2000, p. 8).

Essa imagem é fundamental para se compreender os conflitos territoriais na Amazônia. A começar pela Raposa Serra do Sol ao norte do Estado de Roraima, num ponto amarelo, portanto considerado propício para o uso do solo nas plantações latifundiárias de monocultura de grãos. Por tal razão, ocorreu um grande embate no Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação da Terra Indígena dos macuxi, uapixanas, ingaricós, taurepangues e patamonas contra os fazendeiros que plantavam arroz na área. Sendo assim, as terras mais cobiçadas pelos fazendeiros de grãos são as que estão em amarelo, juntamente com as que estão demarcadas na cor verde claro, e nestas áreas incluem a área de influência da BR-163, a Terra do Meio, a Região do Xingu e o Sudeste do Pará. Em regra, as áreas em verde escuro não serviriam para as monoculturas de grãos, mas para a exploração madeireira (celulose) e as plantações de dendê, que se concentram no nordeste do Pará, justamente onde se tem uma área demarcada de verde escuro. O que determina o sucesso agrícola na Amazônia é o aumento da taxa de lucro independente das condições climáticas na área, mas nas áreas úmidas “[...] a expectativa de rentabilidade econômica tende a ser pior do que nas áreas

projeto, em julho de 1975 o levantamento de radar foi expandido para o restante do território nacional, visando ao mapeamento integrado dos recursos naturais e passando a ser denominado Projeto RADAM BRASIL.”

convertidas nas zonas secas e de transição” (Banco Mundial, 2000, p. 12). Ora, é possível, como sugere o próprio relatório, redirecionar a economia para outra atividade agrícola nas áreas em que a umidade “atrapalha” a rentabilidade do capital, para que a atividade empresarial também tenha o mesmo sucesso que nas áreas de transição e seca, ou seja, a climatização *sui generis* da Amazônia precisa equivaler à taxa média de lucro entre as diferentes zonas e os diferentes capitais. O empreendimento instalado numa dada zona deve render próximo aos das demais zonas, em que pese à concorrência entre eles. Essa preocupação com o redirecionamento econômico se expressa na parte seguinte do relatório, que começa assim:

Com base nos dados das principais atividades econômicas rurais (exploração madeireira e pecuária) e na literatura, é possível prever o futuro econômico de um município típico da Amazônia úmida (45% da região). Se as forças de mercado atuarem livremente na região, o uso do solo será baseado na exploração madeireira predatória associada à pecuária extensiva. Nesse caso, a economia dos municípios da Amazônia tende a seguir o ciclo “boom-colapso” econômico. Ou seja, nos primeiros anos ocorre um rápido crescimento (*boom*) seguido de um severo declínio em renda e emprego (colapso). (Banco Mundial, 2000, p. 15)

A segunda parte do relatório “Amazônia sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural” trata do desempenho econômico dos principais usos do solo da Amazônia, a preocupação que se tem com a extinção do solo se “[...] as forças de mercado atuarem livremente na região [...]” e quais as consequências boas e ruins desse liberalismo econômico na Amazônia, que poderá, segundo o relatório optar por um “boom-colapso” ou uma “economia sustentável”. A tendência, nos anos 2000, identificada pelo relatório é a do liberalismo econômico total, em que as forças de mercado atuam livremente e por ter à disposição na Amazônia úmida madeira em abundância⁸⁹ e o vislumbre de conseguir altas taxas de lucro com o menor investimento de capital, além de que a atividade não necessita de grande infraestrutura, a atividade madeireira se credencia como a grande atividade econômica para essas zonas. Logo, assim que as madeiras de maior valor econômico forem todas retiradas a terra nua servirá para posteriormente ser vendida e utilizada por outra atividade econômica com alto retorno lucrativo e baixo investimento, a pecuária. Segundo o relatório “Amazônia sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural”, esse liberalismo econômico na Amazônia madeira-pecuária geraria na economia um efeito de alto

⁸⁹ Para Löwy (2012, p. 11) “[...] o conceito de ‘abundância’, parece problemático do ponto de vista dos limites naturais do planeta, o de ‘necessidade’ é mais apto a uma definição sociocultural que foge das ciladas da infinitude”. Essa observação é fundamental para Amazônia, haja vista que a ideia de que tudo na Amazônia é infinito, interminável, devido a sua grandeza, perdura nas ideologias de exploração dos recursos naturais neste território.

crescimento econômico, pois a atividade de início necessitaria de grande quantidade de mão de obra para a retirada do recurso natural de maneira, depois essa mesma quantidade de mão de obra serviria para a “limpeza” do solo e a plantação do pasto. Assim que o pasto está pronto, praticamente toda a mão de obra é dispensada provocando deslocamento imenso dos trabalhadores. A tese de Gil Félix (2016, p. 93) “Trabalho, Mobilidade, Circulação: a força de trabalho em movimento” diz que

Cabe frisar apenas que os grandes projetos e a expansão da acumulação de capital em geral contam na região com um imenso exército de reserva, formado pela e na própria sucessão de grandes mobilizações de trabalhadores para a implantação das empresas agropecuárias e para a construção das estradas e das hidrelétricas ao longo das últimas décadas. Há trabalhadores sempre disponíveis – e de sobra – que se deslocam quase imediatamente para onde quer que se necessite de força de trabalho não especializada. Há, nesse sentido, um exército de reserva específico da expansão capitalista que se apresenta na região, caracterizada pela necessidade de grande quantidade dessa força de trabalho em períodos curtos, ou momentâneos: a *abertura* da mata, a construção da estrada, as obras de instalação da hidrelétrica ou da mineradora.

Gil Félix (2016) compreende esse movimento dos trabalhadores como o acompanhamento do movimento da circulação do capital, para onde o capital vai tornar o lugar atrativo, ou são “[...] tidos como ‘quentes’ para encontrar trabalho, *serviço, empreitas* ou *diárias* [...]”. Contudo, esse movimento dos trabalhadores é conhecido na Amazônia há tempos, como bem demonstra o filme “Fronteira Carajás” (1992)⁹⁰ de direção da professora Edna Castro, no qual o um trabalhador relata sobre a chegada das pequenas indústrias de processamento do ferro (siderúrgicas/guseiras) em Açailândia-MA, instaladas devido à Estrada de Ferro Carajás, e diz o seguinte:

a ilusão do povo, é que aqui há muito emprego é muito grande, mas o desemprego é muito maior. Existe muitas pessoas que vem para cá de um outro lugar com tendência de arrumar emprego. Quando chega aqui não arruma e fica pro aí perambulando. De uma forma geral, quando a gente chega no trabalho em todas as empresas da região, vão nos discriminar de uma forma brutal, somos obrigados a cumprir uma tabela de trabalho fora do normal, é ... por problema de não ter emprego na região, eles obrigam o trabalhador a cumprir aquela tabela de qualquer forma. (Fronteira Carajás, 1992)

Ora, o curta “Fronteira Carajás” narra tendo a imagem e o som da locomotiva da Vale, logo no início, que a política desenvolvimentista gerou, na Amazônia dos anos 1970 e 1980, uma escalada sem igual de exploração dos recursos naturais por empresas nacionais e

⁹⁰ Outro documentário elucidativo da questão do deslocamento dos trabalhadores pela Estrada de Ferro Carajás e pela Amazônia e as destruições geradas pelo capital é o longa “Nas Terras do Bem-Virá” (2007) de Alexandre Rampazzo.

multinacionais, as quais conseqüentemente concentram a propriedade privada em suas mãos, pois a terra e o uso do solo na Amazônia são determinantes para o sucesso econômico de qualquer empreendimento. No entanto, essa concentração se dá através da expropriação das terras dos indígenas, dos ribeirinhos, dos camponeses, do povo nativo da Amazônia. É assim, que os madeireiros e fazendeiros também agem, expropriando a terra, saqueando-a e destruindo-a. Mas, para o Banco Mundial e seus parceiros ilibados bastava “[...] a comunidade obrigar os madeireiros a adotar o manejo florestal sustentável [...]” (Banco Mundial, 2000, p. 16-17), pois é racionalmente mais lucrativo, haja vista que esse método de exploração pode gerar uma taxa média de lucro constante, enquanto que o predatório poderia num primeiro momento ser altamente lucrativo para depois entrar em colapso, além de manter os postos de trabalho, pois

As implicações para o emprego são igualmente dramáticas. Ambos os modelos empregam aproximadamente o mesmo número de pessoas durante os primeiros oito anos. Após esse período, o modelo predatório atinge 4.500 empregos tanto na exploração florestal como na pecuária, enquanto o modelo sustentável, baseado no manejo florestal, permanece estável com 3.500 empregos [...]. (Banco Mundial, 2000, p. 17)

Essa é a ideia da Amazônia planejada, mais abstrata impossível. Uma aplicação dessa ideia de planejamento do desenvolvimento para a Amazônia foi aplicada em alguns lugares. O filme “Fronteira Carajás” é um exemplo de que em Açailândia com a introdução da estrada ferro se pensou em aplicar esse modelo idealizado, pois no curta-metragem há uma imagem emblemática da Amazônia planejada quando retrata uma cena de um mapa colocado numa praça de Açailândia em que dividia a cidade em polos de desenvolvimento de atividades econômicas, era a imagem do desenvolvimento, do progresso e da modernidade. Ao fundo da imagem, está o depoimento de um empresário local com um sotaque diferente do encontrado na região, que diz:

Esta posição geográfica que nós nos encontremo (*sic*) nos dá certeza e segurança de que um grande progresso nos avizinha. E acreditamos com a implantação dos polos florestais, dos polos guseiros e, breve, eu acredito que a produção de gusa que tá (*sic*) atingindo a sua marca de 500 mil toneladas/ano nos vai credenciar para que nós começamo (*sic*) a construção também de uma açaria (*sic*) para nós produzimos o aço e também, queremos dizer, materiais acabado. (Fronteira Carajás, 1992)

Os polos florestais da economia de modelo sustentável, em alguns casos, limitam-se a uma plantação de eucalipto ou alguma árvore que produza celulose com destino a indústria do papel, embalagens e derivados; ou ainda a extração de madeira, porém em uma grande

extensão de área, pois a ideia de grandiosidade na Amazônia também é pertinente e insistente. Aparentemente, este modelo de economia sustentável seria o contrário as práticas liberalistas, já que as forças de mercado não poderiam fazer o que bem entendessem, no entanto o que se observa é que o modelo econômico liberal já não se encaixava nas exigências de mercado do século XXI, se fazia necessário que a Amazônia entrasse na “nova era” econômica do neoliberalismo. Para David Harvey (2013, p. 130) o neoliberalismo nasce como teoria política e econômica nos anos 1930 e 1940 e tem os seus expoentes autores como Friedrich Von Hayek, Ludwig Von Mises, Milton Friedman e Karl Popper. Contudo, em 1979 com Margaret Thatcher e Ronald Reagan o neoliberalismo sai do plano teórico para a aplicação política, e se transforma num sucesso sob o ponto de vista capitalista. Para espriar o neoliberalismo FMI e Banco Mundial⁹¹ fizeram o trabalho já que “[...] Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’ [...]” (HARVEY, 2013, p. 130). Assim sendo, o Estado deve apenas manter o capital sob vigilância para precaver os excessos, pois

O governo tem um papel crucial na definição da qualidade do desenvolvimento na Amazônia e na proteção dos interesses da sociedade brasileira. A política governamental deve conciliar: i) os interesses sociais de curto e longo prazo; e ii) os interesses dos diversos atores na sociedade, o que envolve os níveis local, estadual, nacional e global. (Banco Mundial, 2000, p. 21)

O receituário neoliberal está bem claro na proposição do relatório do desenvolvimento rural. A Amazônia era em 2000 potencial área de produção de produtos agrícolas e recursos naturais, essa é a “vocaçãõ” natural da Amazônia e a posição que ela deve ter para a manutenção e o padrão de reprodução do capital (Ferreira, Luce, 2012, Locais do Kindle 269-272), que pode

[...] ser definido como a condensação de um conjunto de regularidades do movimento do capital no tempo histórico e em espaços geoterritoriais definidos, no

⁹¹ David Harvey (2014, p. 38) compreende, em outra obra intitulada de “O neoliberalismo: história e implicações”, que o FMI e o Banco Mundial viraram instrumento necessário para a expansão do neoliberalismo quando “[...] o governo Reagan, que pensara seriamente em retirar o apoio ao FMI no primeiro ano de mandato, descobriu uma maneira de unir os poderes do Tesouro norte-americano e do FMI para resolver a dificuldade rolando a dívida, mas exigiu em troca reformas neoliberais. Esse tratamento se tornou o padrão depois daquilo que Stiglitz chamou de “expurgo” de todas as influências keynesianas do FMI em 1982. O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do ‘fundamentalismo do livre mercado’ e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o ‘ajuste estrutura’. O México foi um dos primeiros Estados recrutados para aquilo que iria se tornar uma crescente coluna de aparelhos neoliberais de Estado em todo o mundo”.

contexto da economia e do sistema político mundiais e como nível de abstração intermediário entre as formações sociais e o sistema mundial, revelou-se algo de suma importância para compreender a estruturação do capitalismo mundial.

Ora, no e para o capitalismo mundial a Amazônia tem uma hiperbólica quantidade de recursos naturais a serem explorados e fornecidos ao mercado mundial, mas isso deve ser feito nos moldes da sustentabilidade e isto é possível sem que mate a crescente taxa de lucro tanto da burguesia local, nacional e internacional. Por isso, as duas primeiras partes do relatório “Amazônia sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural” foram destinados a “explicar” essa possibilidade, a demonstrar que ela pode ser real, como também aplicada no tempo histórico e no espaço amazônico, que pode ser um *case* de sucesso. Para que isto ocorra, no neoliberalismo as políticas de Estado precisam estar alinhadas, por isso a terceira parte trata da função dos governos em todos os níveis na proteção dos interesses capitalistas travestidos de preocupação com “os diversos atores sociais” e a “sociedade brasileira”, a fim de desacelerar os ímpetus locais e regionais em um desenvolvimento mais rápido, sem, entretanto, acabar com as atividades econômicas destruidoras, pois elas para o capital são essenciais, o que se falta fazer, segundo o relatório, é uma “política de incentivo” aos que trabalham dentro da ideia de manejo e economia sustentável.

Por fim, o relatório “Amazônia sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural” aborda sobre os planos do governo federal para consolidar as Flonas e o manejo sustentável. Já que

As Florestas Nacionais, Estaduais ou Municipais são Unidades de Conservação de Uso Sustentável, cuja finalidade é produzir bens (madeira e produtos não-madeireiros) e serviços ambientais. O governo pode manejar diretamente essas florestas ou conceder, temporariamente, o direito de uso para empresas privadas ou de economia mista (Veríssimo et al., 2000). Em particular, a exploração dessas florestas deveria ser certificada de acordo com padrões internacionalmente reconhecidos, tal como o FSC (*Forest Stewardship Council*).

O Estado se insere aqui dentro de uma perspectiva de administrador do bem público para fins de exploração privada, é o Estado no neoliberalismo. O documento diz claramente quais as funções que o Estado deve desempenhar ao ceder as áreas para o capital, as quais são em síntese: ausência de uso competitivo, o Estado deve reduzir conflitos por uso do solo, procurar áreas de uso competitivo mínimo, sendo que esta competição é em relação aos povos nativos da Amazônia, a outros capitalistas interessados e a própria natureza, logo o conflito será inevitável; potencial econômico, óbvio que o capital não empreende onde não possa obter elevadas taxas de lucro; e a biodiversidade, como áreas que devem ser preservadas para

formar um mosaico para “compensar” e justificar o uso de outras áreas pelo sustentável já que há uma preocupação com o futuro, pois

Este relatório propõe uma política de desenvolvimento na Amazônia baseada no manejo florestal. A implementação dessa política requerer (*sic*) estudos adicionais (econômicos, gerenciais, jurídicos, sociais e biológicos) e realização e documentação de experiências piloto. [...] (Banco Mundial, 2000, p. 30)

O futuro da Amazônia para o relatório do Banco Mundial passaria: por aprender as lições do zoneamento, que não devem ser de porcentagem de reserva legal, mas levar em consideração questões físicas, econômicas e sociais e ainda observar o zoneamento realizados pelo Banco Mundial através do Programa Piloto para Preservação da Floresta tropical Brasileira (PPG7); eliminar a abundância, através de políticas públicas que reduzem a oferta de terras, para que não ocorra avanço sobre as áreas protegidas; separar as fronteiras agrícolas e madeireira, que seria feito através das Flonas e de um imposto sobre a madeira de origem predatória, portanto não é para acabar com a atividade ilegal, mas para aumentar os custos da atividade econômica na vã tentativa de desencorajar o capital, como se fosse possível o Estado ter o domínio de todas as atividades ilegais no território nacional; deve-se entender a agropecuária, que pode render mais com uso de tecnologias agropecuárias avançadas, apesar de sustentarem que gera poucos benefícios.

Este relatório é emblemático porque começa a tratar do futuro do Amazônia, o Banco Mundial pretende a todo custo esquecer o seu passado de atuação na Amazônia que fora decisivo para a manutenção e reprodução do padrão do capital nesta Região. Mas o passado sempre volta, seja em forma de memória, em que pese o esquecimento, seja na ação propriamente dita, tanto que para Marx (2011, p. 25)

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa [...]

A Amazônia é um lugar onde se tem luta de classes no âmbito internacional. Atuam de forma orgânica na Amazônia, de um lado, ONGs de diversos países, organizações internacionais multilaterais, Estados, empresas multinacionais, burguesia local, nacional e internacional, e, de outro, lado, os povos nativos, camponeses, ribeirinhos, trabalhadores, indígenas, quilombolas. Os interesses que tem prevalecido sobre a Amazônia, até o momento, foi o do capital sobre o trabalho, já que por mais que se pense que quando o Banco Mundial direcionou as políticas e a prática para a preservação ou até mesmo para o “capitalismo

verde”⁹², que pode ser entendido como desenvolvimento sustentável entre tantos outros termos, que pretendem ideologicamente criar as condições de vida presente e futuras compatíveis com o capitalismo, porém como adverte Löwy (2005, 2019) desde do final do século XVIII quando o capitalismo moderno se instalou as crescentes taxas de crescimento econômico, a expansão do sistema de maneira irracional para obter maior acumulação sobre o uso dos recursos naturais dentro da lógica da produção circulação, troca e consumo (Marx, 2008) está levando (ou já levou) o planeta ao esgotamento.

Nesse contexto, uma das demandas dos movimentos sociais e ecológicos, que segundo Löwy (2005, p. 60-61) podem ser ou “vermelhos” ou “verdes”⁹³ é

A luta contra o sistema da dívida e os “ajustes” ultraliberais impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países do Sul, com consequências sociais e ecológicas dramáticas: desemprego em massa, destruição das proteções sociais e das culturas de víveres, destruição dos recursos naturais para a exportação;

As dramáticas consequências sociais e ecológicas (desemprego, destruição da proteção social, da cultura e dos recursos naturais para exportação) do Banco Mundial na Amazônia datam dos anos de 1970, conforme o próprio relatório “Amazônia Brasileira: A experiência do Banco Mundial: O difícil caminho para o desenvolvimento sustentável”, que afirma negando que o Banco Mundial participou dos grandes projetos na Amazônia como o Grande Carajás, a Hidrelétrica de Tucuruí, a Albrás e Alunorte, o projeto do Rio Trombetas (mineração), as agropecuárias, as monoculturas latifundiárias para exportação, as estradas, entre tantos outros que “modernizariam” e trariam o “progresso” e o desenvolvimento para uma região supostamente vazia e atrasada, mas que firmaram as práticas neoliberais/ultraliberais em acordo com resto do mundo.

⁹² Michael Löwy (2019) diz de maneira sintética o “capitalismo verde” é a “[...] estratégia de redução do impacto ambiental enquanto se mantém as instituições econômicas dominantes”. Ainda conclui, de maneira enfática que a crise ecológica (2005) foi criada pelas forças políticas comprometidas com a economia de mercado capitalista e que por uma questão lógica elas mesmas não podem ser a solução, logo o “capitalismo verde” é uma grande balela.

⁹³ Os “vermelhos” e os “verdes”, no contexto proposto por Löwy (2005, p. 54), são, reciprocamente, o movimento operário e o movimento ecológico. Apesar de que Löwy (2005, 2019) reconhece que dentro desses movimentos há vertentes revolucionárias (ecosocialistas, comunistas, anticapitalistas, etc.) e reformistas (que pregam mudanças no sistema sem destruí-lo tais como os partidos verdes, a Rede no Brasil, entre outros). Löwy (2005) entende que se deve empreender por reformas imediatas dentro do capitalismo, desde que não sejam esvaziadas de conteúdo político, e com um fim estratégico revolucionário, podem levar a uma “transição” entre as demandas mínimas (reformistas) e as demandas máximas (a queda da lógica do mercado e do lucro).

4.6 O “desenvolvimento sustentável” e a quase *mea culpa* do Banco Mundial

A história do capitalismo na Amazônia perpassa pela lógica de funcionamento do mesmo, pois não há produção, circulação, troca e consumo de mercadoria sem que haja investimentos, inversão de capital, os quais precisam de garantia para evitar as grandes perdas. Qual instituição daria esse suporte na Amazônia? No século XIX, no auge da economia da borracha, o próprio capital se aventurava na Amazônia, mas não sem as garantias dadas pelo Estado, foi assim com a estrada de ferro Madeira-Mamoré⁹⁴, cuja obra, segundo Hardman (1988, p. 123-125) fora feita pelo capital com subsídios dados pelo governo boliviano e brasileiro ao empréstimo e aos juros; outra obra na Amazônia daquela época é a estrada de ferro Belém-Bragança⁹⁵, que se inicia, em 1883, a construção e termina somente em 1908, segundo Leandro e Silva (2012). Estas duas obras na Amazônia possuem uma característica em comum que marca como se davam os investimentos na Amazônia no século XIX (aos dias atuais), que é a garantia dada pelos Estados às obras simbólicas de desenvolvimento, progresso e modernidade, já que as empresas eram constituídas para execução da obra determinada e administração do funcionamento da mesma, tais como: Madeira-Mamoré Railway Co. Ltd. e Companhia Estrada de Ferro de Bragança. Essas empresas nasciam sem capital inicial, sem capital social, somente com a promessa de que fariam algo lucrativo, era um capitalismo aventureiro. Contudo, essa aventura possui um limite, que era o da captação de recursos, pois estes só eram emprestados se viessem acompanhados de uma boa garantia de pagamento do empréstimo e de bons juros pelos Estados “beneficiários” da referida obra. Assim, os Estados se endividavam externamente para financiar as empresas estrangeiras a fazerem as suas “aventuras capitalistas”. Outra característica comum a essas duas obras é que elas estão intimamente ligadas à economia da borracha, por isto que os Estados se tornam fiadores das aventuras do capital na Amazônia naquele período. Pode-se, ainda, caracterizar que neste período, na Europa, vivia-se sob a égide do liberalismo e do capitalismo industrial, que possui as suas formas específicas de

⁹⁴ Hardman (1988, p. 15) diz que “[...] A Madeira-Mamoré era o espetáculo privilegiado da civilização capitalista na selva. [...]”, pois naquele tempo “Com a ferrovia e a navegação a vapor, o mercado mundial ganhava ao mesmo tempo concretude, o que vale dizer, nesse caso, que a forma-fetice das mercadorias estava definitivamente liberada para encantar toda a humanidade. [...]”.

⁹⁵ Esta ferrovia data de 1870 quando se deram os primeiros passos para a construí-la pela iniciativa privada, todavia os contratos não são cumpridos até que em 1883 inicia-se a construção que terminará em 1908, sendo que neste interregno, a iniciativa privada, que construiu a base de dinheiro público que servia para pagamento do empréstimo e dos juros contraído pela empresa, três anos depois do funcionamento da ferrovia desfez o contrato por prejuízo das operações, obrigando, portanto, o Estado a assumir a construção e operação da ferrovia, segundo Leandro e Silva (2012).

relações sociais as quais são distintas das que se realiza na Amazônia. Sendo assim, para abastecer o mercado europeu com matérias-primas que garantissem o avanço de sua industrialização necessitou-se de criar um mercado produtor destes bens como também consumidor daquilo que era produzido na Europa, à época o padrão a ser expandido para o mundo. Nesta esteira, coloca-se a Amazônia, portanto, na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), com finalidade de suprir a necessidade de matéria-prima e consumir os produtos industrializados da Europa.

Até a grande depressão capitalista de 1929 e o período entre as duas grandes guerras mundiais ainda se ensaiou na Amazônia um grande empreendimento gomífero de iniciativa do capital privado: o projeto de Henry Ford, de 1927 até 1945. O projeto sucumbe a maior floresta tropical do mundo, assim como outros tantos projetos, e o “legado” fica para o Estado o insubstituível fiador do capital “aventureiro” na Amazônia. Poder-se-ia delimitar o capitalismo aventureiro na Amazônia até 1945, pois a partir daí veio o capitalismo eminentemente patrocinado pelo Estado, um capitalismo que vai à esteira do que foi o *New Deal* norte-americano ancorado na teoria keynesiana do estado interventor na economia, um estado intervencionista que interfere em todas as esferas da economia; do planejamento regional, nacional; realiza grandes obras de infraestrutura de interesse do grande capital; cria empresas estatais, etc., portanto o Estado é a instituição que vai gerir os grandes projetos de infraestrutura para a produção de bens primários na Amazônia até o golpe de 1964, isto ocorre devido a política de substituição de importação, a qual faz com que a Amazônia abasteça com os bens primários o mercado interno; bem como pelo desinteresse do capital europeu em investir fora do Estado bem-estar social do seu continente, como também a mudança de “patrão do mundo” passando para as mãos dos EUA. Assim, o governo brasileiro ainda focado na produção da borracha cria o Banco de Crédito da Borracha em 1942; e em parceria com os EUA há a criação do Serviço de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA) que consistia em trazer nordestinos para o interior da floresta no intuito de trabalharem com seringa para abastecer a indústria de guerra norte-americana, os famosos “soldados da borracha”. Em 1952 cria o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); em 1953 nasce a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, que já saía do foco da produção da borracha à produção rural na Amazônia.

O capitalismo eminentemente patrocinado pelo Estado não termina depois do golpe de 1964, pelo contrário, aprofunda-se, pois o dinheiro que financiou os investimentos do Estado brasileiro na Amazônia foi captado no mercado externo seja pela abertura de investimentos direto do capital internacional como também pela captação de empréstimos a agências

internacionais e até mesmo de empresas privadas estrangeiras, que sentiam segurança de investimento e alta rentabilidade na política econômica da ditadura militar⁹⁶, a qual, necessariamente, prepara a Amazônia para exportar outros bens primários que não só a borracha. A diferença em relação ao capitalismo aventureiro reside no fato de que o papel do Estado se torna mais central e decisivo, acelerando na receita keynesiana da economia, no que cerne a captar e garantir recursos, ademais o financiamento do desenvolvimento capitalista naquela época contará a com a ajuda externa de instituições bancárias internacionais aparentemente preocupadas com a modernidade e o progresso na Amazônia, que além de realizar empréstimos e crédito também faz “recomendações” políticas, trata-se do Grupo Banco Mundial.

Mas esse Grupo Banco Mundial que atuou ao lado da ditadura militar aparentemente é diferente de um “novo” Grupo Banco Mundial que se anuncia no início do relatório “Amazônia Brasileira: A experiência do Banco Mundial: O difícil caminho para o desenvolvimento sustentável”⁹⁷, pois

Nas últimas décadas, a sustentabilidade do meio ambiente tem se tornado, cada vez mais, um tema de fundamental importância para o Banco Mundial, especialmente após 1987, quando foi publicado o relatório *Brundtland* descrevendo os princípios do desenvolvimento sustentável. Em 1987, como parte de um amplo processo de reorganização, o Banco criou um Departamento de Meio Ambiente, centralizado, além de seis divisões dedicadas ao tema, uma para cada região operacional. Em 1992, foi constituída uma Vice-Presidência para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável (posteriormente Ambiental e Social). Naquele mesmo ano, o *Relatório sobre Desenvolvimento Mundial* (WDR), publicado anualmente pelo Banco, tratou exclusivamente de questões de desenvolvimento e meio ambiente e converteu-se na principal contribuição do Banco para a Cúpula do Rio (Eco 92). Dez anos mais tarde, o Banco elaborou um novo WDR, “*Sustainable Development in a Dynamic World: Transforming Institutions, Growth, and Quality of Life*” (O Desenvolvimento Sustentável e um mundo dinâmico: a Transformação das Instituições, do crescimento e da Qualidade de Vida), que se tornou carro-chefe de sua participação na Cúpula de Johannesburgo. [...]. A crescente relevância do desenvolvimento sustentável pode ser percebida na maneira como vem evoluindo o diálogo estratégico do Banco com relação à formulação de políticas, estudos analíticos e financiamentos de projetos de combate à pobreza e de proteção ambiental. [...]. O presente trabalho examinará um conjunto de importantes atividades e estudos analíticos levados a cabo na região com o apoio do Banco, com o intuito de identificar as principais mudanças de abordagem e enfoque no tratamento da questão do desenvolvimento ao longo do tempo e retirar algumas

⁹⁶ O Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), de julho de 1964 a março de 1967, tinha como objetivos: crescimento global, programa desinflacionário, política de emprego, política de distribuição de renda e balanço de pagamentos. Todos os objetivos são congruentes para assegurar que o investimento estrangeiro teria retorno tanto que no objetivo I, alínea “C” garante a “implantação de uma política de incentivo aos ingressos de capitais estrangeiros, de risco e de empréstimo, inclusive sob a forma de ajuda externa”.

⁹⁷ Este relatório foi escrito por John Redwood III foi Diretor da Unidade de Desenvolvimento Ambiental e Social Sustentáveis (LCSSES) do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial. É Ph. D. em Planejamento Regional da Universidade da Califórnia, Berkeley. Consta que foi professor assistente no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1975.

lições e conclusões preliminares dessa experiência tão rica e diversificada. (Banco Mundial, 2003, p. 1-2)

Após o manejo e setorização da economia na Amazônia de acordo com o volume de chuvas, o Banco Mundial de fato assume que é o desenvolvimento sustentável o mote que deverá limpar as ações do capitalismo na Amazônia, mas esse desenvolvimento sustentável será pelo “difícil caminho”, portanto, trata-se talvez de um caminho que nunca se chega, ou que se deve dar bastante tempo para que se aproxime de um ideal imaginado, porém nunca alcançado, é o impossível por conta da lógica capitalista, pois segundo Marx e Engels (2007, p. 41-42),

[...] no desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre as outras classes, graças à percepção da situação dessa classe [...]

O capital é um infundável ciclo de desenvolvimento das forças produtivas, das quais se extraem uma crescente taxa de mais-valor das mercadorias, aperfeiçoando a exploração da classe trabalhadora ora por intermédio das relações de poder contratual⁹⁸ ora pela superexploração da força de trabalho; como também pela exploração dos recursos naturais, haja vista que Marx, segundo Löwy (2005, p. 21),

[...] reivindica para si o humanismo, mas ele define o comunismo como um humanismo que é, ao mesmo tempo, um “naturalismo acabado”; e, sobretudo, ele o concebe como a verdadeira solução para “o antagonismo entre o homem e a

⁹⁸ Trata-se do direito, das leis como expressão dessa força do capital sobre regular os contratos de trabalho. A pressão sobre os direitos trabalhistas se intensificou depois da crise do capital em 2008. E o Brasil é um caso emblemático do que a burguesia exigiu dos Estados para ao menos manter as taxas de lucro, pois a crise no Brasil se manifesta em 2014 e após a eleição de Dilma Rousseff nomeia como Ministro da Fazenda Joaquim Levy, formado nos bancos das universidades de Chicago nos EUA (a mesma de Paulo Guedes hoje Ministro da Economia de Bolsonaro, que, inclusive, nomeou Levy para comandar o BNDES neste mesmo governo), trabalhara para alguns grandes bancos, e este deveria promover os ajustes fiscais do governo para retomar a “confiança” do mercado e o crescimento econômico. Os cortes foram nos “gastos” do governo, principalmente aqueles voltados para amenizar o sofrimento da classe trabalhadora. Levy aumentou os juros para conter a inflação que aumentava ano após ano, mas isso foi insuficiente para “acalmar” o mercado. Banqueiros, especuladores, donos de terra, industriais, a burguesia queria mais, sempre querem mais. Veio Temer e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Morte (PEC nº 241/55/2016) que instituiu o novo regime fiscal brasileiro pelos próximos 20 anos limitando o investimento governamental a inflação do ano anterior. Além desses duros golpes na classe trabalhadora, ainda veio a reforma trabalhista (que ainda está em curso) em 2017 e a reforma da previdência (em vias de ser promulgada ainda em 2019). O ataque à classe trabalhadora ainda tem em vista a reforma administrativa, novas regras para educação, ciência e tecnologia e saúde.

natureza”. Graças à abolição positiva da propriedade privada, a sociedade humana se tornará “a realização da unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo completo do homem e o humanismo completo da natureza”.

Essas passagens não se referem diretamente ao problema ecológico – e às ameaças sobre o meio ambiente –, mas é da lógica deste tipo de naturalismo permitir uma abordagem da relação homem/natureza que não seja unilateral. [...]

Portanto, não há desenvolvimento sustentável no capitalismo, são contraditórios. Em hipótese alguma pode se pensar o desenvolvimento sustentável como utopia, pois para Löwy (2005, p. 53) o sentido etimológico de utopia é “lugar algum”, é um elemento indispensável para as transformações sociais, desde que não se ignore as contradições da realidade e o movimento do real, desde que não se coloque as aparências sobre a essência (Kosik, 2002), para Sabrina Fernandes (2019, p. 50)

Utopia não significa aquilo que é impossível – como propagado tendenciosa e ingenuamente por aqueles que acusam o comunismo de ser apenas teoria, mas não prática – mas sim não-lugar.

Utopia é aquilo que ainda não tem lugar na nossa sociedade. Portanto, utopia nos move para a construção do lugar. Ela traz o conteúdo e orienta a construção hegemônica de mudanças estruturais e revolucionárias necessárias para a execução desse conteúdo.

Utopia influencia a teoria e o imaginário no consciente do movimento a fim de estabelecer uma direção de ação proposital.

O “desenvolvimento sustentável” para o capitalismo é possível, não só possível como viável, em que pese viver no imaginário. O “desenvolvimento sustentável” tem lugar na nossa sociedade, e um lugar cativo, exclusivo, pois não é raro ver algum governante, alguma autoridade científica, ou qualquer intelectual tradicional e até mesmo orgânico propalando por aí o “desenvolvimento sustentável”. O “desenvolvimento sustentável” orienta a teoria e a prática, porém para a manutenção do *status quo*, enquanto a utopia é uma alternativa ao mesmo *status quo*, além de ser um elemento central do comunismo que jamais elas devem ser abandonadas, já que sem utopias cria-se um vazio que pode ser muito bem preenchido (Fernandes, 2019, p. 51) por ideologias de “desenvolvimento sustentável” qualquer. Conclui Sabrina Fernandes (2019, p. 51-52)

O que faz da utopia importante no marxismo será o materialismo histórico, pois, como filosofia da práxis, o marxismo oferece o caminho material para que se faça a ponte entre a utopia e o lugar concreto.

Utopias alimentam teorias que, por sua vez, alimentam práticas que devem resultar na realização (e assim *suprassunção*) da utopia. A teoria contribui para o processo de cognição, mas se for fetichizada e promovida instrumentalmente, seu potencial revolucionário será anulado.

De outra vertente teórica sociológica (durkheimiana) diferente de Sabrina Fernandes (marxista), Gilbert Rist (2008, p. 192) diz que o termo “desenvolvimento sustentável” é ambíguo e por isto tem sucesso. A ambiguidade reside em duas interpretações distintas, a dos ecologistas e a dominante. A primeira diz respeito que o desenvolvimento deve ser um nível de produção que pode ser suportado pelo ecossistema e que possa ser durável, por um longo tempo. Já a interpretação dominante entende que o “desenvolvimento sustentável” é um convite para se manter o “desenvolvimento” no sentido do crescimento econômico, já que o desenvolvimento é universal e inevitável, o desenvolvimento também deve ser eterno, melhor explica Rist (2008, p. 193) ao dizer que

[...] In other words, since ‘development’ is regarded as naturally positive, it must be stopped from becoming asthenic. Sustainable development, then, means that ‘development’ must advance at a more ‘sustained’ pace until it becomes irreversible – for what the countries of the South are suffering from is ‘non-sustainable development’, ‘stop-go development’ constantly unsettled by ephemeral political measures. For conventional thinking, then, ‘sustainability’ is understood in the trivial sense of ‘durability’: it is not the survival of the ecosystem which sets the limits of ‘development’, but ‘development’ which determines the survival of societies. As ‘development’ is at once necessity and opportunity, the conclusion is perfectly obvious – so long as it lasts!⁹⁹

Rist (2008) ainda conclui que a ambiguidade é proposital, pois é bom recordar que há limites ambientais no desenvolvimento, no entanto, ao mesmo tempo, é importante exaltar que se está entrando numa “nova era do crescimento econômico”, um crescimento em que se tem o respeito pelo meio ambiente, como também se tem um crescimento econômico durável, pois o desenvolvimento sustentável foi criado para as sociedades subdesenvolvidas, para os dominados do sistema capitalista. Portanto, levando o “desenvolvimento sustentável” a estes países, não haveria mais razão para estas sociedades reclamarem distribuição de riqueza, diminuição da pobreza, desemprego, entre tantas outras mazelas inerentes ao capitalismo, desta feita essas sociedades entrariam na esteira do “antigo” progresso e da modernização. Tanto que é possível unir progresso, desenvolvimento econômico com preocupação às questões ambientais e indígenas em um único parágrafo como fez o Banco Mundial (2003, p. 3) no relatório “Amazônia brasileira: a experiência do Banco Mundial”, ao dizer que

⁹⁹ “Em outras palavras, desde que o ‘desenvolvimento’ é considerado naturalmente positivo, deve ser impedido de se tornar astênico (enfraquecido). O desenvolvimento sustentável, portanto, significa que o ‘desenvolvimento’ deve avançar em um ritmo mais ‘sustentado’ até que se torne irreversível – pois o que os países do Sul estão sofrendo é ‘desenvolvimento não-sustentado’, ‘desenvolvimento parado’, constantemente perturbado por medidas políticas efêmeras. Para o pensamento convencional, então, ‘sustentabilidade’ é entendida no sentido trivial de ‘durabilidade’: não é a sobrevivência do ecossistema que estabelece os limites do ‘desenvolvimento’, mas é o ‘desenvolvimento’ que determina a sobrevivência das sociedades. Como ‘desenvolvimento’ é ao mesmo tempo necessidade e oportunidade, a conclusão é perfeitamente óbvia – enquanto durar!” (tradução nossa).

Na década de 70, nenhum trabalho formal, quer setorial ou estratégico, foi empreendido pelo Banco na região Amazônica como um todo. Entretanto, o então Chefe da Divisão de Programas para o Brasil, e à época aluno de pós-graduação (que, posteriormente, tornou-se funcionário da instituição), solicitou um período sabático ao Banco e realizou um levantamento das perspectivas de desenvolvimento econômico da região. Subsequentemente, esse estudo foi utilizado pelo Banco para balizar sua atuação na região no final dos anos 70 e no decorrer da década de 80. O documento em questão cobria uma ampla gama de temas, inclusive o fundamento econômico da região, os objetivos de desenvolvimento regional, os condicionantes do progresso (especificamente, a carência de bancos de dados; os altos custos, particularmente da infraestrutura de transportes; a escassez de capacidade empresarial, administrativa e técnica; o parco mercado regional; os limitados recursos fiscais; e a confusa situação fundiária em diversas localidades), as questões ambientais, as populações indígenas, os grandes empreendimentos produtivos, a indústria (inclusive a de mineração) e as políticas industriais, a agropecuária, os assentamentos, a silvicultura e as políticas florestais, dentre outras. Desde o início, portanto, o Banco conferiu especial atenção aos temas ambientais e à (então chamada de) “questão indígena” da região. [...]

Muito antes dos encontros da ONU em que saíram as ideais de “desenvolvimento sustentável” a prática do Banco Mundial, segundo ele mesmo, já indicava que na Amazônia se aplicava essa nefasta ideologia. Kosik (2002) explica esta ação orientada do Banco Mundial pelo “embrião do desenvolvimento sustentável”, já que a existência real e as formas fenomênicas da realidade em sua maioria não são as mesmas e muitas das vezes são contrárias a real “[...] lei do fenômeno, com a *estrutura* da coisa e, portanto, com o seu núcleo interno *essencial* e o seu conceito correspondente [...]” (Kosik, 2002, p. 14). Este autor ainda cita que a prática histórica e utilitária do homem faz com que este crie “conceitos”, que se espalham rapidamente (ato de barbárie), e se tornam o senso comum. Com tais “conceitos” pode o sujeito orientar-se no mundo e manusear as coisas, no entanto não terá o homem a compreensão da realidade e das coisas pelo senso comum. Esse senso comum, que pode muito bem ser o “desenvolvimento sustentável”, torna-se uma “verdade” imutável, inevitável, como bem já ressaltou Rist (2008), e o criador, o inventor dessas “verdades inabaláveis” decodificados como “conceitos” é o mesmo sujeito que detém a determinação das condições sociais. Ora, estes “conceitos” do senso comum (“desenvolvimento sustentável”) são pré-fabricados pelos poucos que estão no topo da divisão do trabalho, pela classe que está à cima, literalmente, das demais classes. É este senso comum que irá orientar “naturalmente” os indivíduos no mundo, o agir será manobrado pelos “conceitos” pré-determinados. Portanto, o descaramento não fica só na criação e determinação do senso comum, mas também se eleva a prática, por tal razão o Banco Mundial acredita de pé junto que praticou sempre o “desenvolvimento sustentável” na Amazônia. Mas o que de fato há no “desenvolvimento sustentável” é o mundo da pseudoconcreticidade (Kosik, 2002, p. 15) que é definido como

o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*.

Quando Rist (2008) afirma que o “desenvolvimento sustentável” é ambíguo significa porque ele pertence ao mundo da pseudoconcreticidade, pois este é, segundo Kosik (2002, p. 15)

[...] um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediada ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte e nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.

O “desenvolvimento sustentável” é um fenômeno que existe, está no mundo, é real, portanto não pode ser negado. Entretanto, concomitantemente à realidade o “desenvolvimento sustentável” é também uma ideia. Como Rist (2008) demonstrou o “desenvolvimento sustentável” é a ideia que mantém o *status quo* econômico do crescimento, mas também é a ideia que se pratica para manter a dominação social, política e cultural. Manter crescente ou ao menos estagnada as taxas de lucro é manter crescente ou ao menos estagnada a exploração da força de trabalho, de onde, segundo Marx (2008, 2013) é que se extrai o mais-valor das mercadorias. Além de manter crescente ou ao menos estagnada a exploração da força de trabalho, mantêm-se também crescente ou estagnada o nível do padrão de reprodução da sociedade. Todavia, no mundo da pseudoconcreticidade o “desenvolvimento sustentável” torna-se uma representação, um espetáculo, uma narrativa, uma imagem, que está pretensamente em disputa. A segunda tese do capítulo “A separação consumada” no livro “A sociedade do espetáculo” de Guy Debord (1997, p. 13) tratada dessa fragmentação do todo ao dizer que

As imagens que se destacaram de cada aspecto da vida fundam-se num fluxo comum, no qual a unidade dessa mesma vida já não pode ser restabelecida. A realidade considerada *parcialmente* apresenta-se em sua própria unidade geral como um pseudomundo *à parte*, objeto de mera contemplação. A especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizada, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não vivo.

O mentiroso que mente para si mesmo diz, no relatório “Amazônia brasileira: a experiência do Banco Mundial”, na nota de rodapé nº 8, que o Banco Mundial não teve qualquer participação nas grandes obras de infraestrutura realizadas na Amazônia brasileira dos anos 70 e 80, e que tantos danos causaram ao meio ambiente, Belém-Brasília, Transamazônica, BR-163, Hidrelétrica de Tucuruí, Programa Grande Carajás. Ora, participar dessas atrocidades destrutivas de qualquer tipo de vida não condiz com o “desenvolvimento sustentável”, mas a mesma nota de rodapé confessa que o Banco Mundial desempenhou um papel no Projeto Carajás de Mineração. Diz não querendo dizer que Projeto Grande Carajás, Projeto Carajás de Mineração e Projeto Carajás são nomenclaturas para o mesmo fenômeno, porém este pode ser fragmentado para que os males do referido Projeto fiquem longe da participação do Banco Mundial, já que

Os primeiros contatos o Banco, referentes ao Projeto Carajás, acontecem em fins de 1972, mas o envolvimento da instituição concretizou-se apenas quando a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) recebeu autorização para captar recursos externos, em outubro de 1980. O Programa Grande Carajás, muito mais abrangente, foi criado um mês depois com o poder de conceder incentivos fiscais e demais tipos de subsídios a investidores privados e empresas estatais que desejassem estabelecer atividades produtivas no corredor de Carajás. (Banco Mundial, 2003, p. 4)

O Banco insistentemente tenta diferenciar o que foi o Projeto Grande Carajás e o que ele denomina de Projeto Carajás de Mineração, como se fosse possível separar as partes do todo, como se fosse possível apenas financiar a ferrovia e a abertura e exploração da mina, sem conceber as consequências que um projeto deste porte traria à Amazônia. Como em 2003, data da publicação do documento, a Companhia Vale do Rio Doce não pertencia mais ao Estado¹⁰⁰, e praticamente já estava extinta a sigla CVRD, coube ao documento jogar a culpa de todos os males do PGC à CVRD, dizendo que o Banco Mundial chegou somente em 1981 com uma missão preparatória quando a CVRD já estava em franca atuação, logo

[...] a maior parte das decisões referentes ao modelo operacional já havia sido tomada. Devido ao fato de o Banco ter se juntado ao Projeto apenas em um segundo momento, os componentes relativos ao meio ambiente e as populações indígenas só foram incorporados quando os preparativos gerais já se encontravam em fase bastante adiantada. **Com exceção dos componentes indígena e urbano, a implementação do projeto ocorreu relativamente bem.** A exportação do minério

¹⁰⁰ A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) era uma empresa pública criada em 1942, que foi vendida em 6 de maio de 1997 para o banco Bradesco e outros investidores estrangeiros que formaram o consórcio Valepar, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por R\$ 3,3 bilhões, quando se calculava à época que as reservas minerais eram equivalentes a R\$ 100 bilhões de reais. Hoje a CVRD mudou de nome, agora é somente Vale.

de ferro e as atividades ligadas à exportação do produto começaram em maio de 1985, e a ferrovia foi concluída dez meses antes do prazo estabelecido, proporcionando uma poupança significativa de recursos. [grifos nosso] (Banco Mundial, 2003, p. 5)

Estes dizeres do Banco Mundial coadunam com a propaganda que mostra o filme “Fronteira Carajás” (1992) na praça de Açailândia – MA, o qual está escrito “O encontro do futuro”, e mostra um mapa do Maranhão, com linhas traçadas bem fortes que demonstra o percurso da ferrovia Parauapebas-PA à Itaqui-MA, sendo que o mapa do Maranhão está sobre vários círculos parecidos com um alvo e estrategicamente o município de Açailândia está posicionado bem no centro do alvo, do qual erradia dois feixes em forma de cone gerando amplitude de foco em projetos para o Município, sendo que um deles que é bem focado no filme mostra os polos (madeireiro, siderúrgico, agroindustrial, agropecuário, petrolífero e carvoeiro). Esta imagem é o retrato fiel do que o PGC representou: a modernidade e o progresso para o futuro da Amazônia. E os próprios dizeres do Banco ratificam isto, posto que afirma que o investimento neste projeto trouxe “[...] importante benefícios econômicos e sociais para a região de Carajás, entre eles a geração de empregos [...]” (Banco Mundial, 2003, p. 5). Este trecho é emblemático para se compreender que o “desenvolvimento sustentável” é algo positivo, e deve ser bem-vindo a regiões subdesenvolvidas, pois pode trazer emprego formal, mesmo que terceirizado, precarizado e superexplorado, em que pese manter um alto índice de desempregados para compor o exército industrial de reserva, conforme as teses elaboradas por Gil Félix (2016) e já demonstradas acima. Além do emprego o projeto Carajás foi “benéfico” em outras frentes, segundo o Banco Mundial (2003, p. 6), pois

Em síntese, o projeto Carajás completou com êxito suas medidas internas de proteção ambiental, (inclusive o controle de poluição hídrica e atmosférica nas minas e nos portos, o controle de erosão do solo ao longo da ferrovia, a capacitação ambiental e a pesquisa ecológica, e a criação de zonas de conservação, cinturões verdes e zonas tampão, estações ecológicas e inventários bióticos), mas o país não previu nem posteriormente tratou adequadamente os efeitos regionais, sociais e ambientais mais amplos, decorrentes, em parte, do projeto e de outras políticas e investimento público. [...]

Em relação a Carajás não há ocorrência de mudança de sua “vocaçãõ”, que foi dada pelo governo brasileiro e pelo Banco Mundial ainda nos anos 1970/1980, que é produzir minério de ferro bruto para exportação, agora conta com mais uma mina a céu aberto batizada de “S11D” em Canaã dos Carajás. A aceleração vertiginosa da exploração para atender a demanda do capital, que é o aumento de mais-valia, já que se o preço dos recursos naturais

baixa deve-se, necessariamente, aumentar a produção para compensar o baixo preço, vende-se mais para lucrar o mesmo, lei da oferta e da procura, que quando o cenário é favorável, ou seja, preços dos recursos naturais nas alturas vende-se pouco para não gerar superoferta e conseqüentemente baixar o preço no mercado. Em suma, a “vocação” dada pelo Banco Mundial   Amazônia   a de produtora de bens primários e semielaborados para exporta o.

O Banco Mundial, segundo o referido relatório, também participou do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), cujo mote era receber e assentar os imigrantes e asfaltar a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho. Esta região, até ontem era considerada como uma grande área da pecuária, mas que hoje essa atividade foi superada, sendo, agora, considerada uma das maiores, senão a maior, região produtora de soja do Brasil. Contudo, essa “voca o” para o agroneg cio¹⁰¹ nasce com a agropecuária nos anos de implanta o do POLONOROESTE, para em 1998 a soja começar a dominar o território. A história do POLONOROESTE para o Banco Mundial, segundo o relatório, começa com um estudo patrocinado pelo próprio banco em 1979 que trouxe a conclusão de que a popula o de Rondônia havia aumentado exponencialmente, o desmatamento idem e que os povos indígenas da região estavam seriamente ameaçados, e que depois desta publica o “[...] A resposta do governo brasileiro e do Banco Mundial veio na forma do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)” (Banco Mundial, 2003, p. 7).

Os erros do POLONOROESTE, como foram os do PGC, não foram do banco, neste caso o governo brasileiro¹⁰²   o grande responsável por todo o fracasso do POLONOROESTE, já que segundo documento do banco o governo brasileiro não estava preparado para o risco, era incapaz administrativamente de controlar e monitorar os efeitos negativos, principalmente da ocupa o territorial (Banco Mundial, 2003, p. 7). A culpa também recai na região que era remota e atrasada e não sabia lidar com o rápido progresso, pois “[...] o governo deveria estar preparado para aceitar a ocorrência de alguns efeitos negativos, geralmente associados a um desenvolvimento acelerado em áreas mais remotas ou de menor progresso. [...]” (Banco Mundial, 2003, p. 7). O progresso acelerado na região seria a chegada do gado e da soja pela rodovia BR-364? Seria a aceita o da “voca o” da região

¹⁰¹ Na Amazônia o *modus operandi* de invasão do território pelo capital parece sempre o mesmo, entra primeiro os grileiros “legalizando” as terras e expulsando de qualquer forma os posseiros e colonos, depois os madeireiros devastando tudo, em seguida os pecuaristas, depois os arroteiros, sojeiros ou de qualquer outra atividade latifundiária e de monocultura para exporta o.   o negócio da renda da terra na Amazônia.

¹⁰² O autor do relatório abre uma nota de rodapé n  18 para dizer que um economista s nior do Banco alertou o interlocutor do governo sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais do projeto Carajás ou do PGC, mas não houve interesse nem pedido de ajuda. Portanto, o Banco Mundial repassa que o governo podia “salvar” o PGC de ser o autor do ecoc dio, do etnocídio e do socioc dio que tem causado até hoje.

do POLONOROESTE dada pelo governo brasileiro coligado fraternalmente com o Banco Mundial?

O rumo tomado pelo POLONOROESTE fez com que o Banco Mundial reconhecesse, ainda que incipiente, que o financiamento desses projetos na Amazônia tinha problemas, graves, demasiadamente graves. Assim, diz que “[...] Por sua vez, o Banco e os demais envolvidos não deram suficiente atenção aos fatores ecológicos limitantes, nem tampouco à economia política decorrente da ocupação e colonização dessa região” (Banco Mundial 2003, p. 8). Os problemas aparentes foram reconhecidos, até porque seria muito difícil negá-los ou mesmo escondê-los, portanto não restou outro caminho ao Banco Mundial a não ser reconhecer e partilhar a culpa. Contudo, jamais se verá o reconhecimento que o erro está na concepção desses projetos de sociedade.

Na década de 1980 o Banco ainda implementou o Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Amazonas (produção agrícola sustentável nas áreas ribeirinhas); financiou o combate a malária no próprio POLONOROESTE; no fim da década de 1980 a extensão e as causas do desmatamento chamou atenção do Banco, financiou dois estudos um por Hans Binswanger sobre incentivos fiscais e legais (regras de distribuição de terras e o sistema de crédito agrícola) e efeitos do desmatamento, e o outro estudo foi o de Dennis Mahar que estimou o desmatamento da Amazônia de 28.600 km² em 1975 para 600.000 km² em 1988 com causas imediatas de agriculturas de pequena escala, agropecuária, extração de madeira, mineração e crescimento urbano. Nos estudos de Mahar, em 1989, sugeriu-se que as políticas do governo para o desenvolvimento da Amazônia deveriam adotar o zoneamento agroecológico, tal como já havia previsto no relatório “Amazônia Sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural”.

Mahar chegou a conclusão de que “rara vez as políticas de governo para o desenvolvimento da Amazônia haviam sido elaboradas e implementadas tendo em mente suas consequências ambientais” e, acrescentava, “uma nova política deveria ser desenvolvida para aquelas áreas de floresta tropical desprovidas de acesso por via terrestre”. E para tanto, segundo ele, seria pertinente a utilização de um novo instrumento, qual seja o zoneamento agroecológico [...]. (p. 11).

Mas o que é a Amazônia para o Banco Mundial? Tem-se que

A visão do Banco sobre a Amazônia sofreu uma guinada considerável durante os anos 90, em grande medida devido às lições aprendidas com os projetos e estudos levados a cabo no decorrer das décadas anteriores, somadas à realização de outros trabalhos analíticos complementares. Embora o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável continuasse acidentado, o Banco logrou avanços consideráveis durante a década de 90, sobretudo no que se refere à incorporação mais ampla dos temas de

desenvolvimento social e ambiental (inclusive global) em sua agenda setorial, bem como em seu diálogo político e em suas operações de financiamento. [...] (Banco Mundial, 2003, p. 13)

Apesar de o Banco Mundial dizer que as experiências que teve na Amazônia nos anos 1970 e 1980 foram “somente”: Carajás e POLONOROESTE. Ainda assim, foi necessário reavaliar a atuação do Banco, que foi feita por um órgão interno: o Departamento de Avaliação e Operações (OED). Este departamento determinou uma série de recomendações sobre a maneira que o Banco deveria abordar o “desenvolvimento” na região, as quais, em síntese, se resumem a: aprofundar os estudos sobre os contextos ecológicos, socioeconômicos e político-institucional; especificar e focar na área geográfica de atuação; adotar um enfoque transversal e multidisciplinar para os projetos; considerar os impactos indiretos e “induzidos”; saber das relações inter-regionais e avaliar as consequências ambientais e sociais imprevistas das políticas públicas e dos programas. Desta feita, em 1989 o Banco Mundial adotou a Diretriz Operacional OD 4.00 que exige que o financiamento passe por uma avaliação ambiental. Esta norma foi revisada em 1991 passando a denominação OD 4.01, e em 1999 deixou de ser uma diretriz para se tornar em Política Operacional OP 4.01.

A grande preocupação do Banco Mundial, em 1992, era com a destruição da floresta amazônica por fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, pela mineração, hidrelétricas, entre outros agentes. Assim, os estudos financiados pelo Banco Mundial (2003, p. 14-15) elencaram uma série de diagnósticos e conclusões, as quais seguem:

- O desflorestamento da Amazônia está ocorrendo de forma bem mais vagarosa do que se imagina, e provavelmente continuará a um ritmo ainda mais lento devido à (*sic*) razões econômicas e demográficas.
- Embora a pressão por mais desmatamentos tenha diminuído, ela ainda continuará devido aos fatores econômicos da “mineração de nutrientes” - a extração de nutrientes da cobertura vegetal e do solo, em virtude da extração da madeira, dos cultivos anuais e da agropecuária.
- A tendência das forças de mercado será promover a mineração de nutrientes (e impedir o surgimento de técnicas agrícolas sustentáveis enquanto as novas estradas conseguirem manter a terra abundante e barata).
- Será extremamente difícil implementar políticas que restrinjam o desflorestamento devido à falta de apoio local.
- Enquanto o custo de oportunidade econômica para reduzir ou eliminar a exploração agrícola na Amazônia é bastante baixo (como o é também no restante do Brasil), o custo da fiscalização e controle do desmatamento pode chegar a ser muito alto.
- As principais razões para reduzir o desflorestamento são: (i) maximizar os benefícios reais da sociedade decorrentes de informações a serem futuramente amealhadas sobre o ainda desconhecido número de plantas e de espécies animais ameaçadas; (ii) reduzir as emissões dos gases causadores do efeito estufa, provocadas pelas queimadas; (iii) impedir o assoreamento e a sedimentação dos rios; e (iv) prevenir possíveis mudanças climáticas na esfera local.

A contradição é latente. Em dado momento o “desflorestamento da Amazônia ocorre de forma bem mais vagarosa do que se imagina” e na mesma análise têm-se que o desmatamento vai continuar “devido aos fatores econômicos” da exploração dos recursos naturais, que para o Banco Mundial é denominada de “mineração de nutrientes”, as quais são demandas de mercado e que a causa dessa exploração está na abertura de estradas que ofertam a terra mais barata. Isto no início da década de 1990. A solução seria o “apoio local” para restringir esse tipo de atividade predatória, o qual não se tem, já que o custo da fiscalização e controle é muito elevado ao contrário do custo da exploração dos recursos naturais. Entretanto, a racionalidade ocidental capitalista tem fatores determinantes para se reduzir o desmatamento, conforme o último ponto elencado na citação anterior.

A pressão sobre os recursos naturais cresce na medida em que o capital avança, ou melhor, na medida em que o ciclo de acumulação ou o padrão de reprodução do capital (Quadro 5, p. 61) expande-se, tanto que Castro (2005, p. 13) afirma que “[...] a direção do desmatamento é ditada, pois, pela expansão das atividades econômicas, sobretudo da pecuária”. Para Edna Castro (2005, p. 15), no início do século XXI, a pecuária na Amazônia não necessitava mais de incentivo fiscal para se expandir, o ciclo de reprodução do capital havia se consolidado, em que pese o Estado ser “[...] um fator de capitalização pela privatização de terras públicas por meio da grilagem e pelos baixos custos sociais e ambientais que lhes asseguram empreendimentos de reduzido risco econômico. [...]”. Essas áreas de expansão do capitalismo na Amazônia, que podem ser nomeadas, também, de “novas áreas de fronteiras”, podem ser classificadas, conforme Castro (2005, p. 14)

Para efeitos de distinção, embora não seja uma classificação sistemática, podemos dizer que três áreas representam as situações diversas encontradas na fronteira amazônica. A primeira é o espaço que corresponde ao que ficou conhecido como Arco do Desmatamento, um conjunto de 174 municípios – Pará, Mato Grosso e Rondônia – que somam as maiores taxas de desmatamento e respondem por quase 80% do desmatamento acumulado na região. A segunda é aqui denominada da “fronteira clássica” e constitui um padrão que tem se consolidado em diferentes subespaços regionais (CASTRO, E.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P., 2002). Essa área foi marcada pelos programas de colonização dos anos 70 e 80 do século passado e representa a estrutura padrão de ocupação da terra. A Transamazônica e o Sudeste do Pará são exemplos da presença dos programas governamentais de colonização e de assentamento, sobretudo da pequena produção familiar, apesar de combinados com incentivos fiscais a médias e grandes empresas pecuárias e madeireiras. A terceira é determinada pelo avanço de novas frentes nas atividades de pecuária e madeira, mas já com abertura para monoplantios de grãos – área articulada a partir do Mato Grosso, Goiás e Tocantins. É principalmente do Mato Grosso e do Tocantins que estão chegando atores capitalizados, cujas estratégias e interesses estão vinculados à dinâmica da economia da pecuária e da soja. Essa área avança na direção do Oeste paraense e do Sudeste do Amazonas. A análise das “novas fronteiras” leva-nos a perceber que há uma retomada do interesse econômico pelo território ainda não privatizado, por parte de diversos atores. A situação de

quase intrafegabilidade de certas estradas como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, como são citadas pelos atores ali localizados, deve ter contribuído para tornar menos rápido o processo de concentração de terra, sendo ainda dominante a pequena produção em certas áreas.

Outra frente de expansão do capital (madeireira e pecuária) e consequente desmatamento da Amazônia foi identificada por Castro, Monteiro e Castro (2004) na área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163, como também de São Félix do Xingu e a Terra do Meio, onde se localiza a Estação Ecológica Terra do Meio composta de diversas áreas de proteção ambiental e terra indígenas, e nos últimos dois anos tem sofrido invasões de madeireiros e garimpeiros e a consequente devastação e destruição dos recursos naturais daquela área, conforme a tabela 04 abaixo.

Tabela 04 – Áreas de Desmatamento das Unidades de Conservação da Amazônia Legal de 2008 a 2018

Unidades de Conservação da Amazônia Legal	Área km²
Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu	2.110,57
Reserva Extrativista Jaci-Paraná	695,82
Floresta Nacional do Jamanxim	611,48
Área de Proteção Ambiental do Tapajós	273,62
Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí	216,18
Reserva Extrativista Chico Mendes	167,54
Floresta Nacional de Altamira	159,53
Reserva Biológica do Gurupi	118,21
Área de Proteção Ambiental da Baixa Maranhense	116,28
Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal/Cantão	107,29
Reserva Extrativista Verde Para Sempre	84,85
Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo	69,89
Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó	66,42
Parque Estadual de Guajará-Mirim	66,17
Floresta Nacional de Itaituba II	59,11
Floresta Estadual do Amapá	55,12
Área de Proteção Ambiental do Tarumã/Ponta Negra	54,4
Estação Ecológica Terra do Meio	53,04
Floresta Estadual do Rendimento Sentado Mutum	51,73
Reserva Extrativista do Alto Juruá	50,04

Fonte: INPE (2019)

Das vinte áreas de Unidade de Conservação da Amazônia Legal que nos últimos dez anos sofreram desmatamento, segundo dados do INPE na tabela acima, as áreas de proteção ambiental que pertencem a Terra do Meio somam 2.323,14 km² dos 5.187,29 km², o que

corresponde a quase 45% da área desmatada de todas as 20 primeiras unidades de conservação. Outro dado que salta os olhos é o avanço sobre as Unidades de Conservação em volta da BR-163 e do Rio Tapajós. Por que o entorno do Rio Xingu de 2008 a 2018 se tornou atrativo? Uma das explicações está na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte¹⁰³, que segundo Castro (2018, p. 51).

Ainda que se tratem de projetos de geração de energia, tornou-se essencial entender o papel que a água e os cursos de rios volumosos passaram a ter, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, e sua relação com a coalizão de interesses privados em torno dos serviços advindos dos recursos hídricos. O *empresariamento* de Belo Monte, e de um extenso território do entorno, além dos processos de apropriação da terra que se tornaram mais agudos e céleres após a decisão política de liberar a licença ambiental, aqueceu o mercado de terras e a grilagem, com elevação do preço do solo urbano e dos aluguéis urbanos, o que pode significar um primeiro passo na direção da privatização de outros recursos e serviços relacionados à água e aos rios [...]

O uso do solo e da água, portanto, passa a ser objeto de luta entre as classes na Amazônia. E diante dos conflitos inevitáveis da expansão do capital o relatório “Amazônia brasileira: a experiência do Banco Mundial” conclui

[...] que uma estratégia ambiental e de desenvolvimento para a Amazônia brasileira deveria incluir os seguintes elementos: (i) uma política que regulamentasse o acesso à floresta; (ii) a eliminação de distorções de preço provocadas por políticas governamentais que favorecem o desmatamento (reiterando, assim, recomendações semelhantes feitas anteriormente por Binswanger e Mahar); e (iii) uma política dirigida à identificação e preservação de áreas especiais (*World Bank* 1992a). Esta última seria em parte desenvolvida e implementada através de um novo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (administrado pelo Banco) e de duas doações (PROBIO/FUNBIO) do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) [...] (Banco Mundial, 2003, p. 15)

4.6.1 PLANAFLORO e PRODEAGRO

Em 1992 dois projetos do Banco Mundial na Amazônia saem do papel: o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) e Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Mato Grosso (PRODEAGRO). As duas operações tinham como principal objetivo “implementar um enfoque aperfeiçoado de manejo, conservação e desenvolvimento dos recursos naturais [...]” (Banco Mundial, 2003, p. 16), no entanto, o que de fato aconteceu, foi que toda “experiência” do Banco Mundial, todo o *know how* adquirido

¹⁰³ As usinas hidroelétricas na Amazônia servem tanto para a apropriação dos recursos hídricos, no sentido de mercantilização dos rios, quanto para aumentar a oferta de energia elétrica barata para, principalmente o setor industrial como bem demonstra Castro, et al. (2014).

em destruição continuou nos projetos da década de 1990, nada do que era imaginado e planejado era executado. A pseudoconcreticidade não descansava. Mesmo assim, em busca da perfeição

Ambos os projetos [PLANAFLORO e PRODEAGRO] passaram, igualmente, por uma profunda reestruturação após extensas revisões de meio termo (MTRs) em 1996-97, inclusive com a incorporação de novos componentes em atenção a várias demandas da comunidade e à marcante participação das ONGs no planejamento de suas estruturas de governança. (Banco Mundial, 2003, p. 18)

O relatório aponta que os principais críticos do PLANAFLORO foram os: fazendeiros, criadores e madeireiros (pois estes queriam explorar a terra e o projeto não-exploração da floresta) locais, grupos da sociedade civil, e ONGs internacionais como a *Friends of the Earth* e a Oxfam. Alega que o projeto acomodou os interesses de ambos os grupos, e melhorou o diálogo e a cooperação entre os atores envolvidos e a implementação. O Banco agregou a participação da sociedade civil nos processos decisórios.

Essa estratégia de cooptação primeiramente das ONGs e, posteriormente das comunidades¹⁰⁴ nos planos de execução do Banco Mundial faziam com que um problema antigo de resistência à implementação dos projetos do órgão multilateral. Por conseguinte, Pereira (2011, p. 259-260) entende que

Nas últimas décadas, o Banco Mundial lidou com as injunções políticas em matéria socioambiental crescendo e fazendo mais, mediante um processo contínuo de estiramento institucional e mudança incremental. Essa expansão absorveu uma quantidade cada vez maior de demandas diferenciadas, alargando o mandato do banco muito além das áreas originais. Contudo, do ponto de vista político, a absorção se deu pela via da internalização e da acomodação das demandas no paradigma dominante de desenvolvimento impulsionado pela instituição. No bojo desse movimento, as respostas da entidade a pressões e demandas gradativamente deixaram de ser meras concessões pontuais aos detratores para se converterem em componentes ativos da agenda impulsionada pelo banco, dilatando o raio de influência. Esse processo foi e continua sendo conflitivo em diferentes graus, tanto mais porque, embora o banco tenha se tornado o paladino da ideia de “desenvol-

¹⁰⁴ O Banco Mundial através de seu braço IFC juntamente com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) criou um Grupo de Trabalho que congrega mais de 180 instituições e 480 pessoas que se reuniram por três anos para formular diagnósticos, criar ferramentas práticas e um conjunto de diretrizes, as quais se diluem em sete frentes temáticas, quais sejam: Planejamento e Ordenamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Capacidades Institucionais; Povos Indígenas, Populações Tradicionais e Quilombolas; Crianças, Adolescentes e Mulheres; Supressão Vegetal Autorizada; e Deslocamentos Compulsórios. O resultado dessas discussões foi sistematizado no relatório “Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes”. Este relatório visa criar as diretrizes para instalação e operação de grandes obras de infraestrutura, mineração e logística nos territórios amazônicos. E é mais audacioso. “Desde o lançamento da primeira edição também avançamos em discussões para a internacionalização das *Diretrizes* na América Latina. Diálogos e o enfático interesse demonstrado por representantes de outros países latino-americanos, apontam que, apesar das particularidades existentes, os desafios e aprendizados não se limitam à região amazônica brasileira, e as recomendações podem contribuir em outros biomas, e outros países.” (Banco Mundial, FGV, 2018, p. 8).

vimento sustentável”, ativistas e ONGs continuam a reclamar da consulta inadequada às populações afetadas, da falta de acesso a informações e da continuidade de empréstimos para projetos de alto impacto socioambiental.

A reclamação de consulta inadequada já está sendo costurada pelo Banco Mundial na vã expectativa de que possa acabar com os conflitos, mais uma das tantas artimanhas que o Banco já criou como uma espécie de controle interno, de auditoria, ouvidoria interna para acompanhar se os investimentos seguiam as políticas e os procedimentos operacionais. Este organismo foi denominado de Painel de Inspeção do Banco, e foi criado em 1993, composto por três membros, para denúncias, queixas e reclamações. Em 1995 receberam uma queixa contra o PLANAFLORO, que resultou numa revisão do plano de ação do Banco, tanto que 1996-97 a MTR

[...] representava na verdade uma última tentativa de alto risco de salvar o projeto. Algumas inovações se devem à MTR. Esta foi precedida por uma ampla avaliação da implementação do projeto, levada a cabo por uma equipe multidisciplinar de consultores brasileiros independentes. [...] (Banco Mundial, 2003, p. 18)

A MTR foi um marco para o Banco Mundial porque pela primeira vez, como aponta o relatório supra-analisado ocorreu a participação do que o Banco chama de sociedade civil, foram adotadas medidas que garantam a participação da sociedade civil, onde o relatório especifica que o Banco adotou uma estratégia de responsabilização dos agentes públicos, especialmente governos, para renovação de projetos; montou uma equipe disciplinar para fiscalizar o processo de reestruturação; e o Banco passou a utilizar um enfoque mais “prático”, descentralizado e participativo na supervisão do projeto, com um Gerente Operacional local. O relatório crê que o Banco catalisou compromissos construtivos entre o governo e importantes atores sociais como as organizações da sociedade civil (OSC) e o setor privado.

Outro fator marcante no PLANAFLORO e no PRODEAGRO foi a resultante, segundo o relatório do zoneamento agroecológico. O relatório aponta que esses projetos de “desenvolvimento” foram paradigmáticos para o Banco devido a necessidade de se utilizar recursos jamais utilizados na solução de problemas que eram clássicos para o Banco, que na verdade, são problemas recorrentes nas ações do Banco não só na Amazônia como no mundo, tais como: desconhecimento dos contextos sociais locais; a separação do homem e da natureza, já que pretende preservar indistintamente a natureza sem levar em consideração que a Amazônia não é um vazio demográfico; a culpabilização recorrente dos governos estaduais e federais, que indistintamente o próprio Banco ajuda eleger; imposição dos projetos às

comunidades locais, escondendo os motivos reais, a ambição lucrativa e a própria destruição, pois se fosse no poder popular jamais um projeto do Banco seria colocado em prática e projeto de acordo com os interesses capitalistas de destruição de toda a forma de vida que esteja fora do sistema, incluindo a natureza.

Desta feita, não incontáveis as formas que o Banco usa para criar mecanismos de encobrimento de todas essas mazelas que acompanham qualquer projeto. Uma outra tentativa, foi inventada na década de 1990 o Banco teve a iniciativas de ajudar a frear o ritmo do desmatamento e das queimadas e a proteger a rica biodiversidade da Amazônia: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (doravante denominado de “Programa Piloto”). A origem foi uma reunião do G7, grupo dos sete países industrializados, em Houston, Texas, em 1990. O programa foi desenvolvido pelo governo brasileiro, o Banco Mundial e a Comissão Européia, e foi aprovado pelos delegados do G7 e da União Europeia, em 1991. Esses países mais os Países Baixos (Holanda) prometeram US\$ 250 milhões em doações para o programa, e o Banco coordenaria o programa até 1998-1999 período em que transferiu para o MMA, Secretaria da Amazônia a coordenação do programa. Consta ainda no Relatório de 2003, que desde 1994 foram 13 projetos aprovados com os recursos do Programa Piloto. Participam do programa: governo federal, governo estadual, doadores externos, uma ampla gama de ONGs (membros do GTA), uma rede de mais de 600 grupos comunitários, associações de seringueiros, sindicatos de trabalhadores rurais e organizações ambientais da região.

Logo, até meados dos anos 1990, com a instituição do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais e do Fundo Mundial para o Meio Ambiente, estes foram decorrência da pressão que a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, mais conhecida como Eco 92, resgatando, assim, um conceito que apareceria pela primeira vez em 1979 no Simpósio da ONU em Estocolmo, e que seria difundido com o relatório Brundtland em 1987 publicado com o título *Nosso Futuro Comum* (CASTRO, 2012a, p. 15). Desde então, o Banco Mundial passou a “rever” a sua ação na Amazônia, sem, no entanto, deixar a Amazônia de lado, pelo contrário, quanto mais próximo o Banco Mundial estiver da Amazônia mais ela estará fadada ao desenvolvimento do subdesenvolvimento (Frank, 1967), pois o desenvolvimento da Amazônia é requerido pelo Banco e pelas classes sociais que ele representa, a burguesia nacional e internacional e parte da pequena-burguesia local, no entanto esse desenvolvimento, conforme Gunder Frank (1967), “[...] *sirven solamente para intensificar y perpetuar las propias condiciones de*

subdesarrollo que supostamente deben remediar”. Por tal razão, mais projetos e mesmos “erros”, mais dinheiro mais desenvolvimento do subdesenvolvimento “sustentável”.

Como está no primeiro capítulo, a Amazônia sempre foi um quintal (colônia); diga-se de passagem, um quintal bonito, rico e bem povoado; das potências hegemônicas capitalistas nacionais e internacionais, tanto que a posição na Divisão Internacional do Trabalho foi e é a fornecedora de recursos naturais ou produtos semielaborados. Enquanto, que “dentro” do Brasil a Amazônia contribui com o PIB nas exportações desses recursos e no consumo de produtos industrializados pelo eixo Sudeste e Sul do país. Segundo Frank (1980, p. 23)

[...] toda a economia política clássica e a marxista, inclusive Smith, Marx e Mao, reconhecem que a expansão do capitalismo e as concomitantes relações de troca e de dominação entre a metrópole capitalista e suas colônias na Ásia, África e América Latina exerceram influência determinante sobre o desenvolvimento, ou melhor, subdesenvolvimento histórico dessas regiões. [...]

O mercado mundial, portanto, está intimamente ligado criando relações de dependência entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, entre as regiões do Brasil desenvolvidas e a Amazônia subdesenvolvida. Para melhor compreender essa relação Gunder Frank (1980, p. 25-26) vai compreender que

[...] A análise marxista do desenvolvimento capitalista examinou basicamente o modo de produção e a acumulação de capital na metrópole capitalista. Podemos, simplesmente, transpor as categorias marxistas do interior da metrópole para o interior das colônias? Não, pois os pseudomarxistas que assim o fizeram somente obtiveram resultados desastrosos tanto científica como politicamente. Podemos simplesmente considerar as colônias como nações que são inocentemente vitimadas (ou redimidas) por forças externas emanadas da metrópole? Não, pois os autodenominados estruturalistas, tais como aqueles associados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) das Nações Unidas, que assim o fizeram, obtiveram uma imagem meramente superficial de alguns sintomas de dependência, os quais desviam nossa atenção da natureza ou das causas internas fundamentais da “dependência externa”. [...]

Marini é quem melhor desenvolverá o conceito da dependência. Ressalta-se Traspadini e Stedile (2011) entendem a dependência como uma escola, a Escola da Dependência, que se encaixa numa classificação maior de quatro correntes ideológicas no interior do pensamento de esquerda sobre o debate teórico e político nas décadas de 1960 e 1970, quais sejam: os partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional (principal teórico Cai Prado Júnior), os quais acreditavam que antes da revolução operária deveria ocorrer o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente revolução burguesa, portanto acreditam que o Brasil vivia um pré-capitalismo, bem como tinha uma sistema

feudal; o foquismo, que pregava uma ação aventureira e ideológica da revolução armada, por conta do reducionismo histórico na explicação da Revolução Cubana (1959), e ainda tem o fato de que em 1964 a ditadura triunfa, como também as teses dos partidos comunistas da Terceira Internacional fracassam; tem-se ainda a corrente da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL (principal teórico é Celso Furtado e o precursor é o argentino Raul Prebisch) que cria o conceito de desenvolvimento desigual onde se há uma divisão entre centro e periferia, onde a deterioração dos preços dos produtos vendidos pela periferia seria a principal causa do seu subdesenvolvimento, sua subordinação e seu atraso, pregava para superar essa condição a industrialização substitutiva, tendo o Estado como motor dessa mudança, mas sem se preocupar em resolver os problemas do capitalismo, ou seja, reformistas, queriam colocar a América Latina num cenário mais confortável dentro do sistema, desenvolveram diversos receituários na tentativa de construção de um Estado do bem-estar social; e por fim, têm-se a Escola da Dependência que pode ser dividida em: marxistas e weberianos, sendo os primeiros explicando as particularidades históricas da dependência e a necessidade da revolução; os segundos aderiram a tese do desenvolvimento integrado, acreditando que a mentalidade da burguesia nacional não cambava para o desenvolvimento, portanto o problema era interno e não externo.

Ainda em Traspadini e Stedile (2011) a Escola da Dependência em duas correntes críticas as teses da CEPAL: os marxistas, composta por Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Agustin Cueva; enquanto há os weberianos, composta por Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Falleto. Nas palavras de Traspadini e Stedile (2011, p. 28)

[...] Por um lado, os defensores do marxismo explicando as particularidades históricas da dependência latino-americana e a necessidade da revolução como elemento central de atuação da classe oprimida. Por outro lado, os defensores das teses capitalistas do desenvolvimento integrado, cujo argumento para a dependência e o atraso tecnológico vividos no continente era fruto da pouca visão criativa do empresariado nacional.

Ruy Mauro Marini é um defensor do marxismo que, assim como Gunder Frank, não aplicou de maneira reta e imediata as categorias marxianas nas particularidades da América Latina para análise da forma como esse capital se configura, pelo contrário, utilizando-se do método de Marx, porém como enfatiza Traspadini e Stedile (2011, p. 30-31) o método fora usado numa ortodoxia não dogmática, ou seja, o método é um meio teórico, mas também prático, para entender a realidade latino americana, que é particular, mas ao mesmo tempo não

está fora do universo capitalista, sendo que ambos são enquanto vão sendo, ou melhor, estão em constante movimento e processo de transformação. Conclui Traspadini e Stedile (2011, p. 31)

Marini, em A dialética da dependência, expõe os mecanismos comuns próprios do modo de reprodução do capital em escala global, levando em conta as particularidades históricas de cada contexto para que o capitalismo possa atuar da forma como atua. Assim, o importante é não apenas compreender a forma particular que a América Latina cumpre no jogo da acumulação mundial, mas também como isso implica modificações, inclusive nos países mais desenvolvidos, acerca de como mecanismos de exploração são utilizados de forma concreta na periferia para reverter o problema da tendência à queda da taxa de lucro.

Assim como a climatização da Amazônia é *sui generis*, o capitalismo também não é diferente, pois para Marini (2011) frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro a América Latina apresenta peculiaridades, as quais as vezes são insuficiências e outras são deformações, sendo que Marini vai entender como uma dificuldade dos pesquisadores marxista na América Latina querer aplicar o conceito puro numa realidade rebelde que não se “encaixa” naquela abstração, que somente empurrando bem o objeto para que ele possa caber no conceito; ou o pesquisador vai substituir o conceito abstrato pelos fatos, pelo fenômeno aparente¹⁰⁵. Marini (2011, p. 132) conceitua o capitalismo *sui generis* da seguinte forma:

[...] Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.

Esse capitalismo *sui generis* é o que faz até hoje as fórmulas elaboradas pelos intelectuais orgânicos e tradicionais do Banco Mundial¹⁰⁶ não conseguirem a dominação plena sobre a organização social da Amazônia, tanto que as ainda subsistem, segundo Castro

¹⁰⁵ Tratou-se da questão da essência e da aparência quando foi abordado no tópico 3.5 o “desenvolvimento sustentável” para o Banco Mundial.

¹⁰⁶ Sabe-se que estes intelectuais do capital se apropriam da teoria desenvolvida pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora a fim de compreender de fato o movimento real, porém como diz o Gramsci (2011) eles podem até saber, mas jamais vão “sentir” a apreensão do todo na realidade, porque faltará elementos de ordem prática e teórica para que o todo seja realmente compreendido. Apesar, dessa retaguarda, a questão ética do pesquisador jamais deve ser colocada de lado, já que a determinadas questões que são exclusivamente da organização interna da classe trabalhadora.

(1999), algumas formas de trabalho na Amazônia que não são capitalistas, como também organizações sociais que não se enquadram em nenhuma teoria pré-formulada.

Marini (2011) entende que o capitalismo *sui generis* da América Latina serve ao moderno capitalismo industrial da década de 1970, como também serve ao modelo de substituição de importação e da economia exportadora. Portanto, se para Marini, o capitalismo *sui generis* manifesta-se tanto no passado da América Latina até a década o final da década de 1970, entende-se que de 1980 a 2000, o que se teve na América Latina foi um capitalismo *sui generis* de vertente neoliberal, ainda mais dependente do nível internacional em todas as esferas, principalmente na financeira. De 2000 a 2012¹⁰⁷, têm-se um capitalismo *sui generis*, ainda neoliberal, entretanto menos dependente a nível internacional da esfera financeira (movimento esse que está se desfazendo nos últimos anos), posto que a economia exportadora de recursos naturais assegurou uma balança comercial positiva que é reintroduzida no circuito interno para gerar mais dividendos, principalmente para o capitalismo nacional. Tal fato se expressa na questão de que mesmo com a crise do capital internacional em 2008, os países da América Latina não sentiram de imediato os efeitos desta crise, haja vista que a dependência financeira não estava, à época, totalmente dependente dos Estados Unidos da Europa.

Esse capitalismo *sui generis* de Marini é um capitalismo dependente. Segundo Marina Machado Gouvêa (2019), a dependência não é uma lembrança do passado, ela existe contemporaneamente e ela não pode ser eliminada pelo desenvolvimento e modernização; a dependência também não é imposta de fora para dentro, como Gunder Frank tratou não é um fator externo que tem aliados internos, pelo contrário, já que a dependência tem uma relação dialética¹⁰⁸ entre o externo e o interno (desenvolvimento do subdesenvolvimento) e envolve interesses de classe muito evidentes. Marina Machado Gouvêa (2019) ainda diz que a dependência é inerente ao capitalismo, portanto para superar a dependência só superando o capitalismo. Logo, as formulações do Banco Mundial que pretendem eliminar a dependência através de desenvolvimento e modernização na Amazônia, na verdade não passam de mentiras que o mentiroso conta para ele mesmo e acredita.

Por fim, Marina Machado Gouvêa (2019) diz que o capitalismo dependente tem três determinações particulares, as quais atuam conjuntamente, quais sejam: a) a transferência de

¹⁰⁷ Adota-se esta data devido ao golpe que foi dado no Paraguai durante o governo Lugo, mas para alguns países da América Latina essa destituição da “bonança” do capitalismo *sui generis* durou um pouco mais.

¹⁰⁸ Para Leandro Konder (1988 e 2008) entende que a dialética não se apoia nas certezas absolutas, pois intranquiliza os tranquilos, assusta os preconceituosos e perturba os pragmáticos e os utilitaristas, além dos positivistas, dogmáticos e metafísicos. Logo “[...] é por isso que não se pode entender devidamente o pensamento de um filósofo sem passar por suas muitas camadas até atingir a síntese original que o estruturou, dialeticamente, em todas as suas sucessivas modificações. [...]” (MÉSZÁROS 2013, p. 34).

valor de maneira estrutural para fora dos países dependentes, ou seja, não depende do aumento da produtividade, muito menos da industrialização ou aumento das forças produtivas nos países dependentes que sempre na relação com os países hegemônicos haverá uma transferência de valor daquele para este, diferente de como pensa Pierre Salama (2016) sobre o desenvolvimento da China, já que a China não possui um modelo de produção eminentemente capitalista, portanto é outro modelo *sui generis*; b) a superexploração da força de trabalho compensa a transferência de valor, ora, os capitalistas locais e nacionais precisam ter uma taxa de lucro crescente tal como a lei geral da acumulação, sendo que é o trabalho vivo que produz valor, tem-se que a forma de se compensar as perdas na transferência de valor com os países hegemônicos é superexplorando a força de trabalho; por conseguinte, essas duas características já tornam o capitalismo *sui generis*, porém elas são capazes de alterar toda a forma de reprodução do capital nos países dependentes, fazendo com que eles tenham uma forma particular.

Na Amazônia o capitalismo *sui generis*, portanto particular, é moldado tanto pelos interesses do Banco Mundial, que representa os países hegemônicos, no entanto essa relação não é como bem explicitou Marini (2011, 2017) somente de fora para dentro, não é porque o Banco Mundial deseja, que a burguesia local e o Estado executam as ações ofertadas nos pacotes que envolvem empréstimos, doações e projetos. O Estado nacional e a sua burguesia só executam porque tem interesse também nesses pacotes do Banco Mundial, tanto que veremos no próximo capítulo que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES vai captar os nichos deixados pelo Banco Mundial.

Isto ocorre, nos anos 2000, quando o Banco Mundial recua nas ações diretas sobre a Amazônia, deixando um espaço que será ocupado pelo BNDES, que no fundo não estará sozinho, pois tem a companhia de outros bancos de desenvolvimento, de bancos públicos e privados, empresas e outros agentes do capital. Outra vantagem, sob o ponto de vista do capital, é que o Banco Mundial por ter criado um mecanismo de controle externo à aprovação e execução dos projetos e dos programas, sobretudo com o apoio da sociedade e de ONG's, não conseguia mais financiar as obras de grande impacto socioambiental¹⁰⁹ sem que isso não “manchasse” a sua reputação. Problema este que o BNDES não possuía, conforme demonstra Flávia Vieira e Maria Giménez (2016) no artigo “Da pressão ao diálogo e vice-versa: relações entre movimentos sociais e o BNDES”, bem como a obra “Política socioambiental do

¹⁰⁹ Num artigo intitulado *Belo Monte – Atores e argumentos: 14 – BNDES e Banco Mundial*, Philip Fearnside diz que é provável que o Banco Mundial tenha financiado Belo Monte, explicaremos melhor no tópico do referencial teórico.

BNDES: presente e futuro” de organização de Alessandra Cardoso, Caio de Souza Borges e Maria Elena Rodriguez (2015).

Portanto, a dúvida maior ainda persiste em saber se a “guinada considerável” de fato aconteceu, pois para Fearnside (2018) aparentemente Belo Monte foi financiada por contribuinte da Europa e dos Estados Unidos através das políticas de desenvolvimento (DPLs) repassadas pelo Banco Mundial ao BNDES. Será que daqui a 20 anos, em 2037, o Banco Mundial lançará o documento “Amazônia Brasileira e a experiência do Banco Mundial 2 – o retorno” dizendo que também não teve participação na construção de Belo Monte?

5 A IDEIA DE AMAZÔNIA PARA O BNDES

5.1 A história do BNDE(S)

O BNDES foi criado em 1952¹¹⁰ durante o governo do presidente Getúlio Vargas, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), uma autarquia federal à época, tinha como objetivo ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. Portanto, no mesmo contexto do pós-Segunda Guerra Mundial que surge o Banco Mundial¹¹¹, um momento em que o mercado mundial estava retraído e, que, portanto, as soluções para destravar a economia precisavam partir de dentro do próprio Estado-nação. É neste contexto de um Estado que fabrica seu próprio dinheiro, tem seu próprio banco, faz empréstimos, dita política econômica, estipula seus próprios juros, um país que possui, portanto, “soberania” econômica e financeira. Contudo, para que isto ocorra no mercado mundial se faz necessário que haja independência política e social, logo no dentro do capitalismo isto não é possível, pois o sistema monetário e financeiro é interligado. Desta feita, o banco “soberano” vai precisar ter liquidez, ou melhor, garantias de pagamento das emissões, as quais se dão por reservas (ouro ou moeda estrangeira).

Nem toda carteira de investimentos necessários para um país é atrativa para os financiadores internacionais, tais como o Banco Mundial. Há diversos setores que são estratégicos e que necessitam de que o próprio país realize e execute o projeto. E a história do BNDES começa com a necessidade do Brasil se industrializar na década de 1950, era a política de substituição de importação, pois a economia nacional era sustentada pelas exportações de açúcar e café, enquanto que o mercado interno era dominado por produtos importados no que cerne ao consumo indispensável. Para o próprio BNDES (2012, p. 12) “[...] foi nesse momento que o país começou a ficar moderno. [...]”, portanto a promessa,

¹¹⁰ O marco jurídico legal de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) é a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. O Banco ganha o “S” de social somente em 1982. Neste projeto para expressar o Banco se usa BNDES.

¹¹¹ Segundo o documento do BNDES, que conta a sua própria história, denominado de “BNDES: um banco de história e do futuro” (2012, p. 15) “a conjuntura internacional promoveu o estreitamento das relações com os EUA, facilitando a entrada de recursos no Brasil, o que possibilitou a realização de vários empreendimentos. Além disso, em 1942, o governo brasileiro acertou a vinda de uma equipe técnica norte-americana, que ficou conhecida como a Missão Cooke, por conta do nome de seu chefe, Morris Llewellyn Cooke. Paralelamente, uma missão técnica brasileira foi constituída para acompanhar o trabalho dos norte-americanos”. Os EUA há época já era a potência imperialista que conduziria o mundo à hegemonia capitalista, portanto a relação com o Brasil não podia ser diferente face à derrota política que os comunistas brasileiros sofreram desde os anos 1930 com perseguições, prisões e a clandestinidade, como também devido às orientações táticas do próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1940 a abril 1964.

naqueles anos e nos outros que virão, era de que com o surgimento do BNDES o Brasil entraria na modernidade, no progresso e no desenvolvimento, tanto que a marca indelével do Banco está no seu próprio nome e advém da aparência de ser “nacional”, quando na verdade o Banco surge num contexto histórico de missões norte-americanas no Brasil, que foram: a Missão Cooke e a Missão Abbink, além da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU); cujo mote principal era

[...] aumentar a produção de bens essenciais; adaptar as indústrias brasileiras a uma tecnologia mais avançada, para produzir sucedâneos àqueles produtos habitualmente importados; aperfeiçoar os meios de transporte públicos; e canalizar melhor a poupança interna para as atividades do setor industrial. A Missão Cooke é considerada a primeira tentativa de diagnóstico global da economia brasileira e de seus problemas dentro de uma perspectiva de promoção do desenvolvimento do país. Alguns anos mais tarde, em 1948, o país ainda contou com a Missão Abbink, liderada por John Abbink e Otávio Gouveia de Bulhões.

[...]

No entanto, havia a questão da carência de recursos indispensáveis para a execução do Plano de Reparcelamento. O governo brasileiro já havia acordado com o governo norte-americano uma colaboração financeira do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e do Export-Import Bank (Eximbank), além da vinda de uma nova equipe de técnicos para auxiliar o programa de desenvolvimento econômico do Brasil. No entanto, era preciso a contrapartida do Estado brasileiro para assegurar o recebimento de recursos em moeda estrangeira e a execução do plano. Para a obtenção desses recursos, decidiu-se criar um empréstimo compulsório, que seria cobrado por meio de um adicional ao Imposto de Renda. Em 1951, foi criado o Fundo de Reparcelamento Econômico, que viabilizou a execução do plano de desenvolvimento do segundo governo Vargas.

O grupo formado pelos quase duzentos técnicos americanos e brasileiros recebeu o nome de Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), e realizou seus trabalhos entre 19 de julho de 1951 e 31 de julho de 1953, no âmbito do Ministério da Fazenda. Durante esses anos, a CMBEU analisou os principais problemas econômicos brasileiros. Os estudos efetuados pela Missão Cooke e pela Missão Abbink foram aproveitados pelas equipes da nova comissão. (BNDES, 2012, p. 16)

Foi na CMBEU que a ideia de fundar o Banco se deu. Já que era preciso uma instituição nacional para gerir o Fundo de Reparcelamento Econômico e os projetos que seriam financiados por esse fundo, assim se sugeriu a criação de um banco de desenvolvimento, que seria *a posteriori* o BNDE. A CMBEU era especial porque era

Diferente das missões anteriores, a Comissão Mista teve resultados concretos. A meta era a criação de condições para o incremento do fluxo de investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, para acelerar o desenvolvimento industrial e econômico brasileiro. O objetivo imediato era preparar projetos específicos para inversões de capital em setores básicos, capazes de assegurar o crescimento equilibrado da economia nacional.

A industrialização brasileira se tornara uma necessidade para o capital internacional, e era conveniente e de interesse do capital nacional já que a diversificação na produção nacional

abriria uma porta de investimentos extraordinária, pois as cidades estavam crescendo, a urbanização era algo inevitável, e para atender uma demanda crescente por produtos industrializados que não podiam à época ser contemplados pelos importadores se faz conveniente criar o próprio parque industrial. A CMBEU, portanto, ia prover os investimentos necessários para a execução deste projeto, porque também era de interesse que forças produtivas obsoletas dos países hegemônicos fossem compradas pelos subdesenvolvidos, assim o investimento renderia duas vezes: a primeira com os juros, e a segunda com a compra dos meios de produção obsoletos, do capital constante¹¹². Os meios de produção obsoletos já estavam disponíveis no mercado, porém não havia recursos para comprá-los porque a transferência de valor na troca de produtos primários por produtos industrializados era absurda, e essa aparência era vista como problema pelos teóricos da CEPAL, tanto que em depoimento em 1982 e reproduzido no documento “BNDES: um banco de história e do futuro”, Celso Furtado diz

Creio que foi a coisa mais inteligente que já se fez, porque, com o tempo, me convenci de que o grande problema dos países subdesenvolvidos, nas suas transformações estruturais dirigidas pelo desenvolvimento industrial, era de caráter financeiro, já que não havia possibilidade de financiar projetos em longo prazo, não havia um sistema bancário adequado para isso e o financiamento internacional naquela época era muito difícil e muito fiscalizado. Era o Banco Mundial que se encarregava disso. O que nos faltava era uma grande instituição de financiamento, para entrar no campo especializado e mobilizar a massa de recursos necessária a essas transformações que a economia ia exigir nos anos 1950. (BNDES, 2012, p. 22)

O BNDES, então, surge na esteira das ideias e com o apoio da CEPAL¹¹³ e de seus teóricos (Celso Furtado e Raul Prebisch), as quais, segundo Traspadini e Stedile (2011) criam o conceito de desenvolvimento desigual, pois o mundo é dividido em centro e periferia, onde

¹¹² Marx (2013, p. 286) define capital constante como “[...] a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante”.

¹¹³ A parceria da CEPAL com o BNDES está descrita no relatório na seguinte passagem: Ainda em 1953, foi criado um grupo de trabalho formado por técnicos do BNDES e da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), organismo criado pela ONU que, desde 1948, promovia estudos sobre modelos de desenvolvimento econômico aplicáveis à região. A chefia dos trabalhos do Grupo Misto BNDES-Cepal ficou sob a responsabilidade do economista Celso Furtado. A ideia era complementar os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e auxiliar o BNDES na obtenção e na análise de dados macroeconômicos. O grupo dedicou especial atenção aos problemas de transporte e energia, principais empecilhos para a continuidade do crescimento econômico do país. O resultado final dos trabalhos foi divulgado no relatório Esboço de um Programa de Desenvolvimento para a Economia Brasileira. Período de 1955-1962. Esses estudos constituiriam depois a base do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek”. (BNDES, 2012, p. 25). Além dos dados e das análises a CEPAL também contribuiu com técnicos cedidos para o Banco, os quais se juntaram aos técnicos da CMBEU e da assessoria da Presidência da República, que segundo o relatório “[...]Essas pessoas, com orientações ideológicas distintas, souberam superar suas diferenças em prol de um projeto maior, de desenvolvimento econômico do país”. (BNDES, 2012, p.26).

os preços dos produtos vendidos pela periferia (produtos primários) são a causa do seu subdesenvolvimento, logo a periferia deveria produzir produtos elaborados e de elevado preço para poder arrecadar mais e assim se desenvolver, logo esses países da periferia deveriam substituir a sua condição agrícola pela industrialização, e o agente o motor dessa substituição é o Estado, é a famosa substituição de importações¹¹⁴. No entanto, não haveria, segundo essas teorias, a necessidade de resolver os problemas do capitalismo, não precisava revolucionar a dominação e o poder, por essas teorias e por esses teóricos, era possível por dentro do próprio sistema fazer as reformas. É neste contexto que surge o BNDES. Essa modernidade do capital está bem clara quando o BNDES (2012, p. 12) diz que em 1950

A sociedade e os modos de vida eram outros. A população brasileira, em torno de 52 milhões de habitantes, era quase quatro vezes menor do que a atual. Os bondes ainda circulavam pelas maiores cidades do país, que também não eram tão grandes assim. Nos poucos centros urbanos, a vida era mais calma. Estima-se que, no final de 1950, existiam cerca de quatrocentos mil veículos, entre carros de passeio, ônibus, motocicletas, caminhões e ambulâncias. Hoje, o número de veículos automotores ultrapassa 70 milhões. O uso de telefone era restrito a algumas regiões, sendo que o Distrito Federal – na época, o Rio de Janeiro – e o estado de São Paulo concentravam 70% dos aparelhos. Ligar para outro estado consistia em uma operação demorada.

A década de 1950 foi definitiva para os rumos do Brasil. O país entrava em uma fase de muito entusiasmo, e as transformações ocorridas nesse período geravam um clima de otimismo. Algumas novidades chegavam ao país, inaugurando novos costumes. A primeira transmissão televisiva na América Latina foi feita em São Paulo: a TV Tupi entrou no ar em setembro de 1950. Os aparelhos ainda eram poucos e todos importados, os programas eram transmitidos ao vivo; não existia o videoteipe nem, portanto, reprises. Outra novidade foi a instalação dos primeiros supermercados, que estabeleceram uma maneira de consumo diferente daquela à qual a população estava acostumada: o autosserviço.

O progresso era quantificado em: números de veículos automotores (até hoje é assim), número de aparelhos de comunicação (telefones, celulares, internet, TVs satélites, computadores, etc.), os meios de consumo de massa (supermercados, compras online, filmes, esportes, cultura etc.), grandes obras (na década de 1950 o Brasil inaugura o Maracanã, à época o maior estádio do mundo), entre outros fatores. Esse progresso aí tem um custo elevado e se confunde com o “desenvolvimento econômico”, o qual é quantificado por um território soberano, uma nação, portanto nacional. Ademais, se essa nação não produz ciência e tecnologia, que também custa; não produz suas próprias máquinas e processos, os quais

¹¹⁴ O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek seguiu as orientações do grupo formado pela CMBEU, CEPAL e o BNDE no que cerne dar continuidade à substituição de importações. Assim, os projetos financiados pelo Banco foram na área de hidrelétricas, rodovias, linhas de transmissão e siderurgia e celulose. Tem-se, então, o financiamento da infraestrutura nacional para criar o mercado nacional fornecedor e consumidor, como também da indústria pesada, a indústria de base (Figura 02). A construção de Brasília é fundamental nesse processo, porque geograficamente está localizada ao centro do Brasil tendo as mesmas distâncias para o sul/sudeste e para o norte/nordeste.

também tem um preço alto; não possui o domínio sobre os seus rumos políticos e econômicos; essa nação vai precisar de dinheiro para comprar o “progresso” e essa pecúnia terá que sair do próprio bolso nacional, logo se cria um Banco para emprestar dinheiro a juros ao próprio capital nacional para adquirir dos países desenvolvidos o progresso que por lá já estava consolidado. Assim, surge o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Que o próprio Banco considera um orgulho nacional e um dos paladinos da modernidade no Brasil (2012, p. 14), tal como a outra empresa criada na mesma época, a Petróleo Brasileira S.A. (Petrobrás).

O relatório “BNDES: um banco de história e do futuro” conjuga a história do Brasil com a história do banco, tanto que afirma que no fim do governo de Juscelino Kubitschek a bonança que a economia nacional e o banco surfavam passaram a minguar e se transformar num cenário de crise, pois

[...] No início da década de 1960, a desaceleração da economia, associada ao crescimento do processo inflacionário, levou a uma redução dos investimentos e, conseqüentemente, a uma diminuição de pedidos de financiamento ao BNDES. O processo inflacionário também impactou negativamente a fonte de recursos do Banco: o Adicional do Imposto de Renda, que correspondia a um terço de seus rendimentos, diminuiu por causa da escalada da inflação.

Ora, o que o referido relatório não conta é que o “antigo” apoio dos EUA ao “crescimento” brasileiro havia cessado devido à conjuntura internacional, já que a Revolução Cubana se deu em 1959 foi um marco contra o imperialismo e a libertação do povo cubano que abalou as estruturas coloniais pela América Latina. Para completar o afastamento norte-americano do Brasil, Jânio Quadro enquanto candidato visitou Cuba e depois que foi eleito condecorou Che Guevara em 1961. Não muito depois, Jânio Quadros renunciou assumindo seu vice João Goulart que prometia as reformas fiscal, urbana, agrária e universitária para o Brasil. Neste período,

Em 1962, ainda durante o período parlamentarista, o Banco voltou a colaborar com o novo plano econômico elaborado por Celso Furtado a pedido do presidente João Goulart. As equipes do BNDES participaram ativamente da formulação do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que foi feito em menos de quatro meses. (BNDES, 2012, p. 43)

Assim, o BNDES passou a investir pesado na indústria nacional e menos na infraestrutura como vinha ocorrendo até 1961, mesmo com escassos recursos e sem a ajuda internacional dos EUA. Contudo, esse movimento durou, somente, até abril de 1964 com o

início da ditadura militar. O regime ditatorial instituiu o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) e algumas reformas no plano econômico que iniciaram com

Um novo empréstimo foi obtido junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e teve início uma reforma bancária – normatizada pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispôs sobre a política e as instituições monetárias bancárias e creditícias e instituiu o Conselho Monetário Nacional. Além disso, a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) foi transformada em Banco Central do Brasil. O Sistema Financeiro Nacional passou a ser composto pelos seguintes órgãos: Conselho Monetário Nacional, Banco Central da República do Brasil, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e demais instituições financeiras públicas e privadas.

A mudança também ocorreu no sistema de financiamento do BNDES que passou a receber 20% da arrecadação do Imposto de Renda que abastecia com recursos o Fundo de Reaparelhamento Econômico, bem como o Banco passou a receber outras fontes de investimento. A destinação dos recursos também mudou. Sai da infraestrutura que ficou a cargo de empresas governamentais próprias e se passa a dar um maior apoio às grandes, médias e pequenas empresas privadas através de programas como: Finame (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais); Fungiro (Fundo Especial para Financiamento de Capital de Giro), Funtec (Fundo de Desenvolvimento Tecnológico e Científico), Fipeme (Financiamento à pequena e média empresa) entre outros.

Os anos de 1955 a 1972 não há registro de participação do BNDES nos investimentos na Amazônia, já que existiam outros órgãos estatais que cumpriram essa tarefa, tais como os já citados: SPVEA e a Operação Amazônia de 1966 formulada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Portanto, o BNDES surge como um banco voltado para financiar a industrialização e a urbanização, traduzidas de modernidade e progresso, nos grandes centros econômicos do Brasil, especialmente, Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto as outras áreas do país ficariam a cargo de órgãos estatais específicos¹¹⁵.

Contudo, esses órgãos não atuavam de forma isolada e separada. Muito pelo contrário havia um comando, que era militar, e que pode ser expresso através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND): I PND (1972-1974); II PND (1975-1979), etc. Esses planos nacionais atuavam coordenadamente com outros planos regionais. Tanto que o I PND, em síntese, previa integrar a Amazônia para desenvolver, e para tal previa a construção de estradas (Transamazônica, Cuiabá-Santarém e a Belém-Brasília). Não muito diferente, o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA) a cargo da SUDAM, segundo Nahum

¹¹⁵ Ao nordeste ficaria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

(1999), dizia que a Amazônia é um espaço vazio. Ora, para um espaço vazio deve-se ocupar e a ocupação só ocorre com integração, com construção de meios que levem ao “vazio”. Assim, o I PDA é integrado ao I PND. E “o BNDES teve um papel relevante para o desempenho do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), mesmo contando com recursos limitados. [...]” (BNDES, 2012, p. 65), pois foi em 1971 que o BNDES torna-se, o que é hoje, uma empresa pública¹¹⁶ que pertence à União que segundo próprio site do Banco “um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, hoje, o principal instrumento do Governo ¹¹⁷Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira”. Tal como foi no ano de sua fundação, em 1974, o BNDES tornar-se, novamente, o principalmente instrumento de desenvolvimento do governo, colaborou ativamente tanto no IPND quanto no II PND.

Ao longo dessa década, o BNDES foi o principal executor da política de substituição das importações incrementada pelos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND) do Governo Federal, tendo um papel decisivo no processo de diversificação e consolidação do parque industrial brasileiro ao apoiar os setores de bens de capital e insumos básicos.

Tal como o Banco Mundial, o BNDES não é um banco comercial, em tese não é um banco que visa produzir dinheiro através de contratos, empréstimos, aplicação mobiliária, juros e outros meios comerciais, trata-se, segundo o próprio site do BNDES, de um banco de desenvolvimento, o qual eles alegam ser “regional” e “socioambiental”, além de fomentar os investimentos voltados para o “social”. Em situações de crise, o BNDES serve como instrumento de atuação anticíclica na economia visando o crescimento econômico e não deixando o país entrar em uma depressão econômica. A definição do BNDES dada por Vega e Rodriguez (2015, p. 95) entendem que o BNDES é

[...] historicamente a principal instituição financeira para o desenvolvimento no Brasil, na última década ganhou um peso cada vez maior na composição do crédito público no País, dado o seu apoio decidido a áreas consideradas estratégicas no marco do modelo de desenvolvimento instaurado desde a década de 1990. Na virada

¹¹⁶ O BNDES surge primeiro como uma entidade autárquica ligada ao Ministério da Fazenda com aporte de capital do Tesouro Nacional. O capital inicial colocado pela União foi de 20 milhões de cruzeiros, mais ou menos 680 mil dólares convertidos na cotação da época. Este valor era a contrapartida do governo brasileiro aos investimentos estadunidenses no Brasil.

¹¹⁷ Tanto a Petrobrás quanto o BNDES estão sujeitos aos caprichos governamentais. De fato as duas não são empresas estatais com políticas estatais. Em alguns governos essas empresas acabam se tornando apêndices dos interesses imperialistas, já que o BNDES se torna um banco garantidor das privatizações, enquanto que a Petrobrás vira uma pequena subsidiária das grandes empresas petrolíferas e se contém a ter uma pequena participação em *joint ventures*. Em outros governos o BNDES e a Petrobrás se tornam de fato empresas nacionais que impulsionam o desenvolvimento capitalista nacional. Porém, nos dois casos as empresas estão atendendo aos interesses do capital.

de século, constata-se que o Estado retomou e intensificou o seu papel como articulador do padrão de acumulação de capital no País, rompendo com o ideário neoliberal que prevaleceu no país desde a redemocratização dos anos oitenta. [...]

Portanto, num primeiro momento o BNDES investiu muito em infraestrutura, mas com a criação das empresas estatais, o Banco passou a ser a sustentação da política industrial (bens de consumo) e do fomento à iniciativa privada quer seja de pequenas e médias empresas, quer seja das grandes empresas. Isto só ocorreu devido ao cenário internacional e a necessidade do Brasil de substituir importações. Tanto que depois de recuperada a economia mundial da crise de 1929 e das duas grandes guerras, por volta do fim da década de 1970, o BNDES passa ser um Banco que investe naquilo que o mercado mundial quer do Brasil: bens primários ou semi-elaborados. A figura 2 mostra as principais ações do BNDES ao longo do tempo.

O “S” do BNDES só surge em 1982, no processo de substituição do regime militar pela democracia. Isso se deve ao fato de que o Banco passou a gerir o Finsocial (Fundo de Investimento Social), sendo que antes, ainda no regime militar (1974) o Banco passou a receber recursos do PIS (Programa de Integração Social) e do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). O “S” do BNDES atua na Amazônia, no mínimo, desde 1987 em parceria com o Projeto Saúde Alegria (PSA)¹¹⁸, na região de Santarém-PA e do rio Tapajós. A ONG foi “[...] o primeiro convênio de cooperação com recursos do Finsocial do BNDES. [...]” (BNDES, 2012, p. 88). Todavia, para Vieira e Giménez (2017, p. 219)

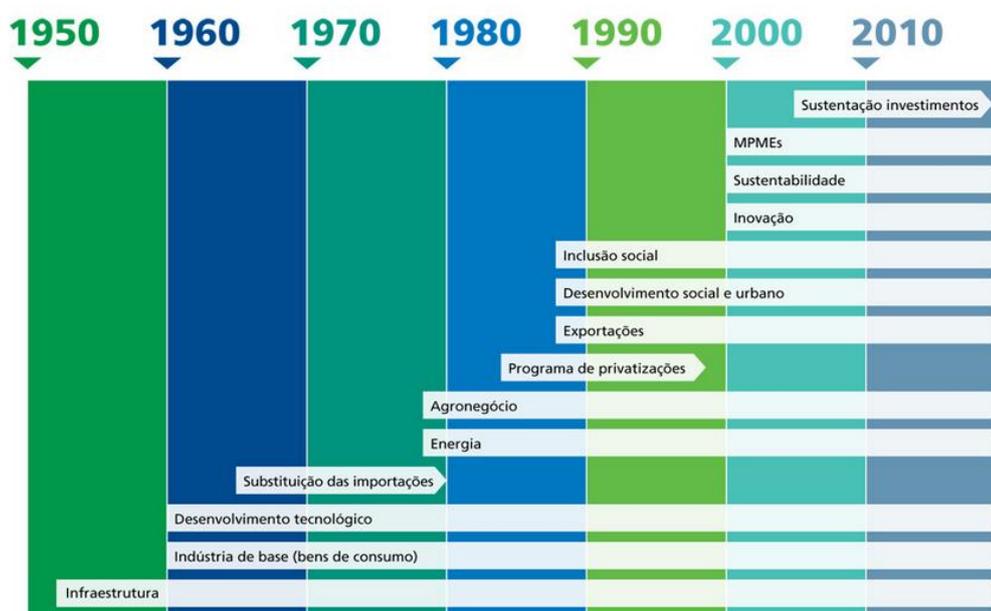
Ainda que o desenvolvimento, nas suas diversas concepções, contemple necessariamente um horizonte social, apenas em princípios da década de 1980 o “S” foi incorporado à sigla do banco estatal promotor do desenvolvimento nacional. Através do Decreto-Lei Nº 1940, de 25 de fevereiro do ano 1982, o governo ditatorial, sob o comando do General João Figueiredo, instituiu o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), destinado a custear investimentos em alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor, a partir de recursos provenientes de contribuição social sobre venda de mercadorias e serviços e receita de instituições financeiras. Indicado como gestor da totalidade deste fundo, segundo orientação estabelecida pela Presidência da República, a partir de então o Banco agregou a sua sigla o S do Social, e se criou a Área de Projetos IV, responsável pela aplicação do FINSOCIAL, que em 1989 passou a se chamar Área de Operações Sociais.

Mas também, em 1982, foi criado o BNDES Participações (BNDESPAR) que teria a “[...] missão de capitalizar empresas privadas nacionais, e de atuar para o fortalecimento do mercado de capitais no país. [...]” (BNDES, 2012, p. 76), no entanto segundo Cardoso,

¹¹⁸ PSA também é a ONG Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (Ceaps), que atua na região oferecendo atendimento médico juntamente com atividades de arte e educação

Pietricovsky e Beghin (2015, p. 145) se o Banco foi central na elaboração e execução do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek nos anos 1960, já durante o regime militar o BNDES foi fundamental no amadurecimento das indústrias de bens de capital (petroquímica/COPPE-RJ, siderurgia, metalurgia, mecânica e elétrica), os anos 1980 o BNDES através do BNDESPAR serviu para salvar diversas empresas da crise que se instalou no mundo no final dos anos 1970, sendo que essa divisão do Banco depois é a primeira a ter seus ativos privatizados e em seguida vai auxiliar nas privatizações dos anos 1990¹¹⁹, conforme a figura 02 abaixo.

Figura 02 – História das prioridades de investimentos do BNDES



Fonte: Site do BNDES (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia>)

Em 1992 o BNDES participou da Rio 92, “[...] com o objetivo de estender para os demais bancos federais a sua experiência no tratamento das questões ambientais. Como já foi dito, o BNDES foi uma das primeiras instituições a aderir à causa da proteção ambiental [...]” (BNDES, 2012, p. 107). Essa adesão do BNDES à “questão ambiental” se deu, segundo relatório, em 1984, pelo Programa de Conservação do Meio Ambiente (Conserve). O banco vai mais além, diz que

¹¹⁹ A Lei 8.031 de abril de 1990 criou o Programa Nacional de Desestatização, no governo Collor, o qual era ambicioso previa, inicialmente, privatizar 68 empresas, porém, de fato, só foram privatizadas 15 empresas na área da siderurgia e petroquímica. O BNDES tinha participações através do BNDESPAR em muitas dessas empresas e em outros ramos de investimentos privados. Em 1997, por meio da lei nº 9.491, no governo Fernando Henrique Cardoso, esse Programa Nacional de Desestatização.

[...] desde a década anterior, o Banco já havia incorporado a variável ambiental em suas análises de projeto. A defesa do meio ambiente ainda era pouco discutida e o tema começava a atrair adeptos. Até o final da década de 1980, o BNDES intensificou suas ações, e a atenção com o meio ambiente ganhou cada vez mais força dentro do Banco. (BNDES, 2012, p. 79)

Após 1994, a privatização do estado se intensifica com Fernando Henrique Cardoso (FHC), pois

O Programa Nacional de Desestatização (PND) era, portanto, uma das prioridades do governo FHC, por ser considerado um instrumento estratégico para a reforma do Estado e para a redução da dívida pública. O tema ganhou as ruas do país e passou a fazer parte das discussões cotidianas, gerando debates acalorados e muitas críticas, especialmente depois que a Companhia Vale do Rio Doce foi incluída no pacote das empresas a serem privatizadas.

Além das privatizações o BNDES também contribuiu para a expansão do setor automotivo e agrícola. Neste “[...] houve um verdadeiro *boom* do agronegócio, o que permitiu consolidar a interiorização do desenvolvimento. [...]” (BNDES, 2012, p.118). O BNDES, neste período do governo FHC, canalizou recursos “[...] para aumentar os níveis de renda e para estimular a vocação local em empreendimentos em agroindústria, bioindústria, aquicultura e turismo. [...]” (BNDES, 2012, p. 119). A década de 1990 o BNDES pautou o financiamento em projetos que conseguissem competir no mercado mundial. Era a tentativa de incluir o Brasil na mundialização¹²⁰, mas para isso necessitava de investimento do mercado internacional, e em 1998, 2001 e 2002 mais três empréstimos do FMI e as imposições que o acompanham. Contudo, em 1999 o BNDES cria a Secretaria de Desenvolvimento Regional que redireciona os investimentos para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Reparação histórica? Não. Os aportes financeiros do Banco se concentraram nas linhas de financiamento do agronegócio. A equação para resolver os males da Amazônia: uso privado do solo + capital + agronegócio = desenvolvimento. Em síntese, os anos de 1994 a 2002 podem ser resumidos da seguinte forma:

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o orçamento do BNDES mais do que quintuplicou: de 7,1 bilhões de reais, em 1995, para 38,1 bilhões, em 2002. Como porcentagem do PIB, passou de 1,01% para 2,58%. O total de recursos

¹²⁰ Segundo Gómez (2002) o termo “globalização” poderia ser colocado no lugar de “mundialização, porém aquele termo é proveniente de uma ideologia hegemônica e mistificador, no entanto tal termo também aponta processos e transformações reais do estágio em que o capitalismo se encontrava nos anos 1990. Gómez (2002) vai compreender que a globalização é um processo fatalista, aonde fora dela não há salvação e, dentro, não há alternativa que trazem altos custos sociais, políticos, espaciais e culturais. No mesmo sentido Klagsbrunn (2008) segue no mesmo sentido ao dizer que o termo marxista para globalização (impreciso, unilateral e popular) é mundialização.

obtidos com as privatizações superou os 100 bilhões de dólares. As novas perspectivas da economia nacional atraíram investimentos estrangeiros da ordem de 150 bilhões de dólares, que foram direcionados para as áreas de infraestrutura e industrial. (BNDES, 2012, p. 146)

Como se observa no gráfico da figura 02 é a partir dos anos 2000 que o BNDES ganha corpo, pois com exceção das setas de substituição de importações que termina em 1980 e da seta de programa de privatizações que termina no final da década de 1990, as demais setas se prolongam dando a entender que o BNDES atua em todos esses segmentos ampliando o leque de maneira significativa, pois foi “nas últimas duas décadas as discussões em torno do conceito de desenvolvimento tornaram-se assunto central da agenda pública brasileira, em consonância com os processos regionais. [...]” (Vieira e Gimenez, 2016, p. 3). Logo, é nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja,

[...] compreendendo que o BNDES é um aparelho de Estado de grande relevância para os processos políticos, econômicos e sociais ocorridos no país durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2005; 2006-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT) [...] (Vieira e Gimenez, 2016, p. 3)

No mesmo sentido Vainer e Vieira (2017, p. 7) entendem que

Não seria exagero afirmar que, no período de 2003 a 2016, o BNDES protagonizou processos de concentração, centralização e internacionalização de capitais, balizando e condicionando decisões públicas e privadas de investimento. Condições econômicas externas relativamente favoráveis, associadas a um novo arranjo político-institucional, ampliaram as margens de intervenção e multiplicaram as formas de “ativismo” estatal, a despeito de elites cujo senso comum invoca constantemente o vade-mécum neoliberal.

Com a melhora do cenário internacional na economia e a calmaria interna no mercado após Lula reafirmar que não romperia com os “contratos” que foram firmados por FHC, dando aquilo que o direito denomina de “segurança jurídica”, os negócios dos capitais privados internacionais e nacionais começaram a decolar no governo Lula, contudo o governo do PT repartiria pequenas fatias desse crescimento com a classe trabalhadora. Sendo assim,

O BNDES abraçou o desafio colocado para todo o governo de promover “desenvolvimento com inclusão social”. Lessa¹²¹ empreendeu uma profunda transformação na estrutura interna. A reforma restaurou a estrutura setorial do BNDES, alterada no ano 2000, quando se optou por um modelo baseado em

¹²¹ Trata-se do economista Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa formado nas fileiras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo professor na mesma instituição. Estruturalista, cepalino e filiado ao PMDB (atual MDB). Autor dos livros “15 anos de política econômica”, “Introdução a economia: uma abordagem estruturalista”, entre outros.

produto-cliente. As novas mudanças foram realizadas em espaço de tempo muito curto e promoveram também alterações em quase todos os quadros técnicos do Banco. (BNDES, 2012, p. 152)

O cenário econômico era tão favorável que em 2004 o BNDES desembolsou 40 bilhões de reais (Tabela 05), que à época seria o recorde em volume de recursos. As causas do crescimento econômico brasileiro estavam no agronegócio que exportava em ritmo frenético e assim gerava um saldo positivo na balança comercial brasileira. Tudo isto, claro, com apoio do BNDES, que também esteve presente e atuante nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que apoio de forma enérgica às áreas de energia e logística. E em 2007 a missão do banco mudou para “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais”.

Tabela 05 – Desembolsos do BNDES em milhões de R\$ no Brasil, na Amazônia Legal e na Região Norte de 1995 a 2018

Ano	Brasil	Amazônia Legal	Região Norte
1995	R\$ 7.098,00	R\$ 485,50	R\$ 224,50
1996	R\$ 9.673,00	R\$ 416,20	R\$ 205,20
1997	R\$ 17.984,00	R\$ 1.014,10	R\$ 349,10
1998	R\$ 18.991,00	R\$ 1.110,03	R\$ 607,03
1999	R\$ 18.052,00	R\$ 728,00	R\$ 461,00
2000	R\$ 23.046,00	R\$ 1.487,00	R\$ 930,00
2001	R\$ 25.217,00	R\$ 1.731,00	R\$ 860,00
2002	R\$ 37.419,00	R\$ 3.129,00	R\$ 1.882,00
2003	R\$ 33.534,00	R\$ 2.185,00	R\$ 713,00
2004	R\$ 39.834,00	R\$ 4.169,00	R\$ 1.954,00
2005	R\$ 46.980,00	R\$ 3.180,00	R\$ 1.616,00
2006	R\$ 51.318,00	R\$ 2.847,00	R\$ 1.626,00
2007	R\$ 64.892,00	R\$ 5.280,00	R\$ 3.462,00
2008	R\$ 90.878,00	R\$ 8.924,00	R\$ 4.952,00
2009	R\$ 136.356,00	R\$ 14.900,00	R\$ 11.213,00
2010	R\$ 168.423,00	R\$ 16.282,00	R\$ 11.748,00
2011	R\$ 138.873,00	R\$ 16.671,00	R\$ 10.863,00
2012	R\$ 155.992,00	R\$ 20.590,00	R\$ 13.341,00

2013	R\$ 190.419,00	R\$ 24.475,00	R\$ 13.752,00
2014	R\$ 187.837,00	R\$ 24.977,00	R\$ 14.029,00
2015	R\$ 135.942,00	R\$ 19.945,00	R\$ 11.844,00
2016	R\$ 88.257,00	R\$ 10.417,00	R\$ 4.559,00
2017	R\$ 70.751,00	R\$ 9.576,00	R\$ 3.832,00
2018	R\$ 27.757,00	R\$ 3.052,00	R\$ 791,00

Fonte: BNDES

A partir de 2007 há uma crescente elevação ano após ano de desembolsos do BNDES na Amazônia se comparado com o volume de recursos disponibilizado para o país inteiro. Muito desse crescimento expoente se deve ao fato do PAC priorizar as áreas de infraestrutura nas regiões Norte e Nordeste.

O BNDES continuou como o grande agente financeiro do PAC. Em 2009, a Área de Infraestrutura respondeu por 36% do total desembolsado. As ações para reduzir as desigualdades regionais também foram ampliadas. Os investimentos destinados às regiões Norte e Nordeste representaram 24% do total dos desembolsos. Em relação a 2008, as taxas de crescimento foram de 126% para o Norte e de 189% para o Nordeste. (BNDES, 2012, p. 183)

No entanto, o ápice dos investimentos em financiamentos pelo BNDES se dá em 2014 com a liberação de quase R\$ 25 bilhões de reais. A razão está no fato de que neste ano há a liberação de financiamento para os projetos no Pará: S11D da Vale em Canaã dos Carajás e Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira. Assim, o BNDES é a própria política de governo, que não deixa de estar atrelada e atendendo os interesses do capital. E um dos interesses do capital é o que o BNDES denominou de futuro: o “desenvolvimento sustentável”. Este mesmo é compatível com o que a ONU em 2000 chamou de “objetivos do milênio” (ODM)¹²², que posteriormente, em 2015, se tornaram “objetivos de desenvolvimento sustentável” (ODS) ou agenda 2030. E é por essa razão que o BNDES entende que foi a instituição pioneira na defesa do meio ambiente e que este fato histórico é razão para que o banco valorize o seu passado para construir o futuro, o qual é: o caminho da sustentabilidade do crescimento.

¹²² Hodiernamente, esses objetivos se resumem em 17, quais sejam: erradicar a pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia acessível e limpa; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes e parcerias e meio de implementação.

5.2 O Fundo Amazônia

Esta “valorização do passado do BNDES” é reflexo de como a instituição bancária se vê, pois ela entende que é “[...] pioneira na defesa do meio ambiente. Suas primeiras ações nesse sentido datam da década de 1970, quando começava a se formar uma nova consciência mundial a respeito da conservação ambiental.” (BNDES, 2012, p. 186). Em 1976 o BNDES diz que

[...] o Banco passou a considerar formalmente a variável ambiental em seus procedimentos de análise e concessão de crédito. Com a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, a contratação de uma operação passou a ser condicionada à regularidade ambiental do empreendimento e do projeto em questão. Na década de 1980, após intercâmbios com o Banco Mundial e outros organismos internacionais, o BNDES intensificou seu envolvimento com a questão ambiental, criando uma linha específica para apoio a projetos industriais de conservação e recuperação do meio ambiente. Em 1984, o Banco instituiu o Programa de Conservação do Meio Ambiente (Conserve), com linhas de financiamento para controle de poluição, que começaram a ser empregadas no complexo industrial de Cubatão e no tratamento de efluentes na suinocultura da Região Sul. (BNDES, 2012, p. 186)

De certo que em 1980 o BNDES passa a financiar investimentos em agronegócio e energia (figura 02), no mesmo período em que o banco se diz considerar a variável ambiental em suas análises de projetos e concessão de crédito. Não obstante este fato, o banco também adquire o *know how* do Banco Mundial em seu envolvimento na questão ambiental, a qual como se viu no capítulo anterior é uma história de destruição e submissão da Amazônia e de seus povos em nome da ideologia do desenvolvimento, principalmente na década de 1970 e 1980. Ademais, como na história do BNDES as primeiras ações do banco em qualquer que seja a prioridade se dão nas regiões Sudeste e Sul. O Banco ainda diz que essa trajetória em relação ao meio ambiente se deu com a assinatura na Rio 92 do Protocolo Verde, que é uma iniciativa do Governo Federal à época para imputar a variável ambiental aos bancos públicos federais, assim como o BNDES assinou a Carta de Princípios dos Bancos para o Desenvolvimento Sustentável do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Segundo o relatório “BNDES: um banco de história e do futuro” (2012, p. 187)

Em 1999, comemoraram-se dez anos de defesa formal à causa do desenvolvimento sustentável. Até então o Banco havia destinado cerca de 5 bilhões de dólares em

financiamentos para investimentos na área ambiental, o que representava aproximadamente 6% das aplicações do BNDES no período de dez anos.

Consta no relatório, também, que o BNDES, em 2006, criou uma linha de meio ambiente e “[...] o Programa de Apoio a Projetos de Eficiência Energética (Proesco), voltado para empresas de serviços de conservação de energia”. Em 2008, ocorreu a criação da Área de Meio Ambiente (AMA), que

A AMA, em seu primeiro ano, foi responsável por duas iniciativas relevantes: a primeira foi o lançamento do Programa BNDES Mata Atlântica, destinado a apoiar ações para o combate ao desmatamento das florestas e o reflorestamento com espécies nativas, por meio de investimentos não reembolsáveis.

A segunda iniciativa foi a assinatura do Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, partilhado com o Ministério do Meio Ambiente, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. Nesse documento, todas as entidades reconhecem o seu papel na busca do desenvolvimento sustentável e se propõem a empreender políticas e práticas bancárias precursoras, multiplicadoras, demonstrativas ou exemplares em termos de responsabilidade socioambiental.

As ações do BNDES em prol do futuro representado no “desenvolvimento sustentável” seguiram com a edição em 2010 da Política de Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) do BNDES (2012, p. 189), a qual visa “[...] desenvolver e aperfeiçoar produtos financeiros, metodologias e outros instrumentos que incorporem critérios socioambientais e contribuam para o desenvolvimento local e regional sustentável”. Tudo isto estava atrelado ao principal instrumento de financiamento do “desenvolvimento sustentável” do BNDES para a Amazônia, o Fundo Amazônia.

O Fundo Amazônia foi criado pelo Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, que incumbia ao BNDES administrar, gerir, o valor das doações recebidas em espécie em ações não reembolsáveis, portanto, o dinheiro é para ser aplicado em projetos e programas que não geram retorno pecuniário ao banco, sendo que tais programas e projetos visam prevenir, combater e monitorar o desmatamento e promover a conservação e o uso sustentável do bioma amazônico. Ou nas palavras do BNDES (2011, p. 4) “o Fundo Amazônia é considerado uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). [...]”, portanto um instrumento de combate ao desmatamento da Amazônia e de sua preservação as quais ajudam a conter a emissões de CO₂, que, por conseguinte, interfere na redução das causas do aquecimento global. A Noruega foi o primeiro país a doar verbas para o Fundo Amazônia. Contraditoriamente, o

governo da Noruega é acionista na empresa Hydro Alunorte S/A uma empresa com um vasto histórico de poluição e degradação do meio ambiente e as formas de vida amazônicas¹²³.

Para Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente em 2011,

O Fundo Amazônia é uma grande inovação em termos de políticas públicas, pois reconhece a necessidade de se dispor de um instrumento financeiro que tenha capacidade de responder a todos os vetores do desmatamento; consolida a visão integrada preconizada no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e no Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCDAM); e oferece condições efetivas para a mudança no padrão de desenvolvimento da Amazônia. [...] (BNDES, 2009, p. 7)

O Fundo Amazônia, então, seria algo inovador e transformador da Amazônia, pois não se trata de apenas combater o desmatamento, mas de realizar política pública através do financiamento da Noruega que apontaria na prática a transformação do padrão de desenvolvimento da Amazônia. Pronto! Chegou o que faltava para, enfim, alcançar o tão almejado desenvolvimento sustentável: o Fundo Amazônia. Em que pese à reformulação do Fundo Amazônia no governo Bolsonaro, que ocasionou a suspensão das doações da Noruega e da Alemanha, as quais podem levar, em breve, a extinção do Fundo. Porque, primeiro o governo Bolsonaro retirou a gestão colegiada do Fundo para concentrar nas mãos do Executivo as decisões e depois os países doadores retiraram suas participações financeiras no Fundo. Assim sem direção e sem verba o Fundo Amazônia tende a ser extinto. O que é o Fundo Amazônia?

O Fundo Amazônia destina-se à captação de recursos de doações voluntárias para apoio não reembolsável a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e para a promoção da conservação e do uso sustentável das florestas na Amazônia. Em 2008, foram realizadas as duas primeiras reuniões do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) para estabelecer as diretrizes de funcionamento do Fundo. (BNDES, 2009, p. 15)

Por que preservar e conservar a Amazônia? Segundo o BNDES (2009, p. 17), a

Amazônia desempenha um papel fundamental para a estabilidade ambiental do planeta. Com sete milhões de km², a maior floresta tropical do mundo se estende por nove países da América do Sul, a saber, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

¹²³ Em fevereiro de 2018, após as chuvas que são comuns na Amazônia para esta época, a bacia de rejeitos de bauxita que pertence a Hydro Alunorte S/A situada no município de Barcarena vazou para os rios e igarapés da região, contaminado a água, a fonte de vida e sustento das comunidades locais. Mas este não foi o primeiro caso de crime ambiental da referida empresa, pois, segundo o portal de notícias Brasil de Fato (<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/17/barcarena-ha-um-ano-mais-uma-tragedia-marcava-a-mineracao-no-brasil/>), em 2009 o IBAMA já havia multado a empresa pelo mesmo motivo: vazamento de rejeitos.

Considerada a mais importante reserva de diversidade biológica do mundo, a Amazônia é também o maior bioma brasileiro em extensão, ocupando cerca de 50% do território nacional, 4,2 milhões de km², que abrangem Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade de Mato Grosso (54%), além de parte do Maranhão (34%) e de Tocantins (9%).

Em solo brasileiro, o Bioma Amazônia, com suas florestas densas e abertas, representa 30% de todas as florestas tropicais remanescentes do mundo. A região abriga um inestimável patrimônio, representado por sua biodiversidade e pela riqueza de seus recursos naturais.

Ademais, a “contribuição” do Brasil na emissão dos gases estufa advém do desmatamento, que possui, segundo o BNDES (2009, p. 17), uma lógica essencialmente econômica. Já que a floresta é convertida em madeira e pasto, pois na percepção dos que atuam nessas atividades o que fazem é mais lucrativo do que manter a floresta em pé. É, recorrente, tanto no Banco Mundial como no BNDES essa ideia de que se for resolvido o problema econômico da região, acaba-se com o desmatamento na Amazônia. Pura ilusão.

Se a floresta é desmatada é porque há pressão, não é só econômica, do capital para que esses recursos possam manter e reproduzir o próprio o capital. O que determina se a floresta fia em pé ou não é a taxa crescente de acumulação do capital; ou melhor, a taxa de lucro do capital, que está necessariamente atrelada à manutenção do *status quo*, logo do poder e dominação da burguesia, portanto, é uma questão de luta de classes e de reprodução social das condições materiais da vida, as quais afetam a cultura, a política e também a economia. Em termos práticos na Amazônia. Se há expansão sobre o aumento do uso do solo na Amazônia, quer seja com gado, quer seja com soja, quer seja com mineração, ou qualquer outra atividade que envolva recursos naturais; necessariamente, está ocorrendo expansão da produção do capital, ou seja, o capital está crescendo, ou produzindo melhor com avanços de tecnologia ou produzindo em maior quantidade para atender a demanda de crescimento, logo esse crescimento gera necessidade de consumo de maior quantidade de matérias-primas, como também gera maior exploração do trabalho; sendo assim, precisa-se que ocorra um aumento no consumo da produção, que se eleve os níveis de consumo para que não haja uma superprodutividade e o capital entre em crise por não conseguir desaguar a sua produção, logo deve-se expandir a rede de consumidores, para atingir a maior quantidade possível de sujeitos envolvidos na trama do capital, quer dizer, aqueles que se submetem a uma jornada de trabalho para produzir mais-valor em mercadorias, portanto se avança nas formas de trabalho não capitalistas na Amazônia, pois o uso do solo e os sujeitos devem estar submissos ao regime do capital.

Além dessa relação dialética entre produção e consumo (troca) ainda há o aumento da circulação de mercadorias e de capital. Esse movimento não é constante é variável e está

sempre em processo de mutação. Por exemplo, é ilusão achar que moratória de qualquer mercadoria que faça uso do solo na Amazônia irá reduzir ou acabar com o desmatamento e as suas consequências sociais e ambientais. A moratória só tem eficácia quando determinada mercadoria está em baixa no mercado internacional, posto que sem um quantitativo maior de capital acumulado, menor a capacidade de investimento ou maior o risco de se contrair empréstimos para tal. Porém, se o preço da mercadoria está em alta no mercado internacional haverá a possibilidade de se acumular mais, aumentando: a circulação de capital, a pressão sobre as terras, a produtividade e o consumo. Conseqüentemente se aumenta a pressão sobre a classe trabalhadora e os povos nativos da Amazônia e as suas terras.

Desta feita, a solução é tentar mudar a concepção do capital na Amazônia, transformá-lo em capital que produz e que destrói, mas pouco ou se destrói muito pode reconstruir uma (pequena) parte, compensar, mitigar, entre outros termos utilizados pelos EIA-Rima e empreendimentos do capital pela Amazônia. O Fundo Amazônia, então, foi agrupado pelo BNDES em quatro grandes categorias para destinação de recursos, quais sejam

- Fomento a atividades produtivas sustentáveis;
- Conservação e proteção de Florestas Públicas e Áreas Protegidas;
- Desenvolvimento científico e tecnológico;
- Modernização e desenvolvimento institucional (órgãos atuantes na Região Amazônica). (BNDES, 2009, p. 14)

As condicionantes do Fundo Amazônia são: coerência com o PAS, PPCDAM e Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento; coerência com as diretrizes e critérios do COFA e coerência com as políticas operacionais do BNDES e do Fundo Amazônia. O recurso do Fundo Amazônia funciona a parte da carteira de investimentos do BNDES. As condicionantes e as categorias são exclusivas e parte de um nicho de atuação que as carteiras de investimentos do BNDES não abarcam. Portanto, por um lado o BNDES pode financiar Belo Monte, por outro pode financiar uma cooperativa de extrativistas de alguma área de conservação. A contradição é latente. De que forma se dá a acumulação primitiva do recurso? O BNDES (2009, p. 19) explica dizendo que

A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada pela redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, quer dizer, é preciso comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar a captação de novos recursos.

Compete ao Ministério do Meio Ambiente definir a metodologia de cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia e cabe aos especialistas do CTFA avaliar a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões. (BNDES, 2009, p. 19)

Da mesma forma que o BNDES começou, com o Fundo Amazônia foi igual. Os recursos vieram oriundos do capital estrangeiro. O do BNDES veio dos EUA enquanto o Fundo Amazônia veio da Noruega e da Alemanha. Só que os recursos do Fundo Amazônia são

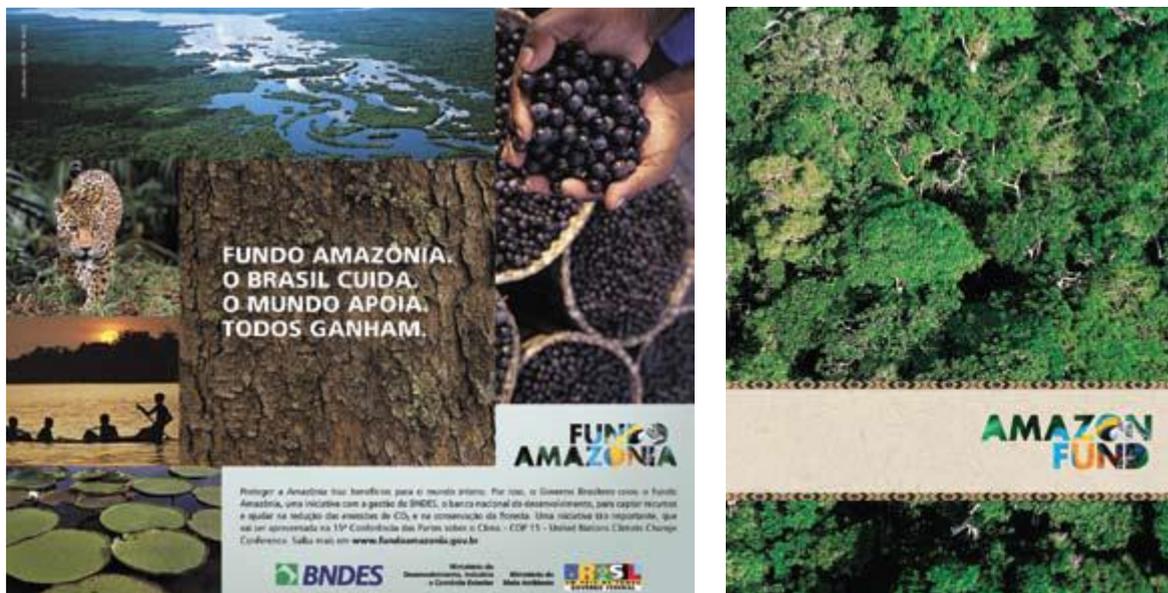
Com base nos dados de redução das emissões fornecidos, o BNDES fica autorizado a captar doações para o Fundo Amazônia, por meio da emissão de diplomas equivalentes às toneladas de carbono correspondentes ao valor da contribuição financeira para o Fundo. Esses diplomas são nominais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de nenhuma natureza. O Fundo Amazônia já recebe doações de governos estrangeiros e está se estruturando para receber doações de instituições multilaterais, organizações não governamentais, empresas e pessoas físicas. (BNDES, 2009, p. 35)

Os recursos ficam com a gerência do BNDES e o uso desses recursos fica a cargo da COFA que é um órgão composto pelo governo federal e estadual além da participação da sociedade civil, que aqui é entendida como as ONGs, os Movimentos Sociais para o meio ambiente e o desenvolvimento, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como também da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNABF).

O Fundo Amazônia não foge ao que fez os governos do PT durante a sua gestão: a conciliação de classes. Mesmo que, a maioria da formação do COFA fosse composta por membros, supostamente, a favor da classe trabalhadora e dos povos nativos da Amazônia, se tem do outro lado o representante dos industriais, o CNI, com forte influência e lobby sobre o executivo, legislativo e judiciário. O que penderia a balança para o lado da classe trabalhadora e dos povos nativos da Amazônia seria a suposta democracia de um órgão deliberativo como este. Todavia, a conjugação dos interesses de classe devia sempre seguir as normas estabelecidas nos planos do Fundo Amazônia, portanto, dentro da área de gerência dos industriais e empresários. Não é por uma razão que a Amazônia deve ser preservada, nem porque é direito dos povos nativos da Amazônia que seja preservada e que eles decidam sobre o destino do uso comum de suas terras, mas sim porque é o interesse de momento do capital. É o objetivo estratégico de “reduzir desmatamento com desenvolvimento sustentável”, portanto sem acabar com o modo de produção reinante. Há como o capital angariar

dividendos com a “sustentabilidade”¹²⁴, todavia quando não for mais de interesse o “sustentável” há de ser descartado da mesma forma que foi aceito.

Imagem 01 – Campanha publicitária do Fundo Amazônia em 2008.



Fonte: BNDES

O chamativo do *slogan* da campanha publicitária é claro “todos ganham”. O capital internacional, principalmente as potências econômicas dominantes entram com o recurso financeiro, enquanto o Brasil não perde a soberania sobre o seu território e sem recursos não poderia “cuidar” desse território de forma que devolve para o “mundo” a redução da emissão de carbono e freia o aquecimento global. Além do que, a classe trabalhadora e os povos da Amazônia juntamente com o capital nacional “ganhariam” com recursos e projetos que promovessem o “desenvolvimento sustentável”, a última e melhor ideologia criada pelo capitalismo. Entraria na nova “modernidade”. Logo,

Vale ressaltar, portanto, que o potencial de atração de expressivos volumes de recursos de cooperação internacional para o Fundo Amazônia representa uma grande oportunidade de desenvolvimento de uma economia sustentável, que conjugue preservação e uso de recursos das florestas tropicais, com geração de bem-estar social, trabalho e renda para os habitantes da região.

¹²⁴ Um dos dividendos foi a incidência de tributos. Se não bastasse a desigualdade tributária abismal do Brasil em que o consumo de massa paga a conta, ainda se tem as isenções e descontos para que a classe dominante possa aumentar as taxas de mais-valor. O Fundo Amazônia era uma ótima oportunidade de se aumentar essa possibilidade.

O “desenvolvimento sustentável” na Amazônia inauguraria a lavagem ecológica de dinheiro. Um dinheiro que entra nesta máquina sujo, destruidor, assassino e poluidor e sai verde, limpo e “ecologicamente correto”, apesar de usar muito sabão e água, a qual depois foi despejada em algum rio da Amazônia. Esse dinheiro volta para o mesmo ciclo de produção e reprodução do capital.

5.3 O conceito de Amazônia para o BNDES

Os primeiros registros que o BNDES tem sobre a Amazônia datam de 1995 e 1996 por intermédio do documento “Políticas Operacionais do Sistema BNDES: Programa Amazônia Integrada – PAI”, um documento produzido pelo FINAME e pelo BNDESpAr. Em 1995 e 1996, na introdução do referido documento, o BNDES entendia que

A extensão continental da região Amazônica, sua baixa densidade demográfica e suas reservas de recursos renováveis e não renováveis fazem da região um *locus* natural de expansão econômica. Contudo, uma série de restrições relacionadas com o desconhecimento dos ecossistemas e com a integração desta Região com os mercados tem dificultado a transformação destas potencialidades em bens econômicos.

É fundamental, portanto, que sejam redefinidas as relações econômicas e comerciais da Região Amazônica com a economia nacional e internacional, de modo a promover a internalização dos benefícios do crescimento econômico e da exploração seletiva, racional e tecnicamente avançada dos seus recursos naturais.

A diversidade biológica e sócio-cultural da Região deve constituir a base para o seu desenvolvimento e o parâmetro de qualidade, aproveitando a sua riqueza e assegurando a convivência de estilos de vida e padrões culturais diferenciados. Além disto, é essencial para a sociedade brasileira que se rompa em definitivo o isolamento da Amazônia, dotando-a de infra-estrutura e atividades produtivas fundamentais a sua integração em bases competitivas ao espaço nacional e internacional. (BNDES, 1995/1996, s/p.)

O BNDES, portanto, retoma algumas ideias históricas sobre a Amazônia que já foram tratadas no primeiro capítulo. A primeira é de que Amazônia é um vazio demográfico, já que têm “baixa densidade demográfica”, logo é uma terra onde não há “ninguém”, pronta para que os empreendimentos cheguem se instalem e executem a atividade para qual são destinados. No entanto, essa atividade na Amazônia, necessariamente, é para exploração de seus reservas naturais e não naturais, tão preciosas, ricas e naturais, que fazem da Amazônia um campo aberto que naturalmente chegará a expansão econômica, em síntese, a Amazônia é uma área de expansão do capital, é um lugar feito para que o capital se expanda. A segunda ideia é a de que se trata de uma região desconhecida, portanto, deve-se desconstruir qualquer ideia sobre

mitos e lendas que rondam o conceito de Amazônia. A racionalidade ocidental e moderna saberá como tratar a expansão econômica com o manuseio do ecossistema e a transformação deste em potencial econômico. O valor de uso da Amazônia existe e é afirmado pelo BNDES, contudo esse valor de uso para o BNDES em 1995 não era ainda um valor de troca viável por falta de conhecimento das peculiaridades da Amazônia. Assim que, a racionalidade moderna ocidental conseguisse transformar a mercadoria em valor de troca, o próximo passo era reestruturar a produção, a circulação e a troca para que a Amazônia pudesse ser integrada ao mercado internacional e nacional. Isso significa que, a Amazônia, ainda não estava em consonância com o desenvolvimento do capital à época, ou melhor, a Amazônia ainda não estava atrelada à globalização, ou como diz o BNDES “a exploração seletiva, racional e tecnicamente avançada”.

Desta feita, a integração da Amazônia para o BNDES em meados da década de 1990, deveria ser direcionada com investimentos em empreendimentos que gerem emprego e renda em novos setores da economia e na dinamização daqueles já existentes para que estes possam empregar a tecnologia de ponta disponível no mercado mundial, pois é esta que a racionalidade ocidental moderna desenvolveu para adequar a exploração do homem e da natureza na “melhor” e mais eficaz forma possível. Logo, o BNDES, portanto prevê que os investimentos devem se concentrar em bioindústria, agroindústria, aquicultura, turismo, indústria de beneficiamento de madeira, mineração e metalurgia e construção naval. Conquanto, que a Amazônia extermine o que o BNDES considera o gargalo do “desenvolvimento” a infraestrutura. Foi assim, que o Banco Mundial também pensou nos anos de 1970-80. Primeiro, cria-se as condições de produção com energia e outros insumos, para criar, também, as condições de abastecimento da produção, consumo e circulação com as estradas, portos, hidrovias e outros.

Para solucionar a questão do desconhecimento o BNDES em 2009 realizou três encontros com intelectuais tradicionais para debater oportunidades, desafios e soluções para a Amazônia, os quais foram sintetizados num relatório de 2010 com a mesma nomenclatura. O BNDES (2010, p. 13) resumiu o debate da seguinte maneira: “[...] Nas discussões, a palavra sustentabilidade assumiu sua semântica histórica, englobando questões sociais, econômicas, culturais e ecológicas”. No que tange ao conceito ecológico da Amazônia o BNDES repete os mesmos conceitos desenvolvidos pelo IBGE e que são repetidos a exaustão em muitos estudos, quais sejam: bacia amazônica, bioma Amazônia e Amazônia Legal. A bacia Amazônia é definida como “o conjunto de recursos hídricos que convergem para o rio Amazonas. [...]” (BNDES, 2009, p. 19), sendo a maior rede hidrográfica de água doce do

mundo; já o bioma Amazônia “[...] é formado por regiões que têm clima, vegetação florestal, fauna e dinâmicas e processos ecológicos similares” (BNDES, 2009, p. 19); por fim, a Amazônia Legal é a “área instituída pelo governo brasileiro que reúne regiões de idênticos problemas econômicos, políticos e sociais [...]” (BNDES, 2009, p. 19). Os conceitos ecológicos tratam a Amazônia como uma região única, que é de fato, porém não conseguem abordar a questão social, política e econômica da Amazônia, pois para o BNDES (2010, p. 14)

Entre consensos e algumas divergências, prevaleceu, nos três encontros realizados, a ideia de que o modelo de planejamento centralizador, que tratava a Amazônia como uma região homogênea, está ultrapassado. Os debates convergiram para a constatação de que há várias Amazônias encravadas no Norte do país, com peculiaridades distintas e, portanto, demandando ações e soluções diferentes, que devem ser adequadas às características específicas de cada região.

Essa distinção o próprio Banco Mundial já havia feito no relatório sobre desenvolvimento rural, quando identificou três áreas na Amazônia e que somente a seca e de transição poderiam servir para a “vocação rural” da Amazônia, enquanto a Amazônia “molhada” deveria servir como área de conservação e o mosaico de proteção entre as zonas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo recente de expansão do capital na Amazônia, principalmente no que tange a acumulação, autorreprodução, reprodução e expansão, compreende o núcleo constitutivo do sociometabolismo do capital, que é o tripé, segundo Antunes (2011, p. 16): capital, trabalho e Estado. De certa forma, compreender esses processos do capital na Amazônia também requer que se apreenda a questão do Estado e entender os métodos de expansão do capital é, de alguma maneira, contribuir para que a classe-que-vive-do-trabalho, que para Antunes (2009) é uma noção ampliada da classe trabalhadora, na Amazônia possa saber quem é de fato seu inimigo na luta.

Em vista disso a contribuição da teoria de Marx fala muito mais sobre o capital, que segundo Eagleton (2010, p. 10) “[...] os comentários de Marx sobre os seus próprios esforços, quando ele observou que ninguém tinha escrito tanto sobre dinheiro e possuía tão pouco”, pode-se dizer, também, que ela trata do trabalho, posto que não existe capital sem trabalho, mas o contrário existe, e essa é uma tendência universal demonstrada pelo teoria de Marx Assim, apesar das particularidades da Amazônia no que tange aos processos de trabalho¹²⁵, ela não está imune a essa lei tendencial geral do capital, que gera capitalismo, qual seja: o mundo como uma sociedade burguesa integrada.

Essa sociedade burguesa integrada, mundializada, globalizada e imperialista não nasce de uma cegonha, muito menos foi gestada pela cabeça do homem, já que para Marx (2008 p.47) “[...] Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.” Foram as condições históricas e objetivas, portanto concretas, que fizeram com que o capital, que já existia muito antes do capitalismo como demonstra Polanyi (2012), se tornasse o modo de produção dominante, o capitalismo, numa

¹²⁵ Eliane Brum (2018) num artigo “Esquerda, direita e o embargo da memória” publicado no jornal *El País* dirá que “o modo de vida do ribeirinho é revolucionário em si, o que assusta a direita e também parte da esquerda que vê o mundo nos termos do capital-trabalho”. Talvez, Eliane Brum emprega o conceito de trabalho no senso comum, o qual possui o mesmo significado da legislação, ou seja, aquele que é: remunerado, hierarquizado e contínuo. Porém, elevasse a categoria trabalho a consciência filosófica (SAVIANI, 1991), que não entende o trabalho reduzido desta forma, mesmo ele sendo o polo oposto ao capital, o trabalho pressupõe a relação homem e natureza, sendo que, pelo trabalho, o homem extrai a subsistência da natureza, a modifica. Logo os ribeirinhos trabalham, fato é que a própria autora reconhecerá lá na frente dizendo que eles “trabalham muito, mas nos seus próprios termos”, termos estes que já foram conceituados pelo próprio Marx (2013, p. 255) quando define trabalho sendo “[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...]”.

sociedade única, a sociedade burguesa. Na obra “O Manifesto do Partido Comunista” Marx e Engels (2010, p. 41-42) descrevem como se deu essa transição

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

Esse processo de progresso, de desenvolvimento do capitalismo é constante, ou seja, está sempre em movimento. Esse movimento é vital para a própria sobrevivência do capitalismo no mundo. A sociedade burguesa só existe porque se nutre do mercado mundial, o qual se ressalta, está sempre em disputa por potências hegemônicas, as quais, por sua vez, nunca se alteraram durante a história do capitalismo.

E é em alternância histórica que o conceito Amazônia se desenvolve tanto para o Banco Mundial como para o BNDES. É de acordo com a conveniência do capital. Se o capital necessita avançar sobre o espaço demograficamente vazio, não há dúvidas que irá fazê-lo e após justificará tais atos com a mais ignóbil ideologia rasteira de que o lugar necessitava de modernidade e progresso. O Banco Mundial, num primeiro momento avançou sobre a Amazônia com grandes projetos e a ideia de uma ocupação rápida, planejada e que pudesse gerar emprego e renda na Região. Porém, o que ocorreu foi a destruição veloz da natureza e das formas de vida na Amazônia, pois não havia legislação e nem organização popular para frear o ímpeto imperialista do Banco Mundial sobre a Amazônia nos anos 1970 e 1980. Após essa fase o Banco Mundial passou a entender a Amazônia como uma área que deveria ser intocada e preservada em alguns setores e em outros deveria ter a sua vocação rural atendida. Ora, ajuda do Estado é fundamental nesse processo, tanto que boa parte das tarefas são imputadas ao estado, cabendo ao Banco Mundial liberar os recursos e auferir os lucros dos juros do que foi emprestado. Ademais, cabe também, doutrinar ideologicamente as ações estatais, não estatais e dos movimentos sociais organizados para que as ações desses sujeitos estejam de acordo com os interesses do Banco Mundial.

Quanto ao BNDES o conceito de Amazônia varia também no tempo e no espaço. Primeiro, não há menção no surgimento do BNDES de ações na Amazônia. Esta só vem aparecer na década de 1970 em raros lapsos pelos documentos oficiais, que servirão de alibi para justificar as ações do BNDES na Amazônia em anos posteriores, sob o pretexto de que o

Banco sempre atuou em conformidade com a questão ambiental, porém o que se tem é que a partir de 1990 o BNDES passa a ver a Amazônia tal como o Banco Mundial em 1970 e 1980, um espaço com vocação rural e agrícola e que deve ser “integrado” ao restante do Brasil e do Mundo para atender as demandas de expansão do capital. Mas esse desejo, só se concretiza depois dos anos 2000, quando o Brasil passa a surfar num cenário econômico favorável e tem dinheiro próprio para fazer os investimentos que levam a “modernidade” e o “progresso” para Amazônia. Portanto, num primeiro momento o Banco Mundial é o agente de ligação externa da Amazônia com o mercado, colocando-a num patamar de fornecedora de matérias-primas. Depois o BNDES faz a conexão da Amazônia com o mercado interno, colocando também como fornecedora de matérias-primas. Os dois agem na infraestrutura para o capital e participam dos grandes movimentos do capital na Amazônia. Amazônia, portanto, é um espaço a ser explorado e serve de reserva de avanço do capital.

Ao definir assim a Amazônia, tanto BNDES e Banco Mundial, acabam por atrair investimentos privados e empresas que pratiquem o risco calculado para colocar seus empreendimentos na Amazônia. E isto ocorre desde 1970, quando empresas atraídas pela facilidade de se obter terras migram para Amazônia para entrar no ramo da agropecuária. Eram investimentos que traziam consigo mais destruição da vida e da natureza. Submetia os povos nativos da Amazônia ao trabalho formal e informal do capital, ao uso da terra, entre outras características gerais do capital pelo mundo.

As contradições entre os conceitos apresentados pelo Banco Mundial e pelo BNDES estão apenas na aparência, pois em um determinado período histórico atacou a vida e a natureza na Amazônia o outro no mesmo período histórico diz que já atentou para a “questão ambiental”, e vice-versa. No entanto, em essência há um alinhamento na forma de agir e pensar e propagar as ideologias necessárias para a expansão do capital sem conflitos. A principal delas é a do “desenvolvimento sustentável”. A congregação entre os dois Bancos reza desta cartilha que foi criada pela ONU e os países dominantes para submeter ao regime de desenvolvimento do subdesenvolvimento os países subdesenvolvidos. A modernidade e o progresso depois dos anos 1990 estavam atreladas a preservação do meio ambiente e ao crescimento econômico, mas em síntese, a transferência de valor iria para além da troca pura e simples, mas também para a relação do “todo mundo ganha”. A transferência de valor ainda se realizaria pela troca de mercadorias, de maquinaria, das relações comerciais, mas também se daria pelo fato de que o peso de diminuir as consequências da produção e do modo de vida capitalista ficaria em boa parte com os países subdesenvolvidos, em troca estes receberiam

doações (Fundo Amazônia) para manter atividades que não aumentassem e colocassem em risco a própria subsistência do capitalismo.

Neste ínterim, surgem elementos como o crédito de carbono e outras quinquilharias inventadas pelo capital para que a transferência de valor continue a operar, mesmo que nos países desenvolvidos o efeito “desenvolvimento sustentável” também aja. Ademais, além de transferir valor na relação produção, troca e circulação, ainda há a superexploração do trabalho nos países subdesenvolvidos. Ora, o déficit gerado pela transferência de valor é compensado pela burguesia amazônica na classe trabalhadora. Não é por acaso que os filmes “Nas terras do bem virá” e “Fronteira Carajás” mostram a situação de superexploração da força de trabalho nas frentes capitalistas na Amazônia, que alguns resolveram denominar de trabalho análogo a escravidão.

O capitalismo na Amazônia é tal como disse Marini (2011) *sui generis* e as características podem ser resumidas no fato de que: a Amazônia está sempre aberta para quem deseja trazer a modernidade e o progresso dos avanços do capital, pode ser o BNDES, o Banco Mundial, o Banco de desenvolvimento chinês, dos BRICS, de qualquer lugar. Não há contradição por parte do Estado, pelo contrário, o Estado é um agente colaborador nesse processo. Já em relação aos movimentos sociais, novas formas de negociação estão em andamento para que se diminua o prejuízo a imagem das empresas, mas sem que isso implique de fato numa mudança de postura diante da vida e da natureza. A organização existe. A contraposição existe. Porém, o elemento anticapitalista, e principalmente, revolucionário, ainda faltam. Não haverá floresta nem povos das florestas enquanto houver capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. Pontos de história da Amazônia: volume I. 3. ed. rev e ampl. Belém: Paka-Tatu, 2001.

AMARAL FILHO, Otacílio; Universidade Federal do Pará. **Marca Amazônia: uma promessa publicitária para fidelização de consumidores nos mercados globais**. 2008. 412 f. : Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2008

ANDRADA, Alexandre F. S. Quem, afinal, apoiou o Plano Collor? **Revista de Economia Política**, vol. 38, nº 4 (153), pp. 781-799, outubro-dezembro 2018.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. 10 reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho)

_____. A substância da crise. IN: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 9-16.

ARAGÓN, Luis E. Amazônia, conceito polissêmico? In: _____. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013, pp. 27-53.

BAMBIRRA, Vânia. Questões de método. IN: _____. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3ª Ed. Florianópolis: Insular, 2015, pp. 33-42.

BANCO MUNDIAL. **Amazônia Brasileira: A experiência do Banco Mundial: O difícil caminho para o desenvolvimento sustentável**. 1ª Ed. Brasília: Banco Mundial, 2003.

_____. Analisando os desafios do Programa Piloto. **Boletim trimestral** do programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil, volume 3, número 4, out 1995.

_____. Assinado primeiro acordo de doação de projeto do Programa Piloto. **Boletim trimestral** do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, volume 2, número 4, out 1994a.

_____. Corredores Verdes: uma alternativa promissora para proteger a biodiversidade. **Boletim**, volume 5, número 1, 1997. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/745991468016257935/pdf/NonAsciiFileName0.pdf>. Acesso em: 02 jul 2019.

_____. Grupo consultivo internacional examina o progresso do Programa Piloto. **Boletim trimestral** do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, volume 4, número 3, jul 1996.

_____. Grupo consultivo internacional reúne-se pela primeira vez. **Boletim trimestral** do programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil, volume 1, número 4, out 1993.

_____. Participantes do Programa Piloto reúnem-se pela primeira vez. **Boletim trimestral** do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, volume 2, número 2, abr. 1994b.

_____. Queimadas na Amazônia provocam projeto de emergência. **Boletim trimestral** do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, volume 6, número 2, 1998.

BEZERRA NETO, José Maia. A conquista portuguesa da Amazônia. IN: Alves Filho, Armando; Souza Júnior, José Alves; Bezerra Neto, José Maia. **Pontos de História da Amazônia**. 3ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2001, pp. 11-25.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. IN: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. (obras escolhidas, v. 1), p. 241-252.

BNDES. **Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

_____. **BNDES: um banco de história e do futuro**. Paiva, Márcia (org.). São Paulo: Museu da Pessoa, 2012. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/?locale=pt_BR. Acesso em: 07/07/2019.

_____. **Fundo Amazônia: Relatório anual de atividades**. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/?locale=pt_BR. Acesso em: 07/11/2019.

_____. **Fundo Amazônia: Relatório anual de atividades (conceitos básicos)**. Rio de Janeiro: BNDES, 2011. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/?locale=pt_BR. Acesso em: 07/07/2019.

_____. **Políticas operacionais do Sistema BNDES: Programa Amazônia Integrada - PAI**. Rio de Janeiro: BNDES, jun 1995. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/?locale=pt_BR. Acesso em: 07/07/2019.

_____. **Políticas operacionais do Sistema BNDES: Programa Amazônia Integrada - PAI**. Rio de Janeiro: BNDES, mai 1996. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/?locale=pt_BR. Acesso em: 07/07/2019.

BOLLE, Willi; CASTRO, Edna Maria Ramos de; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

BONENTE, Bianca Imbiriba. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Marx e o Marxismo**: Revista do NEIP Marx da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, ago/dez 2014. Disponível em: <<http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/view/68>>. Acesso em: 23 set. 2014.

_____. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2016.

BORON, Atilio A. A questão do imperialismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (orgs.). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. CLACSO, Buenos Aires, Campus Virtual, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.pdf>. Acesso em: 07 jun 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. (Org.). **Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina**. São Paulo: Nobel, 1991.

BRUM, Eliane. Esquerda, direita e o embargo da memória. *Jornal El País*. Acesso em: fev. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924_002382.html.

CASTELO. R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTRO, Edna. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. Org. Willi Bolle, Edna Castro, Marcel Vejmelka. – São Paulo: Globo, 2010.

_____. **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. – Belém: UFPA/NAEA, 2016.

_____. **Desenvolvimento, pós-desenvolvimento e sustentabilidade** (Ciclo de Formação Interdisciplinar/Sociedade, Natureza e Desenvolvimento). Unidade I – Desenvolvimento e Meio Ambiente. Santarém: UFOPA, 2012a.

_____. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.8, n.2, pp. 5-39, dez. 2005.

_____. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS, Armin; CASTRO, Edna; HURTIENNE, Thomas (Org.) **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup, 2004. p.51-69.

_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, vol. 25, n. 64, Salvador: UFBA, pp. 45-61, 2012b.

_____. Produção de conhecimento sobre hidrelétricas na área de ciências humanas no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.21, n.3, pp. 31-59, set-dez. 2018.

_____. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; HÉBETTE, Jean (org.). **Na trilha dos grandes projetos – Modernização e conflito na Amazônia**. Belém-PA: NAEA/UFPA, 1989, pp. 41-70. (Cadernos do NAEA).

_____. Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.2, n.1, pp. 31-50, jan-jun. 1999.

_____. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, Armando Dias (org.). **Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos**. 2ª ed. rev. aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. (v. 1).

CASTRO, Edna Maria Ramos de et al. Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI. **Paper NAEA**, n 343. Belém: NAEA/UFPA, 2014.

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá-Santarém. **Paper do Naea**, n. 179, 2004

CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 In GIAMBIAGI et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro, Editora Campus-Elsevier, 2011.

CARDOSO, Alessandra; BORGES, Caio de Souza; RODRIGUEZ, Maria Elena (org). **Política Socioambiental do BNDES: presente e futuro**. 1ª ed. Brasília-DF: INESC, 2015. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Pol%C3%ADtica-Socioambiental-do-BNDES-Presente-e-Futuro.pdf>. Aceso em set de 2018.

CARDOSO, Alessandra; PIETRICOVSKY, Iara; BEGHIN, Nathalie. Política socioambiental do BNDES: da saída pela tangente à busca de soluções compartilhadas. In **Política Socioambiental do BNDES: Presente e Futuro**. Brasília. Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2015. P. 135- 150.

CARVALHO, José Carlos. Prefácio. In **Amazônia Sustentável: Limitantes e Oportunidades para o Desenvolvimento Rural** (Vol. 1, p. 57). Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazon, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas**. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Amazônia: terra sem história**. Manaus: Valer, 2014. 106 p.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. [Rio de Janeiro]: Contraponto, c1997. 237 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: A origem do “mito da modernidade”**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

_____. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. 4ª ed. São Paulo: Paulus, 2011. – (Coleção pesquisa & projeto).

_____. **Filosofia da Libertação na América Latina**. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.

_____. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

EAGLETON, Terry. **O problema dos desconhecidos: um estudo da ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005. (Coleção Cultura, v. 2).

FEARNSIDE, Philip Martin. Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a Barragem Amazônica mais controversa do Brasil. **Revista NERA**, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, pp. 162-185, 2018.

FGVces, IFC (Banco Mundial). **Grandes obras na Amazônia**: aprendizados e diretrizes [recurso eletrônico]/organizadores: Daniela Gomes Pinto, Mario Prestes Monzoni Neto, Hector Gomez Ang. – 2.ed. – São Paulo : FGV-EAESP/FGVces, 2018.

FELIX, Gil Almeida. **Trabalho, mobilidade, circulação**: a força de trabalho em movimento. 2016. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP: 2016.

FERNANDES, Florestan. Estudo sociológico do subdesenvolvimento econômico. IN: _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª ed. rev. São Paulo: Global, 2008, pp. 11-93.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias. Introdução. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital**: Contribuições da teoria marxista da dependência (Locais do Kindle 269-272). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. Edição do Kindle.

FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital**: Contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. Edição do Kindle.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. El desarrollo del subdesarrollo. **La Revista Pensamiento Crítico**, Habana, nº 7, pp. 159-172, ago. 1967.

FRONTEIRA CARAJÁS. Direção: Edna Castro. Produção Executiva: Jorane Castro e Edna Castro. Belém-PA, 1992. 21 min. Som e Colorido.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GÓMEZ, José Maria. Globalização da política – Mitos, realidade e dilemas. In: GENTILI, Pablo (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 4ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002, pp. 128-179.

GOUVÊA, Marina Machado. **Revolushow**. Dicionário Marxista 10: Dependência. 21 out. 2019. Podcast. Disponível em: <https://revolushow.com/dicionario-marxista-10-dependencia/>. Acesso em: 23 out. 2019

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V.2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

_____. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos [1916-1935]. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HARDMAN, Francisco Foot. Prólogo e Ferrovia Fantasma: nos bastidores da cena. In: _____. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 13-21; 117-154.

HARVEY, David. A justiça social e os sistemas espaciais. In: _____. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980, pp. 81-100.

_____. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **O novo imperialismo**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo. Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira. **Revista Crítica Marxista**, IFCH/Unicamp, n. 27, p. 27-46, 2008.

KOHLHEPP, Gerd. 1992. Desenvolvimento Regional Adaptado: O Caso Da Amazônia Brasileira. **Estudos Avançados**, vol 6, num 16: 81-102. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9601>.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. **O que é dialética**. 28ª ed. 6ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos; 23).

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: _____. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.

LEAL, Aluizio Lins. A(s) resistência(s) ao grande projeto na Amazônia. **Revista de Políticas Públicas** da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, v. 20, número especial, 2016, p.

85-104. Acesso em: mai 2018. Disponível em:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5958/4125>.

_____. Uma sinopse histórica da Amazônia (visão política). In: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (orgs.). **Revista de Estudos Paraenses** (edição especial). Belém: IDESP, 2010.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**; _____. (org). Brasília: IPEA, 2016, pp. 13-43.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, NAEA/UFPA, Belém-PA, v. 15, n.2, p. 143-174, dez. 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no Século XXI: novos dilemas e suas implicações no cenário internacional. In: ROCHA, Gilberto de Miranda, et al. (org.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: EDUFPA, 2009, pp. 95-125.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: história e análise de problemas: do período da borracha aos dias atuais**. 2. ed. Belém: Distribel, 2002.

LÖWY, Michael. Prefácio a edição brasileira. In: MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 9-13.

LÖWY, Michel. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortex, 2005.

_____. **Reformula a opção ecossocialista**. Outraspalavras. Disponível em:
<https://outraspalavras.net/outrapolitica/michael-lowy-reformula-a-opcao-ecossocialista-1/>.
 Acesso em: 02/02/2019.

LUCE, Mathias Siebel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias** – uma visão histórica. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1976.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini**. TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6ª Ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. O circuito do capital. In: **Grundrisse:manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011, pp. 424-454.

_____. O Capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007 [1932].

_____. **Manifesto Comunista**. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 95-132.

_____. **O conceito de dialética em Lukács**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A crise estrutural do capital**. 2ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, Mônica M; RIBEIRO, Domingos Antonio F. A derrota na revanche da dialética. In: II Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo, 2018, UFMG, Belo Horizonte-MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte-MG, UFMG, 2018. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/ac5263_3b1206a1699542dcb922bf95c421b4c5.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

NAHUM, João Santos; CHAVES, Ernani UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **A Amazônia dos PDAs**: uma palavra mágica?. Belém, 1999. 94 f.

NAS TERRAS DO BEM-VIRÁ. Direção: Alexandre Rampazzo. Produção: Tatiana Polastri. 2007. 110 min. Som e Colorido.

OSORIO, Jaime. Padrão de Reprodução do Capital: uma proposta teórica. IN: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. *Edição do Kindle*.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Rio de Janeiro: Papyrus, 1990.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60). **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.391-419, jan/jun 2012.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais. **Revista Tempo Social**, vol. 23, nº 2, p.235-263, nov 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do “vale de lágrimas”. FÁVERI, José Ernesto de (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____. **Os (Des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Domingos Antonio F. Direito e Literatura: o ensino jurídico no discurso literário. In: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito, 2, 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UniRitter, 2012, p. 26-42. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/203511_74e7a12a9bd14589920dbfb46fab18bb.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

RIST, Gilbert. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith**. 3ª ed. London, New York: Zed Books, 2008.

SALAMA, Pierre. **¿La tormenta em América Latina Hacia donde van las economías de la región?**. 1ª Ed. Jalisco – México: Universidad de Guadalajara; El Colegio de La Frontera Norte, 2016, 335p.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1991. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 10).

SCHNEIDER, Robert R. ; et al. **Amazônia Sustentável: Limitantes e Oportunidades para o Desenvolvimento Rural** (Vol. 1, p. 57). Brasília: Banco Mundial: Belém: Imazon, 2000.

SILVEIRA, Sirlei. **Em busca do país do ouro: sonhos & itinerários**. Cuiabá: EDUFMT, Carlini & Caniato, 2009.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia Braga (org.). **BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

VIEIRA, Flávia Braga; GIMÉNEZ, Maria Júlia. Da pressão ao diálogo e vice-versa: relações entre movimentos sociais e o BNDES. In: **Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu-MG: Outubro, 2016.

VEGA, Gerardo Cerdas; RODRIGUEZ, Maria Helena. As prioridades do BNDES: financiamento para o desenvolvimento? In: CARDOSO, Alessandra; BORGES, Caio de Souza; RODRIGUEZ, Maria Helena. **Política socioambiental do BNDES: presente e futuro**. Brasília: INESC, 2015, pp. 87-116.

TEXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: TEXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo A de. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996, pp. 195-252.

THERBORN, Göran. As teorias do Estado e seus desafios no fim do século. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 [1999] (Coleção outra margem).

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Apresentação e Introdução. In: MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 7-47.

VALENCIA, A. **Subimperialismo e dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini.** – 1ª Ed. Expressão Popular: São Paulo, 2019

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.